

PUCRS

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
DOUTORADO

LARISSA RAMALHO PEREIRA

**O CAMPO DAS MANIFESTAÇÕES POPULARES: UM ESTUDO DO MOVIMENTO DOS
CAMINHONEIROS**

Porto Alegre
2021

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

LARISSA RAMALHO PEREIRA

**O CAMPO DAS MANIFESTAÇÕES POPULARES: UM ESTUDO DO MOVIMENTO
DOS CAMINHONEIROS**

Tese apresentada como requisito para a obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.

Orientador: Dr. Carlos Nelson dos Reis

Porto Alegre
Março de 2021

Ficha Catalográfica

P436c Pereira, Larissa Ramalho

O campo das manifestações populares : um estudo do movimento dos caminhoneiros / Larissa Ramalho Pereira. – 2021.

240 f.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Nelson dos Reis.

1. Manifestações de protestos. 2. Greve dos caminhoneiros. 3. Estado. 4. Mercado. 5. Sociedade Civil. I. Reis, Carlos Nelson dos. II. Título.

LARISSA RAMALHO PEREIRA

**O CAMPO DAS MANIFESTAÇÕES POPULARES: UM ESTUDO DO MOVIMENTO
DOS CAMINHONEIROS**

Tese apresentada como requisito para a obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.

Aprovada em: ____ de _____ de ____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra. Rosana Pinheiro-Machado – University of Bath

Prof. Dr. Adalmir Antônio Marquetti - PUCRS

Prof. Dra. Jane Cruz Prates – PUCRS

Prof. Dr. Carlos Nelson dos Reis – PUCRS (Orientador)

Porto Alegre

Março de 2021

*Mil nações moldaram minha cara
Minha voz, uso pra dizer o que se cala
O meu país é meu lugar de fala
[...]
Pra que explorar?
Pra que destruir?
Porque obrigar?
Porque coagir?
Pra que abusar?
Pra que iludir?
E violentar
Pra nos oprimir?
Pra que sujar o chão da própria sala?
Nosso país, nosso lugar de fala
O meu país é meu lugar de fala
Nosso país, nosso lugar de fala
Nosso país
Nosso lugar de fala*

(O que se cala – Elza Soares)

Dedico esta Tese a todas(os) inconformadas(os) que não se calam diante das injustiças e desigualdades, e encontram na força coletiva dos movimentos e protestos uma forma revolucionária de resistir e transformar a sociedade em um lugar mais justo e fraterno.

Ao Pietro e à Thaila, com todo meu amor.

AGRADECIMENTOS

*Levanto a minha voz, não para que eu
possa gritar, mas para que aqueles
sem voz possam ser ouvidos.*

Malala Yousafzai

Ao concluir este importante ciclo da minha vida, coloco-me a refletir e analisar sobre todo o percurso que me trouxe até aqui, e, como não poderia ser diferente, construído com a colaboração e partilha de inúmeras pessoas, mas também por renúncias que fizeram parte desta jornada. Embora, em determinados momentos de maior vulnerabilidade, sempre pude contar com o apoio e o amor incondicional da família e de amigos que não se privaram em estar lado a lado comigo.

Portanto, aqui registro minha eterna e singela homenagem a todos vocês, mesmo àqueles que não nominarei, guardo minha GRATIDÃO.

Aos meus pais Mario e Vera Maria, que me ensinaram nunca a desistir e a zelar por aqueles que amamos.

Aos meus filhos Pietro e Thaila, que são a melhor parte de mim e que não se cansam de me ensinar o quanto a vida é linda, cheia de possibilidades e que a felicidade está no presente. Vocês são extraordinários.

Ao meu companheiro de uma vida, Nilo Eduardo, por todo amor e cuidado dedicado a mim e aos nossos filhos, não encontro palavras suficientes para agradecer, sem ti esse momento não seria possível.

Aos meus sogros e também pais, Nilo Jesus e Ronise, agradeço por estarem sempre por perto, zelando e cuidando dos nossos pequeninos.

Ao meu orientador, meu querido Carlos Nelson, não me canso de dizer o quanto eu o admiro, por sua competência e comprometimento no exercício da docência, mas especialmente ao ser humano ímpar que és, pelo afeto, doçura e respeito no trato com todos. Obrigada pela generosidade e cumplicidade que sempre dedicou a mim, nos momentos de dificuldade esteve ao meu lado e nas vitórias vibraste comigo. Meu eterno reconhecimento.

À estimada banca examinadora, à professora Rosana Pinheiro-Machado, a quem admiro por nunca se omitir de posicionar-se politicamente, mesmo diante de cenários adversos e temerosos, além de sua contribuição acadêmica que foram fundamentais para as reflexões e análises deste estudo; à professora Jane Cruz Prates, por quem cultivo muito

carinho e admiração profissional, uma importante referência no Serviço Social desde a graduação; ao professor Adalmir Antônio Marquetti, pela disponibilidade e generosidade em contribuir com este estudo, a partir do olhar atento e precioso da economia política.

Aos colegas de Núcleo de Estudos em Políticas e Economia Social – NEPES, em especial ao grupo de orientandos(as) do professor Carlos Nelson dos Reis, que em tempos de distanciamento social estivemos cada vez mais próximos, apoiando e ajudando mutuamente uns aos outros. Por isso, registro aqui, meu agradecimento às estimadas e estimados colegas: Andressa Correa Bernardon, Claudiomiro Ramos Moreira, Milena Dorneles Rodrigues, Paulo Roberto Martins, Pedro Alberto Cardoso Samuel, Vanelise de Paula Aloraldo e Viviane Isabela Rodrigues.

A todo o corpo docente do PPGSS e colegas de doutorado, com os quais tive a satisfação e o prazer de dividir o amor por esta profissão e os conhecimentos advindos nesta etapa formativa.

À Andréa Kuttner, secretária do PPGSS, pela atenção e presteza profissional em atender minhas demandas.

Às amigas e colegas da Universidade Francisca (UFN) de Santa Maria, Carin Otília Kaeffer, Isabel Graciele Padoin e Rosilaine Coradini Guilherme, com que tive a honra e o privilégio de compartilhar o exercício da docência, além da amizade irrestrita que semeamos no decorrer deste tempo.

Às amigas e amigos queridos que estiveram sempre ao meu lado, construindo histórias e partilhando saberes e afetos: André Michel dos Santos, Andrea Silva, Marjana Fontoura Almeida, Maria Eduarda Brendler Novitz, Karina Rodrigues entre outros inúmeros.

Por fim, o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

RESUMO

A presente tese problematiza o campo das manifestações populares insurgidas no presente século XXI, com ênfase no estudo do movimento dos caminhoneiros de Maio de 2018. Entende-se que a greve dos caminhoneiros seja um potente mote de estudo, tendo em vista que as diferentes esferas sociais – Sociedade Civil, Estado e Mercado – estiveram presentes na paralisação e sentiram os efeitos decorrentes. Diante disso, analisar os determinantes e repercussões que a sociedade brasileira sentiu com manifestações populares urbanas, em especial, a dos caminhoneiros, contribuirá para identificar as implicações políticas, econômicas e sociais dela resultantes. O processo de problematização do objeto de estudo se sustenta no método dialético-crítico, tanto por opção teórica da autora, como pela particularidade da investigação que pressupõe a intrínseca contradição entre Sociedade Civil, Estado e Mercado; além de apreender os múltiplos aspectos da realidade que transcendem as análises fragmentárias e realizar mediações históricas acerca do objetivo, a fim de superar avaliações superficiais. Trata-se de uma pesquisa quanti-qualitativa do tipo exploratória, em que o levantamento dos dados se baseia em fontes documentais e bibliográficas de procedência nacional e internacional, tendo como intervalo temporal o ano de 2018. Os recentes ciclos de revoltas e manifestações populares alcançaram lugares longínquos, o mundo acompanhou insurgências de todas as ordens, desde aquelas que lutavam por romper com ditaduras, até as que buscavam manter suas democracias. Não obstante, as manifestações de protestos de cunho global estiveram interligadas em certa medida, já que o pano de fundo que as envolvia tratou da preservação da vida humana. Muito embora, movimentos reacionários e antidemocráticos ameaçados de perder espaço, por meio da violência e da propagação do ódio, busquem manter-se vivos e lutando para impor suas ideologias. Isso se dá sem dúvida em um contexto de transformações societárias assumidas pelo capitalismo contemporâneo, devastador das relações sociais e de trabalho, associadas a uma racionalidade neoliberal que atravessa todos os âmbitos da vida das pessoas em sociedade. Neste sentido, estudar de que forma os movimentos sociais contemporâneos definidos na literatura acadêmica como os novíssimos movimentos sociais se constituem, se organizam e operam na atualidade é fundamental para apreender as mudanças geradas pelos mesmos. Por fim, procurou-se evidenciar com este estudo a importância histórica e contemporânea das manifestações populares, considerando serem responsáveis por importantes mudanças sociais, tanto nas estruturas políticas e econômicas, como também nas expressões e demandas do conjunto social de cada tempo. O Estado e o Mercado têm de ser instigados a intervir a prevalência econômica pela social, e responderem por motivações e interesses que não são propriamente seus, mas prioritariamente de todos os que vivem no guarda-chuva das determinações dessas instituições sociais, a título da própria sociedade civil.

Palavras-chaves: Manifestações de Protestos; Greve dos caminhoneiros; Estado; Mercado; Sociedade Civil.

ABSTRACT

The present thesis problematizes the field of popular demonstrations that emerged in the present 21st century, with an emphasis on the study of the movement of truckers in May 2018. It is understood that the strike of truckers is a powerful motto of study, considering that the different spheres social - Civil Society, State and Market - were present in the strike and felt the resulting effects. Therefore, analyzing the determinants and repercussions that Brazilian society felt with popular urban manifestations, especially truck drivers, will help to identify the resulting political, economic and social implications. The process of questioning the object of study is based on the dialectical-critical method, both by the author's theoretical option and by the particularity of the investigation that presupposes the intrinsic contradiction between Civil Society, State and Market; in addition to apprehending the multiple aspects of reality that transcend fragmentary analyzes and making historical mediations about the objective, in order to overcome superficial assessments. This is an exploratory quantitative and qualitative research, in which the data collection is based on documentary and bibliographic sources of national and international origin, with the year 2018 as a time interval. The recent cycles of revolts and popular manifestations have reached far away, the world has followed insurgencies of all orders, from those struggling to break dictatorships, to those seeking to maintain their democracies. Nevertheless, the manifestations of global protests were interconnected to a certain extent, since the background that involved them dealt with the preservation of human life. Even though, reactionary and anti-democratic movements threatened to lose space, through violence and the spread of hatred, seek to stay alive and struggle to impose their ideologies. This is undoubtedly in a context of societal transformations assumed by contemporary capitalism, devastating social and work relations, associated with a neoliberal rationality that cuts across all areas of people's lives in society. In this sense, studying how contemporary social movements defined in academic literature as the newest social movements are constituted, organized and operate today is fundamental to apprehend the changes generated by them. Finally, this study sought to highlight the historical and contemporary importance of popular manifestations, considering that they are responsible for important social changes, both in the political and economic structures, as well as in the expressions and demands of the social group of each time. The State and the Market must be instigated to intervene the economic prevalence by the social one, and answer for motivations and interests that are not exactly theirs, but above all of those who live under the umbrella of the determinations of these social institutions, in the name of their own civil society.

Key-words: Protests Demonstrations; Truckers' strike; State; Marketplace; Civil society.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1 - Frota de caminhões no Brasil (em milhões de unidades)	128
GRÁFICO 2 - Preço relativo do frete no Brasil.....	128
FIGURA 1 - Principais indicadores um ano após a greve dos caminhoneiros em 2018.	146

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Roteiro de análise de dados	163
QUADRO 2 - Protestos Internacionais no século XXI	85
QUADRO 3 - Mapeamento de Protestos e Manifestações Populares no Brasil na última década.....	104
QUADRO 4 - Diferenças entre as relações de emprego de Motoristas de Caminhão	116
QUADRO 5 - Ameaças quanto ao futuro da profissão de caminhoneiro.....	117
QUADRO 6 - Formas de comunicação do movimento em 2018	119
QUADRO 7 - Participou da paralisação dos caminhoneiros iniciada em maio de 2018	121
QUADRO 8 - Principais pautas de reivindicações do movimento em 2018.....	126
QUADRO 9 - Motivo da diminuição da demanda pelo transporte de cargas no Brasil.....	127
QUADRO 10 - Imagem que a população tem do caminhoneiro	135
QUADRO 11 - Lideranças do movimento dos caminhoneiros de 2018	140
QUADRO 12 - Satisfação com as conquistas obtidas pelo movimento em 2018	143

LISTA DE SIGLAS

ABCAM	Associação Nacional dos Caminhoneiros
ABEAR	Associação Brasileira de Empresas Aéreas
ABPA	Associação Brasileira de Proteína Animal
ANFAVEA	Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CBIC	Câmara Brasileira de Indústria e Construção
CIDE	Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico
CMI	Centro de Mídia Independente
CNT	Confederação Nacional de Transportes
CNTA	Confederação Nacional dos Transportes Autônomos
COFINS	Contribuição para o Financiamento de Seguridade Social
DEM	Democratas
ENPES	Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
EU	União Europeia
EUA	Estados Unidos da América
FAMURS	Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUP	Federação Única dos Petroleiros
GPS	<i>Global Positioning System</i>
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IES	Instituições de Ensino Superior
INEEP	Instituto de Estudos Estratégico de Petróleo, gás natural e biocombustível
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MBL	Movimento Brasil Livre
MEAF	Movimento dos Entregadores Antifascistas
MNLM	Movimento Nacional de Luta pela Moradia

MPL	Movimento Passe Livre
NMS	Novíssimos Movimentos Sociais
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização Não Governamental
OWS	Occupy Wall Stret
PCC	Partido Comunista Chinês
PIS	Programa de Integração Social
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
SPE	Secretária de Política Econômica
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
UNICAM	União Nacional dos Caminhoneiros do Brasil

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2 ESTADO, SOCIEDADE CIVIL E MERCADO: FUNDAMENTOS TEÓRICO- CONCEITUAIS DOS CLÁSSICOS À CONTEMPORANEIDADE.....	28
2.1 ESTADO, SOCIEDADE CIVIL E MERCADO	28
2.1.1 A perspectiva dos clássicos.....	32
2.1.2 A perspectiva na contemporaneidade.....	42
3 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E IDENTIDADES (RE)CONSTRUÍDAS: CONCEPÇÕES EM DEBATE	51
3.1. OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS DE MOVIMENTO SOCIAL.....	52
3.2 OS SIGNIFICADOS PRÁTICOS DAS MANIFESTAÇÕES	61
3.3 MAPEAMENTO HISTÓRICO CONJUNTURAL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	69
3.3.1 Os movimentos de protestos no contexto internacional	71
3.3.2 Os movimentos de protestos no contexto nacional	87
4 BRASIL 2018: O MOVIMENTOS DOS CAMINHONEIROS	109
4.1 ASPECTOS DA CONJUNTURA SOCIOPOLÍTICA E ECONÔMICA.....	109
4.2 O MOVIMENTO DOS CAMINHONEIROS.....	117
4.2.1 Evidências de manifestação política sem Partidos	118
4.2.2 Os motivos e a pauta de reivindicação	123
4.3. AS MARCHAS E CONTRAMARCHAS DE UM ACORDO	130
4.3.1. Os impactos econômicos e sociais.....	131
4.3.2 Locaute?	137
4.3.3. Os resultados	141
5 CONCLUSÕES.....	148
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	154
APÊNDICE	163
Apêndice A - QUADRO 1: Roteiro de análise de dados.....	163
ANEXOS	165
Anexo 1 – Dados SPE, 2018.....	165
Anexo 2 – Dados BNDS, 2018.....	169
Anexo 3 – Dados CNT, 2019	177
Anexo 4 – Dados do IPEA.....	179

1 INTRODUÇÃO

A presente tese problematiza um dos temas de expressiva evidência social e política de tempos recentes, o campo de manifestações dos movimentos sociais e a relação desse com a Sociedade Civil, Estado e Mercado. Apesar dos inúmeros estudos já realizados em torno da temática, é premente depreender pesquisas sobre o assunto, com vistas a desvelar a dinâmica atual dos ciclos mais atuais de revoltas e protestos que o mundo tem presenciado na contemporaneidade, em especial, o Brasil, tais como: os deflagrados em junho de 2013 e, mais recentemente, a greve geral de caminhoneiros¹ que parou o País, em maio de 2018.

De forma específica, o estudo em proposição teve como foco central analisar os determinantes e as repercussões para a sociedade brasileira das manifestações populares urbanas, em especial, a greve dos caminhoneiros em maio de 2018, a fim de indicar as implicações que a mesma gerou para a conjuntura econômica do País e para a sociedade nacional como um todo. Avaliar o que aconteceu em Maio de 2018 requer revisitar o cenário anterior ao ocorrido, o acontecimento em suas variantes, seus efeitos e as consequências que ainda permanecem. Recuperar o antes e o depois do ato das manifestações é fundamental para entender e mensurar impactos e efeitos que elas apresentaram. Para tanto, analisou-se aqui o cenário político, econômico e social materializando o movimento de paralisação dos caminhoneiros, a fim de compreender os condicionantes que levaram a uma greve de 10 dias, com bloqueios de estradas em praticamente todo o território nacional, impedindo a circulação de pessoas e produtos. O Mercado contabilizou prejuízos e a economia nacional sentiu os efeitos. Contudo, torna-se fundamental que as análises transcendam aspectos econômicos, já que manifestações, greves e revoltas implicam uma relação intrínseca dos referidos movimentos com a Sociedade e para Sociedade, requerendo a mediação direta do Estado no

¹ A greve geral dos caminhoneiros de maio de 2018 contou com cerca de 700 mil caminhoneiros ou mais, entre autônomos e empregados de frota. O movimento que paralisou o transporte de cargas evidenciou um dos sérios problemas que o Brasil precisa enfrentar, a dependência deste tipo de serviço para o abastecimento do país. Por tais razões é que as consequências foram fortemente sentidas na dinâmica econômico-social, tais como a redução total ou parcial de algumas atividades produtivas, desabastecimento de postos de combustíveis, racionamento de alguns produtos do comércio, redução da mobilidade urbana, entre outras questões. Dentre as principais reivindicações está o aumento discrepante e diário do preço do óleo diesel e do combustível, uma política de preços adotada pela Petrobras que impacta diretamente na demanda, oferta e preço final dos serviços e produtos. Observa-se, entretanto, que tal movimento guardou suas contradições, tanto no que concerne às reivindicações, chegando a pedir intervenção militar, quanto ele não ter se caracterizado essencialmente como um movimento espontâneo dos trabalhadores do transporte de cargas tensionando por direitos, mas sim uma manobra do empresariado dos transportes, a fim de atender a interesses privados do capital. Entre essas duas perspectivas, movimento espontâneo dos trabalhadores e o locaute, há ainda analistas que definiram o movimento como um misto dessas duas tendências, as quais puderam ser estudadas neste trabalho de tese. As ambivalências têm feito parte das revoltas e manifestações mais contemporâneas e, portanto, é tão difícil defini-las de forma unilateral.

equacionamento dos interesses em disputa. Logo, tratou-se de identificar as contradições e ambivalências do movimento, no intuito de compreender se a paralisação se caracterizou por uma greve dos trabalhadores do transporte de carga ou por uma manobra do patronato para atender a interesses privados.

Assim, teve-se a preocupação de compor bases teóricas para análise e estudar as diferentes concepções teórico-conceituais, clássicas e contemporâneas acerca das categorias: Sociedade Civil, Estado, Mercado e Movimentos Sociais, chave para o adensamento da capacidade analítica e crítica do presente estudo. Tendo em vista a dinâmica da sociedade atual, rápida e mutável, limitar-se a concepções clássicas para desvelá-la pode ser arriscado, muito embora o contemporâneo sozinho também não dê conta. Em um cenário de intensas transformações, de muitas cisões, opiniões opostas, dificilmente a unidade seja produzida, mas, talvez, alguns consensos. O momento requer uma nova reorganização social, política e econômica e, para tanto, necessita do envolvimento de todas as esferas e organizações da sociedade.

A situação atual do mundo, em particular do Brasil, tem demonstrado uma tendência de suspeitar de tudo que venha do Estado e de questionar seu papel e sua eficácia. Perigoso, ao passo que se percebe uma rejeição generalizada ao Estado e ao sistema político vigente. Nessa maré de frustrações e desesperanças, há uma crise de legitimidade de ação estatal, afetada diretamente pela crise econômica e política que tem assolado o País há mais de uma década, mas também de uma crise moral e ética que aniquila vidas/sonhos em prol de poder e dinheiro. Os reflexos dessa crise se estendem para o âmbito social, facilmente constatados pelo aumento do desemprego, da violência, da fome, da precarização no atendimento à saúde e da qualidade da educação, da criminalização dos movimentos sociais, entre outras expressões da questão social. Esse cenário gera desalento àqueles que clamam atenção do Estado, a fim de que o mesmo lhes garanta uma rede de proteção social que amortença a queda e reconheça suas reivindicações.

Em tempos de pandemia mundial como a vivenciada desde 2020, é preciso mais do que governantes, as nações precisam de líderes, sujeitos que protejam e resguardem a população de toda a ameaça que a ronda. No decorrer de um ano do Covid-19 que assolou o planeta, foi possível constatar quais nações de fato contaram com líderes responsáveis preocupados com sua população, tratando de adotar medidas que protegessem e resguardassem vidas. No Brasil, já foram registrados mais de 9 milhões de casos contaminados pelo vírus e 220 mil mortos pela doença, em sua maioria, a parcela mais pobre e vulnerável da população brasileira que não dispõe de acesso rápido e adequado para o

combate à doença. De acordo com pesquisa realizada pela CNN Brasil², com base nos boletins epidemiológicos do Ministério da Saúde, ao analisar os índices de mortos pela Covid-19, observou-se que 57% são pretos e pardos³, enquanto os brancos representam 41% desse total. Isso é reflexo da posição desigual dos negros no Brasil, considerando que eles congregam a maior parte do contingente de trabalhadores informais que, durante a pandemia, não puderam deixar de exercer alguma atividade laborativa que mantivesse o sustento das famílias. Portanto, em determinados casos, foram os últimos a recorrer a tratamento e, quando atendidos, em muitos episódios, foram precarizados ou foi tarde demais.

É neste contexto que a função do Estado se torna imprescindível, tanto no que tange à proteção da vida econômica como de saúde do povo. No Brasil, isso não se concretizou, a representação máxima desta nação, o presidente da república, Jair Messias Bolsonaro, tanto brincou com a severidade do vírus, como não foi eficiente, tampouco eficaz na atenção a medidas econômicas que pudessem manter as pessoas em casa. Demonstrando claramente o descaso com as necessidades da população brasileira.

Se o canal de comunicação entre a sociedade civil e o sistema político estiver obstaculizado, a tendência é que os sujeitos que sofrem as mesmas formas de opressão, sejam elas econômicas, políticas, culturais, ideológicas, psicológicas e outras unam-se em grupos e lutem contra a opressão vivida, pois a “liberdade é uma busca, uma utopia que dá sentido ao viver, mas que de forma absoluta é sociologicamente, um absurdo” (SCHERER-WARREN, 1987, p. 8-9). Nenhum grupo é totalmente oprimido ou completamente livre. Esses vínculos são mediados por relações de poder que se apresentam de diferentes formas e forças no mundo. Diante disso, tratou-se de pesquisar e mapear como se constituem e se expressam, em nível internacional e nacional, os movimentos sociais, no contexto das transformações societárias no capitalismo.

Frente ao quadro apresentado, a partir de dados oficiais de agências de pesquisa nacionais, a presente pesquisa investiga a situação socioeconômica brasileira, resultante das manifestações dos caminhoneiros de maio de 2018. A escolha por este estudo deriva das inquietações profissionais e também pessoais da doutoranda, que claramente vincula-se à opção pela formação de graduação e pós-graduação na área de Serviço Social.

Pode-se considerar que os assistentes sociais como trabalhadores e com os trabalhadores estabeleceram um vínculo orgânico com os movimentos sociais, quanto na

² Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2020/06/05/negros-morrem-40-mais-que-brancos-por-coronavirus-no-brasil>. Acesso em 05 de jan 2020.

³ Para fins de classificação, o Ministério da Saúde utilizou a categorização de pretos e pardos. Enquanto que, para as discussões sociohistóricas e sociológicas, utiliza-se a categorização de negros.

relação da profissão com os processos de mobilização e de organização popular na luta por direitos. Isso porque o Serviço Social, como profissão historicamente vinculada às lutas de classe, especialmente as da classe trabalhadora, ao se reconhecer como parte dela e sofrer das vicissitudes do mundo do trabalho, vivencia os mesmos rebatimentos da espoliação, exploração e precarização tão latentes nos tempos presentes, oriundos da contradição entre capital e trabalho. Contradição essa, eixo propulsor da sociedade capitalista, e produto do objeto de trabalho do assistente social, denominada de “questão social”. Destarte que “a questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 77). Ao assumir esse caráter de “questão social”, remete-se necessariamente ao campo político do Estado, devendo ele assumir a tarefa de enfrentá-la. Desta maneira, revoltas e movimentos que contrariam determinações do Estado e lutam por condições de vida melhores expressam manifestações da “questão social”.

Neste horizonte, as manifestações de Junho de 2013 refletem o acima exposto, considerando que, impulsionadas pelos estudantes e trabalhadores vinculados ao Movimento Passe Livre – MPL, levaram às ruas de todo o Brasil milhares de sujeitos com diferentes pautas e bandeiras de luta, partilhando o mesmo sentimento de indignação social. Iniciou-se assim um ciclo de manifestações e revoltas populares que não é permitido afirmar ter terminado⁴. A realidade não pode ser negada, Junho de 2013 não acabou: “depois de três anos de intenso sofrimento social, a revolta dos caminhoneiros acertou esse passo. Ela não conseguiu de fato reunir as duas revoltas em uma só. Mas o sistema político que fez a sociedade de refém tornou-se ele mesmo refém de uma greve geral não decretada” (NOBRE, 2018, p. 32). Apesar do apoio social às manifestações deste Maio de 2018 terem sido ínfimas “essa foi, porém, a única resposta que surgiu ao sufocamento em que a sociedade já se encontra há muito tempo” (NOBRE, 2018, p. 32).

Desde sempre, a história tem cumprido um importante papel de ensinar aos indivíduos os fundamentos de seu presente, alicerçados pelos fatos do passado. Muito embora apenas saberão ler e apreender com este percurso aqueles que se despirem de saberes absolutos e conclusões prévias, ou mesmo precipitadas. Parte-se deste ponto, tendo em vista que 2018 combinou um ciclo de revoltas e manifestações em âmbito global, as quais

⁴ As manifestações sociais fazem parte da formação do processo histórico da sociedade mundial. Por coincidência, no ano em que ocorre o movimento dos caminhoneiros no Brasil, no contexto internacional, comemorou-se os 50 anos de Maio de 1968, movimento que contou com inúmeros jovens que lutavam por liberdade e que se expandiu pelo mundo na forma de múltiplas reivindicações.

impulsionaram mudanças relevantes à sociedade. Justamente no momento em que se presencia no mundo um novo ciclo de irrupções democráticas, não só no Brasil, resultado do vultuoso Junho de 2013, mas também a chamada Primavera Árabe, que derrubou ditaduras e, contraditoriamente, instaurou inúmeras guerras civis.

Esses ciclos de revoltas e manifestações são interpretados a partir de diferentes perspectivas. Há quem considere que Junho de 2013 ainda não terminou e que representou um perigo à democracia brasileira, uma vez que, na esteira dessa história, levou ao impedimento de uma presidente legitimamente eleita e à prisão do ex-presidente mais popular do período democrático do País. Entretanto, não se pode deixar de considerar as transformações que se deram a partir daquele momento, no que tange às “primaveras feminista e secundarista”, entre os anos de 2015 e 2016, bem como o impulso para a renovação dos parlamentos municipais, quando novos atores políticos surgem e se destacam no cenário brasileiro, exemplo da vereadora Marielle Franco, que foi assassinada. É imprescindível que a análise diagnóstica aborde diferentes perspectivas acerca da história, pois, apesar dos fatos não mudarem, ainda assim, os mesmos poderão ser apreendidos a partir de distintos prismas.

Este novo ciclo de revoltas e manifestações tem demonstrado, em âmbito global, movimentos cada vez mais regressivos, que, temendo perder espaços de poder e controle, lançam mão das formas mais violentas, reacionárias e antidemocráticas possíveis. A exemplo disso, no Brasil, vivenciou-se, em maio de 2018, a paralisação dos caminhoneiros, e com o objetivo de encerrar a greve o governo anunciou a Medida Provisória nº 839, que estabelece subsídios fiscais de R\$ 9,58 bilhões ao óleo diesel no país. Mas, se cada vez mais as políticas sociais têm sido alvos de cortes e reajustes com a justificativa de um déficit no orçamento da União, de onde viria tal recurso? Antes de tal anúncio, na tentativa falha de cessar a greve, o governo lançou mão das forças militares de repressão, ameaçando utilizar-se das forças armadas caso os bloqueios perdurassem. O governo tentou ainda creditar culpa à paralisação, no que diz respeito à precarização da saúde, educação e transporte, tendo em vista a falta de abastecimento de produtos e demais transtornos que seriam oriundos da greve. Por conseguinte, mais uma vez, deslegitimar as greves como instrumentos de defesa de direitos da classe trabalhadora apresenta-se como estratégia de manutenção do poder dominante.

A conta da crise tem recaído cada vez mais à classe trabalhadora, pois as desigualdades “não resultaram na união de 99% da população global que detêm riqueza equivalente ao 1% restante. Pelo contrário, é grande a quantidade de muros construídos no campo dos 99%” (NOBRE, 2018, p. 30). A tendência é que esses muros ao redor dos 99% só aumente, caso esse cenário não se altere, caso as regras de redistribuição da riqueza

socialmente produzida não seja redimensionada e redirecionada de forma equânime. A classe trabalhadora não pode ser responsabilizada pela crise política, econômica e social. E seu melhor e maior instrumento de resistência continua sendo as lutas coletivas, as mobilizações e paralisações impetradas nas ruas e espaços públicos da sociedade. A saída da crise dependerá do equilíbrio das forças de classe “do grau com que a massa da população se levanta e diz: ‘Já basta, vamos mudar o sistema’” (HARVEY, 2011, p. 18). Para tanto, os determinantes e repercussões políticas, econômicas e sociais atribuídas às manifestações, em particular, a de Maio de 2018, foram aqui estudadas.

Nesse horizonte, a trajetória de formação profissional da doutoranda se alia às inquietações do estudo proposto. Desde a graduação, esteve vinculada a projetos de pesquisas junto a comunidades, oriundas de ocupações urbanas, onde trabalhou com lideranças de associações de bairros e grupos de catadores de materiais recicláveis, aproximando-se dessa forma dos movimentos sociais, em particular, o Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM. Das experiências enquanto assistente social na área da educação, trabalhou com bolsas de estudo e pôde verificar o abismo existente entre alunos bolsistas e não bolsistas, mas principalmente a lacuna em relação ao ingresso e permanência dos sujeitos no âmbito educacional. Viabilizar bolsas de estudos não é garantia que o sujeito permanecerá nas carteiras das escolas e faculdades, principalmente, em se tratando da rede privada/filantrópica. Sendo assim, tratou de investigar, por meio do estudo do mestrado, o cenário educacional dos alunos Prounistas, e constatou que havia pouca e, em alguns lugares, nenhuma participação dos estudantes na elaboração de políticas de assistência estudantil que visassem garantir direitos de permanência na universidade. O desinteresse do Estado em estabelecer regras mais claras às Instituições de Ensino Superior – IES refletia a falta de investimentos dessas últimas na assistência aos estudantes bolsistas. Para tanto, partiu-se de uma concepção ampliada de participação, a qual não se restringe a um modelo dito “pacífico”, mas também quando “há um caráter educativo nas práticas que se desenrolam no ato de participar, tanto para os membros da sociedade civil, como para a sociedade mais geral, e também para os órgãos públicos envolvidos – quando há negociações, diálogos ou confrontos” (GOHN, 2011, p. 333).

A situação que se apresentou é bastante desoladora, cabendo lembrar que os estudantes em geral sempre tiveram força, ousadia e vigor, característica própria da etapa da vida, para a transformação. Transformações não são momentos estanques, podem iniciar de maneiras singelas e tomar vultuosas expressões. Assim como as manifestações, expressões de lutas que se mostraram de vários tons, cores e atores, ora carregados de ousadia e alegria, ora

de medo e violência. Independentemente do tempo histórico, os movimentos de contestação fazem parte da história da humanidade, para cada tempo um conjunto de condicionantes redirecionam e redimensionam as ações dos atores sociais envolvidos, requerendo desses tanto coragem, quanto insatisfação com o que está posto. Igualmente, pesquisar tais manifestações sociais, visando subsidiar a renovação dos próprios movimentos, já que esses devem ser considerados “fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes” (GOHN, 2011, p. 3) é um dos sentimentos que mobilizou a pesquisadora. As conjunturas econômicas, políticas e sociais de cada tempo são capazes de lhes impor novas exigências, tanto de organização como de bandeiras de lutas. O que se percebeu a partir de 2013 foi que as pautas demandadas pela sociedade brasileira até então predominantes, como a luta pela reforma agrária, dão espaço para demandas focadas em problemas da vida cotidiana, tais como “mobilidade urbana, emprego, finanças/salários, dívidas, serviços sociais como educação e saúde, moradia popular, terra para viver e plantar (demanda já secular, agora em confronto com o agronegócio e outros)” (GOHN, 2016, p. 129). Sem contar que as formas de organização e mobilização dos sujeitos, na atualidade, contam com fontes inesgotáveis de tecnologias de informação e comunicação – TIC’s permitindo novas formas de articulação popular, via os ciberespaços (*Facebook, Twitter, Instagram, WhatsApp* entre outros).

Neste sentido, o Serviço Social tende a cumprir um importante papel com a sociedade, investigar e analisar manifestações e os movimentos sociais e suas pluralidades de expressões, bem como as respostas produzidas pela sociedade às múltiplas formas de expressão. Pesquisas recentes têm revelado uma tendência do Serviço Social em relação à produção de conhecimento na área, a estudos das políticas sociais. Muito embora se reconheça a importância de tais estudos, cabe atentar-se para o que Iamamoto (2008) chamaria de “relação mimética”, de imitação, do Serviço Social com as políticas sociais. Outrossim, é premente refletir e se questionar que, mesmo diante da clara indicação inscrita no projeto ético-político profissional acerca do desenvolvimento das forças políticas e organizativas da classe trabalhadora, das lutas, movimentos e formas organizativas, como centralidade para o Serviço Social, ainda, dedica-se poucos estudos e investimentos da área no que concerne a pesquisas dirigidas a esses campos de fora político-social.

Levando em consideração os quatro anos estudados, podemos afirmar que das 118 pesquisas financiadas pelo CNPq do Serviço Social, 52 (44,7%) estavam relacionadas ao estudo das políticas sociais, com destaque para a seguridade social (35 pesquisas) e mais especificamente a política de saúde (19 pesquisas). [...] Os demais 6 projetos tiveram como assunto abordado: economia solidária; famílias; população em situação de rua; Estado brasileiro; movimentos sociais; participação e controle social (RIBEIRO, 2017, p. 191).

Neste viés, dos 162 trabalhos publicados nos Anais dos CBAS e do ENPESS, realizados entre 1995 e 2008, somente 3% abordaram os movimentos sociais, e neste conjunto escasso apenas 6% relatam experiências de intervenção profissional junto aos movimentos sociais, de acordo com dados da pesquisa. Concomitantemente, realizou-se um levantamento com base no banco de teses e dissertações disponíveis no catálogo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)⁵. Foram filtrados os trabalhos defendidos entre 2000 a 2019, vinculados aos Programas de Pós-Graduação de Serviço Social e de Políticas Públicas; com área de concentração nas Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas, muito embora só se tenha obtido resultados em relação a primeira. As palavras-chave que determinaram as buscas, foram: Serviço Social, Movimentos Sociais, Manifestações Sociais e Protestos Sociais.

Os resultados obtidos foram 418 trabalhos concluídos; desses, 252 em nível de mestrado e 166 de doutorado, entre os anos de 2013 a 2019, demonstrando um evidente interesse dos pesquisadores investigarem os acontecimentos políticos, sociais e econômicos que se intensificaram a partir da segunda década dos anos 2000. No caso brasileiro quando a onda de manifestações e protestos se intensificaram. No que se refere às instituições de ensino onde as pesquisas operaram, tem-se Universidade Federal de Pernambuco concentrando a maioria dos trabalhos, 157; seguida da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo com 108 e da Pontifícia Universidade Católica de Goiás com 78, fechando com a Universidade Federal do Maranhão com 46 trabalhos e a Universidade Federal do Rio de Janeiro com 29 trabalhos. Apesar de contar com 36 Programas de Pós-Graduação⁶ disponíveis em instituições públicas e privadas de ensino no Brasil. Há um equilíbrio entre as pesquisas realizadas no âmbito público e privado, muito embora numericamente a rede pública concentre mais pesquisas/estudos.

Os dados apurados no Catálogo da Capes, como também nos Anais dos CBAS (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais) e do ENPESS (Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social), demonstram uma certa conformidade no que tange ao escasso empenho de pesquisas quando ao tema - movimentos sociais – no âmbito do Serviço Social. Embora esse panorama seja conflitante com determinados preceitos da profissão, cabe investigar o porquê deste quadro, mesmo diante da realidade que demonstra cotidianamente a

⁵ Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/> Acesso em: 02 fev. 2021.

⁶ Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoAreaAvaliacao.xhtml> Acesso em 02 fev 2021.

necessidade de estudar de que forma os movimentos sociais contemporâneos, ou, ainda, os “novíssimos movimentos sociais”⁷ (GOHN, 2017) têm operado na sociedade brasileira.

Acredita-se, neste sentido, que a pesquisa realizada para elaboração deste trabalho de tese contribuirá para alterar o quadro deficitário de pesquisas na área, tanto numericamente, como qualitativamente, pois tratará de atualizar conceitos fundamentais sobre o tema, bem como o estudo debruçar-se-á em uma das manifestações mais recentes e que impactou economicamente, politicamente e socialmente na vida dos brasileiros, a greve dos caminhoneiros. É evidente que a sociedade brasileira terá que (re) conhecer o acontecido, pois a repercussão deste Maio de 2018 ainda custará a cessar.

a) Sendo assim, o problema de pesquisa que norteia o estudo trata do questionamento de: *quais os determinantes e repercussões para a sociedade brasileira de manifestações populares urbanas, em especial da greve dos caminhoneiros de maio de 2018?* No horizonte deste questionamento central, formulou-se outras indagações, quais sejam: a) *Quais as concepções teórico-conceituais, clássicas e contemporâneas, fundamentam as análises acerca das categorias Sociedade Civil, Estado, Mercado e Movimentos Sociais?* b) *Como se constituem e se expressam os movimentos sociais no contexto das transformações societárias no capitalismo?* c) *Qual o cenário político, econômico e social em que se materializa o movimento dos caminhoneiros em maio de 2018?* d) *Quais contradições e ambivalências são possíveis de identificar no movimento de paralisação dos caminhoneiros em 2018? Foi um locaute?*

Em consonância com a problematização do estudo, definiu-se como objetivo geral desta tese *analisar os determinantes e repercussões para a sociedade brasileira das manifestações populares urbanas, em especial, a greve dos caminhoneiros em maio de 2018, a fim de identificar as implicações políticas, econômicas e sociais geradas pela mesma.* Por conseguinte, delimitou-se como objetivos específicos os seguintes: a) *estudar as diferentes*

⁷ O primeiro acadêmico a utilizar a terminologia “novíssimos movimentos sociais” foi Richard Day (2004), ao estudar uma nova onda de ativismo que se inicia no final da década de 90 início dos anos 2000. Outros denominam essa terceira categoria ou geração de movimentos sociais como “movimentos antiausteridade” (PORTA, 2015), por tratarem-se de movimentos de cunho anticapitalistas. Esses novíssimos movimentos sociais surgem na virada de século com parte dos movimentos antiglobalização, iniciados em Seattle em 1999, quando 50 mil pessoas protestavam contra a terceira Conferência da Organização Mundial do Comércio. Sem dúvida, esses novíssimos movimentos sociais apresentam características organizativas e identitárias próprias de seu tempo, e puderam contar com o uso de tecnologias da informação e comunicação como ferramenta de mobilização, organização, aglutinação e construção de identidades coletivas. Por tanto, são definidos como grupos autônomos que recorrem a estratégias e táticas de um ativismo mais radical contemporâneo, a ação direta, rejeitando a horizontalidade e hierarquização dos processos decisórios, da auto-organização ou auto-gestão, apresentam a capacidade de reunir diferentes identidades e atores organizativos, permite várias identidades concomitantes, luta por justiça social e pelo bem comum (DAY, 2004; PORTA, 2007 e 2015; GOHN 2017; ALEGRIA; BULGARELLI; MACHADO, 2020).

*concepções teórico-conceituais, clássicas e contemporâneas, acerca das categorias: Sociedade Civil, Estado, Mercado e Movimentos Sociais; b) pesquisar e mapear como se constituem e se expressam, em nível internacional e nacional, os movimentos sociais no contexto das transformações societárias no capitalismo; c) analisar o cenário político, econômico e social no qual se materializa o movimento de paralisação dos caminhoneiros em 2018; e d) identificar as contradições e ambivalências do movimento, com o intuito de perceber se a paralisação se caracterizou por uma greve de fato ou uma manobra do patronato para atender a interesses privados, o que poderia ser configurado como um *locoute*. Os objetivos geral e específicos, anteriormente descritos, constituíram a ação que conduziu de forma minuciosa a busca da resposta ao problema indicado, por meio de um processo investigativo intenso e rigoroso.*

Neste sentido, para o desenvolvimento da pesquisa, optou-se pela *abordagem teórico-metodológica orientada pelo método dialético-crítico*, de caráter *quanti-qualitativo ou misto* para a investigação e análise dos dados macroeconômicos e políticos da conjuntura brasileira do ano de 2018. Em consonância ao proposto, a abordagem metodológica adotada é a mais adequada, por tratar-se de um posicionamento ético-político profissional da doutoranda, quanto por apreender os múltiplos aspectos da realidade, transcendendo a análises fragmentárias e superficiais. O objetivo é alcançar a essência dos fenômenos através da relação entre aparência e essência, entendendo que constituem objetos em movimento, e que o fim de um processo é sempre o começo de outro. Neste sentido, a dialética situa-se no plano concreto e histórico da realidade, sob a forma da trama das relações contraditórias, conflitantes, de desenvolvimento e transformações dos fatos (FRIGOTO, 1987). Das categorias do método, a contradição e a mediação são a espinhal dorsal desta tese, já que as manifestações de protesto mais contemporâneas apresentam diversas facetas e requerem mediações sócio-históricas para apreendê-las em suas particularidades.

No que tange ao tipo de pesquisa adotou-se uma intensa revisão bibliográfica e documental, e para a análise dos dados coletados a técnica de análise de conteúdo foi a escolhida, a qual consiste, de acordo com Marconi e Lakatos (2011, p. 116), “[...] numa técnica de pesquisa para a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo evidente da comunicação [...] utilizada para investigar o conteúdo das comunicações a partir da classificação dos elementos da comunicação”. A análise embasou-se em dados públicos disponíveis pela Secretária de Política Econômica do Ministério da Fazenda⁸, que realizou um

⁸ Anexo 1: Dados SPE, 2018.

estudo para avaliar o impacto da paralisação dos caminhoneiros de 2018; no Relatório do Departamento de Pesquisa Econômica da Área de Planejamento Estratégico do BNDES⁹, acerca da crise dos caminhoneiros em 2018; na Pesquisa do Perfil dos Caminhoneiros da Confederação Nacional de Transportes (CNT)¹⁰ de 2019; em Boletins de Conjuntura do IPEA de 2018¹¹; além de legislações concernentes ao temas e demais dados socioeconômicos tangíveis ao campo de estudo.

A objetividade da análise de conteúdo “implica que essas descrições se baseiem em um conjunto de normas, para minimizar a possibilidade de que os resultados sejam mais um reflexo da subjetividade do pesquisador que uma análise de conteúdo de determinado documento” (RICHARDSON, 2011, p.223). Para tanto, o processo de análise da pesquisa foi pautado em Bardin (1977, p. 42), da qual a análise de conteúdo incide em “um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens”. Em consonância à técnica estabelecida como instrumento de pesquisa, foi elaborado um roteiro de análise¹², que visou sustentar a análise no momento da tabulação e tratamento dos dados, organizando e sistematizando as informações e dados coletados.

A partir do processo investigativo desenvolvido, é possível constatar que não se deve afirmar que há “bons” ou “maus” movimentos sociais, uma vez que eles expressam sintomas da própria sociedade, e todos eles impactam em alguma medida nas estruturas sociais, uns mais outros menos. Entretanto, aqueles que de alguma maneira afetarem os rendimentos do Mercado e, esses serem sentidos pela economia, tendem a ter suas demandas consentidas, mesmo que paliativamente e/ou parcialmente. As manifestações impetradas pelo movimento dos caminhoneiros em maio de 2018 são a expressão desta afirmação. O Mercado somou inúmeros prejuízos, e a economia nacional, ao sentir seus efeitos, exigiu uma intervenção incisiva por parte do Estado, que ao não sanar o “problema” por meio da força e repressão, precisou estancar a crise através da atenção às exigências impostas pelos manifestantes, mesmo que os danos possam ter sido ainda maiores à Sociedade Civil, e enquanto conjunto social, as exigências foram atendidas. O objetivo central que exigiu uma intervenção deste nível por parte do Estado não estaria assentado nas reivindicações estabelecidas pelos manifestantes, e sim nas pressões e exigências impostas pelo Mercado.

⁹ Anexo 2: Dados BNDES, 2018.

¹⁰ Anexo 3: Dados CNT, 2019.

¹¹ Anexo 4: Dados IPEA, 2018.

¹² Apêndice A: Quadro 1 Roteiro de Análise dos Dados.

O que se constata a partir destes fatos é que a dinâmica da sociedade está calcada no próprio processo de produção e reprodução de riqueza que não deve ser ameaçado por quaisquer revoltas, manifestações ou movimentos sociais, devendo esses serem monitorados e mediados pelo próprio sistema político. Isso não quer dizer que os movimentos sociais não exerçam pressão e não obtenham resultados a partir de suas reivindicações, o próprio sistema político está organizado para operar de forma a atender a pressões e manifestações populares, pois ele se retroalimenta do conjunto social, ou seja, para que se atinja o status de parlamentar representante do povo é preciso que esse defenda pautas de algum (s) grupo (s) da sociedade. Desta forma, é notório que, quanto mais os movimentos sociais conseguirem eleger representantes que defendam suas bandeiras de lutas e elejam governos com visão mais progressista, democrática e socialista¹³, terão mais voz e vez nos rumos das políticas públicas para sociedade, incidindo de forma mais efetiva na governabilidade do País.

Frente ao exposto e em vista de atender os objetivos propostos por este estudo, a presente tese está organizada na seguinte sequência: introdução, na qual buscou-se contextualizar o objeto estudado, bem como os caminhos que foram percorridos para atingir o objetivo. Em seguida, o segundo capítulo tratou de aspectos teóricos conceituais a partir do estudo das três categoriais centrais desta tese: Sociedade Civil, Estado e Mercado, abordando visões tanto de autores clássicos como contemporâneos. Na sequência, o terceiro capítulo debruçou-se no elemento central do trabalho, os movimentos sociais. Este capítulo está subdividido em três tópicos, o primeiro tópico tratou de estudar acerca dos fundamentos teóricos de movimentos sociais, elucidando as origens do termo, desde a tipologia mais clássica à contemporânea e suas diferentes abordagens; o segundo tópico apresentará os significados práticos das manifestações, os alcances sociais e políticos que a história mostra e, por fim, o último tópico deste capítulo exhibe um mapeamento histórico dos movimentos sociais, em âmbito nacional e internacional, com ênfase para aqueles de maior relevância e impacto nas sociedades no decorrer dos séculos XX e XXI.

O quarto capítulo estudou o Brasil em 2018, apresentando o que foi e o que repercutiram as manifestações do movimento dos caminhoneiros para a sociedade brasileira. Desta maneira, apresentará dados oriundos da pesquisa realizada, quanto a aspectos da conjuntura sociopolítica e econômica da época. O quarto capítulo ainda contará com discussões relativas aos motivos das reivindicações, os caminhos de acordos entre manifestantes e representantes governamentais e, por fim, os impactos econômicos e sociais

¹³ Socialismo, enquanto doutrina política e econômica que prega a coletivização dos meios de produção e de distribuição da riqueza socialmente produzida.

resultantes das manifestações, perguntando ainda se houve ou não Locaute. Por fim, as conclusões da pesquisa retomam a tese formulada e discutida durante os capítulos, bem como recupera-se o problema e as questões norteadoras do trabalho, dando destaque aos debates dos movimentos sociais e a experiência das manifestações dos caminhoneiros em maio de 2018, apontando os principais achados da pesquisa e discutindo os desafios que se apresentam no campo das manifestações populares. Principalmente, para os movimentos sociais na atualidade, tendo em vista a relação intrínseca que esses estabelecem com o Estado, Mercado e Sociedade Civil.

2 ESTADO, SOCIEDADE CIVIL E MERCADO: FUNDAMENTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS DOS CLÁSSICOS À CONTEMPORANEIDADE

Ao longo do tempo, inúmeros intelectuais de diferentes áreas do conhecimento debruçaram-se em estudos que visassem desvelar a relação complexa e intensa existente entre Estado, Sociedade Civil e Mercado. Cada um a seu tempo e com a visão a seu alcance, puderam compor um conjunto de conhecimentos que sustentam os saberes sobre as três categorias chaves para este estudo. O amplo leque de intelectuais que aqui se pretende dialogar transita desde a economia política, as ciências sociais e as humanas; liberais, conservadores e contemporâneos; todos esses com vistas a descrever um percurso teórico conceitual capaz de sustentar as ideias que se defenderá no interior desta tese. Para tanto, este capítulo dedica-se a discutir os fundamentos teóricos conceituais acerca do tema Estado, Sociedade Civil e Mercado, a partir da visão de intelectuais clássicos como Hobbes, Locke, Marx, Gramsci e Smith a autores contemporâneos como Gohn, C. Coutinho, Schumpeter, Hayek e outros.

2.1 ESTADO, SOCIEDADE CIVIL E MERCADO

Neste subitem, o propósito é explorar as diferentes perspectivas teóricas dos vínculos históricos e complexos existentes entre Estado, Sociedade Civil e Mercado, temas clássicos da teoria política. A análise parte do pressuposto de que o Estado acompanha as mudanças estruturais da própria sociedade, sendo as “transformações das quais as reformas do estado são parte integrante, foram induzidas em grande parte por fatores exógenos, ou seja, por mudanças estruturais no cenário internacional e ou mudanças significativas na estratégia econômica política da democracia dominante” (PEREIRA, 1999, p. 74). Para tanto, ao passo

que a sociedade se modifica, o Estado também é implicado, exigindo mudanças em seu modo operante.

Partindo deste pressuposto, é importante esclarecer a origem do termo sociedade. De modo mais genérico, é possível indicar que “uma sociedade é a união moral de seres racionais e livres, organizados de maneira estável e eficaz para realizar um fim comum e reconhecido de todos” (AZAMBUJA, 2008, p. 18). A primeira experiência do indivíduo em grupos na sociedade se dá pela família, e esse quando adulto passa a integrar outros grupos de interesses, seja de ordem profissional, educacional, econômica, religiosa etc. O conjunto desses grupos forma a sociedade propriamente dita, os quais variam conforme o tempo histórico, o lugar (país), a cultura, a economia, a política que regem.

Esses laços que envolvem os indivíduos, que não são necessariamente vínculos sanguíneos, denominam-se como *sociedade política*, pois requerem uma organização definida por normas e regras que visem o bem público/comum. O Estado, portanto, nada mais é do que a própria sociedade política, um grupo de indivíduos unidos e organizados permanentemente para garantir a efetivação de um objetivo comum a todos seus membros (AZAMBUJA, 2008). Não quer dizer que o *objetivo comum* seja o *bem comum* para a *maioria*.

O Estado, porém, não é imutável, é uma das formas da dinâmica social, é a forma política da sociabilidade, como diz Luigi Sturzo, e por isso varia através do tempo e do espaço. O Estado antigo, o Estado medieval, o Estado que se organizou sob a influência das ideias da Revolução Francesa, eram diferentes do Estado contemporâneo. Além disso, em todas as épocas o homem desejou modificar e quase sempre modificou o Estado em que vive (AZAMBUJA, 2008, p. 22).

Os homens são seres independentes e únicos, impulsionados por necessidades de diferentes ordens, levando a disputas por interesses conflitantes, uma das características mais presentes na Sociedade Moderna. Nesse contexto, o Estado cumpre a tarefa de garantir o bem público e a ordem para o bom convívio em sociedade, utilizando-se, por vezes, de força, e outras, do consenso, ou ainda,

[...] a instituição como Aparelho Ideológico de Estado (AIE), de acordo com Althusser (1980), é principalmente pensar que para manter-se, o Estado capitalista necessita de um conjunto de agrupamentos, os quais tanto o sustenta quanto têm como função garantir sua produção, reproduzindo a sua ideologia dominante. Diante disto, a título de ilustração, esse “Estado” só pode existir se contar também com um conjunto de AIE, que são: a família, a escola, o hospital, a igreja e a assim por diante (BASTOS, 2014, p. 115).

Neste sentido, pode-se dizer que o Estado cumpre um papel de destaque diante de outras instituições, também importantes e essenciais no conjunto do tecido social, mas mesmo esse Estado “gerente maior” (BASTOS, 2014) é atravessado pelos modos de vida de cada época e reproduz o pensamento e ideologias da ordem social vigente, que também influenciam a família, a igreja e outros.

Aparece aqui, agora, uma diferença com a visão que reduz a instituição apenas ao Estado: para Guattari, na globalização, o centro do poder se desloca do Estado (ou dos Estados nacionais), passando agora a um centro que tanto está à parte, quanto também dentro do sistema do poder. Desta forma, mesmo estando aparentemente “fora”, tal centro controla e submete os diferentes Estados a sua política neoliberal. Ianni (2004), exemplificando, defende que, sob a atual globalização, elegemos um candidato inclusive com propostas ditas mais progressistas para abrir uma brecha contra o modelo neoliberal de Estado mínimo, mas, ao chegar ao poder, tal candidato reproduz o jogo hegemônico em nome da dita governabilidade e do consenso mundial das finanças. Na realidade, isto ocorre porque, diante da atual tendência mundial o foco central de poder está, sobretudo, na Santíssima Trindade do “deus mercado”, que são: o FMI, o Banco Mundial e a OMC (BASTOS, 2014, p. 116).

O próprio avanço do capitalismo tem implicado novas formas de operacionalização das políticas do Estado e demais instituições e organizações, em consonância com o modelo dito como consenso em prol do modo de vida da presente globalização mercadológica. Isso quer dizer que, no conjunto das instituições e agrupamentos dos indivíduos, as identidades que os legitimam reproduzem essas mesmas fontes de dominação estrutural que atualmente são ditadas pelo mercado. É esse mesmo mercado que se organiza e opera a partir de quatro premissas essenciais: estabilizar, privatizar, liberalizar, globalizar, conforme recomendações do Consenso de Washington de 1989¹⁴.

De acordo com os pressupostos estabelecidos por este tratado, pensando políticas para a América Latina, elegeram-se como chave para o desenvolvimento a desregulamentação e controle fiscal. Estabilizar é sinônimo de inflação baixa, redução do déficit e manutenção da oferta de dinheiro; privatizar é a garantia da transferência de bens públicos, como a água, para empresas do setor privado, que garantiriam a eficiência na oferta dos serviços prestados; liberalizar é a abertura das fronteiras para o livre comércio, com vistas à atenção de

¹⁴ Diante do quadro de crise em que se encontravam muitos países ditos “periféricos” e do aumento da dívida externa, as grandes instituições internacionais fornecedoras de crédito, como FMI e BID, reuniram-se num seminário em Washington, em 1989, visando elaborar e “sugerir” um conjunto de políticas que levaria os países endividados à estabilização de suas economias e ao pagamento de suas dívidas. Este pacote de medidas era composto de: ajuste fiscal, que seria obtido através de reformas no sistema de previdência social e reforma administrativa, itens fundamentais para alcançar esta meta; introdução de reformas estruturais, visando à abertura das economias nacionais, o que implicava redução de tarifas; desregulamentação dos mercados financeiros e de capitais; fragilização dos direitos trabalhistas; também deveria haver redução da presença direta do Estado na economia, a partir de um vasto programa de privatização das empresas estatais (FIORI, 1997).

investidores externos; desregulamentar é não estabelecer limites à concorrência, nem manter concorrentes fora do mercado; disciplina fiscal é garantir que os governos não gastem mais do que arrecadam. Um remédio danoso que nem mesmo países desenvolvidos adotaram, mas que países em desenvolvimento, com processos sócio-históricos, políticos econômicos e culturais latino-americanos deveriam submeter-se para solucionar problemas.

Não obstante a crise do fordismo, nos anos de 1970, e a consolidação da hegemonia neoliberal, a partir dos anos de 1980, impetraram uma nova lógica de regulação do mercado, impulsionada por uma mercantilização em benefício do poder financeiro, por meio do estímulo às privatizações, políticas de austeridade fiscal entre outras medidas, cujos resultados mais tangíveis incluem o aumento da insegurança econômica e da desigualdade entre classes sociais espalhadas pelo globo e o “consequente aprofundamento da inquietação social, sobretudo após o advento da crise da globalização” (BRAGA, 2017, p. 25).

Para que as medidas elaboradas pelo Consenso de Washington pudessem ser operadas, o Estado de Direito é elemento central no estabelecimento de legislações fortes e claras que garantam a manutenção dos contratos que o livre mercado venha a estabelecer, sem que haja o risco de descumprimentos. O mercado entende que um Estado forte atrai investidores. Por conseguinte, constata-se mais uma vez que o Estado tende a virar refém do livre mercado que nos dias atuais é ainda mais cruel com a classe que vive do trabalho. Devido aos avanços das tecnologias digitais, inúmeros postos de trabalho foram sendo extintos, outros tantos substituídos por máquinas, resultando desta forma em um contingente de desempregados, excluídos e marginalizados pelo livre mercado. Esse movimento exigiu que os próprios sujeitos encontrassem meios de se reorganizarem e buscassem novas caminhos para manutenção da vida e de seu lugar em sociedade.

A conquista do estado pelas forças da mudança (digamos as forças do socialismo, no universo ideológico de Gramsci) presentes na sociedade civil é possibilitada justamente pela continuidade da relação entre as instituições da sociedade civil e os aparatos de poder do Estado, organizados em torno de uma identidade semelhante (cidadania, democracia, politização da transformação social, confinamento do poder ao Estado e às suas ramificações, e outras similares) (CASTELLS, 2018, p. 56-57).

Mesmo diante da tendência atual e mundial, em que o foco central do poder esteja concentrado nas mãos do Mercado e de seus representantes máximos, FMI, Banco Mundial e a OMC, fontes de resistência e força são renovadas na via da sociedade civil que se vê encurralada e precisando lutar contra a subjetividade hegemônica ditada pela ordem capitalista. Isso não quer dizer que esforços e estratégias por meio do próprio Estado não sejam empregados, já que é preciso se utilizar dos aparatos que o sistema dispõe, a fim de que

se alcance os objetivos. Ou seja, as relações que se estabelecem entre partidos políticos, políticos e movimentos sociais e de resistência.

Por conseguinte, é imperioso adensar tais discussões sobre diferentes perspectivas e abordagens teórico-históricas; a relação entre Estado, Sociedade Civil e Mercado tem se complexificado e requer análises apuradas de diferentes lentes - econômicas, sociológicas, filosóficas e outras – que se complementam diante de realidade tão dinâmica. Infere-se que a leitura mais contemporânea do tema precedeu clássicos que a sustentaram e serviram para o avanço e aprofundamento de estudos e discussões. Desta forma, o subitem que segue abordará alguns dos principais intelectuais clássicos que discutiram Estado, Sociedade Civil e Mercado, a partir de sua área de concentração.

2.1.1 A perspectiva dos clássicos

A análise que segue acerca das três categorias centrais Estado, Sociedade Civil e Mercado orienta-se na perspectiva teórica de clássicos da sociologia e da economia política, com importantes considerações que puderam servir de sustentação para discussões mais contemporâneas ou mesmo contemporaneizadas sobre os temas.

Para teóricos clássicos do liberalismo como Thomas Hobbes (século XVI de 1588-1679), e John Locke (século XVII de 1632-1704), o Estado teria a função de garantir a proteção ao indivíduo e à propriedade privada, já que as pessoas, sendo diferentes, possuiriam capacidades desiguais, tanto de trabalho como de reflexão, e essas resultariam na obtenção de seus desejos. Deste modo, a desigualdade é entendida como algo natural e próprio do indivíduo, não devendo o Estado se ocupar com tais questões. Para eles, à medida que o Estado interfere na vida privada, deixa de cumprir com sua função essencial de garantidor das liberdades.

John Locke (1651, escreveu *Leviatã*), conhecido como um dos pais do liberalismo moderno, defendia que o Estado originário do homem tem seus limites e deve ensinar “a todos os homens, desde que desejem consultá-la, que, sendo todos iguais e independentes, ninguém deve provocar danos aos demais no que se refere à vida, à saúde, à liberdade ou às posses” (LÖCKE, 1980, p. 231). Essa defesa de um modelo de Estado liberal surge de uma progressiva e emergente erosão do poder absoluto do rei e justificado “como o resultado de um acordo entre indivíduos inicialmente livres que convencionam estabelecer os vínculos estritamente necessários a uma convivência pacífica e duradoura” (BOBBIO, 2013, p. 14).

Enquanto o curso histórico procede de um estado inicial de servidão a estados sucessivos de conquista de espaços de liberdade por parte dos sujeitos através de um processo de gradual liberalização, a doutrina percorre o caminho inverso, na medida em que parte da hipótese de um estado inicial de liberdade, e apenas enquanto concebe o homem como naturalmente livre é que consegue construir a sociedade política como uma sociedade com soberania limitada (BOBBIO, 2013, p. 14).

Nesses termos, os direitos naturais dos homens e o *contratualismo* defendido por L \ddot{o} cke estão intimamente ligados, na medida em que o exercício do poder político só é legitimado se houver um consenso entre aqueles que serão governantes e os que serão governados. Este contrato social parte da ideia de que o Estado não expressa o poder de um soberano, um rei, mas é a expressão de seus súditos, indivíduos livres que decidem por delegar poderes organicamente seus a outrem. Ancorado por esta lógica é possível afirmar que não há liberalismo se não houver individualismo. Contrapondo-se à defesa do individualismo, Tocqueville (1805-1859), filósofo clássico do século XIX, preocupou-se com a questão chegando a chamá-lo de “pernicioso”.

Individualismo que, para ele, é criado e alimentado pelo desenvolvimento do industrialismo capitalista, onde o interesse mais alto é o lucro, a riqueza. Pregando francamente a favor de uma moralidade que se confundia com a política, Tocqueville procura demonstrar que os cidadãos, à medida que se dedicam cada vez mais aos seus afazeres enriquecedores, vão concomitantemente abandonando seu interesse pelas coisas públicas. Dessa forma, acabam por facilmente deixar-se conduzir. Isto é, terminam por possibilitar, nesse descaso pelas atividades políticas, o estabelecimento de um Estado que aos poucos tomará para si todas as atividades. Esse Estado começará por decidir sozinho sobre todo assunto público, mas aos poucos irá também intervir nas liberdades fundamentais. (QUIRINO, 1991, p. 155-156).

Tocqueville (2005) discutia os perigos que rondavam as democracias, e essa ausência de interesse dos cidadãos pelas coisas públicas gerariam um “germe” de Estado autoritário, ou mesmo tirano e despótico, fundado por uma sociedade massificada. Sem o exercício da cidadania, a tendência é que se leve à concentração de poder por parte daqueles que governam. Concentração de poder é também concentração de riqueza, já que “um Estado que comandará um povo massificado apenas se preocupa com suas atividades particulares de caráter enriquecedor para os mais abastados ou apenas de sobrevivência para os mais pobres” (QUIRINO, 1991, p. 156).

Se para o liberalismo as pessoas são desiguais entre si, para a democracia tem que haver igualdade, isonomia, ou seja, todos são iguais perante a lei. Neste sentido, tem que haver um limite para o exercício do poder do Estado e as instituições responsáveis pela descentralização administrativa têm papel fundamental para a manutenção das liberdades

fundamentais dos indivíduos. Tocqueville acreditava que somente pela ação política dos cidadãos o exercício da democracia se sustentaria e, portanto, a liberdade dos sujeitos pressupõe a participação nas decisões relativas à coisa pública. A preocupação do filósofo repousou na busca por alternativas que preservassem a liberdade com a garantia de igualdade.

Além do exercício da cidadania, considerado essencial à manutenção da democracia e, por conseguinte, as liberdades fundamentais, os limites das funções e poderes do Estado também devem estar muito claros.

Embora o liberalismo conceba o Estado como Estado de direito quanto como Estado mínimo, pode ocorrer um Estado de direito que não seja mínimo (por exemplo, o Estado social contemporâneo) e pode-se também conceber um Estado mínimo que não seja um Estado de direito (tal como, com respeito à esfera econômica, o Leviatã hobbesiano, que é ao mesmo tempo absoluto no mais pleno sentido da palavra liberal em economia). Enquanto o Estado de direito se contrapõe ao Estado absoluto entendido como *legibus solutus*, o Estado mínimo se contrapõe ao Estado máximo: deve-se, então, dizer que o Estado liberal se afirma na luta contra o Estado absoluto em defesa do Estado de direito e contra ao Estado máximo em defesa do Estado mínimo, ainda que nem sempre os dois movimentos de emancipação coincidam histórica e praticamente (BOBBIO, 2013, p. 18).

O Estado de direito pressupõe um Estado em que os poderes públicos são ordenados por normas e regras gerais, e devem ser executados mediante formalização legal. Para se configurar como um Estado de direito forte, os mecanismos institucionais que limitam e impedem o exercício arbitrário, autoritário e ilegítimo do poder do Estado devem ser respeitados e atendidos, dentre eles: 1º) o controle do Poder Executivo por parte do Poder Legislativo; 2º) o eventual controle do parlamento no exercício do Poder Legislativo; 3º) relativa autonomia do governo local em todas as formas e em graus de respeito ao governo central; 4) uma magistratura independente do poder público (BOBBIO, 2013).

Essa concepção de Estado de direito ainda parece contrastar com a ideia de Estado liberal, já que “liberdade” e “poder” são termos antitéticos; ainda assim, os mecanismos institucionais que limitam os poderes do Estado estão presentes. Sob a ótica do indivíduo “do qual se põe o liberalismo, o Estado é concebido como um mal necessário; e, enquanto mal, embora necessário (e nisso o liberalismo se distingue do anarquismo), o Estado deve se intrometer o menos possível na esfera de ação dos indivíduos” (BOBBIO, 2013, p. 21). Para tanto, evidencia-se que a liberdade que aqui se trata diz respeito à expansão da esfera de liberdade do indivíduo diante dos poderes públicos, com o avanço na emancipação da sociedade civil em relação ao Estado, no que tange à esfera religiosa/espiritual e à esfera econômica ou dos interesses materiais.

Há um avanço teórico ao referir-se à sociedade como sociedade civil. É a filosofia alemã que marcará esse avanço progressivo, inicialmente com Hegel (2000), seguido de Marx (1979) e outros. Em termos hegelianos, a presença do Estado na sociedade civil representa a entrada para a *sociedade política* forjada nos princípios da racionalidade e universalidade. Cabe ressaltar que em Hegel há a negação da concepção de *estado de natureza*, como em Hobbes e Löcke, ambos contratualistas, ideia essa também rejeitada pelo filósofo alemão. Quanto aos princípios racionalidade e universalidade, Hegel entendia que esses contribuíam para superar os conflitos de interesses mediante a intervenção do Estado. Desta forma, o “Estado abriria a passagem do que Hegel chamava de reino da necessidade (busca egoísta dos indivíduos e grupos pela satisfação de necessidades particulares) para o reino da liberdade (sociabilidade regida pela racionalidade e universalidade)” (SOUZA, 2010, p. 33). O Estado seria um mediador dos interesses presentes na sociedade civil, ao controlar qualquer tipo de desagregação social. Portanto, não existe sociedade civil sem a existência do Estado, porque de outra forma ela ruiria em si mesma.

O caráter subordinado do indivíduo nos Estados bem organizados provém, enfim, de que a parte de cada indivíduo no Todo está determinada e limitada. Com efeito, no verdadeiro Estado, o trabalho em proveito do geral é, como na sociedade civil, o da atividade comercial e industrial dividida ao infinito; e embora a vida do Estado apareça, no seu conjunto, como o resultado da atividade concreta de um só indivíduo ou, de modo geral, da vontade dele, da sua força, audácia, coragem, poder ou inteligência, apesar disso inumeráveis ocupações e tarefas que esse indivíduo empreender devem estar confiadas a agentes também inumeráveis (HEGEL, 2000, p. 196).

Contrapondo-se a referida lógica, Marx inverterá esses termos, evidenciando que a evolução da história da humanidade somente ocorrerá com o desaparecimento do Estado e do modo de produção capitalista. Ao formular as reflexões sobre a questão estatal, Marx critica a concepção hegeliana de Estado que parte da Razão Universal. Hegel entendia que somente a partir do Estado e no seu interior a história da civilização tem seu início, pois sem ele não haveria sociedade. Ainda assegura que “a ideia de um contrato (onde indivíduos, voluntariamente ou não, livre e com direitos absolutos, pactuam alienar sua soberania em prol da manutenção e defesa da coletividade) seria uma abstração irreal em seu fundamento” (SOUZA, 2010, p. 34). Já Marx considera que tanto o Estado quanto as relações jurídicas “não podem ser explicados por si mesmo, nem pela chamada evolução geral do espírito humano: estas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existências” (MARX, 1979, p. 82), a explicação repousa na gênese das relações sociais concretas.

As divergências de ideias fazem surgir um novo referencial teórico em relação ao Estado e Sociedade Civil desenvolvido por Marx, onde demonstra as contradições e fetiches presentes na sociedade capitalista. Parte do pressuposto inicial é negar a existência abstrata de uma “natureza humana”, e afirma que a essência das relações humanas, entre homens, é construída no curso da história e por ela explicada. O homem abstrato seria aquele indivíduo proprietário dos meios de produção – privado, interessado em atender as suas necessidades e interesses, para obter mais lucros e ampliar os negócios. Marx critica o modelo de sociedade pautada em valores burgueses erigidos da Revolução de 1789 e demarcados na Declaração dos Direitos do Homem. A Declaração garantia direitos invioláveis à burguesia e um Estado liberal, inaugurando o que Marx chamou de emancipação política.

A emancipação política é, ao mesmo tempo, a *dissolução* da velha sociedade, sobre a qual repousa o Estado que se afastou do povo, o poder senhorial. A revolução política é a revolução da sociedade civil. Qual era o caráter da velha sociedade? Uma palavra a caracteriza: o *feudalismo*. [...] A revolução política, que derrotou esse poder senhorial e elevou os assuntos do Estado a assuntos do povo, e que constituiu o Estado político como incumbência *geral*, ou seja, como Estado real, destruiu necessariamente todos os estamentos, corporações, grêmios e privilégios, que eram outras tantas expressões da separação entre o povo e a comunidade. A revolução política *suprimiu*, com ele, o *caráter político da sociedade civil*. Dividiu a sociedade civil em suas partes integrantes mais simples: de um lado, os *indivíduos* e, de outro, os *elementos materiais e espirituais*, que formam o conteúdo da vida, a situação civil desses indivíduos (IANNI; FERNANDES, 1988, p. 196).

Em outras palavras, a sociedade civil, a partir da revolução de 1789, “alforria” a burguesia das “correntes” da aristocracia feudal. Logo, a burguesia de posse da propriedade privada e dos meios de produção passa a comprar a força de trabalho, única mercadoria disponível à população, e a dispensar aquelas que não cumprem mais a função de acumulação de capital. O Estado burguês cumpre apenas a função de regulador dessas relações de produção, segundo Marx. Dito isso, é possível verificar que a emancipação política não garantiu de forma alguma a emancipação humana que, na análise de Marx, só seria possível pela extinção do Estado, responsável pela alienação das relações sociais, e da extinção do capital “força centrífuga” que reprime as relações entre os homens. É nessa perspectiva que Marx passa a revelar a sociedade civil como sendo o lugar das relações econômicas, ou seja, o homem se associa a outro exclusivamente pelo interesse particular/egoísta.

Ainda mais surpreendente é que o caráter específico da sociedade civil assim definida coincide em tudo e por tudo com o cardo estado de natureza hobbesiano que é, como se sabe, a guerra de todos contra todos [...]. Surpreendente porque na tradição jusnaturalista chama-se de “sociedade civil” aquilo que hoje é chamado de “Estado”, a entidade antiética ao estado de natureza. [...] O estado de natureza dos jusnaturalistas e a sociedade burguesa de Marx têm em comum o “homem egoísta”

como sujeito. E do homem egoísta não pode nascer senão uma sociedade anárquica ou melhor, por contrapasso, despótica (BOBBIO, 1999, p. 38-39).

Apesar da forte influência da tradição marxista acerca do uso da expressão “sociedade civil”, outras concepções e análises do tema foram empenhadas. Dentre os inúmeros estudos relevantes que tratam dessa “dicotomia” sociedade civil/Estado, o pensamento gramsciano merece destaque. Gramsci apresenta uma diferença conceitual em relação à exposta por Marx: sociedade civil em Marx trata da base material, com infraestrutura econômica, enquanto em Gramsci é a superestrutura. Deste modo, “Gramsci seria assim um idealista em teoria social, na medida em que passaria a colocar na superestrutura política, e não na base econômica, o elemento determinante do processo histórico” (COUTINHO, 1988, p. 74). Gramsci não nega a importância das descobertas de Marx e Engels sobre Estado e sociedade civil, apenas aprofunda e amplia, enriquecendo ainda mais teoricamente o tema.

Pode-se por enquanto fixar dois grandes ‘planos’ superestruturais: o que pode ser chamado de ‘sociedade civil’ (isto é, o conjunto de organismos chamados comumente de ‘privados’) e o da ‘sociedade política ou Estado, que correspondem à função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquele de ‘domínio direto’ ou de comando, que se expressa no Estado e no governo ‘jurídico’ (BOBBIO, 1999, p. 39-40, apud, GRAMSCI, 1932, P. 1518-19)

Tanto Marx como Gramsci consideram a ideologia parte integrante da superestrutura, entretanto, diferentemente de Marx, Gramsci deixa claro que sociedade civil é a esfera na qual esses aparatos ideológicos operam, com vistas a exercer sua hegemonia e obter o consenso. Os “aparelhos privados de hegemonia” o qual Gramsci se reporta são “organismos de participação política aos quais se adere voluntariamente (e, por isso, “privados”), e que não se caracterizam pelo uso da repressão” (COUTINHO, 1988, p. 76). Sendo assim, a noção de Estado Ampliado conferida pelo filósofo como sendo o resultado da sociedade política somada à sociedade civil, expressa uma hegemonia revestida de coerção, e essas duas esferas estariam inscritas no interior das superestruturas.

A sociedade política (que Gramsci também chama de “Estado em sentido estrito” ou de “Estado-coerção”), que é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial-militar; e a *sociedade civil*, formada precisamente pelo conjunto das organizações, responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa), etc. (COUTINHO, 1989, p. 76-77).

Tanto a superestrutura como a estrutura são um conjunto emaranhado de interesses, onde a questão central é como fazer que os da classe trabalhadora se tornem hegemônicos, ou seja, os coletivos superarem os ideologicamente (re) produzidos pela classe dominante. Diante disso, Gramsci defende que o Estado deva ser tomado pela classe trabalhadora, só assim, os mesmos serão priorizados. Para Gramsci, a imprescindibilidade do Estado residiria, se assim fizesse, em democratizar suas funções, rompendo, dessa forma, com ações coercitivas e autoritárias.

Gramsci não entende o estado somente a partir do seu conteúdo econômico e social, nas palavras de Marx, “o escritório da burguesia”, mas um conjunto de instituições, regras e aparatos que permitem à classe dominante exercer seu domínio/poder. Portanto, “Gramsci percebe que, na sociedade capitalista moderna, o Estado se ampliou e os problemas relativos ao poder se complexificaram na trama da sociedade, fazendo emergir uma nova esfera social que é a ‘sociedade civil’” (NOGUEIRA, 2011, p. 134). Tanto a sociedade civil como o Estado são organismos que lutam constantemente pela hegemonia.

Assim sendo, no pensamento político de Gramsci, nesse momento, torna-se claro que os conceitos de hegemonia e Estado são inseparáveis e só podem ser compreendidos a partir da oposição entre guerra de movimento (que exige uma estratégia fulminante na tomada do poder contra o Estado forte e coercitivo) e guerra de posição (que exige concentração de hegemonia e movimentação de todos os recursos de hegemonia e do estado para tomada do poder) (SILVA, 2015, p. 254)

Neste sentido, cabe observar que o grupo dominante que detém o poder não lança mão apenas da manipulação ideológica, mas busca articular uma conjunção de grupos sociais em torno dele, o que lhe permite tratar de democracia “entre o grupo hegemônico e os que estão submetidos a esta hegemonia e que abre a passagem da esfera de dominados para esfera dos dominantes” (COUTINHO; TEIXEIRA, 2003, p.53). Assim, o objetivo das forças populares é a conquista da hegemonia, no curso de uma difícil e prolongada “guerra de posições”.

A guerra de posição exige enormes sacrifícios de massas imensas de população; por isso, é necessária uma concentração inaudita da hegemonia e, portanto, uma forma de governo “intervencionista”, que mais abertamente tome a ofensiva contra os opositores e organize permanentemente a “impossibilidade” de desagregação interna: controles de todo tipo, políticos, administrativos etc., reforço das posições hegemônicas do grupo dominante etc. (COUTINHO, 1989, p. 296).

A guerra de posição não pressupõe que a guerra de movimento seja superada, pois esta última trata das condições gerais (econômicas, culturais, sociais) de um país; muito menos que o problema de eliminar o aparato de coerção da classe dominante tenha

desaparecido, esta passagem segue um processo gradual e complexo, requer muita luta. A guerra de movimento, ou guerra de manobra, coexiste na política quando se trata de conquistar espaços ainda não ocupados, não sendo possível mobilizar todos os recursos dos aparelhos de hegemonia e do Estado. Desta forma, “quando essas posições perdem seu valor, e somente as decisivas ganham importância – afirma G. -, então se passa à guerra de assédio ou de posição” (LIGUORI; VOZA, 2017, p. 356).

Ao se tratar da sociedade capitalista onde as disputas entre as classes são inerentes, tendo em vista as contradições presentes na realidade e a necessidade premente da classe dominante perpetuar sua posição de poder e dominação, mais uma vez é reforçada a ideia de Estado como unidade dialética – sociedade política + sociedade civil – uma soma de coerção a consenso, dominação e direção. Às democracias modernas não cabe mais empregarem força para se manter no poder, por isso requerem um conjunto expressivo da população que congrega na sociedade civil para se manter no controle e domínio do Estado. Esta ideia ampliada de Estado possibilita novas formas de disputar a hegemonia, tanto na sociedade civil quanto na sociedade política. Esse fenômeno da disputa entre as classes, no decorrer da história da humanidade, complexificou-se, como também se expressou através de inúmeros movimentos sociais que assumiram densidade e formas de expressão.

Muito embora a equação de Gramsci seja bastante notável, existe um outro elemento central que deve se somar a ela, a fim de que se possa discutir com mais profundidade e solides Estado e Sociedade nas democracias modernas, esse elemento é definido por Adam Smith (1723-1790) como Mercado. Para tanto, parte da ideia de que os mercados são guiados pelo interesse próprio, mesmo que possa soar “imoral” ou “vergonhoso” (SMITH, 1999). Entretanto, mesmo os mercados mais modernos necessitam, para seu bom funcionamento, de regras comuns, bem concebidas e passíveis de serem aplicadas a todos que os compõem, a fim de se evitar roubos, quebras de contratos, ou mesmo a supressão dos mais fracos pelos fortes. As regras podem ser resumidas em três princípios: *liberdade, concorrência e abertura*.

Num mercado *livre*, os indivíduos podem comprar os bens que quiserem, desde que paguem um valor adequado para compensar os vendedores pela perda desses bens. [...] Tal mercado dá a cada indivíduo o máximo de liberdade desde que não fira a liberdade alheia. [...] Num mercado *competitivo*, os indivíduos precisam aceitar como um fato consumado os preços que pagam e que recebem. [...] Num mercado *aberto*, todas as pessoas de qualquer nacionalidade, gênero, cor ou crença podem participar no processo de troca, maximizando a oportunidade de benefícios mútuos (POSNER; WEYL, 2019, p. 42-43).

Smith acreditava que a desigualdade se dava em razão das restrições jurídicas e sociais que beneficiavam a aristocracia e eram inconciliáveis com uma economia de mercado, como

se observa quando afirma que “os ricos [...] são levados por uma mão invisível a fazer praticamente a mesma distribuição de todos os bens necessários à vida que teria sido feita se a terra tivesse sido dividida em partes iguais entre todos os seus habitantes; e assim sem pretender sem saber, eles promovem o interesse da sociedade” (SMITH, 1999, p. 286).

É possível apreender que Smith não considerou que a abertura dos mercados poderia não apenas servir para uma ampla cooperação e bem comum, mas que em determinados momentos essa abertura impediria que os mercados nacionais internos se desenvolvessem, ou mesmo que tivessem o mesmo potencial de concorrência com mercados internacionais já estabelecidos, impedindo ou limitando seu potencial futuro de desenvolvimento e concorrência. Principalmente, com o avanço do capitalismo industrial, há uma expansão do livre-comércio internacional, acompanhado paralelamente de uma política de poder internacional.

Os liberais que priorizavam o livre mercado e a eficiência em detrimento da igualdade formaram a “direita” política moderna, conhecidos nos Estados Unidos como libertários e na Europa como neoliberais. Além de combater a intervenção estatal, a direita também teve papel fundamental ao empenhar-se por mercados mais abertos para produtos e capitais no plano internacional. Suas grandes vitórias se deram nos anos de 1980 e 1990, quando vários países venderam suas estatais, desregularam a economia e se abriram ao comércio exterior (POSNER; WEYL, 2019, p. 45).

Há um crescimento das desigualdades, tanto em relação aos países como grupos identitários – homens brancos versus mulheres afrodescendentes. Apesar das reformas¹⁵ alcançadas pela esquerda política moderna, conhecidas nos Estados Unidos como liberais e na Europa como socialdemocratas, muitos dos avanços obtidos foram sendo subtraídos pela nova ordem liberal.

A concorrência intercapitalista, diz Marx, fez valer as leis do movimento do capital, embora não as crie. [...] Esse pressuposto serve bem ao seu esforço de mostrar que a gloriosa utopia dos economistas políticos clássicos – para os quais a coordenação das liberdades individuais e da propriedade privada pelo mercado redundaria em benefício para todos – produziria na prática um pesadelo distópico marcado por crescentes desigualdades de classe, degradação ambiental em crises econômicas em profusão (HARVEY, 2018, p. 153).

Marx deixa claro que a concorrência perfeita somente pode ocorrer em um espaço em que os custos de transportes são nulos e o movimento é sem atrito. “Mas toda concorrência espacial é concorrência monopólica. Isso porque as empresas possuem

¹⁵ Dentre as mudanças promovidas destaca-se a prioridade à igualdade no interior das nações e à abertura dos mercados a mulheres e minorias internas, grupos antes excluídos das trocas no mercado. Nos anos 1960 e 1970, foram conquistadas vitórias no movimento americano pelos direitos civis e no movimento feminista em todo mundo desenvolvido.

monopólio sobre o espaço particular que ocupam e enfrentam concorrência apenas de um número limitado de empresas (ou nenhuma) em determinada extensão geográfica” (HARVEY, 2018, p. 153).

Diferentemente de Marx, Friedman apoiado nas ideias de Smith, defende que “no comércio exterior, assim como no comércio nacional, é do interesse ‘do grande conjunto da população’ comprar da fonte mais barata e vender para a mais cara. No entanto, ‘os sofismas interesseiros’ levaram a uma proliferação desnorteante de restrições sobre o que podemos comprar e vender; de quem podemos comprar e a quem podemos vender [...]” (FRIEDMAN, 2019, p. 71). Para o autor, a concorrência perfeita baseia-se na liberdade irrestrita dos mercados concorrerem, pois somente desta forma os indivíduos teriam a oportunidade de um ganho maior. Em outras palavras, “em cada país, sempre é e deve ser de interesse do grande conjunto da população comprar tudo o que quiser daqueles que vendem a preço mais baixo” (SMITH, 1930, p. 422).

Em uma economia de mercado moderna não se pode tratar das relações comerciais sem levar em consideração a estabilidade dos mercados internos, a soberania nacional, dentre outros aspectos. Esses são regulados e normatizados com apoio do governo, por meio de legislações sobre contratos e propriedades, bem como a proteção governamental contra quaisquer abusos. Tais conjuntos de regras garantem determinada segurança e confiança para o mercado, bem como para a própria sociedade alvo direto – tanto como consumidora e produtora da riqueza produzida.

Nesta lógica, o movimento dos caminhoneiros que paralisou o Brasil em maio de 2018 colocou em pauta o nível de proteção governamental que o Estado dirigia à categoria profissional naquele momento. E, por conseguinte, a sociedade como um todo, uma vez que a instabilidade constante no preço do óleo diesel e do combustível impactava diretamente no estabelecimento do valor do serviço prestado, o frete. Essa relação em cadeia: custo do transporte, altera o custo do frete, que conseqüentemente é repassado ao consumidor final, por meio de todo e qualquer serviço e/ou produto que venha demandar e que dependa de algum elo dessa cadeia. Por tanto, no interior desse movimento, destaca-se mais uma vez a relação inerente existente entre Estado, Sociedade Civil e Mercado. No cenário mais contemporâneo das sociedades este tema mostra-se ainda mais desafiador, tanto para aqueles que o estudam, como para o conjunto social que vivencia seus efeitos e mudanças aceleradas. Desta forma, o próximo subitem propõe-se seguir com as discussões a partir de leituras e visões mais contemporâneas sobre o assunto.

2.1.2 A perspectiva na contemporaneidade

Intelectuais e estudiosos que apresentam uma visão mais contemporânea acerca da tríade Estado, Sociedade Civil e Mercado buscam pressupostos teórico-históricos em estudos pretéritos, já que a ciência tende a avançar, sem que necessariamente se disperse do que anteriormente tenha sido descoberto, de um conhecimento produzido. Desta forma, muitas vezes as teorias são aprimoradas a partir do olhar que é lançado ao objeto, ou ainda da análise feita do real que constantemente se altera, tendo em vista as mudanças operadas no modo de vida – costumes, hábitos etc. - das pessoas em sociedade, onde se produzem e reproduzem as relações sociais.

“[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais [...]. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual” (MARX, 2008, p. 47).

Neste sentido, Marx foi bastante certo ao referir que “uma sociedade jamais desaparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possam conter, e as relações de produção nova e superiores não tomam jamais seu lugar de existência dessas relações que tenham sido incubadas no próprio seio da velha sociedade” (MARX, 2008, p. 48). Nessa perspectiva, é possível apreender que as relações estabelecidas a cada época entre Estado, Sociedade e Mercado são mediadas pelo movimento da realidade, e à medida que novas formas de organização social, política e econômica se (re) configuram, novas formas de atuação do Estado, organização da Sociedade e intervenções do Mercado são exigidas. Em sendo assim, é possível aferir que as grandes transformações nas inter-relações da tríade são de susceptíveis ocorrências na passagem de um modo de produção para outro. Na especificidade do modo de produção vigente, estas inter-relações se dão a partir das movimentações e inovações tecnológicas que ocorrem em seu núcleo central, qual seja a produção da mercadoria.

O desenvolvimento do capitalismo está diretamente ligado ao ciclo produtivo que produz uma determinada tecnologia que evolui até determinado ponto, alcançando seu ápice, para na sequência decrescer em termos de produtividade marginal do capital, até chegar à face de recessão. Em meio à recessão, os capitalistas com visão empreendedora realizam investimentos na busca de novas tecnologias que lhes permitam encetar um novo ciclo produtivo, a partir da produção de outras mercadorias que lhes possibilitem o retorno daquele investimento e o acréscimo de nova acumulação. Esta substituição ou superação tecnológica

pode ser denominada como destruição criadora ou criativa, ou seja “[...] a estrutura econômica a partir de dentro, incessantemente destruindo a velha, incessantemente criando uma nova. Esse processo de Destruição Criativa é o fato essencial acerca do capitalismo.” (SCHUMPETER¹⁶, 1984, p. 113). É exatamente quando uma tecnologia é descartada pela outra.

Em 1760, período da I Revolução Industrial, a tecnologia da época era a máquina a vapor e a principal mercadoria produzida era o tecido. Observa-se que a sociedade transitava: do ponto de vista econômico do feudalismo para o capitalismo; e do político do absolutismo, para república ou monarquias parlamentaristas. O estágio de globalização dos mercados ostentava a envergadura das tecnologias e energias da época, ou seja, ainda que tenham diminuído as distâncias e o tempo das transações, ainda era considerável. Em 1870, fase da II Revolução Industrial, a tecnologia foi substituída pela automotricidade, e logo os automóveis passaram a ser mercadoria central deste período. A sociedade urbanizada já vivia um estágio bem mais avançado de consumo tais como: luz elétrica; telégrafo, aviação; trem a diesel; televisores e telefones entre outros. Nesta fase, a globalização dos mercados apresenta um expressivo salto de qualidade em termos de diminuição de distância e tempo para a realização das transações comerciais e financeiras. Importante destacar que, junto a todos esses avanços, a lógica do sistema capitalista de produção permanece: produzindo e reproduzindo riqueza, mas também gerando a exclusão daqueles que ficam fora das relações produtivas.

Em sequência ao tempo histórico, o estágio atual iniciado aproximadamente, em meados de 1985, denominado de III Revolução Industrial ou Revolução Científica e

¹⁶ Joseph Alois Schumpeter é considerado um dos economistas e cientistas políticos húngaros de maior relevância da primeira metade do século XX. Além de ser um dos primeiros a considerar as inovações tecnológicas como um motor para o desenvolvimento capitalista, também desenvolveu reflexões acerca da democracia, ele considerava as elites o único grupo capaz (intelectualmente) a governar as grandes massas. Para ele não existia um bem comum: “não há, para começar um bem comum inequivocamente determinado que o povo aceite ou que possa aceitar por força de argumentação racional. [...] mesmo que um bem comum suficientemente definido [...] fosse aceitável por todos, ainda assim não se teriam soluções igualmente definidas para os casos individuais” (SCHUMPETER, 1961. p. 306-307). Schumpeter concebe a democracia como um conjunto de regras que estabelecem o sistema político de uma sociedade, às massas cabe somente escolher quais serão seus representantes no plenário. Para ele, o problema central da teoria democrática não é intensidade da participação popular, mas sim a eficácia do sistema democrático. Também corroboram com as reflexões acerca da teoria das elites intelectuais como: Stuart Mill (1981), Gaetano Mosca (2016) entre outros. Das características que reintegram a teoria das elites como uma perspectiva na ciência política, estão: 1) a desigualdade é a característica permanente nas relações sociais; 2) a desigualdade se materializa através da má distribuição do poder; 3) o poder político é o mais determinante; 4) a classe política, formada por uma minoria, sempre é a detentora deste poder; 5) por ser minoria e por ter interesses em comum, a alternância de poder entre seus membros é facilitada. (a teoria da ação coletiva também explica isto); 6) os regimes políticos se diferenciam com base no comportamento destas elites; 7) oposto à elite está a massa. Apesar de serem maiores numericamente, não detém poder político relevante e estão a serviço da elite (BOBBIO, MATTEUCCI & PASQUINO, 1998, p. 391).

Tecnológica, a nova tecnologia é a própria capacidade do homem em produzir conhecimento e informação. Daí depreende-se que as capacidades físicas e intelectuais humanas que já haviam se materializado no mercado de trabalho como uma mercadoria, na atualidade, passam para um estágio superior: o ser humano se tornou uma mercadoria ainda mais valiosa. É a partir do conhecimento humano que se origina o espaço para a criação da robótica, dos novos comandos numéricos, da química fina, entre outros avanços tecnológicos de diferentes áreas. Assim, a globalização das relações comerciais passa para um estágio mais avançado, onde os polos se aproximam, transformando o mundo em uma grande aldeia global. Nesse estágio, o global e o local se confundem, fazendo com que a tríade se apresente a partir de outros comportamentos teóricos e políticos, fazendo com que as relações societárias também se alterem. É crível que as mudanças nas relações Estado, mercado e sociedade civil, não alteram o propósito final do capitalismo qual seja a produção e reprodução do capital, independente do aumento descomunal de desigualdades sociais.

Por outro lado, a globalização e a inovação tecnológica reduzem a capacidade de manobra dos Estados e dos sindicatos. A mobilidade do capital e a possibilidade de deslocar segmentos da cadeia produtiva para outras regiões desestabilizam a estrutura de salários, deslocando a concorrência para fora da esfera nacional. Como consequência de todos esses fatores, a disparidade de renda está crescendo; e a pobreza, o desemprego e o subemprego estão engrossando a exclusão social. [...] A livre movimentação dos capitais mundiais transformou cada economia em foco alternativo de oportunidade de risco ou especulação financeira. Um capital desvinculado de compromissos nacionais e estritamente ligado a suas motivações endógenas, de um lado, sustenta os processos estratégicos de investimento dos líderes das cadeias globais, de outro, provoca graves danos às economias mais frágeis que desse capital passaram a depender, quando exerce sua absoluta volatilidade em momentos de crise (DUPAS, 2014, p. 13).

Constata-se, portanto, que cada revolução tecnológica altera e transforma as sociedades, refletidas nos compromissos sociais, políticos e ideológicos. É precisamente esta natureza sistêmica que torna a complexidade da mudança técnica uma questão tão crucial para entender o desenvolvimento capitalista. Pérez (2005), ao estudar os ciclos longos de crescimento econômico, onde Schumpeter atribui a ocorrência dos ciclos de Kondratieff ao processo de difusão de grandes inovações na economia mundial, associou os períodos de prosperidade à fase de rápida difusão de inovações-chaves no sistema produtivo; e ainda a noção de “destruição criativa”, maneira de descrever a natureza contraditória das revoluções tecnológicas. Entende a inovação não só como a força motriz de progresso, mas também como a causa de recessões recorrentes e em geral, de condução de ciclos das taxas de crescimento, também ligados a fatores sociais e econômicos.

Por fim, e possivelmente mais importante de tudo, a própria tecnologia se torna um negócio. Com a inovação da máquina a vapor, surgiu uma inovação que teve múltiplas aplicações no campo dos transportes, da mineração, da lavoura e da moagem, sem falar das fábricas e seus teares mecânicos. É preciso aqui a analogia com os computadores nos dias de hoje e suas inúmeras aplicações. Uma vez que se torna um negócio, a tecnologia produz uma mercadoria – novas tecnologias ou formas organizacionais – que precisa encontrar ou até mesmo criar um novo mercado. Não estamos mais diante do empreendedor individual que tenta encontrar maneiras de aprimorar a produtividade por meio de invenções e inovações em seu próprio estabelecimento de produção, e sim de um vasto setor da indústria especializado em inovação e dedicado a vender inovações para os demais (tanto produtores como consumidores). A mercearia ou loja de ferragens da esquina é instigada, persuadida e eventualmente forçada (pelas autoridades tributárias) a adotar uma sofisticada máquina de negócios para gerir seu estoque e controlar vendas, compras e impostos (HARVEY, 2018, p. 121-122).

Esse movimento acelerado e nem tanto espontâneo da expansão das tecnologias tem gerado custos a pequenos comerciantes insustentáveis, impossibilitando de concorrerem com grandes lojas e centros atacadistas com maior poderio financeiro para investir em tecnologias de ponta que lhes garantem o controle dos mercados nacionais e internacionais. E ainda contribuem para “disciplinar” e “desempoderar” os trabalhadores, exigindo maior produção e “doação” à empresa empregadora, tendo em vista o alto índice de desempregados, subempregados ou mesmo subaproveitados no mundo inteiro. Antunes afirma que estamos vivenciando “o advento e a expansão monumental do *novo proletariado da era digital*, cujos trabalhos, mais ou menos intermitentes, mais ou menos constantes, ganharam novo impulso com as TICS, que conectam, pelos celulares, as mais distintas modalidades de trabalho” (2008, p. 30). De acordo com o autor, pode-se denominar de “*escravidão digital*” a atual fase do novo proletariado de serviços. Antunes exemplifica como se dá esse processo de intensificação da exploração do trabalho, por meio da referência à empresa norte-americana Walmart:

Segundo o sociólogo italiano Pietro Basso, a Walmart utiliza-se de elementos do taylorismo e do toyotismo, remunerando o trabalho sempre nos patamares mais baixos. Do taylorismo, diz Basso, a empresa busca sempre maior produtividade, através do uso de tecnologias conjuntamente com o parcelamento das tarefas laborativas. E do modelo japonês, o toyotismo, utiliza-se do just-in-time, tanto em seu espaço de trabalho quanto na sua enorme rede de fornecedores. Como lembra ainda o autor, a Walmart não incorporou nenhum traço de efetiva valorização salarial, sempre recusando salários maiores, além de praticar altas taxas de *turnover*. O seu maior “segredo” é a utilização de uma ampla força de trabalho composta por mulheres, jovens, negros e portadores de deficiência, que vendem sua força de trabalho por valores bastantes reduzidos, valendo-se também de fornecedores chineses que produzem sob encomenda para empresa (ANTUNES, 2018, p. 30).

Fica evidente que a sociedade de mercado tem transferido aos trabalhadores e trabalhadoras o ônus dessas “transformações tecnológicas”, exigindo maior produtividade em

tempo cada vez mais reduzido, a redução nos custos do trabalho, na flexibilização dos contratos de trabalho, que resultam em renunciar a direitos e, por vezes, até de condições dignas de vida e saúde. A hegemonia do capital financeiro está no comando até mesmo do Estado, quem dita as regras são as grandes estruturas financeiras e conglomerados econômicos que dominam a economia de mercado.

As premissas econômicas amplamente defendidas e disseminadas pela retórica neoliberal fizeram com que estudiosos do capitalismo aprofundassem as discussões das engrenagens que permeiam esse sistema. A tese do neoliberalismo é baseada na perspectiva de que o neoliberalismo é a razão do capitalismo contemporâneo, esse último “desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica e norma geral de vida” (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 17) que por sua vez pode ser definitivo como “o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência” (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 17). Ou seja, não apenas aspectos econômicos como severos modelos de políticas fiscais e monetárias, financeirização dos mercados, aumento da margem de ação/intervenção do setor privado, desregulamentação de proteção social caracterizam e definem o neoliberalismo, mas as relações e subjetividades que por ele são permeadas, tais como o individualismo, a concorrência entre os sujeitos, o empreendedor de si etc. Por sua vez, tal leitura acerca do neoliberalismo é apreendida como a nova razão do mundo, razão essa global.

O neoliberalismo não destrói apenas regras, instituições, direitos. Ele também produz certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades. Em outras palavras, com o neoliberalismo, o que está em jogo é nada mais nada menos que a forma de nossa existência, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos. O neoliberalismo define certa norma de vida nas sociedades ocidentais e, para além dela, em todas as sociedades que as seguem no caminho da “modernidade”. Essa norma impõe a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada, intima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo do mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo, que é instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa (LAVAL; DARDOT, 2016, p. 16).

Nesse vértice é importante entender o papel da sociedade civil e da articulação das forças sociais presentes na atualidade. É importante destacar que a sociedade civil é produto da modernidade, no período do absolutismo não existia como intermediária do Estado com o Povo. Portanto, atualmente, a Sociedade Civil é uma esfera política não estatal complexa, a qual tece relações diretas e indiretas entre organizações sociais, partidos políticos, escolas,

categorias profissionais e outros, evidenciando a clara representação de direitos difusos e que se encontram em disputa.

No capitalismo, as classes dominantes constantemente buscam manter-se ideologicamente superiores e no controle da classe subalternizada, com vistas a garantir a reprodução da ordem vigente. Isso se dá por meio das “tentativas bem-sucedidas da classe dominante em usar sua liderança política, moral e intelectual para impor sua visão de mundo como inteiramente abrangente e universal, e para moldar os interesses e as necessidades dos grupos subordinados” (CARNOY, 1988, p. 95).

Para que isso ocorra é premente que a classe dominante tenha representantes nos diferentes níveis de poder que advoguem suas pautas e defendam seus interesses, seja no âmbito de partidos políticos, mídia, igrejas, entre outras organizações sociais. Nesse sentido, a escola, a igreja e a família, para Mill (1981), estão subordinados à alta elite. Já a classe subalterna requer uma construção um pouco diferente, pois a preparação da ideologia das massas está constantemente defrontando-se com a ideologia da outra que detém o poderio econômico e, por vezes, o político. Desta forma, construir uma nova forma de pensar requer uma dimensão educativa, “na medida em que a formação de *uma consciência crítica é um dos alicerces de uma ação política que procura conquistar a hegemonia*” (MONTAÑO; DURUGUETTO, 2011, p. 48), ou seja, uma hegemonia orientada por uma “direção intelectual e moral” na construção de consensos, a partir das demandas e aspirações difusas das classes subalternas, “significa saber convencer, persuadir, ganhar adesão pelo envolvimento ativo e não pela manipulação e passividade. Daí a importância que Gramsci atribui ao trabalho ideológico dos *intelectuais orgânicos* na construção ou manutenção da hegemonia” (MONTAÑO; DURUGUETTO, 2011, p. 48).

Conclui-se, por fim, a importância da garantia de liberdades civis e políticas para livre associação entre pessoas, grupos e organizações, só dessa forma é possível construir novas formas de pensar e agir em sociedade. Entretanto, na atualidade, alguns direitos e liberdades estão em constante ameaça.

Liberalismo e democracia, assim pensamos por muito tempo, compõem um todo coeso. A questão não apenas que nos preocupamos com a vontade popular e com o Estado de direito, ambos ligados não só à autonomia de decisão das pessoas como também à proteção dos direitos individuais. É que cada componente de nosso sistema político parece ser necessário para proteger os demais. Há de fato um bom motivo para recear que a democracia liberal talvez não sobreviva se um de seus elementos for abandonado. Um sistema em que as pessoas têm voz nas decisões assegura que os ricos e poderosos não possam passar por cima dos direitos dos desfavorecidos. Por esse mesmo motivo, um sistema em que os direitos de minorias impopulares são protegidos e a imprensa pode criticar o governo livremente

assegura que as pessoas possam mudar seus soberanos mediante eleições livres e justas (MOUNK, 2019, p. 20).

Stuart Mill é considerado por grande parte dos pensadores do liberalismo como um exímio intelectual do liberalismo democrático do século XIX, já que é defensor do voto censitário e da cidadania restrita. Nesse sentido, o voto na perspectiva de Mill “não é um direito natural. Antes, o voto é uma forma de poder, que deve ser estendido aos trabalhadores para que estes possam defender seus direitos e interesses [...]” (WEFFORT, 2011, p.196), muito embora defenda que o voto dos mais cultos e educados deve ser contabilizados em dobro.

Em primeiro lugar, a adoção do sistema eleitoral proporcional, que garantiria a representação das minorias [...]. Em segundo lugar, a adoção do voto plural. Para Mill, os votos deveriam ser contados com pesos diferentes, dependendo de quem os tivesse dado. [...] Na medida em que os interesses privados tendem a se polarizar em dois grandes blocos, qual seja, o das classes proprietários e o dos trabalhadores assalariados, é necessário que o fiel da balança esteja nas mãos de um terceiro grupo, que por suas condições específicas esteja pessoalmente comprometido com a justiça: as elites culturais (BALBACHEVSKY, p. 196, 2011).

A relação recíproca de dependência entre liberalismo e democracia mostra que pode haver uma disfunção entre um e outro, pois a democracia sem direitos pode levar a uma tirania, como bem temiam os fundadores do liberalismo, e os direitos sem a democracia tendem a fazer do sistema político “um playground de bilionários e tecnocratas, a tentação de excluir cada vez mais do povo das decisões importantes” (MOUNK, 2019, p. 21). Este cenário permitiu a Mounk (2019) acreditar que, no curso da história do século XXI, a democracia liberal pode estar em decomposição, e duas novas formas de regime são proeminentes: a denominada **democracia iliberal**, aquela democracia sem direitos, e o **liberalismo antidemocrático**, que trata dos direitos sem democracia. No tocante à desidratação da democracia, se assim pode-se dizer, Wendy Brown chamou o processo de “desdemocratização” o que em seus termos seria o esvaziamento da essência da democracia, sem extingui-la formalmente.

Ambas as novas formas de regimes que se projetam ferem imensamente o conjunto de direitos existentes nas sociedades modernas. Alguns governos associados a grupos oligárquicos, impulsionados por interesses privados, têm adotado medidas para enfraquecer as instituições democráticas e os direitos da população (dos trabalhadores), a fim de garantir sua posição de poder e dominação, em outros termos, “entre direitos iguais quem decide é a força” (MARX, 2013, p. 309). O neoliberalismo defende que o jogo da concorrência tem que ser respeitado, ainda que admita uma definida participação do Estado, também se beneficia

daqueles que não possuem as mesmas condições de participar em condições de igualdade desse jogo. O Estado deveria intervir como sendo o responsável por resguardar as condições necessárias para aqueles que não as possuem. Entretanto, “A intervenção do Estado tem até um sentido contrário: trata-se não de limitar o mercado por uma ação de correção ou compensação do Estado, mas de desenvolver e purificar o mercado concorrencial por um enquadramento jurídico cuidadosamente ajustado.” (DARDOT e LAVAL, 2016, P. 69), precisamente, para garantir as condições de livre concorrência e rivalidade entre empresas e indivíduos. David Harvey questiona qual a estratégia política deve ser assumida em relação a essa contradição existente entre Estado e propriedade privada, ou ainda, pública e privada, Estado e mercado, já que evidentemente a primeira tem se apresentado como um braço forte da segunda.

O argumento de tentar simplesmente restabelecer o equilíbrio e reforçar as liberdades individuais (como muitos parecem defender, tanto à direita quanto à esquerda do espectro político) não basta, em parte porque a balança pendeu radicalmente para o poder estatal arbitrário, mas em parte também porque se perdeu a fé no Estado como agente potencialmente benévolo. O retorno do Estado ao papel de puro “vigia noturno” só serviria para desencadear os poderes daquilo que já é um capital muito desregulado, permitindo que aja como quiser, sem nenhuma restrição social ou de longo prazo (HARVEY, 2016, p. 57).

Considerando as contradições apontadas, o resultado tem sido cada vez mais “a subtração de privilégios adquiridos (como o direito a aposentadoria, a assistência médica etc.) tornou-se, no neoliberalismo, uma forma descarada de espoliação racionalizada que agora é reforçada por uma política de austeridade adotada em nome da retidão fiscal” (HARVEY, 2016, p. 57). Em nome dessa retidão fiscal, o Estado Neoliberal tem intensificado medidas para destituir direitos, por meio de severos cortes em políticas sociais e serviços públicos, os quais impactam diretamente na condição de vida e de trabalho da população que vive da venda de sua força de trabalho. Entretanto, os sujeitos não assistem pacificamente a essas condutas antipopulares e antidemocráticas e têm se organizado movimentos antiausteridade, como forma de contrapor-se à ineficiência do Estado e os progressivos avanços do capital. Esse amplo aniquilamento de direitos democráticos é reflexo do “ataque neoliberal a esses direitos e serviços é uma forma de espoliação que transfere a poupança gerada pelo corte do gasto público para a classe “não necessitada, mas gananciosa” dos chefes de empresas e bilionários” (HARVEY, 2016, p. 129).

Evidentemente, o que se percebe é que diante de tantas mudanças a população, assim como em outras épocas, não consente pacificamente com as novas maneiras de ser governada, pelo menos no que se refere a conjuntos de classes sociais, movimentos sociais e grupos

diversos que se veem ameaçados na retirada e/ou violação de direitos expressos pela conjuntura atual. Neste momento, as forças sociais que em determinados contextos sociopolíticos pareciam adormecidas, anêmicas, tornam a se articular e a se organizar para novamente reivindicar por suas pautas de luta. No entanto, o século XXI tem sido marcado por manifestações e movimentos sociais distintos, não apenas nas bandeiras que carregam, mas nas formas de elaborar e de expressar suas insatisfações.

Sem dúvida, o movimento deflagrado em 2018 pelos caminhoneiros é significativo para as discussões que sucederão este capítulo, já que essa greve, em sua gênese, apresentou contradições inerentes à relação capital e trabalho, pois congregou representações dos trabalhadores e do empresariado do segmento de transporte de cargas. Portanto, questionando-se acerca de um possível locaute, demonstradas explicitamente as estratégias adotadas pelo mercado para alcançar e manter sua dominação; bem como o conjunto das pautas reivindicatórias, muito embora nem todas fossem relativas a melhorias das condições de trabalho e de vida para os caminhoneiros, já que muitas referiram-se às demandas da categoria, como será apontado.

Isso porque o mundo mudou, e a maneira como as pessoas se relacionam entre si em casa, no trabalho, em sociedade foi alterada, implicando diretamente na visão de homem e de mundo que se deseja deste ponto em diante. Por conseguinte, o próximo capítulo se dedica a estudar justamente essas formas de organização populares e sociais existentes na sociedade, resgatando os fundamentos e concepções de movimentos sociais, até apresentar aqueles considerados mais significativos para a história em âmbito nacional e internacional.

3 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E IDENTIDADES (RE)CONSTRUÍDAS: CONCEPÇÕES EM DEBATE

Os movimentos sociais sempre foram expressão de força e transformação na história das sociedades modernas, bastante diferentes e plurais no curso do tempo, mas sempre importantes para o levante de questões que ficaram e ainda ficam às sombras da sociedade e do Estado. Não cabe defini-los entre bons ou maus movimentos, pode-se afirmar que são projetos societários em disputa, os quais reúnem esperança, sonhos, formas de ver e agir, diante de um mundo em constante transformação.

Apesar dos movimentos sociais serem imprescindíveis para a sociedade histórica¹⁷, eles são altamente questionados e questionáveis em determinadas ocasiões. Muito embora possam promover mudanças consideráveis, não são responsáveis (ou suficientes) para garantir justiça e igualdade social, dependerá das intensões, dos desejos e motivações de cada um. E como toda luta tem dois lados, dificilmente aquele que estiver em vantagem no lugar de poder deixará de ocupá-lo facilmente sem lutar. Para tanto, os movimentos sociais são na história importantes formas de organização que ocupam um lugar de importância, principalmente aqueles que carregam consigo a defesa pelos pobres e marginalizados, ou de forma geral aqueles movimentos que representam as minorias sociais.

Com o acirramento da precarização da vida é ainda mais premente que a articulação promovida por movimentos sociais se difunda. O mundo tem se transformado rapidamente, as tecnologias alteraram o curso da vida das pessoas, ultrapassando os limites do privado. Muito embora o avanço da tecnologia tenha se propagado com a promessa de “facilitar” a vida no trabalho e os relacionamentos interpessoais, o que se tem visto é bem ao contrário, a degradação do trabalho e da vida humana têm se mostrado centrais nesse processo. Por isso, “a ação decisiva e central está na classe trabalhadora (ou mesmo nas classes trabalhadoras), nas lutas e nos movimentos sociais, que mantêm uma dimensão inter-relacional muito profunda entre trabalho, geração, gênero, etnia, a questão também vital da natureza etc.” (ANTUNES, 2018, p. 253).

O século XXI tem sido marcado por intensas lutas; o descaso com a democracia e o descrédito no sistema político resultaram no agravamento das crises e na ascensão das lutas sociais e políticas em escala global. Para adensar o debate acerca dessas transformações e o

¹⁷ Marilena Chauí explica, em seu livro *Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro*, que a sociedade histórica “é aquela que precisa compreender o processo pelo qual a ação dos sujeitos sociais lhe dá origem e, simultaneamente, precisa admitir que ela é a própria condição para a atuação desses sujeitos – sem uma sociabilidade originária, não há origem da sociedade, mas sem a sociedade não há como determinar a existência de uma sociedade anterior a ela” (2014, p. 120).

campo dos movimentos sociais, este capítulo se propõe a estudar profundamente o tema, desde os fundamentos teóricos que sustentam o debate a partir de teóricos clássicos, até os contemporâneos; também os significados práticos das manifestações sociais, como os movimentos sociais se organizam e articulam nas lutas no tempo presente, o que eles trazem a público e como têm operado nas suas intervenções no decorrer do tempo, tentando indicar o que os mesmos buscam dizer. Por fim, pretende-se mapear os principais movimentos sociais que se destacaram no contexto internacional e nacional nas últimas duas décadas.

3.1. OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS DE MOVIMENTO SOCIAL

Para a sociologia acadêmica, a partir de 1940, os movimentos sociais se caracterizam como sendo “um grupo mais ou menos organizado, sob uma liderança determinada ou não; detendo um programa, objetivos ou plano em comum; baseando-se numa mesma doutrina, princípios valorativos ou ideologia; visando um fim específico ou uma mudança social” (SCHERER-WARREN, 1987, p.12). Já para a sociologia marxista, não acadêmica, os movimentos de classes se caracterizam a partir da perspectiva da “necessidade de organização e da comunidade de interesses de classe; a exigência de uma vanguarda para o movimento; o desenvolvimento de uma consciência de classe e de uma ideologia autônoma; uma proposta ou um programa de transformação social” (SCHERER-WARREN, 1987, p. 13).

Os movimentos sociais são sempre uma força ascendente, incisiva e decisiva nas sociedades, considerando que são numerosos e impõem mudanças, ainda que superficiais.

Na América Latina, surgem, a cada dia, em número sempre crescente, frentes populares e organizações de base, comitês de defesa dos cidadãos e associações de vizinhos, que funcionam conjuntamente, ou de modo totalmente independente, aos partidos tradicionais das esquerdas. Na Europa ocidental há movimentos pacifistas, ecológicos e de iniciativa cívica em permanente ascensão, os quais já não podem ser canalizados pela gama existente de partidos estabelecidos (KÄRNER, 1987, p. 19)

No que compreende as perspectivas sociológicas, acadêmica e marxista, para analisar os movimentos sociais há a “natureza de sua ação para transformação, da natureza de sua dinâmica (ou seja, de sua práxis); de sua proposta de transformação (seu projeto); dos princípios que orientam esta proposta (sua ideologia); e dos condutores do movimento (sua direção ou organização)” (SCHERER-WARREN, 1987, p.13). Considera-se categorias fundamentais de análise e interpretação da ação dos movimentos sociais a práxis, projeto, ideologia, organização e direção social, uma vez que tais categorias primam pela

transformação social no horizonte da justiça e da igualdade social. As ações fomentadas pelos movimentos podem ser tomadas como “tentativas coletivas de promover um interesse comum ou de assegurar uma meta comum por meio de uma ação fora da esfera das instituições estabelecidas” (GIDDENS, 2005, p.357), opondo-se às organizações burocráticas – estatais ou não – já estabelecidas.

Neste sentido, apreender “a práxis na sua essência e universalidade é a revelação do segredo do homem como ser ontocriativo, como ser que cria a realidade (humano-social) e que, portanto, compreende a realidade (humana e não-humana, a realidade na sua totalidade) [...] A realidade humano-social é criada pelas práxis” (KOSIK, 1976, p. 202). Ou seja, uma realidade em constante transformação social, desde que essa acompanhe uma consciência social, em direção de um projeto.

Marx atribui à expressão práxis como sendo toda atividade livre, universal, criativa e autocriativa, no qual o homem cria e transforma o mundo e a si mesmo, evidenciando a diferença entre o homem dos demais seres vivos. Marx sublinha nos Manuscritos econômico-filosóficos que também é verdade que todo animal produz, que constrói ninhos, habitações etc, contudo “o animal forma apenas segundo a medida e a carência da espécie à qual pertence, enquanto o homem sabe produzir segundo a medida de qualquer espécie, e sabe considerar, por toda parte, a medida inerente ao objeto; o homem também forma, por isso, segundo as leis da beleza” (MARX, 2010, p. 85).

No que tange ao projeto, esse abrange a procura do que o grupo, ou movimento social, quer modificar na realidade social. “O projeto pode ser uma utopia de transformação, seja o desejo e intento de superação da situação presente ou pode se referir à busca da realização de objetivos mais imediatistas do grupo, presentes em seu cotidiano” (SCHERER-WARREN, 1987, p.16). Esses grupos são de diferentes formas e abrangências; podendo ser pequenos, os quais contam com poucos adeptos; ou grandes, congregando milhares ou até milhões de pessoas, e o que não lhes difere é o potencial de ação coletiva, uma das mais poderosas, presente em sociedade. Ou, ainda,

[...] como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.), até as pressões indiretas (GOHN, 2013, p. 13).

Entretanto, a composição social de um movimento social não representará necessariamente uma classe homogênea, ou mesmo não se reconhecerá como militância

formal nem capacidade hierarquizada de decisão. Muito embora deva perpassar uma ideologia dirigida a um mesmo horizonte, para alguns autores¹⁸, a ideologia refere-se a um conjunto de ideias, crenças, mitos, representações, entre outros que se referem à sociedade de classe. Marx trata a ideologia como aquela que oculta o caráter contraditório do que está essencialmente oculto pelo mundo das aparências, ou seja, “enquanto os homens, por força de seu limitado modo material de atividade, são incapazes de resolver essas contradições na prática, tendem a projetá-las nas formas ideológicas de consciência, isto é, em soluções puramente espirituais ou discursivas” (BOTTOMORE, 2012, p. 271), disfarçando a essência dessas contradições.

A ideologia além desse conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e normas ou regras (de conduta), indicando como as pessoas de determinada sociedade devem pensar e agir, congrega uma função precípua de ocultação da divisão social das classes, da exploração econômica, da dominação política e da exclusão cultural (CHAUI, 2014). Assim, há uma divisão de classes muito clara nas sociedades modernas, considerada decisiva

A sociedade moderna ou histórica (isto é a sociedade capitalista) é constituída pela divisão em classes e fundada na luta de classes. Essa divisão, que faz com que a sociedade seja, em todas as suas esferas, atravessada por conflitos e por antagonismos que exprimem a existência de contradições constitutivas do próprio social, é o que a figura do Estado tem como função ocultar (CHAUI, 2014, p. 125).

Nesse contexto, a classe dominante, valendo-se de seu poder (conhecimento, riqueza, influência etc.), utiliza um conjunto de estratégias ideológicas para dominação e para subjugar a outra, dissipando uma falsa consciência de classes, garantindo que seus interesses particulares sejam defendidos como universais. Por tais razões, Marx sempre tratou desta categoria com um pensamento negativo, muito embora reconhecesse a existência de uma consciência social como sendo um conjunto de valores e ideias sociais de cada época. Já a consciência de classe decorrente da crescente luta política é ilustrada em uma passagem do *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, parte VII

Na medida em que milhões de famílias vivem em condições econômicas de existência que separam seu modo de vida, seus interesses e sua cultura das outras classes, e as coloca em oposição hostil a essas classes, constituem por sua vez uma classe. Na medida em que há apenas uma interligação local entre esses camponeses pequenos proprietários, e a identidade de seus interesses não cria um elo nacional, comunitário, e nenhuma organização política entre eles, não constituem uma classe (MARX, 2000, p.180).

¹⁸ SCHERER-WARREN; KRISCHKE (1987); KÄRNER (1987); GOHN (1998).

Conquanto outros intelectuais problematizaram que a ideologia é um importante instrumento de luta, (LUKÁCS, 1974) afirma que: “Em se tratando de movimentos sociais, denominarei de ideologia os princípios valorativos, as manifestações culturais e as representações de carácter classista que orientam a práxis do grupo e a elaboração de seu projeto” (SCHERER-WARREN, 1987, p. 17-18).

Neste contexto, há de se exigir condições mínimas para o surgimento de um movimento social, em especial, um dos primordiais, a possibilidade de comunicação e expressão coletivas, “quanto mais sejam impedidas essas possibilidades por estruturas sociais totalitárias, tanto mais improvável será o surgimento de movimentos sociais” (KÄRNER, 1987, p. 25). Mesmo diante de estruturas totalitárias, os movimentos sociais surgem como forças sociais organizadas contra hegemonias que denunciam processos sociais exploratórios e excludentes, produzindo uma nova dinâmica social.

Uma das premissas básicas a respeito dos movimentos sociais é: são fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes. Entretanto, não se trata de um processo isolado, mas de carácter político-social. Por isso, para analisar esses saberes, deve-se buscar as redes de articulações que os movimentos estabelecem na prática cotidiana e indagar sobre a conjuntura política, econômica e sociocultural do país quando as articulações acontecem. Essas redes são essenciais para compreender os fatores que geram as aprendizagens e os valores da cultura política que vão sendo construídos no processo interativo (GHON, 2011, p. 332-334).

A direção cultural “tomando por base o estudo concreto da cultura, dos valores sociais e das instituições na sociedade capitalista” é marcada por um passado singular, um concreto presente e um futuro em aberto, que ruma com vistas à libertação das classes subalternas das amarras de um modelo opressor de sociedade. Sendo assim, cabe ressaltar que “todo grupo social tem uma tradição [...] que, compreendendo e justificando todos estes passados, souber identificar a linha de desenvolvimento real [...] cometerá menos erros, identificando mais elementos positivos, sobre os quais apoiar-se para criar uma nova história” (GRAMSCI, 1929, p.35). Com base nessa afirmativa, é premente observar que a história é dinâmica e mutável, a qual os sujeitos que a compreendem e constroem precisam revisitar para melhor compreender seu presente e projetar o futuro.

Nesse processo, um movimento social se refere à ação dos sujeitos na história, e esta ação envolve um fazer por meio de um conjunto de ideias que motivam e fundamentam a ação (GOHN, 1998). Logo, não bastam as carências para haver um movimento social, elas têm de traduzir-se em demandas que, por sua vez, poderão se transformar em reivindicações, por meio de uma ação coletiva. O conjunto deste processo é parte constitutiva da formação de

um movimento social. É o cenário conjuntural, cultural e político do grupo que resultará a força social de um movimento, gerando o campo de forças do movimento.

O paradigma que temos construído, denominado de correlação de forças, estrutura-se em fundamentos críticos do funcionalismo e da ordem dominante. Seu ponto de partida é que a sociedade capitalista não é a única alternativa histórica da humanidade, pois se estrutura na exploração da força de trabalho como valor de uso e valor de troca. O Estado capitalista se articula à dominação econômica, mas pressionado pelas lutas dos trabalhadores e lutas sociais, assegura direitos universais e específicos, embora permaneça a desigualdade real (FALEIROS, 2013, p.216).

Nesses termos, as dinâmicas contraditórias do capital “transformam em conflitos com a consciência e organização de classe, que se manifesta nas lutas por transformação de toda a sociedade” (FALEIROS, 2013, p.216). Há sem dúvida um dilema que permeia a teoria marxista ao se referir sobre *classes* e *consciência de classe*. Marx alerta para não separar/isolar as categorias do espectro da totalidade, não é possível conceber um movimento político, sem percebê-lo, também, como um movimento social. Em realidade, “os dispositivos políticos, por si só, não fazem qualquer sentido: pois os homens têm de mudar ‘*de cima a baixo*’ as condições de sua existência política e industrial e, conseqüentemente, ‘toda a sua maneira de ser’” (MÉSZÁROS, 2008, p. 60). Sob esse prisma, Marx analisa as greves como um importante instrumento de desenvolvimento da consciência da classe trabalhadora, mas guarda a ela as limitações comuns ao processo reivindicatório.

[...] o significado central das greves é que elas não podem ser estruturalmente integradas ao sistema de produção capitalista a longo prazo, mesmo se, de modo paradoxal, ajudarem fatalmente a remediar alguns defeitos parciais do capitalismo, a curto prazo. [...] A abordagem de Marx sempre situa o movimento parcial em seu contexto global. É por isso que ele pode perceber, já nas formas embrionárias de organização da classe trabalhadora, as formas desenvolvidas, do mesmo modo que pode identificar o intercâmbio recíproco das determinações econômicas e políticas em greves encravadas na estrutura capitalista de produção. Assim, surge a ideia de que o sindicalismo simplesmente não pode se tornar uma forma de ação exclusivamente econômica, não importa a intencionalidade do predomínio desse lado de sua natureza, em período histórico determinado (MÉSZÁROS, 2008, p. 60).

Daí depreende-se a necessidade histórica da ação proletária consciente, não se trata apenas das “crises econômicas”, mas de um “*ser*” que faz parte da ontologia social complexa que transcende a determinantes econômicos, ou que esse último se sobreponha a todos os outros, quais sejam: culturais, sociais, subjetivos etc. As relações de poder se organizam e se fundamentam em processos de hegemonia e contra-hegemonia.

A dialética opressão-libertação (ou autonomia) significa que a própria mediação do poder nas relações sociais faz com que os indivíduos ou grupos em suas inter-relações vivam contraditoriamente os dois aspectos opostos deste fenômeno. O

dominante em sua relação de opressão vive a contra opressão do dominado como uma forma de opressão. A liberdade é uma busca, uma utopia que dá sentido ao viver, mas que de forma absoluta é, sociologicamente, um absurdo (SCHERER-WARREN, 1987, p.8-9).

Muito embora as formas de opressão vividas pelos indivíduos não sejam uniformes, não são sofridas no mesmo grau (SCHERER-WARREN, 1987). No jogo das forças sociais, há indivíduos e grupos privilegiados e desprivilegiados. Por conseguinte, há diversas maneiras de expressar as diferentes formas de contra opressão, através de lutas mais ou menos violentas, reivindicações/manifestações, pressões, apatia ou mesmo alienação. “Este processo de formação de consensos acontece por meio dos pares privados da sociedade civil [...] é a capacidade que uma classe fundamental (subalterna ou dominante) tem de construir sua visão de mundo própria sobre o conjunto da sociedade” (BRAVO E CORREIA, 2012, p.134).

Os movimentos sociais geralmente surgem com o objetivo de provocar mudanças em uma questão pública, como a expansão dos direitos civis para um segmento da população. Em resposta aos movimentos sociais, aparecem as vezes contra movimentos em defesa do status quo. [...] Muitas vezes, as leis ou as políticas sofrem alterações em consequência da ação dos movimentos sociais. Essas mudanças na legislação podem produzir efeitos de amplo alcance (GIDDENS, 2005, p. 357).

Portanto, “quando os grupos se organizam na busca de libertação, ou seja, para superar alguma forma de opressão e para atuar na produção de uma sociedade modificada, podemos falar na existência de um movimento social” (SCHERER-WARREN, 1987, p.9). Na concepção teórica de movimentos sociais, dentre as principais categorias, pode-se destacar: participação, direitos, cidadania, identidade, exclusão social e coletividades, entre outras. Considerando que “a cidadania coletiva se constrói no cotidiano através do processo de identidade político-cultural que as lutas cotidianas geram” (GOHN, 2012, p. 21). Isto porque os movimentos sociais representam forças sociais organizadas que aglutinam pessoas, seus pensamentos, ideologias, consciências embutidas de uma ação comum. Cabe ainda que se faça uma distinção essencial ao tratar de movimentos sociais e o campo de manifestações:

Movimento e mobilização sociais. Deve claramente se diferenciar o conceito de *movimento social* do de *mobilização social*. Longe de se tratar de uma questão semântica, um “movimento social” caracteriza uma organização, com relativo grau de formalidade e de estabilidade, que não se reduz a uma dada atividade ou mobilização. Uma “mobilização social” remete a uma atividade, que se esgota em si mesma quando concluída. Mobilização pode ser uma ferramenta do movimento; também uma mobilização pode se desdobrar em outras até formar um movimento; mas em si, mobilização não necessariamente significa uma organização nem constitui um movimento social (MONTANO; DURIGUETTO, 2011, p. 264).

Esses equívocos ainda são bastante comuns quando noticiados na mídia e tratados como a mesma coisa. É importante que se tenha claro, dentre as determinações de um movimento social, que esse “é conformado pelos próprios sujeitos portadores de certa identidade/necessidade/reivindicação/pertencimento de classe, que se mobilizam por respostas ou para enfrentar tais questões – o movimento social constitui-se pelos próprios envolvidos diretamente na questão” (MONTANO; DURIGUETTO, 2011, p. 264). Portanto, distinguindo-se de outras formas de organização, tais como ONGS, essas constituídas “por agentes, remunerados ou voluntários, que se mobilizam na resposta a necessidades, interesses ou reivindicações em geral alheios, não próprios” (MONTANO; DURIGUETTO, 2011, p. 264).

Os tratamentos teóricos são importantes para que fundamentalmente são se misturem as formas de organização populares, muito embora não se tenha uma definição unívoca do que seja um movimento social, já que a pluralidade decorre dos diferentes paradigmas de interpretação. Nas últimas duas décadas, tem-se acompanhado inúmeras manifestações, protestos e revoltas populares pelo mundo, e alguns autores defendem que essas “manifestações são movimentos que construíram significados novos para as lutas sociais (essa sim, uma categoria mais ampla). E construíram esses novos significados porque novos sujeitos entraram em cena” (GOHN, 2014, p. 435). Para esses sujeitos são atribuídos novas práticas, valores, formas de organização e ação. Quando em tempos atrás os sujeitos eram mobilizados por meio de cartazes e convocações em frente de fábricas, na atualidade os meios de articulação e mobilização são on-line, ampliando e diversificando o perfil daqueles que compõem as lutas.

Tais mudanças ocorrem substancialmente pela nova ordem global imposta pelo mundo capitalista moderno, uma sociedade globalizada interconectada em rede. Essa nova forma de dominação capitalista surge essencialmente das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, onde o símbolo da revolução social, o operário industrial, cede espaço na multidão ao novo sujeito político. Análises sobre a globalização viam com determinado pessimismo a continuidade de movimentos sociais. Entretanto, o surgimento de protestos globais foram sendo registrados, sobretudo, depois de Seattle¹⁹, o que remete à posição de que “se a

¹⁹ Em 1999, a cidade americana de Seattle, sediou a terceira conferência da Organização Mundial do Comércio (OMC), agendada para dar início a Rodada do Milênio, a qual marcaria um novo ciclo das negociações, entre os países e seu principal objetivo era a liberalização dos mercados, em particular dos investimentos e serviços públicos. “As manifestações contra a Rodada do Milênio – precedidas de assembleias e iniciativas de informação em todo mundo – foram organizadas por 1.387 organizações não-governamentais, sindicatos, ambientalistas e Igrejas de várias denominações” (DELLA PORTA, 2007, p. 07). Sobre o lema do “O mundo não está à venda”; “Não à globalização sem participação”; “Somos cidadãos e não apenas consumidores”; “OMC = Capitalismo

globalização reduz alguns espaços para a ação coletiva, ela também cria novas oportunidades” (DELLA PORTA, 2007, p.20). Neste sentido, o que se entende por movimento social global? Quais seriam as semelhanças, aproximações e expectativas com os movimentos sociais? Em realidade, “movimento social refere-se à presença de redes de interações predominantemente informais, baseadas em crenças compartilhadas e na solidariedade, que se mobilizam acerca de temáticas conflituosas mediante o uso frequente de várias formas de protesto” (DELLA PORTA, 2007, p.23), neste sentido, “os movimentos sociais globais deveriam, portanto, ser atores organizados em torno de redes estendidas para além do Estado nacional, dotados de identidades globais, que definem suas causas como supranacionais, promovendo campanhas de protesto que envolvam vários Estados” (DELLA PORTA, 2007, p. 23).

É fundamental observar as três condições basilares para a existência de um movimento social global, que são: identidade e valores comuns, repertórios de ação não-convencionais e redes de organização. Fica evidente que a globalização contribuiu para envolver redes de organizações de diversos países; ao mesmo tempo que acentuou o poderio de organizações e empresas multinacionais, fez nascer uma “sociedade civil global” (DELLA PORTA, 2007) que luta por interesses comuns, mas principalmente protesta contra medidas que degradam o meio ambiente, as relações humanas, as condições dignas de vida em sociedade. Para tanto, os movimentos sociais globais entremeiam temas próprios do neoliberalismo e por isso adota-se o termo globalização neoliberal.

[...] para os sindicatos, a liberalização econômica piora as condições dos trabalhadores; para os ecologistas, a desregulamentação provoca contínuos desastres ambientais; para as feministas, a redução dos serviços públicos penaliza sobretudo as mulheres; para os grupos de solidariedade com o Terceiro Mundo, a globalização acentua a pobreza dos mais pobres; para as associações dos povos indígenas e para os camponeses, acelera a destruição de suas tradições e de sua terra; para os pacifistas, o neoliberalismo desemboca nas guerras (DELLA PORTA, 2007, p. 43).

Assim, a globalização impôs mudanças por uma nova ordem global, fazendo com que todos os âmbitos da vida social fossem atingidos, além da dimensão econômica “o capitalismo no plano mundial, nas últimas quatro décadas, transformou-se sob a égide da

sem consciência”; “Comércio: limpo, ecologicamente correto e justo” os manifestantes organizados em grupos de afinidades, foram estrategicamente encontrando diferentes maneiras de se manifestarem, dificultando e impedindo o pleno funcionamento do evento. Para isso, estabeleceram estratégias distintas, desde as mais pacíficas como de pessoas sentadas ao chão e acorrentadas umas às outras; ou formas mais teatrais, no caso dos manifestantes fantasiados de tartarugas que circulavam entre as multidões, a fim de evitar a violência e confrontos com a polícia; e registrou-se também, práticas mais violentas por parte de alguns grupos de manifestantes que quebraram vitrines de estabelecimentos comerciais de multinacionais, como expressão da rejeição a imagem que esses comércios representam diante da nova era, marcada por mercados globais (DELLA PORTA, 2007).

acumulação flexível, trazendo uma ruptura com o padrão fordista e gerando um modo de trabalho e de vida pautados na flexibilização e na precarização do trabalho” (ANTUNES, 2018, p. 153). A lógica desta nova fase do capitalismo é a constante inovação e avanço tecnológico, tanto de produto quanto de pessoas, tornando facilmente obsoletos e descartáveis sujeitos que vivem da venda da força de trabalho.

São tempos de desemprego estrutural, de trabalhadores e trabalhadoras empregáveis no curto prazo, por meio de (novas e) precárias formas de contrato, em que terceirização, informalidade, precarização, materialidade e imaterialidade são mecanismos vitais, tanto para a precarização quanto para a ampliação da sua lógica (ANTUNES, 2018, p. 153-154).

Diante da nova fase da “degradação do trabalho”, denominado por Antunes (2018), resta aos sujeitos que encontrem novas formas de enfrentarem os desafios que lhes são impostos. Antonio Negri e Michael Hardt desenvolvem a teoria das multidões, a genealogia das modernas resistências, revoltas e revoluções como formas de enfrentamento à nova lógica imposta pelo capitalismo. Apontam “uma tendência das organizações de resistência e revolucionárias, não só de alcançar uma sociedade democrática, como criar ao mesmo tempo relações democráticas internamente, isto é, dentro de suas estruturas organizacionais”.

Esta genealogia revela uma tendência das organizações de resistência e revolucionárias não só para se constituírem em meios para alcançar uma sociedade democrática como para criar internamente, dentro de sua estrutura organizacional, relações democráticas. Além disso, a democracia vem-se tornando uma exigência cada vez mais disseminada em escala global, às vezes explícita, mas não raro implícita nas inúmeras queixas e resistências manifestadas contra a atual ordem global (HARDT; NEGRI, 2012, p. 15).

Neste sentido, a multidão também é entendida como uma sociedade global alternativa, contribuindo para o desenvolvimento da democracia. Ela não apresenta uma identidade única e imutável, como o povo; não é homogênea, como as massas; as diferenças são motores comuns que permitem descobrir, estabelecer diálogo e agir em conjunto.

O comum que compartilhamos, na realidade, é menos descoberto do que produzido. (Relutamos, em utilizar a expressão no plural os comuns [the Commons], porque ela remete a espaços de partilha pré-capitalista que foram destruídos pelo advento da propriedade privada. Apesar de um tanto estranho, o comum [the common] ressalta o conteúdo filosófico do termo e deixa claro que não se trata de uma volta ao passado, mas de um novo desenvolvimento.) Nossa comunicação, colaboração e cooperação não se baseiam apenas no comum, elas também produzem o comum, numa espiral expansiva de relações. Esta produção do comum tende atualmente a ser central a todas as formas de produção social, por mais acentuado que seja seu caráter local, constituindo na realidade a característica básica das novas formas dominantes do trabalho hoje (HARDT; NEGRI, 2012, p.14).

Evidencia-se, portanto, a ideia que essas formas de organização dos movimentos de libertação, revoltas e revoluções impulsionados pelas multidões, apesar de não uniformes, tratam de buscar alternativas de relacionamento que as levem a solucionar demandas, ao mesmo tempo locais e globais, de cunho coletivo como a luta contra a miséria e a pobreza, além da defesa intransigente pela democracia. A democracia pode ser tanto um objetivo quanto um meio para os movimentos. É carregada de promessas, pode oferecer tanto proteção em relação às ações arbitrárias do Estado, como a garantia da participação dos sujeitos na tomada de decisões e transparência no modo como este Estado atua.

De todo modo, os movimentos sociais no mundo têm expressado a profunda e aguda descrença na política atual, reivindicando que a ética e a política “voltem” a caminhar juntas, para o reestabelecimento ou construção do bem comum. Os movimentos sociais mais contemporâneos encabeçados na sua maioria por jovens, apesar de aparentemente defenderem bandeiras plurais, o pano de fundo que entremeiam é justamente a defesa pela democracia e pela dignidade a vida humana. Diante desses grandes desafios impostos pelo momento presente, compreender os significados práticos das manifestações contribui para desobscurecer as intensões e as razões pelas quais determinadas manifestações adotam determinadas atitudes. Bem como para atentar se o movimento dos caminhoneiros pode ou não ser apreendido como um movimento social e quais as estratégias empregadas nas manifestações de protestos pelos sujeitos que fizeram parte daquele Maio de 2018.

3.2 OS SIGNIFICADOS PRÁTICOS DAS MANIFESTAÇÕES

Manifestar-se consiste em um ato genuíno do ser humano. Toda criança é impelida a fazê-lo; por meio do choro se estabelece um canal de comunicação para expressar algum tipo de incomodo, ou mesmo de solicitação. Na idade adulta, as carências se transformam, bem como as formas de expressão das mesmas. As práticas de manifestação se intensificam, ao passo que algumas se alteram de acordo com o contexto social, político e econômico no qual se está inserido.

Assim, buscam-se outras maneiras de expressar desejos e anseios, medos e sonhos, certezas e incertezas. Portas de banheiros ou classes escolares são, muitas vezes, instrumentos de recado; muros e prédios, casas e praças são alvos de grafiteagem que minutam mensagens breves de anônimos acerca de temas diversos, insatisfações políticas ou, por vezes, declaração de amor (essas mais raras). A arte também é uma maneira simbólica de dar sentido ao viver,

através de uma música, de uma apresentação teatral, de um poema é possível dar sentido ao caos diário e resistir a tempos de instabilidade, insegurança e medo.

Muitas coisas podem ser potenciais canais de emissão de significados: sermões religiosos, cartas, e-mails, rituais (como casamentos e batizados) etc. Por isso, a palavra consiste em uma poderosa ferramenta de transmissão de informação. Com os avanços tecnológicos, as mídias digitais e informacionais têm permitido que as palavras sejam salvas e repassadas para lugares longínquos. A história das sociedades demonstra claramente como as elites se apropriaram da linguagem escrita para permanecer dominando e armazenando o conhecimento para si, “usavam a língua escrita para seus próprios fins (especialmente manter o registro de quem havia pago suas dívidas e impostos), mas com o crescimento da alfabetização cresceu também a capacidade das palavras de mobilizar pessoas” (JASPER, 2016, p. 65). A imagem acompanha muitas vezes a forma escrita, mas sozinha não deixa a desejar, pois carrega consigo sua singular tradução.

Hoje em dia, imagens em movimento são tão baratas que os protestos são transmitidos ao vivo pela internet, disponível em todo mundo. Foi o que aconteceu durante todos os eventos do Occupy, apesar das frequentes interferências e detenções feitas por policiais, os quais reconheciam que nada lhes poderia causar problemas mais rapidamente do que serem mostrados em vídeo molestando ou punindo, para não dizer espancando, um manifestante pacífico (JASPER, 2016, p. 66-67).

Acredita-se que as manifestações tomam um espaço importante na vida das pessoas, mesmo que não as reconheçam, por vezes. O comentário postado em rede social é uma forma aceitável de opinar publicamente sobre determinado assunto. Entretanto, muitas manifestações de coletivos, grupos ou movimentos sociais ainda são rotulados como atos desordeiros ou impulsionados por “desocupados”, ainda que tratem dos mesmos temas debatidos cotidianamente em rede sociais ou espaços como grupos de *WhatsApp*. A questão é por quê? Neste caso das manifestações coletivas ocorridas em praças, ruas e vias públicas tendem a ser noticiadas de forma bastante negativa, pois muitas delas expõem aquilo que está mais obscuro nas sociedades, tudo o que não se quer reconhecer ou mesmo desocultar. Apesar disso, os manifestantes fazem questão de ser capa e notícia de jornais. Suas performances são propagadoras de mensagens, dentre elas, uma essencial: *nós estamos aqui, mesmo que não gostem, ou não nos reconheçam, ainda estamos aqui*.

Então, quando as pessoas se reúnem nas ruas, uma implicação parece clara: elas ainda estão aqui e lá; elas persistem; elas se reúnem em assembleia e manifestam, assim, o entendimento de que a sua situação é compartilhada, ou o começo desse entendimento. [...] os corpos em assembleia “dizem”: “nós não somos descartáveis”,

não importando que estejam ou não usando palavras no momento; o que eles dizem, por assim dizer, é “ainda estamos aqui, persistindo, reivindicando mais justiça, uma libertação da precariedade, a possibilidade de uma vida que possa ser vivida” (BUTLER, 2018, p. 32).

Fica evidenciado que as manifestações públicas em espaços públicos são uma maneira poderosa de dar vez e voz a questões e temas marginalizados, mas principalmente aos sujeitos que são expressão de tudo isso. Neste sentido, a linguagem atua de forma poderosa, atrás da performatividade pode-se produzir uma nova situação ou acionar um conjunto de efeitos (BUTLER, 2018). Essa, por sua vez, “caracteriza primeiro, e acima de tudo, aquela característica dos anunciados linguísticos que, no momento da enunciação, faz alguma coisa acontecer ou traz um fenômeno à existência” (BUTLER, 2018, p. 35). Observa-se que nas ondas de manifestações ocorridas pelo mundo nos últimos dez anos, um tema comum entre todas elas diz respeito à justiça social, ética na política e defesa pela democracia. Certas vezes, as manifestações foram acusadas de não apresentarem uma demanda, uma bandeira de luta objetiva, mas esse argumento se esvazia de sentido à medida que lutar por justiça não cabe em apenas uma bandeira de luta, e sim em um conjunto de ideais a serem alcançadas.

Para tanto, essa é uma das características dos novíssimos²⁰ movimentos sociais e dos sujeitos que os integram. São capazes de conviver com uma diversidade de pessoas que lutam por bandeiras diversas, que podem ou não ser da mesma corrente ideológica, que podem ou não ser religiosos. O fato é que eles rejeitam veementemente a verticalidade e centralidade nas decisões, bem como não há uma ideologia hegemônica, utopia ou sonho unívoco que os inspirem (GOHN, 2014, p. 432). Desta forma, o movimento se faz no cotidiano, sem elaborar grandes planos e sem definir líderes únicos e coordenações verticalizadas, todos são lideranças do coletivo.

Alguns retiram da esquerda ensinamentos sobre a luta contra o capital e as formas de controle e dominação do capitalismo contemporâneo, na busca da emancipação. Do anarquismo e do socialismo libertário, grupos ressuscitam e renovam leituras sobre a solidariedade, a liberdade dos indivíduos, a autogestão, e esquecida fraternidade, retomada nas ações de enfrentamento à repressão policial. Há também um novo

²⁰ Observa-se que, na literatura acadêmica, há uma divisão entre os chamados movimentos sociais dito antigos e os novos movimentos, mais recentemente, incluiu-se a esse conjunto de categorizações os novíssimos movimentos sociais. Os novos movimentos sociais surgidos na segunda metade do século XX, onde as questões de identidade (feminismo, LGBT entre outros) compunham a articulação do grupo e não apenas aspectos relativos à questão econômica e produtiva como os de primeira geração ditos de antigos movimentos sociais que compreenderam o século XIX e a primeira metade do século XX. Esses movimentos organizavam-se em torno de pautas operárias e sindicais, sua organização interna era muito hierarquizada, caracterizam-se por estruturas mais rígidas, semelhantes a partidos políticos. Embora os novíssimos movimentos sociais, que marcam o século XXI, rompam com essa perspectiva organizativa, as pautas de luta integram tanto bandeiras operárias como questões identitárias. Cabe ainda salientar que, apesar da categorização em torno dos movimentos sociais, isso não significou a supressão da existência de um deles no decorrer da história.

humanismo na ação de alguns, expresso em visões holísticas e comunitaristas, que critica a sociedade de consumo, o egoísmo, a violência cotidiana – real ou monitorada pelo medo nas manchetes diárias sobre assaltos, roubos, mortes etc., a destruição que o consumo de drogas está causando na juventude e outros. Busca-se reumanizar os indivíduos, promover a paz, combater a violência. Muitos não têm formação alguma, estão aprendendo na luta do dia a dia, formatando seus valores conforme o calor da hora (GOHN, 2014, p. 432).

Isso posto, fica evidente que o que lhes motiva é a insatisfação, o desencantamento, a descrença no cenário ético-político, no mercado de trabalho, na estrutura estatal, todos esses elementos só lhes permitem sentir mais insegurança e instabilidade no convívio humano-social e nas relações democráticas. Para os movimentos sociais, as liberdades democráticas são cruciais, pois garantem a livre manifestação, diferentemente dos períodos ditatoriais, onde a repressão e a violência eram uma tônica comum. Esses novos sujeitos da cena contemporânea são na maioria jovens em idade de formação profissional, não conseguem vislumbrar um futuro profícuo para si e seus pares, já sentem os desgostos da vida adulta, desde familiares desempregados a dificuldades de acessar serviços de saúde, educação e de mobilidade urbana. Em suma, a precarização das relações e da vida decorrem da intensificação do individualismo, do consumo exacerbado, da acumulação desmedida, da espoliação do trabalho, da efemeridade das relações e das coisas, ou seja, são aspectos econômicos e subjetivos estreitamente ligados à narrativa neoliberal, que fazem com que esses novos sujeitos precarizados tomem a cena contemporânea e lutem por melhores condições de vida em sociedade.

Cartazes construídos por eles mesmos, em cartolinas, panos ou pedaços de papelão, descrevem os sentimentos que os levaram a tomar as ruas. Durante as manifestações de Junho de 2013, no Brasil, deixaram muito claro o tom das insatisfações: *O pão tá caro e o circo perdeu a graça; Desculpem o transtorno, estamos mudando o país; Nossos sonhos valem mais que 0,20*. As reivindicações apontam que a luta não é por um ajuste ou simples reformas, requer uma mudança profunda de modelo de desenvolvimento. Gohn trata como falsa a afirmação que os movimentos não tinham metas, propostas, projetos “suas metas estão na base de outro desenvolvimento, voltadas para escolhas de outras prioridades nas políticas públicas, e para outros parâmetros éticos dos políticos que ocupam cargos públicos” (GOHN, 2014, p. 433).

Esses movimentos impulsionados por jovens apresentam uma profunda descrença na política e na categoria de políticos. O desejo é que o país construa um outro modelo de política alicerçada na ética e na democracia, um outro modelo de sociabilidade humana. Não negam a importância do papel do Estado, mas exigem mais eficiência e eficácia nas suas

ações. “Aqueles que decretam a morte das utopias precisam rever suas ideias. A nova geração de jovens que se organizou e foi às ruas em Junho de 2013 não se identifica com as formas organizativas existentes, e eles estão atentos ao modelo de sociedade em que vivem” (GOHN, 2014, p. 436). A mensagem que fica é que o consumo desenfreado não tem gerado felicidade, muito menos qualidade de vida e a nova geração de manifestantes não está interessada nesse modelo de consumo.

Aos sons de batuques ou palmas foram levando multidões às ruas, nada de carros de som como se via nos protestos de sindicatos e outros, o tom desses novíssimos movimentos é dado pela voz do povo. É importante observar que boa parte dos jovens que impulsionou as manifestações de rua já se organizavam em coletivos, a exemplo os de Salvador em 2003 (conhecido como Revolta do Buzu), de Florianópolis em 2004 (Revolta da Catraca), e o ativismo do CMI (Centro de Mídia Independente). Desses surge o Movimento Passe Livre (MPL), criado oficialmente em 2005, no Fórum Social Mundial ocorrido na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. O MPL foi o movimento que atuou decisivamente nos atos de protestos de Junho de 2013, convocando e ativando a vontade de fazer ver e escutar.

Na nossa interpretação, as manifestações são movimentos que construíram significados novos para as lutas sociais (essa sim, uma categoria mais ampla). E construíram esses novos significados porque novos sujeitos entraram em cena, com práticas diferenciadas, valores, formas de ação e procedimentos discursivos (bastante modernos, quando *on line*, antigos e rudimentares, quando em cartazes) (GOHN, 2014, p. 435).

O desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, bem como os de locomoção, contribuíram sem dúvida nenhuma para a desterritorialização dos novos modelos culturais, os quais incidiram diretamente na organização, articulação e atuação dos novos e dos novíssimos movimentos sociais. As novas tecnologias, em especial a Internet, tiveram um importante papel na capacidade de organização e mobilização dos grupos que, por vezes, são bastante heterogêneos, em se tratando dos novíssimos movimentos sociais. Reduziram não apenas os custos de mobilização, mas também a interação e integração dos movimentos diferentes. Neste sentido, “a internet é utilizada quer para reduzir os custos logísticos das mobilizações, quer de maneira cognitiva, na difusão de informações, mas também para elaboração de uma identidade comum pela troca de opiniões e, por fim, como instrumento de protesto” (DELLA PORTA, 2007, p. 143), o que fica evidente em determinados grupos e coletivos, os quais lançam mão dos recursos das redes e tecnologias digitais para difundirem suas ideias e participarem ativamente de manifestações. A exemplo do *Anonymous*, grupo que

se faz presente em diversas manifestações pelo mundo e que no Brasil participou da segunda fase das manifestações de Junho de 2013. Antes disso, em 2011, os grupos operaram contra os governos da Tunísia e do Egito, na denominada Primavera Árabe, além de participarem do *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos. “Um destaque desse grupo é que a maioria deles esconde sua identidade, ao contrário de lideranças dos chamados novos movimentos sociais das últimas décadas do século XX que se firmavam pela explicitação e defesa de sua identidade” (GOHN, 2014, p. 52). Em 2010, estiveram em destaque na mídia após o governo americano decretar o fechamento das contas vinculadas ao WikiLeaks, site responsável por expor documentos e reportagens sigilosas do governo e de suas relações.

A máscara de Guy Fawkes, usada no Reino Unido para comemorar o fracasso de uma tentativa, por parte de católicos, de explodir o parlamento em 1605, foi usada em histórias em quadrinhos e depois num filme de 2006, *V de Vingança*, como símbolo anarquista de resistência à corrupção empresarial e política. O grupo Anonymous gosta dela porque esconde indivíduos ao mesmo tempo que acentua a solidariedade do grupo. Em 2012, um grupo de parlamentares poloneses chegou a usar essa máscara numa demonstração de desacordo com um tratado neoliberal contra o comércio de artigos falsificados (JASPER, 2016, p. 70).

No Brasil, apesar da forte presença do *Anonymous* na divulgação dos protestos e na disseminação de informações e articulação solidária à fase inicial do movimento pela redução das tarifas de ônibus e contra Copa, onde mais se tornou possível sentir sua presença foi nas ruas, por meio do uso das máscaras Guy Fawkes. Com a intensificação dos ciclos de violência na segunda fase das manifestações de Junho, os mascarados passaram a se isolar, deixando a cena para o grupo que dominou os confrontos: Os Black Blocs também são outro grupo que apresenta formas, ou, como preferem definir, táticas de manifestação distintas dos habituais. Eles compreendem que manifestações ditas “pacíficas” não apresentam o mesmo nível de atenção que requerem para instigar ações efetivas de mudança por parte dos governantes. Para eles é preciso que sejam atingidos significativos símbolos do capitalismo global, como bancos e grandes estabelecimentos comerciais de marcas consagradas, ou seja, a propriedade privada, coração do capitalismo. A violência simbólica demarca claramente pelo que estão lutando: pelo fim da exploração e, por conseguinte, do capitalismo. Parte do conjunto dos manifestantes desse movimento defende que os Black Blocs não são movimento social e sim uma tática de guerrilha.

[...] trata-se de um movimento que tem alcance internacional; o modelo Black Blocs se reproduz em várias partes do mundo e na reprodução adotam-se as táticas preconizadas pelos ideólogos que o criaram – o uso da violência nos contextos e os significados que eles lhe atribuem. Como repudiam as formas da democracia

representativa, adotam a ação direta como tática de luta. E, para eles, a ação direta inclui a violência (GOHN, 2014, p. 59).

Professora da Unifesp que desenvolve pesquisa sobre os Black Blocs, em entrevista ao O Estado de São Paulo, em 03 de novembro de 2013, disse que: “Muitos Black Blocs já me disseram que, para eles, a violência é a única forma de expressão pela qual, de fato, são ouvidos. É difícil contestar esse raciocínio. Se a imprensa só dá voz às formas de protesto violento, se o governo reage com mais força diante do fator violência, como impedir que a violência se torne uma forma de protesto generalizada? A violência como forma de protesto não estaria sendo legitimada e reforçada por toda sociedade que joga o jogo da espetacularização?” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2013). Essa violência performática, a qual segue um determinado esquema: depredar bancos e lojas de grandes marcas busca ressignificar o ato da violência, presente e consentida no cotidiano da sociedade, enquanto uma forma de se expressar socialmente. A desobediência civil, a recusa à ordem estabelecida, o questionamento ao sistema e à política é o DNA dessa organização.

A violência simbólica é uma marca das manifestações desse último período. Quando em 2013 surgiram os “rolezinhos”, jovens da periferia marcando via rede social idas aos shoppings das cidades para passear, namorar e se divertir como todos nessa idade costumam fazer, muitos desses espaços ditos “públicos” fecharam seus estabelecimentos devido ao temor que se espalhava entre clientes e parcela dos funcionários. Em um país como o Brasil, com um largo histórico de segregação, exploração e opressão da população negra e pobre não deveria causar tanto espanto, mas esses acontecimentos se dão ainda no calor dos vividos em Junho.

A cientista social e antropóloga Rosana Pinheiro-Machado reproduziu em seu livro “Amanhã vai ser maior” uma postagem sua feita em rede social, onde relatava a experiência de acompanhar um grupo da periferia de Porto Alegre para um rolê em determinado shopping da cidade:

Eles nos mostravam as marcas e lojas de que gostavam. Contavam como faziam de tudo para adquirir esses bens. Havia prazer e orgulho nesse ato de descer até o shopping. Eles não queriam assustar, porque nem imaginavam que a discriminação fosse grande a ponto de causar medo. Muito pelo contrário: faziam um ritual de se vestir, usar as melhores marcas e estar dignos de transitar pelo shopping. Uma vez um menino disse que usava as melhores roupas e marcas para ir ao shopping e ser visto como gente. [...] Um funcionário de uma famosa marca de tênis uma vez declarou para pesquisa: “nós nos envergonhamos desse fenômeno de apropriação da nossa marca por esses marginais”. Mas os meninos nos diziam: “As marcas deveriam nos pagar para fazermos propaganda, porque nós as amamos. Sem marca, você é um lixo” (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 45).

Fica evidenciada a violência sofrida e naturalizada pelo conjunto da sociedade a essa parcela pobre e preta da população. Não obstante, é um movimento ambíguo, mas ainda assim importante, já que a ação de ir ao shopping pode se caracterizar como política, pois mesmo a sociedade não aprovando os jovens negros e pobres (re)existem. Embora ambíguo, uma vez que a adoração a símbolos de poder, como marcas consagradas, enfraquece a ideia de resistência, apesar de compreender que, mesmo marginalizados, anseiam fazer parte daquilo e daqueles que os oprimem. “E enquanto esses ícones mundiais forem venerados entre os mais fracos, a liberdade nunca será plena e a pior dominação, a simbólica e ideológica, será sempre mantida” (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 46).

Os desafios de analisar e compreender as determinações das manifestações de protestos no século XXI requerem lentes apuradas e destituídas de conceitos fechados de como os movimentos sociais se constituem e funcionam, a qual lado pertencem, se são de esquerda ou direita, se respondem a estímulos das mídias tradicionais ou de redes sociais. Categorias e conceitos deveriam ser revisados, reelaborados, caso contrário, poderão não dar conta de compreender os movimentos multifacetados operantes na sociedade atual. Até porque eles têm se experimentado e se transformado com o decorrer das práticas cotidianas.

Por conseguinte, é possível reconhecer que cada época engendrou sua forma própria de mobilizar as pessoas, para que se somassem às lutas das causas defendidas. No século XXI, sem dúvida nenhuma, a internet ocupa um importante papel nesse processo de articulação e sensibilização entre as pessoas, sem que necessariamente se tenha um movimento social com trajetória histórica e/ou retórica de atuação. De fato, a Internet tem uma “importância crescente como esfera pública alternativa a dos meios de comunicação de massa” e, por vezes, faz o papel de informar com respeito e compromisso com o espectador as informações verdadeiras, sem que haja manipulação e supressão de fatos que comumente a mídia tradicional televisiva realiza. Sendo assim, a Internet também é apreendida pelos manifestantes e ativistas como um importante instrumento de construção e exercício de identidades; de expressão de protestos; de comunicação no e do movimento (DELLA PORTA, 2007). Tais características permitem que indivíduos e associações geograficamente distantes ou socialmente dispersas possam compartilhar problemas e interesses comuns, além de aparentemente ter “efeitos duradouros sobre os movimentos: da transparência de pelo menos parte do processo de decisão (todos têm acesso as informações na web) à ligação entre grupos heterogêneos pelas temáticas abordadas e geograficamente distantes [...]” (DELLA PORTA, 2007, p. 147).

No tempo presente, basta que as pessoas se somem às massas nas ruas, que os temas defendidos sejam também angústias ou problemas que o sujeito careça. Por isso, diferentemente do passado, onde repetidores subiam aos postes e gritavam palavras de ordem, convocando as pessoas para passeatas e discursos, a internet via redes sociais é o grande meio de articulação das manifestações. Os movimentos sociais são constituídos de diferentes direções, mas, sem dúvida, eles são, independentemente do tempo, um importante tensionador entre sociedade e estado. Neste sentido, hoje, conhecer os movimentos sociais presentes e operantes na sociedade contribuem para desmistificar pré-conceitos acerca dos mesmos e, também, para uma aproximação dos temas defendidos por eles, da forma como buscam agir e serem ouvidos, mas principalmente compreender a relevância social das suas ações para o conjunto da sociedade. Frente a isso, o subcapítulo a seguir mapeará os movimentos sociais mais relevantes que atuaram no contexto internacional e nacional nestas últimas duas décadas, tratando de (re)conhecer suas principais características e efeitos nas sociedades.

3.3 MAPEAMENTO HISTÓRICO CONJUNTURAL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A onda de manifestações de protestos mundiais insurgidas no século XXI deixou estampado o grau de insatisfação que os povos de diferentes nações têm sentido e o limite do suportável que atingiram. Apesar de polissêmicas e policlassistas, muitas delas agregam características bastante comuns entre si: dentre as quais serem antissistêmicas. Tratam de questões relativas às democracias, ao bem-estar do povo de cada nação, contra os abusos do sistema político, principalmente do capital financeiro global que só tende a oferecer mais insegurança e miséria à classe que vive do trabalho. A partir do aprofundamento do tema é possível afirmar que a crise do neoliberalismo deriva da decadência econômica e política das nações. O cerco de austeridade se intensifica e a democracia é capturada pelos interesses do grande capital.

Coube, portanto, aos novíssimos movimentos sociais, surgidos no presente século, reivindicar por uma sociedade mais justa e equânime, já que o óbvio precisa ser dito e exercido no tempo presente. Serão observadas intensas críticas de que esses movimentos, maciçamente compostos por jovens, não apresentam demandas claras e objetivas, “mas talvez uma das grandes incompreensões que existem sobre o tema seja o fato de que os protestos não são um meio, mas um fim em si mesmo. Ou seja, o mais importante era o fato de as pessoas estarem juntas e experimentarem um mundo novo” (BUTLER, 2018, p.), pautado na solidariedade e efetiva participação social, diferentemente dos pressupostos neoliberais que

isolam e limitam todas as formas de troca social. Sendo assim, uma das características marcantes desses novíssimos movimentos sociais é o exercício dos plebiscitos e horizontalidade nas decisões, como já mencionado no subcapítulo anterior.

Os movimentos de protestos que serão examinados a seguir, considerados de maior relevância social, política e cultural em curso, abordam demandas bastante contemporâneas, antissistêmicas, haja vista que se propagaram principalmente nestas últimas décadas e sentiram todos os problemas e mudanças que o mundo atual foi capaz de operar. Principalmente, os oriundos da “governamentalidade neoliberal” que “escora-se num quadro normativo global que, em nome da liberdade e apoiando-se nas margens de manobra concedidas aos indivíduos, orienta de maneira nova as condutas, as escolhas e as práticas desses indivíduos” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 21). O neoliberalismo tem empregado “técnicas de poder inéditas sobre as condutas e as subjetividades” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 21), políticas de acumulação por espoliação que impactam tanto nas relações sociais subjetivas dos sujeitos, quanto nos aspectos econômicos da vida material. Para que mudanças profundas possam ser operadas é necessário um forte movimento político e intenso comprometimento individual (HARVEY, 2016) que aglutine subjetividade política coletiva.

Podemos mudar o mundo gradualmente, pouco a pouco, favorecendo determinado aspecto de uma contradição (como valor de uso) em detrimento de outro (como o valor de troca), ou promovendo o enfraquecimento e a dissolução das contradições particulares (como a que permite o uso do dinheiro para a apropriação privada da riqueza social). Podemos mudar as trajetórias definidas pelas contradições mutáveis (buscando tecnologias não militaristas e mais igualdade num mundo de liberdades democráticas) (HARVEY, 2016, p. 246).

Observa-se que há indícios por parte de alguns movimentos sociais, que aqui serão estudados, em transformar o mundo em um ambiente mais sensível ecologicamente e socialmente justo, reescrevendo a história da humanidade a partir de relações mais solidárias e equitativas unificadas contra o domínio do capital e suas múltiplas formas destrutivas.

3.3.1 Os movimentos de protestos no contexto internacional

Aproximadamente há uma década o mundo tem vivenciado intensos movimentos de protestos, os quais se intensificam e se expandem sem precedentes. Passa-se a impressão de que um determinado acontecimento localizado seja capaz de mobilizar uma série de outros acontecimentos, que as ideias, por não respeitarem regras espaço e tempo, só precisam de canais propulsores para se expandir e ocupar seu espaço na história. Desde a Praça de Tahrir,

que reuniu mais de 1 milhão de pessoas exigindo a renúncia do regime de Mubarak, em 8 de fevereiro de 2011, o Egito passou a sentir o peso que as ruas podem representar. Tais manifestações contaram em grande parte com o impulso da recente revolta propagada na Tunísia, entre dezembro de 2010 e janeiro de 2011, que levou à saída do presidente que ocupava o cargo desde 1987. Esses acontecimentos no mundo árabe culminaram no que a mídia e a literatura denominaram de Primavera Árabe.

Daquele momento em diante, tensões que já estavam a ponto de eclodir foram tomando corpo e força, do Occupy Wall Street (2011) à China (2014), da Espanha (2011) a Grécia (2010 a 2012), até o Brasil de 2013, que viu surgir movimentos de protestos de rua das mais diferentes ordens e amplitudes. Não obstante, mais recentemente em Paris, os Coletes Amarelos não deixam que o presidente Emmanuel Macron esqueça as razões pelas quais permanentemente estão nas ruas a protestar: a intensa marginalização cultural e social que vem precarizando a vida das classes populares há mais de três décadas na França.

É evidente que a precarização da vida atingiu um grau de sofrimento material e social que resultou diretamente na indignação coletiva dos sujeitos. Desta forma, entende-se que os protestos nunca terminarão, a não ser que “por milagre, o mundo se transforme num lugar perfeito. Até lá, os manifestantes serão aqueles que vão apontar problemas e exigir sua solução” (JASPER, 2016, p. 11). Sendo assim, qual é o pano de fundo que permeia esses movimentos? Quais os problemas aos quais se tem exigido soluções? E, afinal, está se gritando a um governo ou ao mundo?

Não é novo na história da civilização humana que as pessoas protestam. Nem todas suportam caladas a subserviência e a opressão. Formas de resistência, individuais ou coletivas, são empregadas contra aos abusos e insatisfações a que estão expostas, haja vista os “escravos, servos e outros sob vigilância estrita encontram meios sutis, como cuspir na comida do senhor, fazer-se de ignorantes ao receberem ordens, realizar tarefas malfeitas, roubar ou quebrar objetos de valor” (JASPER, 2016, p. 37). Cada tempo histórico, espaço social e pertencimento de luta possibilitará formas distintas de resistência, algumas estratégias de resistências precisam ser cuidadosamente aplicadas, pois a insubordinação pode levar à morte. Isso vale tanto para modelos escravistas, quanto ditaduras civil-militar, e para as democracias representativas.

Neste contexto, o tempo presente possibilita o emprego de estratégias distintas de reivindicar, protestar, manifestar e mobilizar a atenção de governantes e do mundo, frente às insatisfações e opressões sentidas pelo povo. Também os meios de organização e mobilização contam com importantes ferramentas, antes inexistentes, as tecnologias da informação e

comunicação são fundamentais para expor e socializar lutas e, quiçá, para atrair mais adeptos e/ou apoiadores as suas bandeiras, mas principalmente dar rosto e voz ao o que objetivam os movimentos de protestos. Para tanto, o direito de livre associação e reunião, bem como a liberdade de expressão são, sem dúvida, a conquista mais significativa dos movimentos sociais durante a história. E a rua se tornou cada vez mais elementar como arena de luta política para que se alcance as mudanças desejadas. Por isso, as democracias são tão caras aos movimentos sociais e de protestos.

A **democracia** é, para os movimentos, tanto um objetivo quanto um meio. Ela faz muitas promessas (promessas que, mesmo hoje, não foram plenamente realizadas em lugar algum). Oferece *proteções* em relação a ações arbitrárias da parte do Estado (direitos humanos), assim como diversos direitos políticos: alguma *participação* nas decisões do governo, ou pelo menos em decisões importantes, alguma *responsabilização* do Estado por suas ações, e especialmente por seus erros; e alguma *transparência* no modo como ele toma decisões e age. Além desses elementos da cidadania política, formas posteriores de democracia também prometeram um nível mínimo de *bem-estar* econômico: saúde, moradia, alimentação (JASPER, 2016, p. 38-39).

Acontece que, quando algumas dessas cláusulas contratuais do regime democrático são descumpridas por parte de quem é responsável por zelá-las, neste caso, o Estado, resultam em fontes potenciais de insatisfações que tendem a implicar em revoltas e protestos. A democracia, diferentemente de regimes autocráticos, tende a atrair maiores expectativas.

O regime que nos governa pode não ser uma ditadura nem um sistema totalitário, mas ainda não é uma democracia. E nenhum de nós quer viver nesse limbo, no purgatório entre um regime de absoluto autoritarismo e uma democracia esperada. Não queremos uma democracia em processo contínuo, incessante, de degradação, que já nasce velha. Por isso, quando as manifestações de ocupação insistem que ainda falta muito para alcançarmos a democracia real, elas colocam uma questão que até o momento não podia ter direito de cidadania, porque nos ensinaram que, se criticarmos a democracia parlamentar tal como ela funciona hoje, estaremos, no fundo, fazendo a defesa de alguma forma velada de autoritarismo (SAFATLE, 2012, p. 47).

O grande tsunami de manifestações que se expandiu na última década tem sido acompanhado por uma pauta em comum entre elas: a falta de credibilidade dos governos em atenderem as demandas de seus povos, por conseguinte, o povo não se identifica com seus representantes, mesmo que legitimamente eleitos. É neste limbo entre povo e governo que representações cada vez mais autoritárias e controladoras de poder vêm alcançando espaços em altos cargos dos regimes democráticos, tornando-se líderes carismáticos que estabelecem uma ligação emocional com as massas. Observa-se que “enquanto uma monarquia ou uma ditadura militar são impostas à sociedade de cima para baixo, a energia do fascismo é alimentada por homens e mulheres abalados por uma guerra perdida, um emprego perdido,

uma lembrança de humilhação ou uma sensação de que seu país vai de mal a pior” (ALBRIGHT, 2018, p. 17). Quanto maior o sofrimento, o desalento, a profundidade da raiz da mágoa de um povo, mais facilmente será para um líder fascista conquistar seguidores, pois as ideias radicais tendem a não deixar espaço para dúvidas, e a expectativa de renovação ou prometer restituir a ordem e tudo mais que perderam tomam muita força.

Como resultado disso, vê-se na atualidade lideranças de grandes nações adotando atitudes hora antes inimagináveis, tais como: Donald Trump nos Estados Unidos, que desrespeita normas essenciais da democracia ao atacar as instituições democráticas e ao colocar sobre suspeita o judiciário do país; sem esquecer do caso brasileiro com a eleição de Jair Bolsonaro, o qual identifica-se com o perfil e modo operante de Trump. Durante a campanha chegou a se intitular o único representante legítimo do povo, apontando os opositores políticos de traidores e ilegítimos, como também atacou veementemente regras e normas institucionais do Brasil, ao elogiar a ditadura militar que assolou o país por duas décadas, exaltando a tortura e a morte.

A meu ver, um fascista é alguém com profunda identificação com um determinado grupo ou nação em cujo nome se predispõe a falar, que não dá a mínima para direitos de outros e está disposto a usar os meios que forem necessários – inclusive a violência – para atingir suas metas. A se julgar por esse prisma, um fascista provavelmente será um tirano, mas um tirano não necessariamente será um fascista (ALBRIGHT, 2018, p. 19).

Embora um regime democrático possa abarcar governantes tiranos, toda ação é sucedida de uma reação, assim como todo movimento pode vir acompanhado de um contramovimento, porque nenhum povo pensa e age de forma homogênea, e, mesmo diante de um governo eleito legitimamente pela grande parcela popular, todos deverão consentir com suas ações. Por tais razões, é premente entender que o povo “não é uma população definida, é constituído pelas linhas de demarcação que estabelecemos implícita ou explicitamente. [...] Nem todo esforço discursivo para estabelecer quem é ‘o povo’ funciona. A afirmação muitas vezes é uma aposta, uma tentativa de hegemonia” (BUTLER, 2018, p. 9). Portanto, insistir na retórica que se pode governar da forma que bem entender é uma falácia, já que o povo é uma multiplicidade de grupos, ideias, necessidades, desejos, dentre outros aspectos.

Neste sentido, os movimentos de protestos de massa também não expressam necessariamente a vontade geral do povo, tendo em vista que cada um deles representa grupos que congregam desejos e objetivos próprios. Alguns grupos de protestos se transformam em grupos de interesses ou partidos políticos, como se viu a partir das manifestações deflagradas no Brasil em junho de 2013, movimentos identificados como de direita se constituíram em

partido político, vieram posteriormente a concorrer a cargos públicos nas eleições de 2018, a exemplo das lideranças do Movimento Brasil Livre (MBL). Outros, entretanto, permanecem organizados em movimentos sociais, e mesmo esses não representam a totalidade do coletivo do povo, ainda que lutem pelo que denominam de bem estar comum.

Apesar disso, as manifestações de massa podem ser entendidas como uma forma de rejeição coletiva da precariedade social e econômica. Quando se observa a reunião de um aglomerado de pessoas nas ruas, praças ou em outros espaços públicos é o exercício do pleno direito de serem vistos, de aparecer, uma demanda corporal na luta por um conjunto de vidas mais visíveis (BUTLER, 2018). É uma crítica às desigualdades e formas de exclusão cada vez mais aceleradas e a busca pela justiça, pela reparação dos danos de todos aqueles desalentados.

E todos aqueles que enxergam o abismo crescente entre ricos e pobres, que se veem como pessoas que perderam várias formas de segurança e garantia, também se consideram abandonados por um governo e por uma economia política que claramente aumenta a riqueza de poucos à custa da população em geral. Então, quando as pessoas se reúnem nas ruas, uma implicação parece clara: elas ainda estão aqui e lá; elas persistem; elas se reúnem em assembleia e manifestam, assim, o entendimento de que a sua situação é compartilhada, ou o começo desse entendimento (BUTLER, 2018, p. 32).

Esses “corpos políticos”, ao gritarem por mais justiça, demonstram claramente que ainda permanecem ali ou aqui, que são prementes soluções justas para demandas como assistência à saúde, educação pública, moradia digna, comida para todos, dentre tantas outras. Se não aparecerem explicitamente como eixo central da manifestação, ainda assim estarão presentes em cada bandeira de luta protestada. O mundo atual tem tratado a tudo e a todos como descartáveis, desde as relações pessoais até as de trabalho. Há um sentimento de desencanto, um mal-estar coletivo em virtude do descompasso entre o eu e o mundo. Isso tem gerado muito adoecimento, e compreender que o mal-estar vivido não é um problema individual, isolado, mas um problema da própria vida em sociedade, requer uma análise mais acurada sobre o contexto atual. Esse novo olhar tende a incidir de forma diferente no trato com os sofrimentos, a partir da busca por sujeitos que experienciam as mesmas dores e, dessa forma, constroem-se elos de solidariedade e também grupos ou movimentos de resistência.

A indignação, a insegurança e a desesperança têm sido a tônica dos movimentos e protestos de rua deflagrados nessas últimas duas décadas pelo mundo. A indignação com os governos que se mostram cada vez mais corruptos e indiferentes com as necessidades da população; a insegurança e instabilidade do trabalho, tanto para aqueles que têm e para aqueles que ainda não conseguiram uma colocação no mercado; e, por fim, a desesperança, a

falta de perspectivas de mudanças, de bem-estar coletivo, de uma vida digna no presente e no futuro.

Todos esses aspectos que permeiam a vida cotidiana de trabalhadores e trabalhadoras, seja de onde forem, tornaram-se cruciais para que multidões tomassem as ruas, praças e espaços públicos das cidades. O que pode parecer reivindicações abstratas, tendo em vista que alguns movimentos de protestos não apresentavam pautas objetivas, congregavam bandeiras de luta ainda mais complexas e abrangentes, pois se referiam a um sistema global de consumo, de organização política, econômica e social que vem precarizando cada vez mais a vida cotidiana. Está claro que os protestos ocorridos ao longo destas últimas décadas envolvem demandas ainda mais radicais, diferentemente das revoluções proletárias ocorridas no século XIX.

O pano de fundo objetivo é uma crise social, econômica e financeira que se arrasta desde 2008 e tem como consequência a carestia dos gêneros alimentares e o aumento do desemprego, mas o grande impasse que está presente é a ausência de alternativas políticas organizadas. Os movimentos se manifestam em rebeliões praticamente espontâneas contra as estruturas políticas partidárias e sindicatos vigentes, mas sem forjar ainda uma nova articulação organizada e representativa dos anseios de transformação e ruptura (CARNEIRO, 2012, p. 8).

A crise financeira²¹ vivenciada nos Estados Unidos em 2008 deixou feridas até o momento presente. Os Estados Unidos e outros países como o Brasil experimentaram os impactos recessivos desse período. O desemprego disparou, sobretudo, entre os mais jovens, e muitas empresas decretaram falência. Ainda na atualidade, o nível de emprego em vários países não foi retomado desde o colapso daquela época. A relação entre sujeito e Estado sempre foi cercada de instabilidades e incertezas. Quanto mais as condições de vida se acirram, mais estratégias para superá-las são criadas pelos indivíduos, as estratégias coletivas têm sido as mais exitosas, apesar da narrativa neoliberal estimular a concorrência do empreendedorismo individual. As análises acerca das manifestações de revoltas ensejadas pelo conjunto de trabalhadores precarizados indicam que “o fluxo da crise iniciada em 2008,

²¹ Em outubro de 2008, nos Estados Unidos se enseja a crise econômica que desestabilizou o mundo financeiro, chamada de “crise das hipotecas *subprime*”, “[...] levou ao desmantelamento de todos os grandes bancos de investimentos de Wall Street, com mudanças de estatuto, fusões forçadas ou falências. O dia em que o banco de investimentos Lehman Brothers desabou – em 15 de setembro de 2008 – foi um momento decisivo. Os mercados globais de crédito congelaram, assim como a maioria dos empréstimos do mundo. O resto do mundo, até então relativamente imune [...], foi arrastado precipitadamente para a lama, gerada em particular pelo colapso financeiro dos EUA” (HARVEY, 2011, p. 11). Os bancos pediram socorro ao Estado que, por sua vez, auxiliou com uma vasta linha de crédito, enquanto milhões de famílias foram despejadas, perderam suas casas e, por conseguinte, toda e qualquer economia. Questiona-se o papel do Estado na proteção as necessidades do mercado e contrapartida à atenção às demandas e necessidades da população.

percebe-se que um padrão tem se insinuado: *aonde vai a crise da globalização, a rebeldia do precariado vai atrás*” (BRAGA, 2017, p.38).

Mascarado por muita retórica sobre liberdade individual, autonomia, responsabilidade pessoal e as virtudes da privatização, livre-mercado e livre-comércio, legitimou políticas draconianas destinadas a restaurar e consolidar o poder da classe capitalista. Esse projeto tem sido bem-sucedido, a julgar pela incrível centralização da riqueza e do poder observável em todos os países que tomaram o caminho neoliberal. E não há nenhuma evidência de que ele está morto (HARVEY, 2011, p.16).

Diante desse cenário, o movimento *Occupy Wall Street* (OWS) surge como um gesto formal de rejeição ao símbolo máximo do capitalismo moderno, à bolsa de valores de *Wall Street*, coração do capitalismo financeiro do mundo. O Partido de Wall Street, como chama Harvey, tem um princípio universal de dominação com o único objetivo de garantir a seus detentores não apenas ter a prerrogativa de acumular riqueza ilimitadamente a seu bel prazer, “mas também o direito de herdar o planeta, com domínio direto ou indireto da terra, de todos os seus recursos e das potencialidades produtivas que nela residem”. E, ainda, “assumir o controle absoluto, direta ou indiretamente, sobre o trabalho e as potencialidades criativas de todos os outros que sejam necessários” (HARVEY, 2012, p. 58). Desta forma, para o resto da humanidade sobraria a subserviência.

Fica claro que a exploração do trabalho e a apropriação privada de bens públicos e naturais em benefício dessa classe rica, a qual representa 1% da população que detém a riqueza social, ensejou que um grupo de pessoas se rebelasse contra o poder do dinheiro. O movimento OWS, de acordo com seu site oficial²², define-se como “um movimento de resistência sem liderança, com pessoas de várias cores, gêneros e persuasões políticas. A única coisa que todos temos em comum é que somos os 99% que não tolerarão mais a ganância e a corrupção dos 1%. Estamos usando a tática revolucionária da Primavera Árabe para alcançar objetivos e incentivar o uso da não-violência para maximizar a segurança de todos os participantes”. O slogan do movimento é “*We are the 99%*” - “Nós somos os 99%”.

Apesar dos questionamentos como: “O que eles querem?”, ou ainda, “Tanta queixa e lamúria – você sabe realmente o que quer?” (ZIZEK, 2012), os ocupantes estavam certos sobre o que os indignava, tratava-se a respeito da desigualdade econômica, “demandas precisas dariam demasiada legitimidade e poder aos políticos, transformando os Ocupantes em queixosos impotentes diante das autoridades” (JASPER, 2016, p. 20).

²² Disponível em: < <http://occupywallst.org/>>. Acesso em: 10/06/2020.

Eles são acusados de não respeitar a propriedade privada – mas as especulações de Wall Street que levaram à crise de 2008 acabaram com mais propriedades privadas obtidas a duras penas do que se os manifestantes estivessem aqui as destruindo dia e noite – é só pensar nos milhares de casa desapropriadas [...]. Não estão destruindo nada, estão reagindo ao modo como o sistema gradualmente destrói a si próprio. *Todos nós conhecemos a cena clássica dos desenhos animados: o gato chega a um precipício e continua caminhando, ignorando o fato de não haver chão sob suas patas; ele só começa a cair quando olha para baixo e percebe o abismo. O que os manifestantes estão fazendo é apenas lembrar os que estão no poder de olhar para baixo* (ZIZEK, 2012, p. 17-18).

A questão é que há um conjunto de pessoas relegadas à miséria, ao desemprego, ao subemprego; estudantes, imigrantes e todos aqueles que sofrem com as políticas de austeridade que incidem inegavelmente na qualidade de vida (ou melhor, na ausência de qualidade de vida) das pessoas. Mesmo para aqueles que contam com um emprego formal, o alto grau de exploração beira uma escravidão moderna, o que Antunes (2018) denomina de “privilégio da escravidão”. O movimento procurou fazer com que o povo estadunidense se comprometesse a rever os níveis de desigualdade a que estão submetidos, não apenas em relação ao dinheiro, mas ao poder político que o constitui. É certo afirmar que “o povo estadunidense tem orgulho, com razão, de sua democracia, mas ela sempre esteve à mercê do poder corrompedor do capital” (HARVEY, 2012, p. 63), em razão disso, a luta do movimento OWS tratou de questionar que futuro se almeja para o coletivo, se cada vez mais esse encontra-se sujeitado a desigualdades e miséria social.

Em um mundo no qual as gerações mais jovens não conseguem vislumbrar um futuro profícuo, não é surpreendente que criem estratégias para se oporem ao que está sendo imposto. Sendo assim, milhares de trabalhadores, principalmente aqueles entre 20 e 30 anos, apesar de estudarem, muitos nunca desfrutaram de um emprego estável e, ao se reunirem no Zuccotti Park na ilha de Manhattan, a poucos quarteirões de Wall Street, reivindicaram por melhores condições de vida, especialmente de trabalho.

O próprio nome do movimento é convidativo e provocativo, *Occupy* quer dizer: Ocupemos, e por que não? O sentimento de frustração, indignação e desalento de trabalhadores, especialmente os mais jovens, fizeram com que o movimento dos “ocupas” tomasse proporções globais. A partir do segundo semestre de 2011, o mundo pode acompanhar muitas praças e áreas públicas serem ocupadas por jovens trabalhadores reivindicando por melhores condições de vida, principalmente, criticando a desigualdade econômica que se espalhava em toda parte.

Na Grécia, por exemplo, surge o Movimento dos Indignados Gregos, que partilhou características tanto do OWS, quanto com o Movimento dos Indignados da Espanha de maio

de 2011. A praça de Madrid foi escolhida pelos manifestantes espanhóis como o marco zero do 15-M. Os protestos foram articulados pelas redes sociais e convocados em cinquenta e oito cidades espanholas. Naquele momento, a Espanha vivia a véspera das eleições municipais, marcadas para 22 de maio, e o debate entre os candidatos centrava-se nas alternativas à crise econômica, sobretudo no que se referia à criação de novos postos de trabalho, já que o desemprego atingia 20% dos trabalhadores e, desses, 43% eram jovens que haviam ingressado a pouco tempo no mercado de trabalho e já se encontravam expulso pelo mesmo (RAMONEDA, 2011).

Diante deste cenário, sem dúvida nenhuma, a juventude foi o maestro das manifestações que se deram na sequência. Apesar de heterogêneos e avessos à classe política, exigiam o fim da corrupção e o respeito a direitos básicos da população, tais como: saúde, educação, moradia e trabalho. Em razão da conjuntura política eleitoral da época, trataram de questionar o sistema político vigente, exclamando que as regras democráticas do modelo atual visam atender prioritariamente as vontades do mercado, deixando o povo e suas necessidades relegados a segundo plano, como se viu no manifesto que convocava as manifestações do dia 15 de maio, intitulado *Democracia Real Ya*²³,

Somos pessoas comuns. Somos como você: gente que se levanta pela manhã para estudar, trabalhar ou buscar trabalho. Gente que tem família e amigos. Gente que trabalha duro todos os dias para viver e dar um futuro melhor aos que nos rodeiam. Alguns de nós consideram-se mais progressistas; outros, mais conservadores. Uns creem, outros não. Uns têm ideologias bem definidas, outros nos consideramos apolíticos... Mas todos estamos preocupados e indignados com o panorama político, econômico e social que vemos em nosso redor. Com a corrupção dos políticos, empresários, banqueiros... com a condição indefesa do cidadão comum (MANIFESTO DEMOCRACIA REAL YA, 2011).

Zizek (2012), ao analisar o manifesto dos Indignados espanhóis, afirma que os manifestantes reclamam por uma revolução ética, ao citar trechos em que tratam de reclamar pela soberania dos direitos humanos, ao invés de priorizarem o dinheiro e bem estar individual, e segue

É fácil imaginar um fascista honesto concordando plenamente com essas demandas: “colocar o dinheiro acima dos seres humanos” – sim, é isso que os banqueiros judeus estão fazendo; “corrupção entre políticos, empresários, banqueiros, o que nos deixa indefesos” – sim, precisamos de capitalistas honestos, que tenham visão para servir à nação, não a especuladores; “somos pessoas, não produtos” – sim, somos pessoas cujo lugar é o elo vivo da nação, não o mercado etc. etc. E quem será o agente dessa revolução ética? (ZIZEK, 2012, p. 83-84).

²³ Disponível em: <<https://www.elperiodico.com/es/politica/20110517/manifiesto-democracia-real-ya-1009708>>. Acesso em: 10/05/2020.

O autor levanta o questionamento sobre quem haveria de atender as demandas do movimento dos indignados, se ambos os lados, tanto a esquerda como a direita, está comprometida em defender interesses privados do mercado, e garantir-se no poder via manutenção do *status quo* da classe dominante. Apreende-se que as mudanças almejadas terão de ser encontradas pela própria população e nisso o movimento social tem papel fundamental, como articulador e fomentador de estratégias coletivas. Na Grécia, por exemplo, a atuação dos Indignados Gregos pareceu bastante promissora.

A conjuntura econômica e política da Grécia, desde a crise de 2009, apresentava-se bastante turbulenta; e em 2011, o país já lutava contra uma enorme e crescente dívida pública. Em 2009, a Grécia chegou a perder o direito de acesso ao mercado financeiro mundial, e conseqüentemente precisou fazer um resgate financeiro junto à União Europeia (EU) e ao Fundo Monetário Internacional. Para que este resgate pudesse ser realizado foi necessário estabelecer um acordo com a chamada *troika* – comitê de três membros formada pela Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional – os quais estabeleceram prazos para o pagamento da dívida e exigiram reformas de cunho estruturais para o país. Com vistas a garantir os repasses da *troika*, o governo grego impetrou medidas de austeridade cada vez mais severas à população (BARBOSA, 2016).

[...] todo mundo sabe que “pacote de ajuda “à Grécia não vai funcionar, mas ainda assim novos pacotes são repetidamente impostos ao país, num estranho exemplo da lógica do “eu sei, mas...”. Há duas visões principais a respeito da crise na Grécia na mídia pública: a visão germânico-europeia (os gregos são irresponsáveis e preguiçosos, gastam sem pensar e esquivam-se dos impostos, precisam ser controlados e disciplinados financeiramente) e a visão grega (a soberania nacional é ameaçada pela tecnocracia neoliberal de Bruxelas). [...] A Grécia não é uma exceção, mas um dos principais campos de teste para impor um novo modelo socioeconômico com pretensões universais: o modelo tecnocrático despolitizado, em que banqueiros e outros especialistas têm permissão para esmagar a democracia (ZIZEK, 2012, p. 23).

Apesar das promessas de recuperação fiscal por parte do governo grego, a dívida e a recessão só cresciam, resultando em um aumento expressivo do desemprego, redução dos salários e pensões nos setores públicos e privados, ao mesmo tempo que aumentavam impostos já existentes e outros eram criados. O empobrecimento alcançou a classe média grega, constituindo uma nova geração de pobres e sem teto no país.

Neste panorama político, financeiro e social a população sufocada não encontrou outra alternativa a não ser manifestar-se publicamente contra as medidas tomadas pelo governo. Em consequência, em 23 de fevereiro de 2011, ocorre a primeira tentativa de ocupar a Praça *Syntagma*, localizada em frente ao parlamento grego, contudo, a forte repressão

policial e o número reduzido de manifestantes fizeram com que a tentativa se concluísse frustrada. Em outra parte, somente após as importantes ocupações realizadas no dia 15 de maio de 2011, em Madri e Barcelona, os conhecidos Indignados da Espanha fizeram vários chamamentos através das mídias sociais, para que os espanhóis se manifestassem contra as desigualdades econômicas e sociais, algumas das mensagens diziam “Silêncio ou vamos despertar os gregos!” (BARBOSA, 2016).

Foi o estopim para os gregos. Em 25 de maio, os gregos tomaram as ruas de trinta e oito cidades gregas simultaneamente. A praça de *Syntagma*, em Atenas, tornou-se palco principal das manifestações e os participantes prometeram não deixar as ruas até que suas reivindicações fossem atendidas. Eles não reconheciam que a dívida contraída com a *troika* fosse sua e exigiam uma democracia direta, baseada em um modelo de governo justo e igualitário (BARBOSA, 2016).

Em 5 de junho do mesmo ano ocorreu o maior protesto já visto na Grécia, quando mais de dez mil manifestantes foram às ruas contra as novas medidas de austeridades que o parlamento grego deveria ratificar e assim o fez. O movimento dos Indignados Gregos foi fortemente atingido pela repressão e violência policial, e a partir desse momento a participação se reduziu gradativamente. “O povo foi para a praça com a convicção de que, depois de alguns dias de protestos contra o nosso governo, pelo menos os parlamentares ouviram a indignação popular. Pensava-se que eles iriam respeitar nossas exigências, nosso direito à igualdade, dignidade e trabalho” (GEORGIADOU, 2013, p. 41).

Fica claro que a desigualdade econômica afeta decisivamente o modelo democrático e seu funcionamento. Para os “ocupas”, a questão que está na pauta política, precisamente, “a discussão de alternativas aos regimes econômicos desiguais e a experimentação do igualitarismo democrático radical. E, com exceção dos ricos, que de fato saem perdendo, participar dessa discussão é do interesse de toda população” (PESCHANSKI, 2012, p. 30). Entretanto, os movimentos como OWS e os Indignados Gregos são apenas um começo à rejeição formal a um modelo econômico global que não cabe mais à vida e necessidades cotidianas. O desafio é estabelecer qual será o próximo passo. No caso dos Indignados Gregos, em certo momento, os manifestantes questionaram-se como avançar para além dos protestos, se deveriam ou não organizar um novo partido político “[...] o consenso foi que naquele momento não era necessário um novo partido ou uma tentativa direta de tomar o poder do Estado, mas um movimento da sociedade civil cujo objetivo fosse pressionar os partidos políticos” (ZIZEK, 2012, p.86).

Assim, devemos ver nesse desenvolvimento também um desafio: não basta rejeitar o governo especializado e despolitizado como uma forma rude de ideologia; devemos começar a refletir seriamente sobre o que vamos propor no lugar da organização econômica predominante, imaginar e experimentar formas alternativas de organização, procurar os germes do novo naquilo que já existe. [...] seguindo uma necessidade propriamente dialética, essa ânsia de inventar novas formas de organização deveria ao mesmo tempo ser mantida à distância: nessa fase, o que deveria ser evitado é exatamente uma rápida transformação da energia dos protestos em uma série de demandas pragmáticas “concretas” (ZIZEK, 2012, p.86).

Nesse momento, parece que os protestos, ao deixarem abertas as possibilidades de mudanças para o futuro, também dão a sensação de um vazio ideológico hegemônico, pois “qualquer prática de emancipação política envolve, portanto, a mais difícil de todas as formas de libertação: o libertar-nos de nós mesmos” (EAGLETON, 2019, p. 13). Apesar da libertação de si mesmo constituir-se em um processo longo e lento, por vezes até doloroso, a dominação não garante suficiente bonificação as suas vítimas, logo rebelar-se é a certeza de outro fim (EAGLETON, 2019).

Sem dúvida, as manifestações de protestos espalhadas pelo mundo nestas últimas décadas visaram justamente um fim diferente do que vinha se desenhando por anos. As ondas de protestos iniciadas nos países árabes e no norte da África foram luz para as manifestações estudadas acima. A Primavera Árabe, como ficou conhecida, diferentemente das manifestações de países Ocidentais, ocorreu em países de regimes autoritários e ditatoriais, chegando ao êxito de derrubar ditaduras, mesmo que posteriormente tenha havido retrocessos, como no caso do Egito em 2013. O que começou no Irã, com a revolução de Khomeini, culminou no levante egípcio contra o regime de Mubarak. Uma série de revoltas e manifestações populares foi registrada em mais de 10 países do Oriente Médio e do norte da África, dentre elas: revoluções na Tunísia e Egito, guerra civil na Líbia, grandes protestos na Argélia, Bahrein, Djibuti, Iraque, Jordânia, Síria, Omã e Iémen, além de protestos mais singelos no Kuwait, Líbano, Mauritânia, Marrocos, Arábia Saudita, Sudão e Saara Ocidental.

Em qualquer parte do Globo, as precárias condições de vida são fundamento e propulsão para que rebeliões sejam iniciadas. Na Tunísia, as altas taxas de desemprego, condições precarizantes de vida, governos autoritários e corruptos levaram centenas de pessoas às ruas, a fim de manifestarem-se contra o repressivo governo do ex-presidente Zine El Abidine Ben Ali. As manifestações até então limitadas à Tunísia expandiram-se vertiginosamente quando um comerciante local, Mohammed Bouazizi, ateou fogo no próprio corpo após ser ultrajado pela polícia. Responsável por uma família de oito pessoas, havia colocado à venda seu carrinho de mão. Membros do governo pediram propina para que vendesse seu instrumento de trabalho e Mohammed se negou. Foi colocado em um carro,

agredido e todos os seus produtos foram roubados. O comerciante se suicidou em razão do desespero e também como forma de protesto, sua atitude incitou revoltas ainda maiores contra as políticas repressivas e corruptas do governo local. Insatisfeita, a população não apenas da Tunísia, começou a protestar em massa, embora cada país árabe tenha encampado pautas específicas, a principal, sem dúvida, tratava-se da sonhada democracia e liberdade.

Impulsionada pelo uso das redes sociais, a onda de revolta se espalhou pelo mundo árabe em protestos contra a corrupção e o autoritarismo e pedindo por mais democracia. No Egito, estima-se que de uma a três centenas de milhares de manifestantes tenham ocupado a praça de Tahrir por dezoito dias até derrubarem o presidente Hosni Mubarak – o que foi seguido por um golpe de Estado em 2013. Para além da grandiosidade do que se construiu na praça, vale notar o que a antropóloga Lila Abu-Lughod relatou à época sobre o impacto dos acontecimentos do Cairo nos pequenos vilarejos. Em localidades afastadas da capital, vizinhos e famílias se reuniram nas casas para discutir problemas da comunidade e contestar a brutalidade policial (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 18-19).

No Egito, lutou-se contra o regime do ditador Mubarak, uma longa história de repressão e autoritarismo e as manifestações deram a esperança de mudanças para o futuro. “Independente de nossos medos, dúvidas e compromissos, naquele momento de entusiasmo cada um de nós estava livre e participava da liberdade universal da humanidade” (ZIZEK, 2012, p.73), tudo o que sempre foi sonhado e as rebeliões de então pareciam ser possíveis de serem alcançadas.

Não há como não perceber a natureza “miraculosa” dos eventos no Egito: aconteceu algo que poucos previram, contrariando a opinião dos especialistas, como se o levante não fosse apenas resultado de causas sociais, mas também da intervenção de um agente estrangeiro na história, o agente que chamamos platonicamente de ideia eterna de liberdade, justiça e dignidade (ZIZEK, 2012, p.74).

Sem dúvida, o momento marcante desses eventos ocorreu na praça de Tahrir, quando mulçumanos e coptas se reuniram e juntos entoaram uma oração que dizia “Somos um”, contrariando a violência religiosa e sectária presente. O movimento, inicialmente pacífico e não violento em direção à mudança social, defrontou-se com autoridades estatais e policiais bastante violentas e brutais, “provavelmente porque esses movimentos tiveram a ousadia de ir além dos limites da tolerância repressiva. Ela tenta unir estrategicamente as pessoas em torno de temas comuns [...]” (HARVEY, 2016, p. 247).

A violência dos manifestantes foi puramente simbólica, um ato de desobediência civil coletiva e radical: eles suspenderam a autoridade do estado; não foi apenas uma libertação interior, mas um ato social de quebra das correntes da *servitude volontaire*. A Violência física foi cometida por bandidos contratados por Mubarak, que invadiram a praça de Tahrir montados em cavalos e camelos e bateram nos manifestantes. O máximo que estes???? fizeram foi se defender. Embora combativa,

a mensagem dos manifestantes não era de assassinio. O que eles exigiam era que Mubarak saísse, deixasse seu posto, abandonasse o país e abrisse espaço para a liberdade no Egito, uma liberdade da qual ninguém é excluído. O apelo dos manifestantes ao Exército e até mesmo à odiada polícia não era “Morram!”, mas sim “Somos irmãos, juntem-se a nós!” (ZIZEK, 2012, p.75).

O sonho de liberdade para todos continua sendo uma utopia a ser buscada, mesmo em países de regimes democráticos fica claro quando a ideia de liberdade é relativizada: liberdade de que, para que e para quem. Ainda hoje, as democracias não são plenamente e igualmente alcançadas (ou alcançáveis) por todos os cidadãos que as constituem. Há de se ressaltar um agravante, cada vez mais, as democracias estão ameaçadas por governos de cunho autoritário, conservador e até mesmo fascista legitimamente eleitos. Fica claro que conquistas históricas precisam manter-se em constante vigília, pois a qualquer tempo essas podem ser destituídas.

Todos os movimentos sociais radicais desde 1968 se têm insurgido contra essa corrupção do conceito de democracia, que a transforma numa forma de domínio imposto e controlado de cima. Em vez disso, insistem, a democracia só pode surgir *de baixo*. Talvez a atual crise do conceito de democracia decorrente de sua nova escala global sirva de oportunidade para que retornemos a seus significados mais antigos, como governo de todos por todo, uma democracia sem adjetivos, sem “se” nem “mas” (HARD; NEGRI, 2005, p. 301).

O modelo de democracia liberal forjado para atender as massas (passa-se a impressão que estão no comando, que definem os rumos da nação), minorias (garantir direitos contra seus opressores) e elites econômicas (manutenção e expansão da riqueza) cada vez se fragiliza mais. Para salvar as democracias é preciso “[...] unir cidadãos em torno de uma visão comum de suas nações; dar-lhes esperança verdadeira quanto a seu futuro econômico; e torná-los mais resistentes às mentiras e ao ódio com que se deparam nas mídias sociais diariamente” (MOUNK, 2019, p. 232). Esses são alguns dos desafios presentes que definirão a sociedade que será vivida.

O povo árabe ainda sonha com a democracia. A Tunísia vive uma democracia de transição sob liderança de Beji Caid Essebsi, membro e fundador do Nidaa Tounes, um partido criado para defender as liberdades individuais e o secularismo. Mesmo assim, o povo continua a lutar por melhores condições de vida. Já no Egito, o governo de Morsi foi substituído por um governo interino que se opunha aos muçulmanos. Na atualidade, o país é comandado pelo ex-comandante do Exército Abdul Fatah Khalik Al-Sisi, e permanece dividido entre apoiadores do governo e oposição a ele, reforçando a repressão política e falência da economia. Sendo assim, fica claro que se as forças liberais moderadoras

permanecerem ignorando a esquerda radical, criando uma onda fundamentalista intransponível.

A luta por democracia e liberdade também alcançou a China, ainda que deva ser vista como um caso à parte em razão de seu regime de governo. Em 2014, o movimento global de protestos levou às ruas de seu centro financeiro - Hong Kong – milhares de manifestantes que reivindicavam por eleições democráticas; aquele movimento ficou conhecido como a Revolta do Guarda-chuva. Novamente, no princípio de junho de 2019, a população hongkonesa retorna às ruas para protestar contra um projeto de lei que previa que pessoas acusadas de crime contra a China continental poderiam ser extraditadas da Região Administrativa Especial de Hong Kong. A crítica acerca do projeto se fundamenta na ameaça da China cometer injustiças e violência no momento do julgamento desses extraditados, colocando em risco ativistas e jornalistas que a ela se opusessem. No decorrer desses meses, com a evolução dos protestos e das pautas travadas pelo movimento, ampliaram-se as demandas, dentre elas, a retomada do movimento pró-democracia já pautada em 2014, mas agora com mais ênfase, já que a população hongkonesa teme perder a liberdade para o controle do governo chinês. Além disso, os manifestantes exigem que as autoridades não os nomeiem como “distúrbios”, anistia para todos os manifestantes presos, que se institua um inquérito independente acerca das acusações de violência policial e sufrágio universal para chefe do executivo e membros do legislativo.

Dentre as pautas demandas pelo movimento, a primeira delas já foi atendida, no momento atual (agosto de 2019) a população hongkonesa permanece nas ruas na luta por menor interferência do Partido Comunista Chinês (PCC) nos rumos políticos da região. A questão da liberdade e as garantias democráticas são elementares para as mudanças radicais, “a chave para a verdadeira liberdade, em vez disso, reside na ‘apolítica’ de relações sociais, desde o mercado até a família, em que a mudança necessária, se quisermos melhoria efetiva, não é a reforma política, mas a transformação nas relações sociais ‘apolíticas’ de produção” (ZIZEK, 2012, p. 22).

A onda de contágio teve grande impacto da Ásia às Américas, em diferentes temporalidades. Em 2011, na China, manifestantes se reuniram em Pequim e Xangai para reivindicar maior democracia. No Brasil, o ciclo de protestos explodiu em 2013, reunindo pautas contra a deterioração do transporte público, a corrupção e os abusos da Copa do Mundo. Em Hong Kong, o Movimento dos Guarda-chuvas eclodiu em 2014, contra interferências do Partido Comunista nos rumos políticos da região autônoma. O ciclo de insurgência de Hong Kong é interessante, pois voltou com força em 2019, colocando 20% da população (cerca de 2 milhões de pessoas nas ruas contra a lei que previa extraditar fugitivos para territórios com os quais não se tinha acordo (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 19-20).

Os governos são, sem dúvida, os alvos exponenciais das manifestações populares, “mesmo que não causem necessariamente um problema social, no mundo moderno esperamos que eles o resolvam, ou pelo menos temos a esperança de que façam” (JASPER, 2019, p. 8), ainda que o problema originalmente possa vir do governo e daqueles que o integram. O Quadro 2 contém informações que ilustram tal afirmativa, os movimentos de protestos espalhados pelo mundo tem como objetivo primeiro fazer com que os governos atentem para suas responsabilidades com a população, e por isso são objeto de reivindicações constantes, principalmente se tratando de governabilidades autoritárias e despóticas, que se utilizam dos cargos em benefícios próprios, independentemente do regime político seguido pela nação, a exemplo da Argélia, Bolívia e Egito.

QUADRO 2 – Protestos Internacionais no século XXI

PAÍS	MOTIVAÇÃO DOS PROTESTOS	DURAÇÃO ESTIMADA
Argélia	Presidente reivindica o 5º mandato, o povo não quer	260 dias
Bolívia	Presidente reivindica o 4º mandato, o povo não quer	13 dias
Chile	Iniciou com aumento das tarifas de transporte público	21 dias
Egito	Exigem a renúncia do ditador	45 dias
Equador	Extinção dos subsídios sobre os combustíveis	12 dias
Espanha	Condenação de líderes separatistas	21 dias
Haiti	Exigem a renúncia do Presidente (corrupção)	60 dias
Hong Kong	Contra a extradição de suspeitos para a China	217 dias
Iraque	Melhoria das condições de vida	34 dias
Líbano	Corrupção e aumento de impostos	18 dias
Reino Unido	BREXIT	1.095 dias
Rússia	Cancelamento de inscrição de candidaturas independentes	49 dias
Sudão	Aumento dos preços do pão	246 dias
Paris	Precarização da vida material e social (Coletes Amarelos)	Mais de 1 ano
EUA	Contra racismo e a violência policial (Vidas Negras Importam)	20 dias

Fonte: Informações sistematizadas pela autora em dezembro de 2020.

O Quadro 2 sistematiza alguns das manifestações de protestos ocorridas pelo mundo durante o presente século; é possível observar que, das reivindicações que mais se evidenciam, a precariedade das condições de vida e de trabalho são uma tônica nas bandeiras de luta espalhadas pelo mundo, a exemplo do: Equador, Iraque, Líbano, Sudão e Paris. Todas elas se referem, em alguma medida, a reivindicar por preços mais baixos e maior eficiência

nas políticas direcionadas à educação, moradia, assistência médica, habitação e serviços sociais, que são tão caras aos trabalhadores, tanto quanto a luta contra a exploração no mercado e no ambiente de trabalho. Neste sentido, é válido refletir que, apesar da relação complexa e contraditória entre capital e trabalho, há um evidente entrelaçamento com as contradições do capitalismo, que dizem respeito não apenas a aspectos econômicos, mas também de raça e gênero.

Embora a contradição entre capital e trabalho seja inquestionavelmente uma contradição fundamental e central do capital, ela não é – mesmo do ponto de vista apenas do *capital* – uma contradição primária à qual, em certo sentido, todas as outras são subordinadas. Do ponto de vista do *capitalismo*, essa contradição central e fundamental do motor econômico constituído pelo capital tem, claramente, um papel fundamental, mas suas manifestações tangíveis passam pelo filtro de outras formas de distinção social, como raça, etnia, gênero e religião, de modo que a atual política de luta no capitalismo torna-se uma questão muito mais complicada do que seria do ponto de vista apenas da relação entre trabalho e capital (HARVEY, 2016, p.72)

No caso dos Estados Unidos, a tônica dos protestos ocorrido em 2019, a partir da morte violenta de George Floyd por asfixia, resultado de uma ação policial, trouxe ao centro dos debates a questão racial que também devem ser considerada uma expressão da questão social, resultado da expressão contraditória entre capital e trabalho. Já que a segregação e a segmentação por raça e etnia também fazem parte das características dominantes das formações sociais capitalistas, excluindo negros, índios e pardos do mercado de trabalho, de processos formativos (educação) do conjunto de bens e dos serviços disponíveis para as sociedades. Sendo assim, “o sonho seria uma grande aliança de todos os destituídos e despossuídos em todo lugar. O objetivo seria o controle da organização, produção e distribuição do produto excedente para o benefício a longo prazo de todos” (HARVEY, 2011, p. 199) uma grande unidade política entre os movimentos para mudar a história humana.

No Brasil, governo não ficou à parte das reivindicações desta última década. Em 2013, no País, teve início uma onda de manifestações que se propagou por todos os estados. Nos anos de 2014 e 2015, essas manifestações se acentuam, culminando no afastamento da presidente Dilma Rousseff em 2016. As manifestações não cessam mesmo durante o processo eleitoral em 2018 e, mais recentemente, em protestos contra o governo conservador de Jair Bolsonaro, que impetra duros cortes na educação, sacramenta uma reforma previdenciária, dentre outras medidas de austeridade que afetam até mesmo o meio ambiente.

Atualmente, mesmo diante de uma pandemia mundial, o líder do país trata com desdém as mortes e o sofrimento das famílias que perderam pessoas queridas para a doença,

ratificando a crueldade no trato com o outro e a incapacidade de se sensibilizar com as questões humanas. Deste modo, a seção deste subcapítulo tratará de mapear os movimentos e manifestações de protesto que o Brasil apontou durante essas duas últimas décadas, estabelecendo uma relação direta com a conjuntura política, social e econômica vivida no período.

3.3.2. Os movimentos de protestos no contexto nacional

O início dos anos 2000 foi marcado pela renovação na política brasileira, já que pela primeira vez na história política do país um partido de esquerda alcança o nível máximo da gestão pública, a presidência da república. Deste momento em diante, as esperanças se renovam, o sonho por mudanças sociais profundas na base da sociedade e rupturas com políticas de ordem neoliberais²⁴ eram ambicionadas pelo conjunto de trabalhadores e trabalhadoras que lutavam por um novo prisma societal. O tempo se responsabilizou em mostrar que nem tudo sairia como o desejado.

Nestes termos, “quando o governo Lula se iniciou em 2003, suas primeiras medidas sinalizaram um projeto pautado mais pela continuidade do que pela ruptura com o neoliberalismo, ainda que sob a variante do social-liberalismo” (ANTUNES, 2018, p. 222). Problemas que traçam as raízes históricas do Brasil permaneceram inalterados: estrutura fundiária concentradora, política econômica preservadora do capital financeiro, incentivo aos fundos privados de pensão e cobrança de impostos dos trabalhadores aposentados, a liberação de transgênicos que visavam atender as pressões de grandes transnacionais, dentre outras medidas. Ficava evidente que as políticas de cunho neoliberais adotadas por este governo não romperiam com o mesmo modo operante de gestões anteriores. As medidas adotadas pelo PT nesse primeiro mandato fizeram com que importantes apoiadores do sindicalismo do setor público rompessem com o mesmo. Além disso o esquema conhecido por “mensalão”²⁵ quase interrompe o governo antes do tempo.

²⁴ O neoliberalismo não tem uma definição única, nem mesmo é um consenso entre aqueles que estudam o tema. Comumente é associado “a um conjunto de políticas que privatizam a propriedade e serviços públicos, reduzem radicalmente o Estado social, amordaçam o trabalho, desregulam o capital e produzem um clima de impostos e tarifas amigável para investidores estrangeiros” (BROWN, p. 29, 2019). Muito embora existam outros efeitos facilmente constatáveis, seus efeitos de longo alcance “como forma de governar a razão política e a produção de sujeitos”. Ou seja, em outra abordagem de cunho foucaultiana “enfoca os princípios que orientam, orquestram e relacionam o Estado, a sociedade e os sujeitos, e acima de tudo, o novo registro de valor e valores do neoliberalismo, mas pouco atenta aos novos e espetaculares poderes do capital global que o neoliberalismo anuncia e edifica” (BROWN, p. 32, 2019).

²⁵ O Mensalão refere-se a um escândalo de compra de votos, denunciado e investigado no período dos governos Lula e Dilma.

Entretanto, a maneira de regulação dos conflitos classistas em que o governo se ancorou articulava duas formas distintas, embora complementares denominadas por Braga (2016) como: “consentimento passivo” das massas e “consentimento ativo” via o aparelhamento do Estado, resultando, por fim, em uma década de relativo apaziguamento entre classes no país. Esse “consentimento passivo” apresentou determinada peculiaridade, no período de expansão do ciclo econômico, e garantiu concessões efetivas aos trabalhadores, embora singelas (BRAGA, 2016, p. 57).

O subproletariado semirrural acantonado nos grotões foi beneficiado pelo programa Bolsa Família, passando da extrema pobreza para pobreza oficial. O *preariado urbano* deixou-se seduzir pelos aumentos reais do salário-mínimo (isto é, acima da inflação) e pela formalização do mercado de trabalho com a criação de empregos. O *proletariado sindicalmente organizado* beneficiou-se do mercado de trabalho aquecido, alcançando negociações coletivas vantajosas tanto em termos salariais quanto em benefícios trabalhistas (BRAGA, 2016, p. 57).

Já no segundo mandato do governo Lula, a base de sustentação que o ancorava precisou ser ampliada, uma vez que parte da classe trabalhadora organizada se mostrava insatisfeita, senão decepcionada, com as medidas adotadas no primeiro mandato. Um dos seus principais programas de governo foi expandido, o Bolsa Família, apesar de ser uma política social focalizada e assistencialista, sem dúvida nenhuma, garantiu que milhões de brasileiros e brasileiras saíssem da extrema pobreza, por meio da transferência mensal de uma renda.

Além do Programa Bolsa Família, outras importantes políticas foram sendo implementadas pelo governo e contribuíram para redução dos níveis de indigência e desigualdades, tais como: o Programa Universidade para Todos - ProUni, Luz para Todos, Programa de Cisternas, Minha Casa Minha Vida, em especial a elevação do valor real do salário mínimo, que alcançou 85% entre 2003 e 2014 “como o salário mínimo atinge, via regime geral de previdência (INSS) mais de 20 milhões de beneficiários, essa substantiva elevação de seu valor real afetou muito rapidamente o perfil da distribuição de renda no país” (PAULANI, 2016, p. 72). Em termos de políticas sociais adotadas pelo PT, foram sem dúvida o que lhes diferenciou dos que os antecederam.

Ora, a combinação desses dois elementos (agenda liberal e políticas sociais de alto impacto) é, em princípio, contraditória, porque vai aumentando a importância e a presença do Estado na economia, além de exigir um nível cada vez maior, ao invés de menor, de regulamentação em vários setores e instâncias da vida socioeconômica. Além disso, essas políticas foram fortalecendo e ampliando os direitos sociais garantidos pela Carta de 1988. Mas enquanto prevaleceu o crescimento econômico puxado pelas exportações e pelo efeito multiplicador dessas mesmas políticas, essa contradição foi acomodada (PAULANI, 2016, p. 73).

As políticas sociais operadas pelo governo garantiram um amplo apoio popular, principalmente das camadas mais pauperizadas, as quais foram e são beneficiárias diretas dos programas. Deste modo, é certo afirmar que “o governo Lula tanto minimizou os níveis de indigência social como favoreceu o grande capital, abrindo o país ao capital forâneo” (ANTUNES, 2018, p. 223). E, mais do que isso, a esperança de mudanças que o governo Lula representou para muitos como sendo aquele que iniciaria o desmonte do neoliberalismo, acabou por fim se apagando e tornou-se “a princípio seu prisioneiro e, depois, seu lépido agente, ainda que sob a forma do social-liberalismo, incapaz de principiar a desestruturação dos pilares da dominação burguesa” (ANTUNES, 2018, p. 225).

Em 2008, quando a economia global se depara com a crise do *subprime*, o comércio internacional sentiu seus impactos, principalmente países como África do Sul e Brasil, alicerçados por economias majoritariamente exportadoras de produtos primários, ou seja, “produtores de matérias-primas que haviam se beneficiado do superciclo das *commodities* depararam com uma abrupta queda internacional dos preços [...] os países que dependiam fortemente dos Estados Unidos como principal mercado para exportação acabaram sendo puxados para baixo” (BRAGA, 2017, p. 32). No caso brasileiro, medidas como subsídios aos setores de maior efeito multiplicador, como os automóveis e eletrodomésticos, bem como pela expansão potente do crédito ao consumidor, minimizaram os efeitos da crise, mas não demorou muito para o cenário econômico voltar a se agravar.

Como era de se esperar, uma crise internacional dessas proporções acrescentou uma série de tensões aos diferentes modos nacionais de regulação do conflito classista, desafiando modelos de desenvolvimento outrora considerados exemplares, como o turco ou o brasileiro. [...] Assim, é possível perceber como a crise da globalização tem reproduzido o conflito social nas sociedades nacionais, radicalizando a mercantilização do trabalho, da terra e do dinheiro, e impulsionando as lutas de resistência à espoliação social imposta por governos e empresas (BRAGA, 2017, p. 32-33).

Tal crise econômico-financeira apresenta uma estreita relação entre as orientações do referencial teórico neoliberal, em vigência, o mercado de trabalho e, por consequência, as lutas sociais. Uma vez que com a expansão e acirramento das políticas de cunho neoliberais adotadas pelos governos de nações desenvolvidas e em desenvolvimento, medidas de austeridade ligadas ao campo do trabalho foram cada vez mais sendo implantadas, devastando direitos sociais e, por conseguinte, empregos formais. Isso exigiu que trabalhadores e trabalhadoras, todos aqueles que vivem da venda da força de trabalho, precisassem encontrar meios de dizer não e lutar pela manutenção da vida, logo, pela garantia de trabalho. Esse conjunto de pessoas desprovidas de direitos são denominadas, por muitos estudiosos, como

grupo de espoliados, tanto no acesso a bens e serviços, como de direitos sociais de todas as ordens – saúde, educação, moradia, alimentação etc.- constantemente ameaçados pela acumulação por espoliação.

Aqueles que trabalham no “setor informal” do trabalho intermitente nos becos das fábricas, nos serviços domésticos ou no setor de serviços em geral e o vasto exército de trabalhadores empregados na construção civil ou nas trincheiras [...] da urbanização não podem ser tratados como secundários. [...] Muitas vezes referido, hoje em dia, como “o precariado” (para enfatizar o caráter flutuante e instável de seus empregos e estilos de vida), esses trabalhadores têm sempre representado um grande segmento da força de trabalho total. [...] Sua mobilidade, dispersão espacial e condições de trabalho individualizadas podem tratar mais difícil??????? a construção de solidariedades de classe ou a criação de formas coletivas de organização. Sua presença política é mais frequentemente marcada por tumultos espontâneos e levantes voluntaristas [...] (HARVEY, 2011, p. 196).

Esse “precariado” protagonizou movimentos de grande relevância, atacando claramente o Estado, devido à ausência e eficiência em propor políticas que atendessem as suas necessidades, mas principalmente fez com que organizações de trabalhadores tradicionais – sindicatos e partidos políticos – revissem suas formas de intervenção nas lutas sociais, a fim de ampliá-las.

O cenário político e econômico brasileiro providenciou que levantes populares amadurecessem no bojo da sociedade. A crise moral e ética na política partidária cada vez mais acirravam a indignação e a revolta da população. Denúncias de corrupção apontavam para uma série de ilegalidades, tanto do partido à frente da presidência da república, o PT, ora liderado pela presidente Dilma Rousseff, sucessora de Luís Inácio Lula da Silva, bem como por parte de seus aliados políticos.

Entre 2013 e 2014, o governo se encontra rumo a uma guinada na condução do projeto lulismo até então vigente. Evidentemente que medidas conciliatórias associadas as pautas neoliberais já não eram mais viáveis. Portanto, já no início do segundo mandato de Dilma Rousseff foram sendo assumidas políticas de austeridades “esse novo e fatal erro derrubou de vez a economia (o ano de 2015 fechou com queda de 3,8% no PIB e enorme elevação do desemprego) e abriu o espaço político para contestação do segundo mandato da presidenta” (PAULANI, 2016, p. 74). A base social burguesa que apoiava os governos de Lula e Dilma, do PT e de partidos aliados foi se deteriorando à medida que a crise econômica se agravava. Assim, o “pacto policlassista” (ANTUNES, 2018) forjado pelo PT no governo ruía.

Em meio aos problemas econômicos que se intensificavam, no cenário político ressurgiam com mais força escândalos de corrupção envolvendo a cúpula do Partido dos

Trabalhadores e de partidos aliados como PMDB; com a base do governo cada vez mais enxuta sem apoio para aprovar projetos, é neste momento em que o Brasil fatalmente sofre mais um golpe: uma presidenta é deposta, sob alegação de irregularidades contábeis, denominadas de “pedaladas fiscais”, responsáveis por cobrir déficits nas contas públicas – uma prática usualmente utilizada por todos os governos que a antecederam.

O que aconteceu no Brasil, com a destituição da presidente eleita Dilma Rousseff, foi um *golpe de Estado*. Golpe de Estado pseudolegal, “constitucional”, “institucional”, parlamentar ou o que se preferir, mas um golpe de Estado. [...] O que a tragédia de 1964 e a farsa de 2016 têm em comum é o ódio à democracia. Os dois episódios revelam o profundo desprezo que as classes dominantes brasileiras têm pela democracia e pela vontade popular (LÖWY, 2016, p. 64-66).

O cenário conjuntural pelo qual o Brasil passava foi se encrudescendo com mais veemência a partir de junho de 2013, com a tomada das ruas por protestos, os quais se estenderam pelos anos seguintes, mesmo que em determinados momentos com fluxos e refluxos. A vida real não é nada fácil para aqueles que vivem da venda de sua força de trabalho, principalmente os que residem em grandes centros urbanos, onde os serviços públicos estão dia a dia se deteriorando. Quando as ruas foram tomadas por jovens reivindicando contra o aumento da tarifa do transporte público, eles gritavam por melhoria no transporte público, na saúde, na educação, ou seja, muito aquém do valor dos 20 centavos.

Os preços das passagens de ônibus são uma boa metáfora dos obstáculos de mobilidade enfrentados pelas classes mais desfavorecidas. Não foi só por 20 centavos: foi também um grito pela melhoria dos bens públicos, que são o termômetro de uma sociedade democrática. Tudo isso em meio aos preparativos da Copa do Mundo, que coroar a imagem do Brasil como uma economia emergente no sistema mundial (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 31).

Enquanto as jornadas de Junho de 2013, fomentadas pelo Movimento Passe Livre (MPL), protestavam contra o aumento das passagens de ônibus, pelo direito ao acesso à cidade, durante os anos 2015 e 2016, o movimento de ocupação das escolas públicas fez com que mais de 500 escolas paralisassem suas atividades em diversas regiões do Brasil, em virtude das péssimas condições que as mesmas dispunham, bem como pelos salários pífios pagos aos professores. Os protestos não cessam e nos anos seguintes, mesmo após a destituição da presidente Dilma e a posse do governo interino Michel Temer, o panorama de crise econômica, política e social só se agrava.

Haja vista as medidas de austeridade ainda mais severas sancionadas pelo então presidente Michel Temer e aprovadas pelo Congresso Nacional, tais como: a Lei nº 13.429/2017, conhecida como a lei da terceirização, que dispõe sobre o trabalho temporário.

Essa lei passa a permitir que empresas terceirizem funcionários para execução de atividades-fim, ou seja, as principais funções que a empresa se destina; também a Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, que versa sobre o Novo Regime Fiscal (Teto de Gastos Públicos). Trata-se de uma limitação ao crescimento das despesas do governo brasileiro durante 20 anos, o que acarreta uma provável redução nos serviços públicos, na reposição de investimentos, principalmente nas áreas da saúde e da educação que já sofrem com ínfimos recursos a elas destinados. Medidas como essas impactam diretamente na vida dos trabalhadores, indicando que novas formas de precarização do trabalho e instabilidade no emprego são ainda mais evidenciadas, bem como na fragilização e precarização dos serviços públicos de saúde e educação.

Após o processo de redemocratização do Brasil, marcado pelo fim da ditadura de 1964 que perdurou por 21 anos, foram eleitos cinco governos civis pelo voto popular, sendo que um está em vigência, o do presidente Jair Messias Bolsonaro e dois desses não concluíram seus mandatos: Fernando Collor de Mello (1990-1992) renunciou ao cargo após abertura de processo de impeachment, sobre a acusação de peculato, seu vice Itamar Franco vem a assumir, Dilma Rousseff (2011-2016) em seu segundo mandato foi deposta do cargo de presidente sobre a acusação de crime de responsabilidade fiscal. Muitos analistas afirmam que o processo de impedimento sofrido pela ex-presidente foi um golpe parlamentar, diferentemente do ocorrido com Collor em 1992. A partir do pleito de 2018, é eleito Jair Messias Bolsonaro como presidente do Brasil em um momento de alta tensão política, social e econômica, sobre o lema “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” o que evidencia e confirma um perfil conservador, reacionário e antipovo bastante perigoso e prejudicial para um país marcado pela miscigenação, diversidade étnica, econômica, social, cultural e política.

Durante a campanha, Jair Bolsonaro demonstrou claramente suas semelhanças com Trump e Órban. Como eles, Bolsonaro se pintou como o único representante verdadeiro do povo e chamou seus adversários de traidores ilegítimos; e, também como eles, atacou as regras e normas mais básicas das instituições do país – chegando a ponto de elogiar a ditadura militar que dominou o país por duas décadas cruéis (MOUNK, 2019, p.10).

A democracia não está perdida no Brasil, é preciso que a esperança não ceda espaço para o fatalismo e “um excelente começo é protestar sempre que o presidente tentar expandir seu poder. Afinal, nada melhor do que centenas de milhares de pessoas de todas as classes e etnias tomando as ruas em uma jubilosa celebração da democracia para demonstrar que Bolsonaro não fala em nome de todo povo” (MOUNK, 2019, p. 13). A democracia não é apenas um regime político, ela é uma forma social, baseada na criação e conservação de

direitos, a qual considerada o conflito legítimo e necessário e onde a soberania é popular (CHAUI, 201. Sendo assim, o governante recebe um mandato para exercer a soberania que pertence ao povo, se não for assim então não se estará vivendo sobre um horizonte democrático.

As manifestações iniciadas em junho de 2013 já davam sinais claros que mudanças profundas precisam acontecer no Brasil, muito embora naquele momento não se concebesse que as mudanças apontariam para uma gestão com características fascistas como se vê atualmente. É certo afirmar que a onda conservadora-reacionária que tomou a frente de muitos Estados-nação tem se mostrado uma ameaça real das democracias e a conquistas históricas no campo dos direitos humanos e sociais, afetando países de Norte a Sul.

As instituições se tornam armas políticas, brandidas violentamente por aqueles que as controlam contra aqueles que não as controlam. É assim que os autocratas eleitos subvertem a democracia – aparelhando tribunais e outras agências neutras e usando-os como armas, comprando a mídia e o setor privado (ou intimidando-os para que se calem) e reescrevendo as regras da política para mudar o mando de campo e virar o jogo contra oponentes. O paradoxo trágico da via eleitoral para o autoritarismo é que os assassinos da democracia usam as próprias instituições da democracia – gradual, sutil e mesmo legalmente – para matá-la (LEVITSKY; ZIBLATT, p. 19, 2018).

Sem dúvida, as instituições sozinhas não serão capazes de proteger e garantir que as normas democráticas sejam resguardadas e seguidas atentamente por governantes de perfil autoritário. É preciso que partidos políticos, cidadãos organizados em coletivos, movimentos sociais façam vigilância permanente e pressionem para que democracias não se curvem a formas autoritárias de poder. Reitera-se, mais uma vez, a relevância social dos movimentos e suas formas de expressão tão essenciais para a atualidade, tendo em vista as formas reacionárias que estão sendo impostas ao conjunto social. Para além disso, seguem dando visibilidade a insatisfações, necessidades e demandas que permeiam a vida em sociedade. Tais como aquelas apontadas no princípio do ciclo das manifestações de junho de 2013.

As Jornadas de Junho foram as maiores marchas da história do país. Com variações locais, as multidões reivindicavam melhores bens públicos e se colocam contra os abusos corporativos e a violência de Estado praticada em função da Copa do Mundo que aconteceria em 2014. Os protestos, em última instância, eram por mais democracia e contra o neoliberalismo (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 33).

Em 6 de junho de 2013, um grupo de jovens se reuniria na Avenida Paulista para protestar contra o aumento da tarifa de ônibus em São Paulo, e nunca imaginariam na grandiosidade daquele ato que, apesar de inicialmente modesto, alcançou incríveis proporções de relevância nacional e internacional. O Movimento Passe Livre (MPL) articulador e

responsável pelas manifestações iniciadas em São Paulo foi sem dúvida o motor propulsor dos protestos, até o momento que se retiram da articulação e organização das manifestações.

Os protestos iniciados em junho de 2013 foram se avolumando e alcançaram numerosos apoiadores, no decorrer desse processo, bandeiras como melhorias pela saúde, educação, mais e melhores condições de trabalho e renda foram sendo somadas à demanda inicial das tarifas de coletivos. Neste interim, os protestos foram passando por diferentes fases, desde a criminalização, ao apoio midiático e social, até adentrar em uma fase de características mais pluri-ideológicas, no qual muitos mostravam-se dispostos à insuflar a rivalidade entre setores de esquerda e direita. Por tais razões, há inúmeras interpretações em disputa, desde aqueles que entendem que as Jornadas de Junho foram “[...] uma continuidade histórica das lutas anarquistas e autonomistas da virada do século XX no mundo todo [...]” (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 33), ou há ainda aqueles que compreenderam como uma forma de golpismo, teoria essa defendida por alguns defensores da esquerda que viram nos protestos a ausência de foco e lideranças, resultando no golpe que impediria a presidente Dilma Rousseff a permanecer no cargo, mais grave ainda, o impulso imediato para o levante da extrema-direita no Brasil (PINHEIRO-MACHADO, 2019). Essa última tendência evidencia a falta de análise crítica do contexto social, político e econômico da época, desconsiderando os elementos que as manifestações exaltaram, como a precariedade nos transportes, na saúde, na educação, dentre outras.

Deste momento em diante, o MPL em São Paulo manifestou-se dizendo: “Sairemos agora das manifestações porque a direita está tentando roubar as nossas bandeiras” e ainda acrescentou um porta-voz do movimento “Somos apartidários, mas não antipartidários”, demarcando abertamente seu repúdio às agressões que manifestantes que portavam bandeiras de partidos políticos de esquerda haviam sofrido em alguns protestos.

O MPL conseguiu reunir, como há muito não se via – desde as Diretas Já – um grande conjunto de jovens que estudava e/ou trabalhava e dependia necessariamente do transporte coletivo para se deslocar de um ponto a outro das cidades brasileiras, sofrendo pela falta de qualidade no transporte público, das altas tarifas cobradas pelos serviços, das vias urbanas precárias e lotadas por carros e motos particulares, entre outros problemas de acesso as cidades. Essa juventude, desde muito cedo, sofreu com os impactos decorrentes da precarização do trabalho, encontrando em ações coletivas formas de expressar suas carências e exigir respostas por parte daqueles que governam as mesmas.

Ruy Braga analisa o tema do precariado de forma muito assertiva e diz que “vivemos sob a sombra do ‘precariado’, isto é, um grupo de pessoas despojadas de garantias

trabalhistas, submetidas a rendimentos incertos e carentes de uma identidade coletiva enraizada no mundo do trabalho” (BRAGA, 2014, p. 37). Convencido de que dependerá em grande parte da qualidade da ação coletiva desse grupo predominantemente jovem o futuro dos movimentos sociais globais, pois esses serão importantes tensionadores por mudanças, principalmente, no que se refere às relações de trabalho, cada vez mais exploradas e espoliadas de direitos sociais.

A pressão por transformações principiadas em junho de 2013 foram tomando cada vez mais força, e na esteira das manifestações foi crescendo o aparecimento de grupos conservadores vindos da classe média, aparentemente apolíticos, mas claramente identificados com a direita. Assim, “ao mesmo tempo que adentrávamos em um ciclo de descontentamentos, levantes, rebeliões, greves, situados em um espectro mais à esquerda, começavam também a despontar manifestações de claro perfil conservador explicitamente a direita” (ANTUNES, 2018, p. 234). Apesar desses grupos não terem conseguido conduzir as manifestações em 2013, em 2016, o processo de *impeachment* aberto contra a presidente Dilma Rousseff leva muitos brasileiros às ruas, agora divididos em dois grupos: pró e contra Dilma.

Boa parte desses manifestantes são fruto das Jornadas de Junho de 2013, ou que foram sendo forjados durante esse período, a ver o Movimento Brasil Livre – MBL que surge em 2014, com o objetivo de “desenvolver uma linguagem para que o liberalismo seja transmitido de maneira eficiente e abrangente o bastante para que *se torne a maior força política do país*” (KATAGUIRI; SANTOS, 2019, p. 115 – grifos próprios). O MBL constituído inicialmente por um grupo de jovens e, definidos por eles mesmos como “desajustados”, articularam-se com pessoas, grupos e organizações mais à direita que detinham poder (recursos monetários) e influência (política e midiática) o que contribui para imprimir a visão conservadora, fruto da formação sociopolítica da classe média brasileira da qual faziam parte.

Tanto o MBL quanto o Vem pra Rua, movimentos sociais pioneiros da direita jovem do Brasil, tiveram um papel muito importante no processo de impeachment, convocando manifestações e atraindo a nova geração para seu campo ideológico. Eles se apresentavam como liberais, tinham forte presença na internet e atuavam por meio de uma poderosa estética juvenil, em especial via produção de memes. Eram jovens “rebeldes” contra o poder estabelecido, mas totalmente aceitáveis para muita gente, dando um ar “moderno” e renovado à política (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 73-74).

Em uma das passagens do livro publicado pelos cofundadores do MBL (Movimento Brasil Livre) intitulado *Como um grupo de desajustados derrubou a presidente: MBL a origem*, onde descrevem como se origina o grupo, a finalidade e as articulações ao longo do

tempo, há explicitamente um esforço de transmitir ao leitor a ideia de abnegação de suas vidas em prol de um país mais honesto e ético, que de acordo com eles a esquerda não era capaz de proporcionar. Muito pelo contrário, o PT e seus asseclas eram sinônimo de ameaça real as liberdades individuais, econômicas e aos valores familiares que a sociedade brasileira tanto resguarda, “os organizadores desse movimento conseguiram a atenção de muita gente insatisfeita, oferecendo a narrativa anticomunismo e pauta anticorrupção. [...] Em 2017, o MBL já se assumia como ‘liberal na economia e conservador nos costumes’” (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 74). Ilustram de maneira que pareça “ingênua” suas atuações nas mídias, a forma como utilizaram das redes sociais para manipular e influenciar a opinião pública, com objetivo claro de destituir a presidente eleita, incitar a desconfiança e o ódio entre as pessoas.

A luta contra o projeto de poder orquestrado pelo petismo não poderia ter trégua, volta ou quartel. Não fazíamos isso por termos lido *A arte da guerra* ou algo que valha; fazíamos porque era degradante demais adotar um comportamento tucano no combate ao partido político que pretendia nos destruir enquanto nação. Éramos pessoas de outra natureza. Diferentemente do Vem Pra Rua, somos em geral jovens de classe média. O padrão se repetia ao longo das dezenas de filiais do MBL espalhadas pelo Brasil. Não tínhamos como fugir para outro país. Estávamos todos fodidos (KATAGUIRI; SANTOS, 2019, p. 152)

Tempos mais tarde, o mesmo MBL alegou ser apartidário, dizendo não encontrar na política “tradicional” um verdadeiro representante de suas ideias, levando-os a lançar em 2016 seu primeiro representante a cargo político, o atual vereador de São Paulo, Fernando Silva Bispo, mais conhecido como Fernando Holiday, do partido Patriota. Com apoio de figuras políticas como Fábio Ostermann, que à época havia saído do Partido Novo e migrado para o PSL, foi quem apresentou Luciano Bivar - presidente do PSL - ao grupo do MBL. Mais tarde, outro representante se lança a um cargo político de maior expressão, Kim Patroca Kataguirí é eleito deputado federal por São Paulo, pelo DEM, em 2018. É na onda liberal e conservadora que esse grupo de jovens representantes da direita liberal sustenta sua permanência na política brasileira e apesar da revolta contra a corrupção e a luta pela ética na política, o que teria impulsionado a criação do MBL, atualmente seus líderes são alvos de investigações do Ministério Público de São Paulo, por lavagem de dinheiro, ocultação do patrimônio e tráfico de influência²⁶.

²⁶ Despacho de 18 de junho de 2020, do Ministério Público de São Paulo trata da: *Investigação que vem sendo realizada por este Grupo de Atuação Especial, nos Autos do Procedimento Investigatório Criminal em epígrafe, evidencia forte suspeita de suposta prática de lavagem de dinheiro (art. 1º e/ou §§ da Lei n. 9.613/98) cometida por integrantes, fundadores e agregados/simpatizantes (doadores) da organização denominada Movimento Brasil Livre, conhecida como MBL, por meio de dois modi operandi, isto é, duas formas operacionais diferentes utilizadas por tais pessoas todas relacionadas ao MBL/MRL. Tratam-se, ambas, de técnicas indicativas de*

O processo eleitoral de 2018 que culminou na eleição do atual presidente Jair Bolsonaro teve apoio explícito do grupo (MBL) e de seus representantes eleitos. Também foi marcado por protestos pró e contra o então candidato. Durante este período, o país se mostrou bastante dividido, as relações interpessoais se acirraram em razão das posições políticas distintas, um clima de tensão e ódio foi se acentuando no país. Mesmo após assumir, o governo do presidente Jair Bolsonaro e seu grupo de dirigentes tem mantido posições que tendem a alimentar, ainda mais, este clima de tensão e ódio entre a população brasileira, devido a manifestações consideradas homofóbicas, racistas e sexistas, além de medidas antidemocráticas de mais austeridade direcionadas a áreas nevrálgicas para todo e qualquer país que almeje alcançar níveis respeitáveis de desenvolvimento, como educação.

A *hashtag* #ELENÃO levou ao maior movimento de protesto encampado por mulheres no Brasil, sem dúvida nenhuma não significou apenas rejeitar o então candidato Jair Bolsonaro e tudo o que ele representava na época (e atualmente ainda representa) – machismo, autoritarismo, sexismo, homofobia e assim por diante - para as mulheres especialmente, mas principalmente demarcar a posição social e política que as mulheres brasileiras queriam ser reconhecidas pelo conjunto social.

Deixando para trás os estereótipos que definiam as mulheres como menos interessadas na política, é preciso considerar essas desigualdades para compreender por que elas continuam sub-representadas, como grupo, em todos os âmbitos da política brasileira. [...] O percentual de cadeiras ocupadas por mulheres na Câmara dos Deputados permanece inferior a 10%. Na política local, a situação não é melhor – as mulheres ocupam cerca de 12% das cadeiras nas Câmaras de Vereadores e não ultrapassam os 10% no cargo de prefeitas. A complexidade da composição do grupo mulheres, tópico discutido pelas teorias feministas e bastante presente neste livro, não apaga um fato: a decisão sobre leis e políticas que afetam diretamente as mulheres é feita no Brasil, ainda hoje e como foi ao longo de toda a nossa história, por homens (RIBEIRO, 2020, p. 41).

O coro de vozes majoritariamente femininas que ecoaram pelas ruas do País deixava claro que, para maioria das mulheres brasileiras, a resistência não era uma opção, mas uma escolha política. Por isso que, mesmo diante de tentativas de despolitizar o movimento, sobre o argumento que uma *hashtag* nas mídias e redes sociais, não reverteriam o cenário político, não entenderam a dimensão e alcance que aquela multidão que ocupava as praças e vias públicas representaria. Fortaleceu o diálogo entre mulheres, fosse esse online ou face a face, no intuito de estimular umas às outras a (re)pensarem suas posições e representações diante do mundo, significando muitas vezes romper com valores e ideias reproduzidas a gerações.

É importante destacar que as redes sociais, mais uma vez, cumpriram uma função essencial na organização e mobilização social do movimento. A ideia origina-se de um grupo criado no Facebook²⁷, intitulado *Mulheres Unidas Contra Bolsonaro*, que já chegou a somar 3,88 milhões de membros, contando com famosos(as) e anônimos(as), fossem eles homens também. Os meios digitais, em especial a internet, cumprem uma importante função na participação política e cívica nos últimos 20 anos. De certa maneira, o espaço virtual e concreto, cada vez mais híbridos, em que a internet e as ruas se conectam de inúmeras formas são elementares para as manifestações de protestos acontecerem na atualidade.

O que os corpos estão fazendo nas ruas quando estão se manifestando está fundamentalmente ligado ao que os dispositivos e as tecnologias de comunicação estão fazendo ao “relatar” o que está acontecendo nas ruas. São ações diferentes, mas ambas exigem o corpo. Um exercício de liberdade está ligado ao outro, o que significa que ambos são maneiras de exercer direitos e que, em conjunto, fazem surgir um espaço de aparecimento, assegurando a sua transponibilidade. Embora alguns possam apostar que o exercício dos direitos agora se dá à custa dos corpos na rua, afirmando que o Twitter e outras tecnologias virtuais levaram a uma desincorporação da esfera pública, eu discordaria em parte (BUTLER, 2018, p. 103).

Com o movimento de protestos da #ELENÃO pode-se constatar a importância de os corpos estarem uníssomos nas ruas, nas praças cheias, mas tão importante para o movimento foi a possibilidade de articulação em grande escala, algo que a internet via mídias sociais corrobora para que aconteça. Outro aspecto relevante dos movimentos é que para a própria mídia esses corpos nas ruas é garantia de notícia, ela se alimenta dos eventos e os próprios eventos se interessam da exposição para existirem em arena global. Por conseguinte, a ligação entre “rua e mídia constitui uma versão muito contemporânea da esfera pública, então corpos que estão em risco devem ser pensados como estando tanto lá quanto aqui, agora e depois, transportados e estacionários, com consequências políticas muito diferentes se seguindo a essas duas modalidades de espaço e tempo” (BUTLER, 2018, p. 104).

Segundo dados apurados pela Datafolha na época, 52 % das mulheres disseram que não votariam em Jair Bolsonaro, isso significaria que homens e mulheres votariam muito diferente, como há tempos não se via. Mas aquelas que ainda assim votassem em um candidato avesso aos interesses feministas, o que as levariam a reenterrar com tais posições? Sem dúvida nenhuma o temor pela ruptura com o modelo da “família perfeita” ou tradicional – pai, mãe e filhos brancos e heterossexuais – assombram esse conjunto social, essas mulheres

²⁷ A plataforma de mídia social Facebook oferece talvez o melhor estudo de caso das teorias e estratégias supramencionadas em ação em um ambiente virtual. [...] Ele foi usado para organizar protestos em larga escala e realizar operações de influência em todo mundo. Visto que o Facebook lida com a administração das percepções e engenharia social, ele tem, portanto, utilidade como ferramenta para operações psicológicas (KORYBKO, 2018, p. 55).

“exaltam os velhos valores que lá em 1964, já eram defendidos contra a ameaça comunista: a família e a propriedade” (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 155), tudo aquilo que aparentemente a esquerda não defende como valor universal. Neste sentido, “longe do comportamento de manada, em seus perfis pessoais, essas mulheres que analisei moderavam mais a linguagem e atuavam num jogo combativo de exibição, mostrando suas maquiagens, a família perfeita no final de semana, seus carros e fotos no Caribe” (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 155). O espelho de uma classe média brasileira a qual almeja alcançar um patamar entre os mais ricos e não acredita que esse é um lugar no qual eles cumprem um importante papel, dar sustentação ideopolítica, social e econômica aos donos do capital.

Uma das coisas que mais me chamou atenção em minhas aventuras pelo grupo pró-Bolsonaro no Facebook foi uma mistura de medo do comunismo com o medo do feminismo. “Minha bandeira jamais será vermelha”, disse uma apoiadora. Na verdade, parecia querer dizer: “Minha vagina jamais será peluda”. Há um permanente terror de que a ditadura do proletariado se torne a ditadura da baranga. Eduardo Bolsonaro, inclusive, declarou em 2018 que as mulheres de esquerda são feias pouco higiênicas e têm cabelos no sovaco (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 154)

A ideia do feminismo é uma ameaça para o conjunto social que rejeita o multiculturalismo e a multiracialidade brasileira. Busca espelhar-se no padrão do branco-europeu que não reflete a realidade nacional, tanto no que se refere à raça, quanto aos níveis de equidade econômica-social, além, é claro, de outras questões que dão conta da moral, da religião e patriarcais, “o ‘Brasil acima de tudo’ é o Brasil do condomínio fechado, branco e endinheirado, não o Brasil de verdade, que encara sua desigualdade e abraça suas diferenças” (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 156).

A luta das mulheres por reconhecimento equiparação social, política e econômica já avançou muito, mas há uma longa jornada pela frente ainda, principalmente quando se tratar de mulheres negras e brancas que não ocupam o mesmo lugar na pirâmide social. E, portanto, a luta do movimento negro também deve ser analisada e compreendida a partir desse binômio: homens e mulheres.

A insistência em falar de mulheres como universais, não marcando as diferenças existentes, faz com que somente parte desse ser mulher seja visto. Segundo o Mapa da Violência de 2015, aumentou em 54,8% o assassinato de mulheres negras, ao passo que o de mulheres brancas diminuiu em 9,6%. Esse aumento alarmante nos mostra a falta de um olhar étnico-racial no momento de se pensar políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres, já que essas políticas não estão alcançando as mulheres negras (RIBEIRO, 2020, p. 41).

É preciso dar visibilidade a essas pautas, porque se permanecem nas sombras elas podem matar, “a reflexão fundamental a ser feita é perceber que, quando pessoas negras estão

reivindicando o direito a ter voz, elas estão reivindicando o direito a própria vida” (RIBEIRO, 2020, p. 42). O professor Ricardo Antunes tem dito reiteradas vezes que o curso da história das sociedades modernas mostrará que o mundo vive uma revolução feminista e negra, sendo que estas serão responsáveis por significativas mudanças sociais. O movimento negro antirracista, longe de ser um movimento único e heterogêneo, tem se mostrado cada vez mais combativo e de grande expressão mundial.

Em maio de 2020, após a morte de George Floyd, homem negro de 40 anos, brutalmente assassinado por policiais em Minnesota nos Estados Unidos, fez com que negros e brancos se unissem para protestar contra o Estado autoritário e ultraconservador que rege os estadunidenses atualmente, as bandeiras dos protestos que ocorrem por todo país carregavam o lema #BLACKLIVESMATTER (Vidas Negras Importam). Essas manifestações se espalharam pelo mundo, como uma frente ampla antirracista. No Brasil, por exemplo, manifestantes no Rio de Janeiro realizaram ato em homenagem a João Pedro, menino negro de 14 anos morto por tiros de fuzil durante uma operação policial na favela do Salgueiro, também em maio de 2020. Em Recife, manifestantes também foram às ruas pedindo justiça por Miguel de 5 anos, o menino caiu do 9º andar, após ter sido deixado pela mãe doméstica da casa onde estava, sobre os cuidados de sua patroa, Sari Corte Real, primeira-dama do município de Tamandaré. A mesma foi presa em flagrante, acusada de homicídio culposo, quando não há intenção de matar, e solta após pagar fiança de R\$ 20 mil.

Os casos relatados evidenciam a tragédia do racismo no Brasil, o último Atlas da Violência de 2020, publicado pelo IPEA, constatou que 75,7% das vítimas de homicídios são a população negra, entre 2008 e 2018 aumentaram 11,5% das mortes entre negros, enquanto diminuiu 12,9% dos homicídios de pessoas não negras, em um país onde 64% dos 13 milhões de desempregados são negros. Fica evidente que há um genocídio consentido pelo Estado e, portanto, é fundamental que as lutas travadas reverberem no sentido de mudar não apenas a postura da população frente à questão racial, mas combinadas a políticas públicas de preservação de vidas negras. Neste sentido, é necessário “descolonizarmos o conhecimento, precisamos nos ater a identidade social, não somente para evidenciar como o projeto de colonização tem criado essas identidades, mas para mostrar como certas identidades têm sido historicamente silenciadas e desautorizadas no sentido epistemológico, ao passo que outras são fortalecidas” (RIBEIRO, 2020, p. 28). Entender isso significa compreender a importância do lugar de fala e o quanto as experiências refletem a possibilidade de pensar acerca do lugar a que se pertence.

A organização do Movimento de Entregadores Antifascistas (MEAF) denunciou as péssimas condições de trabalho que a são submetidos dia a dia, ora ainda mais explorados e expostos, diante do cenário pandêmico que o mundo tem vivenciado durante o ano de 2020. Em momentos de graves crises, como essa do Covid-19, surgem atores sociopolíticos para (re)organizarem as lutas e direcionarem o coletivo na busca pelos mesmos objetivos, ou seja, um bem comum. “Foi preciso que estourasse uma pandemia, sob um governo que idolatra a morte, para que trabalhadores de aplicativos que denunciam o óbvio fossem ouvidos” (PINHEIRO-MACHADO, 2020, p. 01)²⁸. Esse conjunto de trabalhadores faz parte do precariado cada vez mais crescente em países capitalistas, suas péssimas condições de trabalho e remuneração são vis em tempos ditos “normais”.

O cenário pandêmico atual intensificou as precariedades antes sofridas, Paulo Lima, o Galo como é conhecido um dos trabalhadores de aplicativo, organizador e liderança do movimento gravou um vídeo – que viralizou - relatando as condições de trabalho bárbaras as quais ele e seus colegas são submetidos, principalmente neste momento em que deveriam contar minimamente com equipamentos de proteção, tais como: álcool em gel e máscara, porém isso não ocorre. Diferentemente de parte da população que permanece em casa isolada, os entregadores não pararam e estão mais expostos a doença do que os demais.

Mobilizar um movimento exige muitos recursos – e tempo é um deles. Apesar do medo da retaliação que as empresas possam aplicar aos que protestam, um dos grandes desafios para mobilizar os entregadores é conseguir fazê-los parar. Eles pedalam e dirigem por horas a fio para bater o mínimo da meta. Rodam muitas vezes sem parar para comer, sem poder ir ao banheiro ou tomar um copo d’água, prejudicando sua saúde física e mental. Para que um entregador se mobilize, ele precisa usar suas horas de sono para se comunicar nas redes sociais (PINHEIRO-MACHADO, 2020, p. 02-04).

Tempo é um recurso do qual muitos trabalhadores não dispõem, principalmente em se tratando dos informais e/ou terceirizados, já que esses vivem daquilo que produzem no tempo empenhado em determinada tarefa, logo, se não produzirem, não receberão. Por essas razões é que o “capital tempo”, e não dispor do mesmo pode configurar-se como um pulverizador ou desmobilizador de potenciais organizações coletivas de resistência. Pensando nisso, o movimento dos entregadores MEAF “quer criar uma forma de financiamento coletivo que possa criar, entre outras coisas, um fundo de ajuda aos trabalhadores que se machucam, ficam doentes e precisam parar de trabalhar. Eles também sonham com iniciativas de base tecnológica que transformem radicalmente o modelo predador e individualista que os isolam”

²⁸ Disponível em: <http://www.dmttemdebate.com.br/os-entregadores-antifascistas-querem-apps-solidarios-a-causa-por-que-e-importante-ouvi-los/>. Acesso em: 04 dez 2020.

(PINHEIRO-MACHADO, 2020, p. 04). Esse é sem dúvida um exemplo de movimento que se originou das demandas coletivas sofridas e refletidas entre seus pares e que, apesar das adversidades, que não são poucas – escassez de tempo, baixa remuneração, intensa carga de trabalho, exposição a situações de risco, discriminação etc. – encontraram uns nos outros uma forma de resistir e superar as incoerências em que o modelo predatório atribuído pelo sistema capitalista, fragiliza ainda mais os trabalhadores. Em particular, aos vinculados a aplicativos, via plataformas digitais e apps, como no caso dos entregadores.

Nesse sentido, essa nova era de relações de trabalho digital que se “aproximam por se relacionar ao uso de ferramentas digitais e da internet para gerir a produção e o trabalho, como as chamadas plataformas digitais e os aplicativos” (FILGUEIRAS e ANTUNES, 2020, p.29). O mundo do trabalho vem experienciando algumas mudanças significativas que se dão à medida que o uso dessas ferramentas se intensificaram, e muito embora não pareça ter como fugir do novo *modus operandi* é preciso ser cético e crítico a ele, tendo em vista que “os assim chamados apps e plataformas digitais impõem os/as trabalhadores/as, quase sempre, o rótulo de autônomos/as, sendo o trabalhador/a remunerado por tarefa ou lapsos temporais mínimos (como horas), sem qualquer garantia de jornada e remuneração [...]” (FILGUEIRAS e ANTUNES, p. 29, 2020). O resultado dessa relação é bastante perigosa, já que implica uma falta de comprometimento explícito e de continuidade dentre o contratante para com o contratado.

Enquanto o conjunto amplo, compósito e heterogêneo da força global de trabalho nas plataformas digitais e nos aplicativos se torna responsável por suas despesas de seguridade, gastos de manutenção de seus veículos e demais instrumentos de produção (que os capitais, em um vilipêndio ideológico desmesurado definem como sendo proprietários dos meios de produção), a plataforma digital se apropria da mais-valia gerada pelos trabalhos, burlando sistematicamente as formas de regulamentação do trabalho existentes. Não é por outro motivo que, a partir da expansão das TIC, ampliaram-se os processos de precarização da força de trabalho em amplitude global, que propiciou inclusive a universalização do termo uberização do trabalho (FILGUEIRAS e ANTUNES, p. 32, 2020).

A insurgência do novo precariado e da organização e mobilização do MEAF levou a primeira paralização desse conjunto de trabalhadores de aplicativo – sejam, motoboys, de bicicletas ou de carros - em 1º de julho de 2020. Não reverberou da mesma forma que o 1º de julho de 2018 com a paralização dos caminhoneiros, mas foi sem dúvida uma importante iniciativa. Esse foi apenas o *start*, há muito o que fazer nesse terreno arenoso no qual alguns entregadores têm se engajado, já que se denominam Movimento de Entregadores Antifascistas. Em entrevista dada à Revista Carta Capital, Galo disse que o movimento é político porque todos são sujeitos políticos, mas que a principal luta do movimento é a

conscientização acerca dos danos causados pela uberização: “Ele vem avançando e uma hora vai pegar todo mundo. Se a Revolução Industrial suprimiu empregos, a uberização vem pra suprimir direitos” (CARTA CAPITAL, 2020). Lembrou ainda que “muita gente diz que a gente está por opção, sem considerar o tamanho da fila do desemprego no País. Também têm os que dizem que temos liberdade, que podemos fazer nosso horário. Quem faz meus horários são minhas dívidas” (CARTA CAPITAL, 2020).

A última década no Brasil foi, sem dúvida, marcada por um conjunto de insurgências sociais, e muito embora algumas tenham sido abordadas neste capítulo, ainda é possível uma breve sistematização das manifestações de protestos ocorridas nas duas primeiras décadas do século XXI, as quais tiveram mais expressividade e latência social, conforme podem ser observadas a partir das informações constantes no Quadro 3.

QUADRO 3: Mapeamento de Protestos e Manifestações Populares no Brasil na última década

NOME	DATA OU PERÍODO	MOTIVAÇÃO	Nº DE PARTICIPANTES
Protestos contra o governo de Jair Bolsonaro	23 e 24 de janeiro de 2021	Carreatas que ocorreram em diversas regiões do país no contexto da pandemia do Covid-19, com o objetivo de contestar as medidas e ações governamentais adotadas pela presidência da república no que se refere à Pandemia, bem como defender a campanha de vacinação.	Indefinido
Carreatas contra as políticas de isolamento social dos governos estaduais	Março e abril de 2020	As carreatas foram motivadas devido às iniciativas de isolamento social adotadas por alguns governadores e prefeitos brasileiros, seguindo as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde (MS) para combater a pandemia do Covid-19 e proteger a população de um vírus tão letal. O objetivo era garantir a abertura do comércio e a saída do Ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta.	Indeterminado
Protestos antirracistas e antifascistas #VIDASNEGRASIMPORTAM	Maio a agosto de 2020	As manifestações que se procederam foram em virtude dos últimos acontecimentos ocorridos nos estados Unidos, com o assassinato do jovem negro pela polícia, o qual refletiu em boa parte do mundo, como no Brasil. Somando-se as narrativas antifascistas do Presidente Jair Bolsonaro, o qual afirmou que os antifascistas eram marginais e terroristas.	Indeterminado
Greve geral dos trabalhadores em 2019	14 de junho de 2019	A greve geral ocorrida em 2019 acontece após dois anos da greve geral de 2017. O movimento tratou de contestar a reforma da previdência proposta por Jair Bolsonaro e contra os cortes na política de educação.	Indeterminado
Manifestações Estudantis de 2019 – Dia Nacional em Defesa da Educação	15 de maio, 30 de maio e 13 de agosto	Os protestos estudantis ocorridos no Brasil em 2019 tomaram conta das ruas de capitais e municípios por todo país. O primeiro grande ato tratou de manifestar as insatisfações quanto ao governo de Jair Bolsonaro, os cortes de recursos para a política de educação do ensino básico ao superior e o congelamento de verbas nas áreas de desenvolvimento de ciência e tecnologia. As manifestações contaram com estudantes, professores e sindicalistas.	1 500 000 (segundo os organizadores) no dia 15 de maio, 2 000 000 (segundo os organizadores) no dia 30 de maio, 1 500 000 (segundo os organizadores) no dia 13 de agosto.
Movimento #EleNão	Setembro de 2018	As manifestações populares ocorridas em setembro de 2018, tiveram como protagonistas as mulheres, as quais se uniram inicialmente através de um grupo no Facebook conhecido como “Mulheres Unidas Contra Bolsonaro” que repudiavam veementemente suas declarações misóginas, homofóbicas e racistas. Esse movimento ocorreu em período eleitoral e alcançou as capitais e	Indeterminado.

		municípios do Brasil, além de transcender as fronteiras, foram registradas manifestações nas ruas de Nova Iorque, Barcelona, Berlim, Lisboa e Paris.	
Greve dos Caminhoneiros de 2018	De 21 a 30 de maio de 2018	A greve dos caminhoneiros paralisou o país por cerca de 10 dias, as manifestações consistiram em repudiar a política de preços adotada pela Petrobras, a qual vinha reajustando o valor do combustível com extrema frequência (diariamente), principalmente, o óleo diesel que impactava no valor final do trabalho prestado. A paralisação provocou o desabastecimento de produtos e serviços por todo Brasil, chegando a desabastecer cidades com insumos de alimentação, saúde e outros.	Indeterminado
Greve geral dos trabalhadores em 2017	28 de abril de 2017	A greve geral convocada por inúmeros sindicatos, representações profissionais e estudantes e aderidas por demais cidadãos brasileiros visava contrapor-se às Reformas Trabalhistas e Previdenciárias propostas por Michel Temer, as quais foram aprovadas posteriormente. Tais medidas aludiam combater o desemprego e ampliar postos de trabalho, o que se constatou foi justamente o oposto, aumento do desemprego e maior instabilidade na relação contratual entre trabalhador e empregador.	Indeterminado, embora segundo os organizadores apontam 40 000 000 trabalhadores
Fora Temer	2016 e 2017	As manifestações populares contra Michel Temer ocorrem desde o momento em que a Presidente Dilma Rousseff é impedida de permanecer na função, devido à alegação de crime de responsabilidade fiscal. Aconteceram em todas as regiões do país e foi marcada pelo bordão “Fora, Temer! Fora, Temer!”. Uma parcela significativa da população não via legitimidade no seu mandato e questionava determinadas medidas, tais como: programa de governo conservador, voltado para atender as demandas do grande capital (políticas neoliberais); governo com inúmeras denúncias de corrupção; dissolução da Comissão da Anistia entre outras questões.	Indeterminado
Primavera Secundarista	2016	O movimento de estudantes secundaristas e universitários brasileiros ocorridos em 2016, promovidos no segundo semestre de 2016, mobilizou inúmeros jovens que ocuparam escolas e universidades protestando contra o Projeto de Lei do Teto de Gastos (PEC 241), o projeto “Escola Sem Partido” e a medida provisória do “Novo Ensino Médio” (PL 44). Os estudantes exigiam melhores condições e mais investimentos para educação, tanto na infraestrutura, na merenda escolar, quanto na remuneração de seus professores. O momento teve amplo apoio social, apesar das inúmeras tentativas de descrédito que foram vinculadas à mídia na época.	Indeterminado. Segundo a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) houve 1.154 escolas, institutos e universidades Estaduais, Federais e Municipais

			ocupadas em 2016.
Protestos contra o governo Dilma Rousseff – Pró-Impeachment	15 de março, 12 de abril, 16 de agosto e 13 de dezembro de 2015 e março, abril e julho de 2016	O movimento impulsionado por grupos opositores ao Vem pra Rua (Pró Presidente Dilma Rousseff), como o Movimento Brasil Livre e os Revoltados Online que agrupavam milhões de seguidores, convocaram via redes sociais as pessoas para irem as ruas e manifestarem suas insatisfações contra o governo do PT, no que tangia à corrupção e também em apoio à Operação Lava Jato. Apesar de se dizerem apartidários foram apoiados por partidos de oposição como PSDB, DEM, PPS e SD, que por sua vez convocaram seus afiliados para os atos.	2 400 00 – 3 000 000 em 15 de março de 2015 ²⁹
Protestos contra a Copa do Mundo no Brasil	Junho de 2013 e julho de 2014	Os protestos contra a Copa do Mundo de 2014, também conhecidos como <i>Não Vai ter Copa</i> , trataram-se de uma série de manifestações populares ocorridas nas principais capitais do Brasil, onde os jogos se realizariam, a fim de demonstrar a indignação e insatisfação popular quanto aos gastos em estruturas de estádios e afins, com emprego de verbas pública, para realização do evento. Indo contra as necessidades e anseios da população em empregar tais recursos na prestação de serviços públicos de qualidade - saúde, educação, transporte e moradia.	Indefinido
Manifestações de Junho de 2013	Em 21 de junho de 2013, chegou a 125 milhão de pessoas manifestando-se por todo Brasil.	Os protestos de junho de 2013 que marcaram o Brasil, também nominados de Jornadas de Junho de 2013, Manifestações dos 20 centavos e outros, inicialmente contestavam o aumento das tarifas do transporte público nas principais capitais, mas que gradativamente foram tomando todas as regiões do país. Convocadas e organizadas pelo Movimento do Passe Livre, as manifestações populares demonstraram que a população não é apática e amorfa ao que acontece no Brasil. No auge dos protestos as reivindicações não se restringiram à bandeira dos 20 centavos, mas a diversas insatisfações que sufocavam a população há tempos, como os gastos públicos com eventos esportivos, a corrupção do sistema político, a má qualidade dos serviços públicos, entre outras questões.	1,25 milhão de pessoas ³⁰

Fonte: Informações sistematizadas pela autora em janeiro de 2020.

²⁹ Disponível em: <http://especiais.g1.globo.com/politica/mapa-manifestacoes-no-brasil/15-03-2015/> Acesso em julho de 2019.

³⁰ Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/protestos-pelo-pais-tem-125-milhao-de-pessoas-um-morto-e-confrontos.html> Acesso em janeiro de 2020

As manifestações de protestos compiladas neste Quadro 3, sem dúvida nenhuma, retratam como o Brasil acompanhou as ondas de manifestações ocorridas pelo mundo. As vozes que foram às ruas e mesmo aquelas que virtualmente apoiaram as manifestações, reivindicaram por um Estado mais eficiente, menos corrupto, menos ligado a interesses dos bancos, multinacionais e do empresariado local e global, como se viu no Fora Temer. Clamam por cidadania, justiça e equidade social, como Protestos antirracistas e antifascistas #VIDASNEGRASIMPORTAM e Movimento #EleNão, não se pode mais tratar a questão racial e o feminismo como aspectos separados das expressões do capitalismo contemporâneo, onde o Estado neoliberal, por meio de medidas de subtração de direitos, tem precarizado ainda mais as condições de vida e de trabalho dos negros e das mulheres, diferenciando por cor e sexo a ocupação de cargos e remunerações no mercado.

A tônica do aumento do precariado nacional está evidenciado na greve geral dos trabalhadores de 2017 e dos caminhoneiros em 2018, “cujo sentido é assegurar a reprodução ampliada da exploração econômica e da espoliação social” (BRAGA, 2017, p. 32). Não obstante, movimentos predominantemente jovens, como as Primaveras Secundaristas e o Movimento Passe Livre tentam reverter esse cenário de retirada de direitos, para que possam desenvolver suas potencialidades para não serem mais um a compor um conjunto do precariado global. Para que isso não ocorra, é fundamental que as políticas de educação, saúde, trabalho e moradia sejam tratadas como prioridades. Muito embora as crises do capitalismo sejam cíclicas, a cada nova expressão de uma crise ela se torna ainda mais radical e, por conseguinte, ameaça cada vez mais as relações e a vida em sociedade. Por tanto, é preciso ter claro que “o capitalismo nunca vai cair por si próprio. Terá de ser empurrado. A acumulação do capital nunca vai cessar. Terá de ser interrompida. A classe capitalista nunca vai entregar voluntariamente seu poder. Terá de ser despossuída” (HARVEY, 2011, p. 209).

Frente ao exposto, chama atenção que o mundo precisa urgentemente de uma “concepção mais catalítica que fundamente e anime a ação política. Uma subjetividade política coletiva tem de se aglutinar em torno de conceitos fundamentais sobre a constituição de um motor econômico alternativo, caso os poderes do capital sejam confrontados e superados” (HARVEY, 2016, p. 247). Sendo assim, o tema da alienação está presente em muitas contradições até aqui expostas, já que parte das contradições sofridas pela população é resultado do processo alienante que sufoca os indivíduos e permeia as relações sociais.

Por fim, sem dúvida, no momento em que o mundo sofre com o maior surto pandêmico dos últimos tempos, espera-se de governos sérios medidas governamentais que zelem e protejam seu povo, assegurando-lhe a vida em primeiro lugar. Este não é o cenário

brasileiro, o que se constata no Brasil é um país cada vez mais dividido pelo ódio, alimentado pela figura de maior relevância nacional, o presidente da república, por meio de ataques à imprensa livre, às instituições democráticas, aos trabalhadores e movimentos sociais. Cada vez mais as manifestações de protestos têm se dividido entre aqueles pró e contra a democracia, pró e contra o governo, e, mesmo veladamente, entre aqueles pró e contra as vidas humanas, ou melhor, a determinadas vidas humanas.

Cabe registrar que a saída para tantos problemas não é algo fácil e rápido, mas ao mesmo tempo não é nova. O potencial para superação de tantas dificuldades permanece nas lutas coletivas, nas mobilizações, na resistência por parte da classe trabalhadora, já que é ela que está submetida a condições de vida e trabalho cada vez mais degradantes, exposta aos altos custos de vida, desprotegidas por políticas sociais que foram congeladas ou suprimidas sistematicamente pelos governos brasileiros, ou ainda, em razão de contrarreformas que restringiram direitos e acesso aos mesmos. Embora historicamente os governos brasileiros tenham sufocado e onerado a classe trabalhadora em favor do capital, os movimentos sociais e de protestos buscaram encontrar caminhos para pressionar e resistir a tudo aquilo que lhes afeta, as paralisações promovidas pelo movimento dos caminhoneiros em 2018 são um exemplo disso, como será possível apreender-se no capítulo seguinte.

4 BRASIL 2018: O MOVIMENTO DOS CAMINHONEIROS

O Brasil de 2018 é resultado de anos de sufocamento econômico, político e social, mas também de uma energia que as manifestações de protestos desde 2013 vieram a difundir, considerando que as multidões de massa têm força. O tensionamento vivo por cerca de 10 dias com a paralisação dos caminhoneiros no Brasil escancarou problemas antigos, como a enorme dependência do escoamento da produção de cargas via terrestre. A greve dos caminhoneiros causou um largo desabastecimento do país, desde supermercados a hospitais; aulas e jornadas de trabalho foram suspensas, não havia mais merenda nas escolas e professores não chegavam às salas de aula pelo desabastecimento dos transportes. O País ficou atônito, cidades decretaram situação de calamidade pública, enquanto a greve conseguiu algo impensável, “ter o apoio de 87% da população brasileira, segundo pesquisa do Datafolha feita à época. A discussão nas redes sociais reaqueria a velha questão de Junho de 2013 e dos rolezinhos: era um movimento de esquerda ou direita?” (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 54). O Brasil como se viu, ficou dividido em dois polos, obstaculizando os canais de diálogo. Neste momento, os impactos da paralisação indicaram que os efeitos econômicos poderiam ser catastróficos, e, portanto, as medidas a serem tomadas precisariam ser urgentes.

As reflexões deste capítulo crucial da presente tese tratam de estudar minuciosamente o movimento de paralisação dos caminhoneiros, desde a conjuntura anterior aos efeitos posteriores às manifestações, abordando os diferentes aspectos: sociais, políticos e econômicos.

4.1 ASPECTOS DA CONJUNTURA SOCIOPOLÍTICA E ECONÔMICA

No Brasil, sem dúvida, 2018 foi um ano marcante. A crise social, política e moral sem precedentes na história do país só adensou, especialmente após o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, bastante questionável em virtude das razões já discutidas no capítulo 3, mas principalmente pela condução na política econômica e social que seu sucessor Michel Temer adotou. Embora a linha sucessória preveja que o vice-presidente assuma o cargo da presidência em caso de renúncia ou deposição, expressiva parcela da população brasileira não reconheceu sua legitimidade para o exercício da função, e muitos protestos com a bandeira do #ForaTemer foram sendo registrados pelo país, conforme estudado no capítulo anterior.

Em meio a tantas manifestações e turbulências no conjunto social, o governo de Michel Temer praticou severas medidas no campo das políticas públicas, sobre a égide de orientação neoliberal do grande capital nacional e internacional. As políticas e medidas adotadas diziam respeito ao *congelamento dos gastos correntes do governo por vinte anos* - Emenda Constitucional nº 95 que estabeleceu um novo regime fiscal; *a desidratação das políticas sociais* – a renúncia do recolhimento do Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre o valor do óleo diesel e da gasolina, impactando de forma decisiva no financiamento da política de trabalho e da seguridade social; *a reforma trabalhista* – Lei Nº 13.647 de 2017; *a reforma do ensino médio privatista*; *a privatização dos ativos públicos e a tentativa (momentaneamente derrotada) de efetivar uma reforma da previdência alinhada ao capital financeiro*. A adoção dessas medidas foram justificadas como uma tentativa do governo de enfrentar a questão fiscal, à qual a economia brasileira parece estar aprisionada e que impediria o crescimento do país (IPEA, 2018).

A estratégia definida pela atual equipe econômica foi de uma redução gradual do déficit primário, tendo por base a Emenda Constitucional (EC) nº 95, que limita a taxa de crescimento das despesas, com pequenas exceções, à inflação do ano anterior. Essa estratégia, ao restringir o crescimento real das despesas totais do governo, deve reduzir o déficit primário em 2 pontos percentuais do PIB em quatro anos. Com o crescimento econômico e a esperada recuperação cíclica das receitas, seria possível levar o resultado primário para um nível compatível com a estabilidade da relação dívida-PIB – e, após esse horizonte, com a sua redução. **O sucesso dessa estratégia, contudo, depende de forma crucial da aprovação da reforma da Previdência Social** – simulações feitas pelo Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea indicam que, na ausência desta, e mantida a regra atual de correção do salário mínimo, o respeito ao teto do gasto faria com que as despesas não obrigatórias caíssem a um valor equivalente a um quarto do observado em 2018, **o que significaria, na prática, paralisar o governo** (VISÃO GERAL DE CONJUNTURA IPEA, 20 dezembro de 2018, grifos próprios da autora).

Isso posto, parece evidente que a estratégia já nasce fadada a não funcionar, uma vez que, se colocadas em prática, a paralisia do governo seria inevitável. Entretanto, não se pode avaliar que as ações deliberadas pelo governo Michel Temer tenham sido planejadas e propostas de forma inocente, em benefício da população, considerando que o grande “nó” para a saída das crises tem sido sempre a redução dos custos com políticas e programas sociais que garantem a cobertura de direitos aos trabalhadores. Ao contrário de proporem mudanças no tocante às contribuições de grandes fortunas, ou, ainda, uma reforma política e administrativa do aparato estatal que reduza cargos e benefícios da classe política brasileira, persistem em propor alterar as regras de tributação da seguridade social e de políticas de trabalho que são diretamente (co)financiadas pela classe trabalhadora. Neste sentido, essas

políticas têm sofrido com regressivos cortes de financiamentos, principalmente das fontes de custeio, concentrando-se predominantemente em tributações sobre o consumo, que, portanto, oneram mais ainda a vida da população mais pobre (SALVADOR, 2012).

O orçamento público no capitalismo brasileiro é refém dos rentistas do capital financeiro, obstaculizando a construção de um sistema de proteção social universal. Os ricos neste país continuam não pagando imposto, pois suas rendas estão isentas da tributação. Ao mesmo tempo em que a maior parcela do orçamento é destinada ao capital portador de juros, por meio do pagamento de juros e amortização da dívida pública. [...] A consequência desse enunciado é a **não existência de teto físico-financeiro aos orçamentos sociais**, mas tão somente princípios fiscais compatíveis com os princípios da política social. Na prática isso significa que o orçamento público deve atender prioritariamente aos direitos sociais, sem restrições financeiras que impeçam a sua consolidação e avanço. Além da necessidade da construção de um financiamento tributário progressivo para as políticas sociais (SALVADOR, 2012, p. 149, grifos próprios da autora).

Daí depreende-se que as ameaças de maior contingenciamento de direitos sociais resultam no ajuntamento daqueles que sofrem com essas medidas, o precariado brasileiro. Com frequência, os protestos que se viram trataram de opor-se à “eliminação de subsídios sobre alimentos e combustíveis, cortes salariais, aumentos de imposto sobre circulação de bens e serviços básicos, ataques à previdência social, reformas regressivas dos sistemas de aposentadorias e de saúde e precarização do trabalho” (BRAGA, 2017, p. 28). Outra agenda dos protestos trata-se das ações adotadas pelos governos nacionais alinhadas às grandes corporações e finanças globais.

No caso do brasileiro, o movimento dos caminhoneiros que paralisou por cerca de 15 dias o país, em maio de 2018, foi reflexo de decisões políticas que interferiram decisivamente no valor cobrado pelo óleo diesel, uma das pautas centrais dos manifestantes. Isso porque a hegemonia do capital financeiro, a política do petróleo e o papel da Petrobrás foram reconfigurados a partir da venda de ativos da empresa ao capital estrangeiro (destaque ao pré-sal), e do retorno à política de concessão (no lugar de partilha) na exploração do petróleo. Somada a isso, a política de preços adotada pela Petrobrás regulou os valores cobrados pelo óleo diesel e gasolina conforme o valor do dólar, privilegiando os interesses de grandes acionistas investidores da Bolsa de Valores de Nova Iorque, os quais possuíam ativos junto à Estatal.

Essa relação ambígua entre Estado e Mercado é permeada por interesses que não se restringem ao ambiente nacional, tendo em vista o caráter global que a economia assume com o avanço desenfreado pela lógica globalizada dos mercados. Em vista disso, as orientações vindas do neoliberalismo não podem ser reduzidas a uma política econômica e cultural, ou, ainda, a uma volta ao passado liberal; esse neoliberalismo é uma racionalidade de políticas

globais que têm transformado o Estado e a economia, modificando as relações interpessoais e culturais. Enfim, “o neoliberalismo é a razão do capitalismo contemporâneo, de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica e norma geral de vida” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17); como é também um sistema de normas, uma lógica normativa universal e “pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17) que atravessa toda a existência humana.

O ambiente social brasileiro de 2018 já vinha sendo forjado desde as manifestações que se iniciaram em Julho de 2013, as quais não cessaram, de lá até o ano em questão. Isso significou que, apesar da greve dos caminhoneiros ter paralisado o país, ainda assim contou com a aprovação da população, cerca de 87%, segundo dados do Data Folha da época. Segundo dados publicados pela Agência Nacional de Petróleo e Gás Natural (ANT, 2018), o preço médio do óleo diesel nas bombas foi de 8% e da gasolina 7,24%, enquanto que a inflação no Brasil, em, 2018 fechou em 3,75%, conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Isto quer dizer que o valor pago pelo óleo diesel e pela gasolina foi bem acima da inflação, justificando uma das principais reivindicações apontadas pelos grevistas à época.

Muito embora o movimento dos caminhoneiros tenha incidido negativamente na economia do país, não pode ser imputado ao mesmo o resultado ruim do período, uma vez que a greve não foi determinante na baixíssima performance econômica. Conforme dados apresentados pelo IPEA, o cenário externo das economias emergentes também implicaram negativamente para o Brasil, assim como a instabilidade da política interna da época. O país em pleno pleito presidencial, no qual figuras políticas que o mercado aprovaria não eram aceitas pela população e outras vistas com extrema desconfiança assumiram lugar de destaque, como no caso do então candidato, atualmente Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro.

O aumento da instabilidade, por sua vez, sendo causado por uma série de fatores domésticos e externos. No front externo, o cenário revela-se menos favorável às economias emergentes, devido ao processo de normatização da política monetária nos Estados Unidos, ao recrudescimento da guerra comercial promovida pelo governo Trump e ao episódio envolvendo Turquia e Argentina, cujas moedas desvalorizaram fortemente, contribuindo para aumentar a percepção de risco no mercado internacional. No âmbito doméstico, as incertezas associadas ao período eleitoral, em um quadro fiscal ainda marcado por desajuste estrutural significativo, têm provocado o aumento dos prêmios de risco e o aperto das condições financeiras, afetando de forma negativa as decisões de investimento e consumo dos agentes econômicos (VISÃO GERAL DE CONJUNTURA IPEA, 27 de setembro de 2018).

Em 2018, o Brasil atingiu um patamar de 13 milhões de pessoas desempregadas, o equivalente a 12% da população economicamente ativa, o que justifica a queda dos rendimentos médios das famílias que contavam com pessoas ocupadas (ANP, 2018). Essa realidade perversa que implicou no aumento da pobreza e de desvalidos fez com que pessoas que anteriormente jamais cogitariam estar juntas, lutando e apoiando as mesmas causas percebem que as vulnerabilidades diziam respeito a ambas, como no caso do #EleNão e o próprio movimento dos caminhoneiros. Essas revoltas denominadas por Pinheiro-Machado como ambíguas são resultado da austeridade gerada pelo acirramento da prática de uso de orientações neoliberais no século XXI. O neoliberalismo flexibilizou tanto as relações de trabalho, que fez dos coletivos “uma máquina de moer coletividades” (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 49), em que a ideia é isolar as pessoas para desmobilizar e desconstituir aquilo que um dia sequer existiu.

Muito embora o governo tenha tomado medidas rápidas e emergenciais para conter o avanço da greve dos caminhoneiros, com receio de que o movimento gerasse uma nova onda de manifestações como as de Junho de 2013, ainda assim não foram suficientes, “a greve parou o país, afetou a percepção popular e conseguiu uma grande simpatia das pessoas, apesar de estarem furiosas por não poderem andar de carro ou comprar comida” (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 59). A população reconheceu a legitimidade de parte das pautas defendidas, principalmente aquelas que se referiam às condições de vida e de trabalho dos caminhoneiros, tais como: os altos custos do óleo diesel e da gasolina, - cujos valores são cobrados a toda população, tanto para quem possui veículo próprio ou utiliza transporte coletivo-; precárias condições das rodovias e falta de segurança. Todos esses aspectos estão intrinsecamente ligados à reestruturação produtiva global e às múltiplas formas de precarização do trabalho, “se no século XX presenciamos a vigência do era da degradação do trabalho, na transição para o século XXI passamos a estar diante de novas modalidades e modos de ser da precarização, da qual a terceirização tem sido um de seus elementos mais decisivos” (ANTUNES, 2018, p. 156).

Conforme ampla discussão realizada recentemente no âmbito da Organização Internacional do Trabalho (ILO, 2003, p. 29-32), conclui-se que, em um significativo número de países, os motoristas de caminhão têm sido bastante afetados pelas mudanças organizacionais introduzidas pelas empresas com o objetivo de aumentar seu nível de competitividade. Regra geral, culmina num movimento de transferência daqueles trabalhadores com relação de emprego permanente, absorvidos por transportadoras, para a situação de trabalhadores "terceirizados", ou de caminhoneiros por conta própria, constituídos sob a forma jurídica de autônomos ou empresários, que devem dispor de seu próprio caminhão,

ou mesmo alugá-lo, executando praticamente os mesmos serviços que realizavam anteriormente, quando na condição de empregado (CHAHAD; CACCIOAMALI, 2005, p. 128).

Realizada recentemente pela Escola Superior de Agricultura de “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo - USP, uma pesquisa revelou que, atualmente, o mercado de trabalho de motoristas de caminhões no Brasil conta com cerca de 1.931.439 indivíduos exercendo tal atividade, número que se refere a 3,4% da população de homens economicamente ativos no país. Tais dados são ratificados pela pesquisa da Confederação Nacional de Transporte (CNT) que divulgou o perfil dos caminhoneiros brasileiros em 2019, e, do conjunto total de sujeitos entrevistados, 99,5% são homens, sendo uma profissão predominantemente masculina.

Isso justifica-se pela função que a mulher assumiu historicamente na sociedade em relação à família, sendo ela responsável pelos cuidados com os filhos e com o ambiente doméstico, deixando para o homem a responsabilidade do sustento do lar. A medida em que a relação “trabalho, família e mercado de trabalho passaram por profundas transformações no último quarto de século XX, em virtude da incorporação maciça das mulheres no *mercado de trabalho remunerado*, quase sempre fora de seus lares” (CASTELLS, 2018, p. 273). Isso porque a luta das mulheres por espaço no mundo do trabalho significaria romper com condições de subserviência aos homens, bem como estabelecer novas condições de sociabilidade humana. Todavia, a força de trabalho feminina remunerada também se deve “[...] de um lado, à informatização, integração em rede e globalização da econômica e, de outro, à segmentação do mercado de trabalho por gênero, que se aproveita de condições sociais específicas da mulher para aumentar a produtividade [...]” (CASTELLS, 2018, p. 280), logo, aumentar os lucros de seus empregadores. Muito embora com essas relações alteradas e o ingresso da mulher no mercado de trabalho ter se tornado um fato, registra-se um percentual ínfimo delas na direção de boleias de caminhão, podendo-se considerar um avanço no campo das lutas feministas, já que há pouquíssimo tempo jamais se imaginaria tal acontecimento, assim como muitas delas na direção de transportes por aplicativo e taxistas.

Diante desse cenário, cabe ressaltar a importância das lutas feministas ancoradas no diálogo e na troca de experiências, as quais fortalecem outras mulheres a se empoderarem, enxergando o mundo para além de onde seus olhos possam alcançar. Em 2018, constatou-se o quanto a força feminina é potente. O movimento de mulheres brasileiras que rejeitaram a figura presidencial de Jair Bolsonaro representou uma avalanche feminina que tomou conta das ruas e praças de cidades brasileiras, um movimento para além de uma hashtag. O #EleNão

tratou de discutir “sobre a politização de nós, mulheres, para além dos resultados das eleições” (PINHEIRO-MACHADO, 2018, p. 172). Apesar do movimento não ter se transformado em vitória eleitoral, os resultados alcançados são imensuráveis, pois demarcam um espaço importante na esfera pública, na política, no qual as mulheres ocuparão cada vez mais espaços, além é claro de fortalecê-las, levando mulheres de diferentes etnias, gênero, classe social e idade a lutarem lado a lado.

O #Ele Não foi sobre nós, entre nós, para nós. E isso ocorreu corpo a corpo, crescendo em uma onda contagiante, mobilizando, de forma horizontal e suprapartidária, mulheres que nunca antes se sentiram parte das discussões da esfera pública. Foi um fenômeno de politização feminino por meio da rejeição dessa parte do eleitorado contra Bolsonaro. O #EleNão foi parte de um processo contínuo de ampliação da participação das mulheres no debate público, e pode crescer muito além da recusa ao atual presidente (PINHEIRO-MACHADO, 2018, p. 174)

No que diz respeito ainda às discussões sobre o mercado de trabalho, destaca-se a relevância econômica do segmento dos caminhoneiros, uma vez que são responsáveis por 61% do transporte de cargas no Brasil (LIMA, 2018). Muito embora o segmento seja decisivo para o pleno funcionamento do país, o mercado de trabalho dos caminhoneiros no Brasil sofre pelos mesmos rebatimentos do mundo do trabalho global, quais sejam: “uma grande utilização de motoristas autônomos, de modo a reduzir custos e evitar relações trabalhistas mais dispendiosas” (LIMA, 2018, p. 17-18). Isso quer dizer mais trabalho, menos remuneração, ao preço de maior instabilidade e redução de direitos, em suma: a tônica da precarização das relações trabalhistas e da espoliação da força de trabalho. Em síntese, “a terceirização é o fio condutor da precarização do trabalho no Brasil. Constitui-se num fenômeno onipresente em todos os campos e dimensões do trabalho, sendo uma prática de gestão / organização / controle que discrimina e, ao mesmo tempo, é uma forma de contrato flexível e sem proteção trabalhista” (ANTUNES, 2018, p. 163).

Mediante o exposto, os dados da CNT de 2019 confirmam essa trágica realidade do mercado de trabalho para os caminhoneiros, tendo em vista que 67% dos motoristas pesquisados estão entre os autônomos – aqueles proprietários de caminhão que trabalham por conta própria, ou prestam serviço a uma empresa; e apenas 33% dos entrevistados são empregados de frota - profissionais ligados a uma empresa. As diferenças entre autônomos e empregados de frota apresentam consequências na forma de conduzir o trabalho, conforme sumariadas no quadro das diferenças empregatícias de motoristas de caminhão, extraída do estudo de Chahad e Cacciamali (2005).

QUADRO 4: Diferenças entre as relações de emprego de Motoristas de Caminhão

Itens	Vínculo		Mercado	
	Empresa	Autônomo		
1	Intensidade dos incentivos	Alta	Muito alta	Alta
2	Custo de monitoramento do caminhão	Moderado	Baixo	Muito alto
3	Posição/recurso quando o contrato é rompido			
	3.1 Motorista desiste do transporte	Baixa	Alta	Baixa
	3.2 Poder de negociação da empresa	Alto	Baixo	Alto

Fonte: Sistematização da autora com base nos dados de Chahad e Cacciamali (2005).

Os custos para um motorista autônomo são superiores aos empregados de frota, impossibilitando investimentos no mesmo nível das empresas, por conseguinte, pode vir a afetar seu desempenho, ou mesmo gerar mais insegurança e prejuízos caso o caminhão sofra algum tipo de acidente ou roubo de carga. Apesar da renda líquida/salário mensal dos autônomos girar em torno de R\$ 5.011,39 e dos empregados de frota R\$ 3.720,56 (CNT, 2019), o custo-benefício que contemplaria o nível de desgaste do trabalhador e do próprio caminhão não compensa, pois os autônomos precisam “rodar mais” (transportar mais carga) que os empregados de frota. Enquanto apenas 20,7 dos empregados de frota não costumam tirar férias, 67,3% dos motoristas autônomos não tiram férias nunca, pois se não trabalharem não possuem renda. A média que os caminhoneiros (autônomos ou não) rodam é de 8.561,3 quilômetros por mês, o equivalente a 11,5 horas dia, no total de 5,7 dias por semana, uma carga de trabalho altíssima para quem expõe a própria vida e a de outros em rodovias, por sinal, em péssimas condições, pelo Brasil (CNT, 2019).

Dentre os entrevistados, quase a metade, 43,6% acreditam que a profissão no futuro tende a piorar e 12,9% acreditam que ela possa desaparecer. Isso revela a insegurança e o temor crescente dos trabalhadores quanto ao futuro da profissão, que consequentemente terão de procurar uma nova ocupação, uma nova fonte de subsistência. Das ameaças que afetariam o futuro dos caminhoneiros, as três primeiras estão em consonância com as reivindicações apresentadas na greve, mas destaca-se a quarta ameaça que se refere ao avanço da tecnologia. Ao mesmo tempo que reconhecem a importância dela para o desenvolvimento de suas atividades laborativas e pessoais, o receio é que, com progressivos avanços tecnológicos, gradativamente, o trabalho vivo seja substituído pelo trabalho morto, ou seja, o sujeito pela máquina. No contexto atual, o que se constata é a superexploração da força de trabalho viva pela intensificação do uso das tecnologias. A lógica do novo proletariado digital, o escravo moderno (ANTUNES, 2018).

QUADRO 5: Ameaças quanto ao futuro da profissão de caminhoneiro

Ameaça ao futuro da profissão	Tipo de caminhoneiro		Total de caminhoneiros
	Autônomos	Empregados de frota	
Baixo ganho	54,7	42,1	50,4
Baixa qualidade da infraestrutura nas rodovias	18,9	25,0	20,9
Ausência de qualificação profissional adequada	14,8	17,0	15,6
Avanço da tecnologia (caminhão sem/motorista)	8,7	1,9	9,8
Outras	1,4	1,7	1,5
Nenhuma	01	-	0,1
NS/NR	1,4	2,3	1,7
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa CNT perfil dos caminhoneiros 2019.

É evidente que os caminhoneiros, sejam eles autônomos ou empregados de frota, fazem parte do enorme contingente de trabalhadores precarizados que o Brasil registra, e, portanto, o cenário conjuntural de 2018 foi sendo forjado com o decorrer do avanço da racionalidade neoliberal, acirrando mobilizações contra as austeridades impostas cotidianamente a todos que vivem da venda de sua força de trabalho. Portanto, por mais que o movimento dos caminhoneiros apresente suas ambiguidades e contradições, potências políticas e sociais também emergiram desse momento e precisam ser reconhecidas pelo Estado e Sociedade Civil. Sendo assim, o subcapítulo a seguir tratará de estudar como se organizou o movimento dos caminhoneiros, as pautas e reivindicações levantadas pela greve, bem como investigar se houve ou não lideranças à frente do movimento.

4.2 O MOVIMENTO DOS CAMINHONEIROS

Os caminhoneiros são uma categoria de profissionais bastante precarizada. Parte-se desta afirmativa para entender como um segmento fundamental para o funcionamento do país foi negligenciado pelo Estado, a ponto de parar de abastecer a população das diferentes regiões, por aproximadamente 15 dias, e, mesmo assim contar com o apoio de quem sofreu com as consequências de desabastecimento para o conjunto social. Reconhecer que “os pobres, os migrantes e os trabalhadores “precários” (ou seja, os que não têm emprego estável) são muitas vezes considerados excluídos, mas, na realidade, apesar de subordinados, estão perfeitamente dentro dos ritmos globais da produção biopolítica” (HARDT; NEGRI, 2016, p. 11). Por isso, o movimento dos caminhoneiros faz parte do grande ciclo de manifestações que

se espalharam pelo globo, após a crise de 2008, onde eles tratam de expor suas insatisfações com o sistema em si, ou melhor, com o capitalismo e suas formas predatórias, materializada na economia, nos partidos políticos – na classe política -, na degradação ambiental e social, na descrença generalizada com as democracias representativas e outros. Portanto, este subitem estudará o movimento dos caminhoneiros e tudo que diz respeito à greve sociotécnica, na qual a lógica do ajuntamento social, onde se integram pessoas de diferentes ideologias, crenças religiosas e classes sociais, ocorre na perspectiva da agregação social onde os manifestantes reivindicam coisas múltiplas que os afetam.

4.2.1 Evidências de manifestação política sem Partidos

Em maio de 2018, o País assistiu à paralisação do transporte de cargas, preponderantemente realizado pelos caminhoneiros, a qual ocorreu a partir da grande revolta em relação ao preço do óleo diesel e da gasolina, que evidentemente afeta diretamente o segmento que depende desse abastecimento para trabalhar. As manifestações começaram, aparentemente, de forma espontânea em redes sociais, e particularmente em grupos de *WhatsApp*. Está lógica de organização e mobilização já vinha sendo bastante empregada pelos movimentos sociais e manifestações de protestos ocorridas ao longo do século XXI, “as Jornadas de Junho de 2013 mostraram que, para as gerações atuais, o trabalho de base deve ser feito via *WhatsApp* e **redes sociais** em geral. Isso é algo que a direita parece ter compreendido bem; a esquerda, por outro lado, parece ainda não saber lidar com esse panorama” (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 57, grifos não originais). As tecnologias de informação e comunicação são uma ferramenta chave para os novíssimos movimentos sociais, pois agregam os sujeitos de lugares distantes, de perfis distintos, com demandas múltiplas, por tais razões há de se romper com a ideia do manifestante do passado, sindicalizado, alinhado a uma ideia fechada e de convicções definidas. Os manifestantes da atualidade estão em constante processo de construção das ideias, elaboração de identidades e descoberta de potencialidades, como amplamente discutido no capítulo anterior desta tese.

A principal forma de comunicação e troca de informações durante a paralisação foi via *WhatsApp*. Conforme a pesquisa da CNT (2019), 98% dos caminhoneiros utilizam celular *smartphone* com acesso à internet, tanto para comunicação entre eles e com as empresas, bem como com as redes de afeto. Sem dúvida nenhuma dessas modernas ferramentas de comunicação e informação são essenciais para o nível do volume e velocidade da informação na atualidade, entretanto, é preciso estar alerta para as fontes dos conteúdos vinculados no

espaço virtual, pois notícias e informações falsas com o objetivo de desestabilizar, denegrir ou colocar em dúvida movimentos e pessoas circulam com muita facilidade. Haja vista que, em determinados casos, nem mesmo os próprios manifestantes conseguem identificar a origem das informações inverídicas.

QUADRO 6: Formas de comunicação do movimento em 2018

Forma de comunicação na Paralisação de 2018	Tipo de caminhoneiro		Total de caminhoneiro
	Autônomo	Empregado de frota	
<i>WhatsApp</i>	64,7	64,3	64,4
Pessoalmente na rodovia	13,0	13,9	13,9
Televisão	1,3	10,2	1,0
NS/NR	4,9	5,7	5,2
Telefone	4,3	4,5	4,4
Rádio	1,5	1,4	1,5
Por outros meios	0,3	-	0,2
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa CNT perfil dos caminhoneiros 2019.

Apesar da organização e mobilização ter ocorrido especialmente via *WhatsApp*, o que fez com que muitos dos caminhoneiros percebessem a potência do movimento, o poder da multidão foi o diálogo e as trocas de ideias que se intensificaram no olho a olho em bloqueios nas estradas. “Um caminhoneiro do Ceará, o Claudiomiro, falou que odiava política e que aderiu à paralisação só pelo preço do combustível, mas que com a convivência tinha se tornado outra pessoa, assim como muitos de seus colegas. ‘Agora eu sei o nosso poder, e só saímos daqui quando o Temer, esse vagabundo ladrão, cair’” (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 55).

É importante que se registre que os caminhoneiros já vinham insatisfeitos desde 2017³¹ com a política de preços adotada pela Petrobrás, e desde outubro requeriam junto ao governo da época – Michel Temer – que reavaliasse tal política, porém não obtiveram êxito, já que o tema não era prioridade no momento. “Eles disseram que tinham ameaçado parar, que o governo tinha subestimado e que agora só estavam fazendo o que o povo queria” (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 55). Com a intensificação da precarização do trabalho, o achatamento dos ganhos e o descaso do governo em negociar com a categoria, a proposta da

³¹ Disponível em <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2018/05/26/governo-ignorou-pedidos-do-movimento-dos-caminhoneiros.htm> Acesso em janeiro de 2020.

greve começou a ser discutida com mais intensidade nos grupos de *WhatsApp* e nas redes sociais. Partindo dessa perspectiva de mobilizações espontâneas, foi quando caminhoneiros consultados pelos veículos de comunicação afirmaram não existir uma liderança ou organização única, ou sistema hierárquico no movimento.

"Começou com os autônomos. Mas como a situação está ruim para todos, as empresas (e os motoristas contratados por elas) também aderiram. E aí surgem várias associações, várias pessoas querendo representar. Tem também alguns que são pré-candidatos (às eleições de 2018)", diz o caminhoneiro Ivar Schmidt, um dos principais líderes dos protestos de caminhoneiros de 2015, que afirma não estar à frente das movimentações atuais (ECONOMIA UOL, 2018).

Um movimento intenso, constituído por sujeitos tão diversos – quanto visão de mundo e de sociedade –, dificilmente haveria de compor um consenso ou unanimidade em todos os aspectos, sejam eles de cunho ideológico ou não. Há registro de quem afirmasse haver lideranças e argumentar que não saberia identificar quem seriam elas, já que estes líderes poderiam estar suscetíveis a retaliações. “Afirmaram que havia lideranças, mas que ninguém sabia quem era para não serem perseguidos ou presos. Riram da tese de que não seria uma greve (paralisação dos empregados), mas um locaute (paralisação de empregadores). Disseram que esse argumento era ridículo” (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 55). Parece bastante questionável tal argumento, pois isso gera espaço de interrogação quanto possíveis manobras ideológicas que permearam a greve dos caminhoneiros, especialmente se foi ou não um movimento encampado pelos trabalhadores de transporte de cargas ou se o empresariado dos transportes se utilizou do movimento para obter benefícios. Sem dúvida, questões ideológicas permeiam os movimentos sociais e manifestações de protestos, em especial, essas do presente século, devido às marcantes ambiguidades já discutidas no decorrer desta tese, além das contradições que dizem respeito à relação conflitante entre dominantes e subalternos, em suma, entre força de trabalho e o proprietário dos meios de produção – o capitalista.

O consentimento dos dominados a seus senhores é obtido muito mais por meios econômicos que por meios ideológicos. Aquilo que Marx certa vez denominou “a coerção do econômico” é suficiente para manter homens e mulheres em seus lugares, e estratégias como o reformismo – a habilidade do sistema capitalista de conceder benefícios tangíveis a pelo menos alguns de seus subordinados – são mais cruciais, nesse aspecto, do que qualquer cumplicidade ideológica entre os trabalhadores e seus patrões (EAGLETON, 2019, p.51).

Diante do exposto, pode-se inferir que o que importa não seriam necessariamente os valores ideológicos internalizados pelos dominados, mas que eles cumpram sua função precípua de fazer o que lhes for exigido, garantir a manutenção do *status quo* dos dominantes.

Por certo que há diferenças qualitativas entre os interesses que movem os grupos de dominantes e subordinados, a mais inequívoca delas é que “o grupo de dominante está interessado em mudanças apenas na medida em que as reformas e concessões possam ser integradas ou institucionalizadas, enquanto mudanças desse tipo se *opõem* aos interesses do grupo subordinado, na medida em que prolongam sua subordinação” (MÉSZÁROS, 2008, p. 69). Neste sentido, interessaria muito para o empresariado dos transportes que as reivindicações referentes à redução dos valores cobrados pelo óleo diesel, gasolina e demais tributações envolvendo essa matéria fosse atendida, assim obteriam mais lucros.

Dentre as principais entidades envolvidas nas negociações com o governo e com os veículos da mídia, destaca-se a Confederação Nacional dos Transportes Autônomos (CNTA), que congrega a maioria dos sindicatos representativos dos motoristas autônomos. Outros sindicatos como: Associação Brasileira de Caminhoneiros (ABCAM) e a União Nacional dos Caminhoneiros do Brasil (UNICAM) se juntaram ao movimento no decorrer da greve. A qual pode contar também com os caminhoneiros de frota, fortalecendo ainda mais as reivindicações da categoria. Apesar disso, ao serem questionados se participaram da última paralisação dos caminhoneiros iniciada no dia 21 de maio de 2018, 15,8% dos autônomos responderam que sim, apesar de terem sido obrigados, e 31,5 dos empregados de frota responderam da mesma forma. É sabido que, quando a greve foi se avolumando, alguns caminhoneiros – autônomos e empregados de frota tentaram romper os bloqueios para fazer suas entregas, pois não acreditavam no movimento, ou não concordavam com as paralisações, pois não viam como um meio para mudar a realidade, porém foram parados e impedidos de seguir por seus companheiros de categoria. Há ainda aqueles que se sentiram obrigados, principalmente os empregados de frota, uma vez que era interesse dos seus contratantes, mas não se tem dados e informações o suficiente para comprovar essas situações, apesar do percentual significativo de trabalhadores de frota terem respondido que foram obrigados, para a pesquisa da CNT, em 2019.

QUADRO 7: Participou da paralisação dos caminhoneiros iniciada em maio de 2018

Forma de comunicação na paralisação de 2018	Tipo de caminhoneiro		Total de caminhoneiro
	Autônomo	Empregado de frota	
Sim, participei por vontade própria	52,3	28,1	44,3
Sim, pois fui obrigado a parar	15,8	31,5	21,0
Não	31,9	40,0	34,7
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa CNT perfil dos caminhoneiros 2019.

Outro aspecto significativo a ser discutido trata da participação ou interferência de partidos políticos junto ao movimento. Não há evidências e elementos suficientes para se afirmar que houve ou não envolvimento de partidos políticos. Apesar do ambiente eleitoral da época muito se conjecturou a respeito, principalmente porque em determinado momento da greve cartazes e faixas que pediam por intervenção militar tenham sido destaque, e que, naquele momento, o Brasil contava com o candidato Jair Messias Bolsonaro, ex-militar e confesso admirador do período da ditadura, muito engajado em defender e apoiar os manifestantes. Entretanto, os próprios caminhoneiros em diversas ocasiões, ou ao serem entrevistados, reiteraram que o movimento não tinha cunho partidário ou envolvimento com algum partido político. O diálogo a seguir exalta essa questão, mas evidencia ainda mais o rechaço dos manifestantes quanto à classe política brasileira e ao descrédito dos mesmos em relação à democracia representativa.

“Odiamos a classe política”, disse um caminhoneiro de São Paulo. “Anota aí no teu caderninho. Odiamos Bolsonaro, que quer se aproveitar do movimento para fazer campanha”. “Isso é mentira, que caminhoneiro apoia Bolsonaro”, gritou outro, que era do Mato Grosso. Quando perguntamos em quem iriam votar, muitos manifestaram voto em quem “teria pulso”. E essa pessoa era Ciro Gomes. “não sou esquerdista, mas o cara é inteligente”. Ninguém contestou. Muitos Balançaram a cabeça. Quem protestou foi só para dizer que odiava político. Não mencionaram o Lula, para nossa surpresa (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 55).

É perceptível que os brasileiros, em sua grande maioria, desconfiam dos políticos e de alguns partidos políticos. Após tantos escândalos de corrupção, desvio de verbas públicas, roubos impensáveis, há um descrédito generalizado à “classe política” e às instituições democráticas, também responsáveis por regular, fiscalizar e punir ilegalidades. A medida que os representantes do povo são eleitos pelo povo, para defenderem os interesses do povo, e agem de forma divergente, as insurgências de movimentos de protestos opondo-se a essas práticas é quase que inevitável. Por conseguinte, o nível de confiança no sistema representativo vem em queda ascendente no Brasil e no mundo global, até mesmo em nações com democracias estabelecidas, como o caso dos Estados Unidos.

Entretanto, o que se tem constatado, a partir dos movimentos de protestos estudados no capítulo 3 e das discussões em torno das categorias Estado, Sociedade Civil e Mercados debatidos no capítulo 2, é que aspectos políticos e econômicos são sintomas latentes da crise da democracia em escala global. “O que esses diferentes protestos deixam claro é que a democracia não pode ser feita ou imposta *de cima*. [...] E a democracia não resulta de intervenções militares e mudanças de regime, nem dos vários modelos atuais de ‘transição

para a democracia’ [...]” (HARDT; NEGRI, 2005, p. 300-301), muito pelo contrário “a democracia só pode surgir *de baixo*. Talvez a atual crise do conceito de democracia decorrente de sua nova escala global sirva de oportunidade para que retornemos a seu significado mais antigo, como governo de todos para todos [...]” (HARDT; NEGRI, 2005, p. 301). Governos capazes de atender às necessidades e demandas da população, dessa forma, o representante, seria um trabalhador dos representados.

Na tentativa de terem as demandas atendidas, os caminhoneiros estabeleceram um conjunto de pautas com reivindicações junto aos representantes do povo, que até o momento os ignoram, mesmo plenamente conscientes de que esse conjunto de trabalhadores é responsável por mais da metade do escoamento da produção terrestre no Brasil, ou seja, o abastecimento do país. Sendo assim, o próximo subitem deste capítulo estudará as reivindicações consideradas mais elementares para o movimento e como elas foram sendo tratadas com o governo à época.

4.2.2 Os motivos e a pauta de reivindicação

No decorrer de duas semanas, os caminhoneiros organizados e mobilizados fizeram o Brasil parar, bloquearam estradas e paralisaram a entrega de produtos, tiveram os olhos do País voltados para o movimento. Especialmente a atenção do Estado e do Mercado que, muito embora dependam do segmento no escoamento terrestre, não vinham dedicando a devida atenção às necessidades e demandas apontadas pela categoria. Para entender as motivações e reivindicações que fizeram insurgir o movimento dos caminhoneiros em Maio de 2018, é preciso, antes de mais nada, que se identifique a origem do problema, os interesses políticos e de mercado que envolvem as queixas levantadas pelo segmento, bem como de que forma o Estado, na figura do governo da época, tratou de lidar com as demandas levantadas.

A mobilização e a organização em torno da paralisação iniciou em virtude do preço do óleo diesel e da gasolina que vinham sendo quase que cotidianamente reajustados, obviamente para mais, refletindo no preço ao consumidor final. Em um segundo momento, ocorrendo o mesmo à cadeia de consumidores dos diferentes produtos e serviços. A política de reajuste dos combustíveis adotada pela Petrobrás, desde outubro de 2016, determina que esses valores acompanhem a cotação internacional do petróleo e a variação do câmbio. A questão é o porquê da adoção da referida medida, se em um País dependente do serviço rodoviário para abastecimento da população, repassar a volatilidade do mercado de petróleo

mundial e da variação da taxa de câmbio ao consumidor, além de contraditório, é um contrassenso.

[...] a política de preços da Petrobrás modificou-se, passando a privilegiar os interesses de grandes acionistas localizados na Bolsa de Valores de Nova Iorque. Com a desativação ou redução da operação das refinarias da Petrobrás, já estando cinco delas na mira para a privatização (inclusive a Landulfo Alves na Bahia), aumentou a parcela da importação de combustíveis no total consumido pelo país: em abril deste ano a produção de petróleo no Brasil foi 2,6 milhões de barris/dia (não computados 673 mil barris de gás natural) enquanto o consumo interno de derivados foi de 2,2 milhões de barris/dia (portanto, uma diferença de 400 mil barris/dia). No entanto, no mesmo mês, as refinarias da Petrobrás processaram apenas 1,6 milhões de barris/dia (apenas 68% de sua capacidade de refino), o que implicou na importação de 600 mil barris de derivados/dia. Por isso, a Petrobrás está aumentando a exportação de petróleo cru (FILGUEIRAS, 2018, s/p.).

Diante disso, fica claro que o papel do Estado e de uma empresa estatal – como o caso da Petrobrás – em uma economia de livre mercado, deveria pautar-se em privilegiar as demandas e necessidades de consumo nacional, e não os interesses de mercados de capitais internacionais, os quais extraem todo e qualquer tipo de benefício que acumule mais lucros em seus cofres. Exemplo disso é a Refinaria Landulpho Alves (Rlam), localizada na Bahia, a qual, junto com outras sete, é responsável por cerca da metade da capacidade de produção de combustível do Brasil. No entanto, dia 08 de fevereiro do corrente ano, a Petrobrás anunciou que o grupo Mubadala Capital, dos Emirados Árabes, venceu a disputa pela refinaria com uma oferta de US\$ 1,65 bilhão. Estima-se que tenha sido vendida pela metade do preço, de acordo com o cálculo do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (INEEP), que avaliou a refinaria entre US\$ 3 bilhões e US\$ 4 bilhões. O INEEP é um instituto ligado à Federação Única dos Petroleiros (FUP), e representa os trabalhadores, os quais já se manifestaram contra a transação comercial³². Por tais razões que estratégias privatistas como as adotadas pela Petrobrás são tão danosas e prejudicam a economia do País, tendo em vista que o petróleo enquanto insumo estratégico influencia as demais formações de preços na economia nacional, como também aumenta a vulnerabilidade em relação ao abastecimento (valor e quantidade) do insumo em questão, demonstrado de maneira objetiva pelo movimento dos caminhoneiros em 2018.

Gerenciando a Petrobrás como se fosse uma empresa estritamente privada, a sua direção, desde julho de 2016, passou a praticar reajustes de preços de acordo com as

³² Dados divulgados em diversos veículos de comunicação nacional.

Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/02/18/venda-rlam-refinaria-petrobras-preco.ht/> Acesso em 23 de fevereiro de 2021.

Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/petrobras-vende-refinaria-na-bahia-por-165-bilhao-de-dolares-fup-ve-negocio-a-preco-de-banana/> Acesso em 23 de fevereiro de 2021.

variações ocorridas no mercado internacional – aumentando a vulnerabilidade do país com relação as flutuações e especulações no mercado de petróleo. Nos últimos três meses a cotação do barril de petróleo cresceu 23% em razão de sanções dos EUA sobre o Irã, do aumento das tensões no Oriente Médio e da queda da produção de petróleo da Venezuela. Além disso, as importações ficaram mais caras, em razão da desvalorização do real frente ao dólar, movida pela especulação impulsionada pela eleição presidencial deste ano. E, por fim, em razão do (permanente) ajuste fiscal, o governo aumentou, em julho de 2017, a alíquota do PIS/COFINS que incide sobre a gasolina e o diesel: de 9% para 14% (FILGUEIRAS, 2018, s/p.)

Na medida em que sobe o valor do combustível, conseqüentemente, são reajustados para mais o preço dos fretes, que em uma escala é repassado no valor das mercadorias e serviço que dependam de tal matéria-prima. Nessa cadeia, a população é mais penalizada com a explosão dos preços dos combustíveis, pois o valor final agregado é refletido em produtos de primeira necessidade, tais como: medicamentos, alimentos, transporte coletivo, entre outros tantos. A rigor, quem pagou a conta no final da greve dos caminhoneiros foi, sem dúvida, a população. Portanto, parece claro que a origem do problema continua sendo o “controle da política econômica pelo capital financeiro: como nos juros da dívida pública e no ajuste fiscal, também nessa política de preços dos combustíveis há uma enorme transferência de recursos do conjunto da sociedade (inclusive caminhoneiros) para o grande capital” (FILGUEIRAS, 2018, s/p.).

Não obstante, o ônus transferido aos trabalhadores/as não se encerra no aumento dos preços dos combustíveis. Dentre as pautas levantadas pelos caminhoneiros, uma das reivindicações exigidas referia-se a zerar cobranças do PIS/COFINS sobre o valor do óleo diesel e da gasolina. O presidente da associação dos caminhoneiros, José da Fonseca Lopes, em manifestação pública, reiterou na época que os caminhoneiros só encerrariam a greve se o governo sancionasse a lei que estabeleceria o fim definitivo da cobrança do imposto PIS/COFINS sobre o insumo, além de excluir a Cobrança de Intervenção do Domínio Econômico (CIDE). Entretanto, parte das vezes, os trabalhadores não sabem, não se interessam, ou não se dão conta de que contribuições como a do PIS e a COFINS são importantes fontes de financiamento de políticas sociais, dentre elas, a política do trabalho e da seguridade social, e, à medida que esses tributos são dispensados, os próprios trabalhadores ficarão mais vulneráveis, em razão da escassa cobertura de direitos.

[...] a principal fonte que financia a política social de trabalho no Brasil é a contribuição social para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), mais conhecida pela sigla PIS/PASEP, que respondeu, em média, por 65,51% do financiamento da política de trabalho no país, sendo destinada ao FAT. A arrecadação das contribuições para os programas PIS/PASEP é decorrente da Lei Complementar n. 7 de 1970 e acolhida na CF 88, pois o artigo 239 estipulou que a arrecadação das contribuições

PIS/PASEP financeira, nos termos que a lei dispuser, o programa do seguro-desemprego e o abono salarial, em vez de ser acumulada com o objetivo de formação de patrimônio individual do trabalhador (SALVADOR, 2012, p. 141).

A medida que deixam de arrecadar, há um comprometimento com a manutenção dessas políticas e, por consequência, o sucateamento e mercantilização de programas e políticas sociais destinadas à proteção social dos trabalhadores/as. Para tanto, o fundo público se configura como um importante meio de manutenção da sociedade, tanto no que concerne à economia, quanto à garantia de direitos da classe trabalhadora, por isso que “o alargamento das políticas sociais garante a expansão do mercado de consumo. Ao mesmo tempo que os recursos públicos são financiadores de políticas anticíclicas nos períodos de refração da atividade econômica” (SALVADOR, 2012, p.124-125). A disputa constante do fundo público é o que mantém o financiamento das políticas sociais. Desta forma, é possível constatar que mesmos lutas coletivas dos trabalhadores apresentam contradições genuínas; por desconhecimento ou manipulação ideológica, advogam contra os próprios direitos, mas não deslegitimam em tempo algum os movimentos impulsionados pela classe. Em linhas gerais, a síntese do conjunto das reivindicações pode ser visto a partir das informações constantes no Quadro 8.

QUADRO 8: Principais pautas de reivindicações do movimento em 2018

Principais reivindicações	Tipo de caminhoneiro		Total de caminhoneiros
	Autônomos	Empregado de frota	
Redução do preço do combustível	59,0	35,8	51,3
Mais segurança nas rodovias	33,5	48,0	38,3
Financiamentos oficiais a juros mais baixos para compra de veículos	30,3	21,6	27,4
Aumento do valor do frete	27,3	23,9	26,2
Pontos de parada com mínimo de conforto e estrutura	12,6	31,0	18,7
Melhorias das condições das rodovias	13,4	19,6	15,5
Redução do valor dos pedágios	15,1	7,1	12,5
Mais cursos de aperfeiçoamento	1,5	2,8	2,0
Outros	1,3	3,4	2,0
Nenhuma	0,3	-	0,2
NS/NR	0,1	0,3	0,2
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa CNT perfil dos caminhoneiros 2019. Os caminhoneiros puderam apontar duas respostas.

Assim, além da questão dos combustíveis, outras reivindicações também relevantes foram pautadas pelo movimento dos caminhoneiros, tais como a segurança nas rodovias e melhorias nas mesmas; essas, sem dúvida, dizem respeito direto ao trabalhador e à segurança de vida no exercício da função. Tanto autônomos como empregados de frota apontaram mais segurança nas rodovias, como uns dos pontos centrais da luta da categoria, já que assaltos e roubos ainda são muito frequentes nas estradas do Brasil, sendo que a violência e a insegurança rondam a maioria dos espaços públicos.

A discussão em torno do valor do frete também foi amplamente abordada. Este ponto está diretamente ligado ao aumento exponencial do óleo diesel e da gasolina, conforme estudado anteriormente. Apesar disso, os caminhoneiros pesquisados pelo CNT (2019) não apontaram o valor do frete como principal motivo da diminuição de demanda pelo transporte de cargas, mas sim a crise econômica nacional, e muito essa última gere as consequências da primeira. Outra questão interessante de se observar é que a crise econômica internacional é pouquíssimo referida, apesar da principal reivindicação da greve estar intimamente ligada ao mercado de acionistas internacionais e a regulação dos valores de óleo diesel e da gasolina serem balizados pela cotação diária do dólar. Dentre os caminhoneiros pesquisados, 62,9% afirmam ter havido uma queda significativa na demanda pelo frete, apenas 35,7% não sentiram a diminuição da demanda, e os outros 1,3% não souberam responder.

QUADRO 9: Motivo da diminuição da demanda pelo transporte de cargas no Brasil

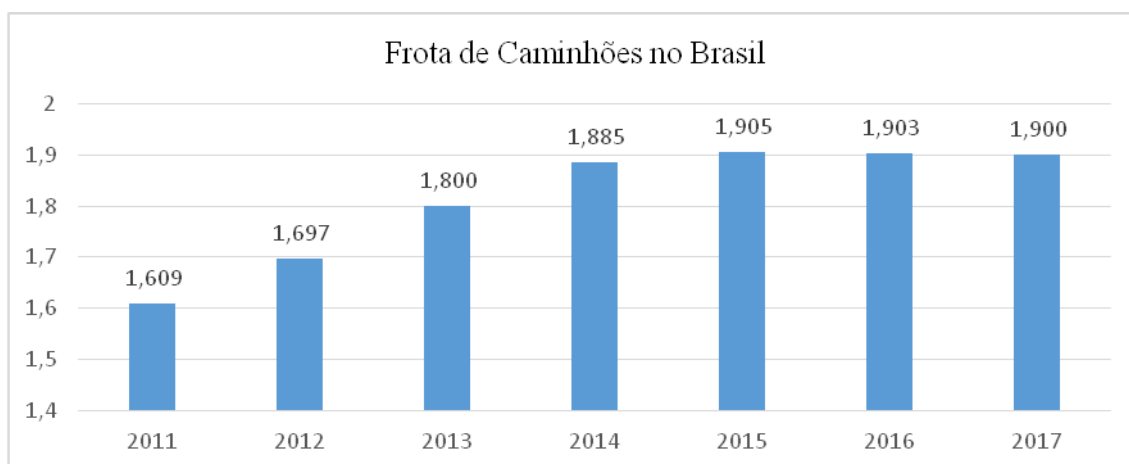
Motivo da diminuição da demanda	Tipo de caminhoneiro		Total de caminhoneiros
	Autônomos	Empregado de Frota	
Crise econômica nacional	61,9	62,9	62,1
Custo do frete	20,6	19,6	20,3
Aumento da concorrência	15,3	13,9	14,9
Crise econômica internacional	0,8	3,1	1,5
Outros	0,8	-	0,6
NS/NR	0,6	0,5	0,6
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa CNT perfil dos caminhoneiros 2019. Apenas para caminhoneiros que tiveram diminuição da demanda.

De acordo com o Departamento de Pesquisa Econômica do BNDES, a paralisação dos caminhoneiros ocorrida em 21/05/2018 apresentou efeitos econômicos significativos e se “tratou de um típico choque de oferta, que simultaneamente reduziu a produção e elevou os preços” (BNDES, 2018, p. 01), como pode-se comprovar pelo aumento da cesta básica em junho de 2018 em 4,61%, e a arrefecimento na produção de automóveis em 25,6% em abril do

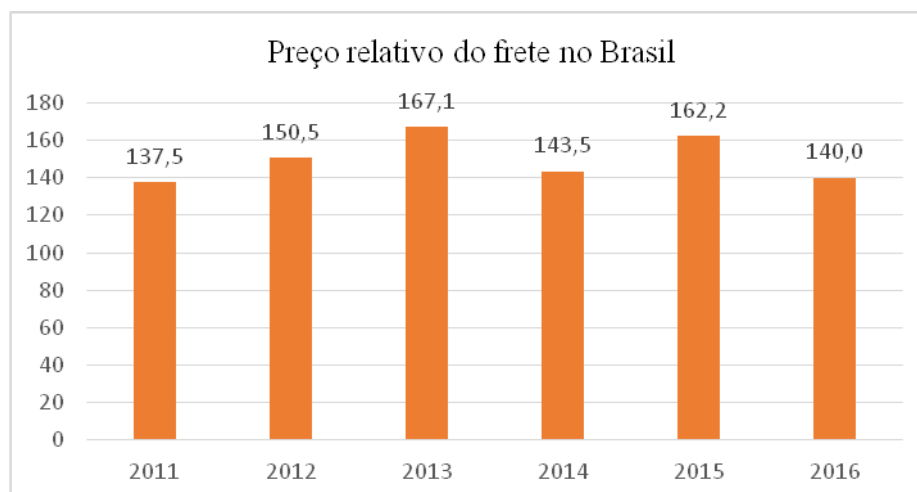
mesmo ano (BNDES, 2018). Um dos principais fatores da paralisação apontados pelo BNDES foi, sem dúvida, a política de preços dos combustíveis adotada pela Petrobrás; contrariamente ao que alguns economistas ventilaram na época que poderia ser em virtude do excesso de caminhões que interfeririam no equilíbrio do valor do frete. Esse aumento da frota se daria via Programa de Sustentação do Investimento (PSI), que vigorou entre 2009 e 2015, o qual destinou-se a sustentar a retomada de investimentos para operar a política anticíclica do Governo Federal. Os Gráficos 1 e 2 apresentam os dados relativos ao número de caminhões existentes no Brasil, em relação à média dos valores cobrados pelo frete no mesmo período. Nesta perspectiva, fica a questão: em que medida os primeiros dados têm efeitos sobre os segundos?

GRÁFICO 1 - Frota de caminhões no Brasil (em milhões de unidades)



FONTE: BNDES, 2018.

GRÁFICO 2 - Preço relativo do frete no Brasil



FONTE: BNDES, 2018.

O Gráfico 1 referente à frota de caminhões no Brasil manteve uma média de quantidade de veículos entre os anos de 2014 e 2017. Neste sentido, o gráfico 2, que estima os valores dos fretes entre os anos de 2010 e 2016, demonstra uma relativa evolução no preço médio cobrado, evidenciando que o primeiro fator não implicou necessariamente em alteração do segundo. Sendo assim, existem dois aspectos preponderantes nessa relação:

Primeiro, para limpar os preços nominais dos fretes da evolução dos demais custos do setor de transportes, dado pelo INCTF, que é o índice que combina custos salariais, administrativos, de seguros, manutenção e outros. Segundo, porque qualquer excesso de oferta deveria, a rigor, reduzir o preço relativo do produto. No entanto, nota-se que **o preço relativo do frete não teve o esperado movimento baixista**. Na verdade, o movimento foi errático com o passar dos anos, sendo que seu valor no período de 2014/2016 é superior (e não inferior) ao preço vigente no período de 2010/2011 (BNDES, 2018, p. 05)

Nesse caso, não é plausível afirmar que houve um significativo aumento nas frotas de caminhão que interferisse no valor final do frete, já que entre 2011 e 2017 o índice de caminhões novos foram ínfimos, e, dentro desse período, os valores dos fretes não apresentaram diminuição expressiva, mas oscilaram dentro de uma média. Diante disso, a evidência na queda da demanda e no preço do frete continua sendo os valores cobrados pelo óleo diesel e pela gasolina, estabelecidos pela política de preços da Petrobrás. É importante que essas questões estejam bastante esclarecidas, pois foram defesas e argumentos utilizados pelos manifestantes para justificarem algumas das reivindicações do movimento. A exemplo da pauta que reivindicou reajuste nos valores dos fretes, estudos e análises sobre o tema precisam ser apropriadas pelos manifestantes, a fim de que sirvam de subsídios para tomada de decisões, se devem ou não pautar na lista de reivindicações, para que assim não se tornem peões de um tabuleiro, onde o grande empresariado do transporte identificando a força das lutas coletivas possa utilizá-las como massa de manobra para obter mais benefícios e gerar mais lucros.

É crível que as pautas apontadas pelo movimento dos caminhoneiros em 2018 foram, sem dúvida nenhuma, legítimas, pois incidem diretamente no exercício do trabalho desses sujeitos. Entretanto, algumas das reivindicações estão ligadas diretamente a interesses do empresariado dos transportes, como o valor dos fretes, já que o reajuste dos mesmos implicaria em mais arrecadação reverberando nos lucros da atividade. Outra questão de extrema relevância trata da exigência de eliminação de tributos em cima do PIS/COFINS de combustíveis, implicando em um desfinanciamento de políticas sociais que atingem diretamente aos trabalhadores. Logo, caracteriza-se como uma pauta contraditória e perigosa. Essa relação tênue e perniciosa entre autônomos, trabalhadores de frota e empresariado

resultou em marchas e contramarchas no decorrer da paralisação, mas principalmente desnudou o quanto o terreno do transporte de cargas é disputado e que as hegemonias estão em constante disputas. Assim, chega-se ao último item deste capítulo, que tratará de investigar os resultados econômicos e sociais, discutirá se foi ou não locaute a paralisação iniciada em 21/05/2018, e trará os resultados obtidos durante as duas semanas de greve dos caminhoneiros.

4.3 AS MARCHAS E CONTRAMARCHAS DE UM ACORDO

Os acordos são importantes contratos que duas ou mais partes estabelecem para que promessas e compromissos sejam cumpridos pelos envolvidos. Entretanto, nenhum acordo é definitivo e, em determinadas situações, precisam ser revistos conforme a necessidade imposta pelo tempo. Para se chegar a um coeficiente comum, requer que as negociações sejam amplamente discutidas e, em se tratando de ações que interfiram no bem-estar coletivo, quanto mais transparente e pública, melhor, haja vista tratar-se de democracias, onde a participação popular é um pilar essencial.

Durante a greve dos caminhoneiros em 2018 a sociedade pode acompanhar o quanto as mesas de negociações para chegar a um acordo foram permeadas por relações e formas de dominação de classes, ainda que sutilmente, nas entrelinhas. É preciso estar atendo em tudo aquilo que não é dito, mas que se faz presente mesmo assim: os atores das negociações, as pautas prioritárias, quem estará sendo favorecido com a determinada medida acordada. Não se trata apenas de vencedores ou perdedores, mas daqueles que terão mais ou menos vantagens, o importante de fato é saber o quando a população em geral será ou não beneficiada com as ações e medidas pactuadas.

Por conseguinte, o presente subcapítulo buscará apontar os impactos econômicos e sociais que a paralisação trouxe para o conjunto da sociedade brasileira, valendo-se de dados estatísticos de agências de pesquisas que fizeram balanço da greve dos caminhoneiros. Será investigado se houve ou não a prática de locaute pelas empresas de transporte durante a greve, já que é proibido que empregadores recusem ceder aos trabalhadores os instrumentos para que desenvolvam seu trabalho, impedindo-os de exercer a atividade. Logo, interferindo para seu benefício e não em pró das reivindicações dos trabalhadores. Sendo assim, a partir da presente análise de dados será possível mensurar os resultados advindos do movimento dos caminhoneiros de 2018.

4.3.1 Os impactos econômicos e sociais

Tendo por referência as notícias que circulavam na época da paralisação dos caminhoneiros e a cobertura jornalística que acompanhou o movimento em maio de 2018, era possível observar que impactos econômicos e sociais seriam inevitáveis. A questão que circunscrevia esse ponto tratava do nível de alcance que os impactos econômicos e sociais alcançariam, uma vez que sem o abastecimento das cidades inúmeros serviços precisaram ser suspensos e produtos de primeira necessidade foram acabando. Resultado: boa parte dos municípios brasileiros, em particular os do estado do Rio Grande do Sul³³, decretaram situação de calamidade pública e/ou emergência. Neste sentido, ao se debruçar sobre as relações que permearam o movimento e dos interesses de classes presentes diante do conflito, acredita-se que tais aspectos são fundamentais para compreender os caminhos de um acordo que viabilizou a retomada dos serviços de transporte de cargas e a suspensão da paralisação.

Um dado relevante ilustra a situação com a qual o Estado do Rio Grande do Sul se defrontou na época. Com a redução parcial ou total no reabastecimento, a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS)³⁴ apontou que 84 cidades do estado decretaram estado de calamidade pública em virtude da greve dos caminhoneiros e levou 141 municípios a decretarem situação de emergência. Esses dados apurados pela FAMURS³⁵ através de pesquisa com gestores de 380 das 497 cidades do estado indicaram que

³³ Além do Rio Grande do Sul, São Paulo, Pernambuco, Minas Gerais e Santa Catarina também tiveram municípios que decretaram situação de calamidade e/ou emergência.

³⁴ FAMURS, 2018. Dados disponíveis em: <https://famurs.com.br/area-tecnica/8/noticia/1826> Acesso em 15 de janeiro de 2021.

³⁵ **Municípios que decretaram Calamidade Pública:** Agudo, Arroio do Tigre, Barra do Guarita, Barracão, Cacique Doble, Camaquã, Campina das Missões, Campo Novo, Campos Borges, Candelária, Capão Bonito do Sul, Carlos Gomes, Cerrito, Charrua, Condor, Constantina, Cristal, Dom Feliciano, Entre-Ijuís, Ernestina, Estação, Estância Velha, Forquetinha, General Câmara, Getúlio Vargas, Glorinha, Herveiras, Horizontina, Ibiaçá, Independência, Inhacorá, Itaqui, Jacutinga, Lajeado do Bugre, Lavras do Sul, Lindolfo Collor, Linha Nova, Machadinho, Mato Castelhano, Mato Leitão, Morro Redondo, Nonoai, Panambi, Paraí, Parobé, Passo do Sobrado, Paulo Bento, Pedro Osório, Quaraí, Quatro Irmãos, Restinga Seca, Roca Sales, Ronda Alta, Rosário do Sul, Sananduva, Santana do Livramento, Santo Augusto, São Borja, São Gabriel, São José do Norte, São Miguel das Missões, Selbach, Sertão, Sertão Santana, Severiano de Almeida, Sinimbu, Sobradinho, Tabaí, Tapes, Tenente Portela, Teutônia, Toropi, Três Arroios, Três Coroas, Três Forquilhas, Tucunduva, Tupandi, Tuparendi, Uruguaiana, Vacaria, Vale Verde, Vanini, Victor Graeff e Vitória das Missões. **Municípios que decretaram emergência:** Água Santa, Ajuricaba, Alegrete, Almirante Tamandaré do Sul, Alto Feliz, Alvorada, Antônio Prado, Araricá, Arroio do Sal, Arvorezinha, Balneário Pinhal, Barão, Barros Cassal, Boa Vista do Cadeado, Boa Vista do Sul, Bom Princípio, Bom Retiro do Sul, Boqueirão do Leão, Brochier, Butiá, Cachoeira do Sul, Cachoeirinha, Caiçara, Camargo, Cambará do Sul, Campestre da Serra, Campinas do Sul, Candiota, Canguçu, Capão do Cipó, Capela de Santana, Capivari do Sul, Caraá, Carlos Barbosa, Centenário, Cerro Grande, Charqueadas, Colinas, Cotiporã, Coxilha, Dois Lajeados, Dom Pedrito, Dom Pedro de Alcântara, Doutor Ricardo, Eldorado do Sul, Encantado, Encruzilhada do Sul, Entre Rios do Sul, Erechim, Espumoso, Estrela, Estrela Velha, Fazenda Vilanova, Feliz, Floriano Peixoto, Formigueiro, Garibaldi, Guabiju, Guaíba, Guarani das Missões, Herval, Ibarama, Ibiraiaras, Ilópolis, Imigrante, Itapuca, Ivorá, Jacuizinho, Jaquirana, Júlio de Castilhos, Lagoa Bonita do Sul, Lagoa Vermelha, Maratá, Mariana Pimentel, Minas do Leão, Monte Alegre dos

36% decretaram calamidade e 64% estariam em situação de emergência, as demais 106 cidades gaúchas encontravam-se em vias disso, caso a greve não cessasse e o abastecimento não fosse retomado pelos caminhoneiros.

Inegavelmente, como já indicado no decorrer deste capítulo, a dependência do Brasil pelo transporte de cargas interfere diretamente na dinâmica econômica e social do País. Durante a paralisação, foram reduzidos ou pararam parcialmente alguns serviços e atividades produtivas, desde as montadoras de veículos ao agronegócio; houve também o racionamento da venda de determinados produtos alimentícios e farmacológicos; reduziu a circulação de pessoas, em função da mobilidade urbana dificultada pelo abastecimento de gasolina e óleo diesel, o que interferiu no funcionamento de escolas e hospitais. Portanto, esses espaços e serviços que fazem parte do cotidiano das cidades, sem dúvida, sentiram o choque da paralisação.

O cenário de 11 dias de bloqueios de estradas em praticamente todo território nacional impediu pessoas e produtos de circularem, e estimativas calculam os prejuízos em torno de R\$ 15,9 bilhões para a economia nacional, segundo dados da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (SPE, 2018). A SPE projetou que alguns setores como o de produção, muito embora tivessem altos prejuízos, se recuperariam em poucos meses, como no caso da indústria automotiva: a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA) teve queda de 15% em maio de 2018, se comparado com o mesmo mês do ano anterior, interrompendo uma sequência de 18 meses de alta na produção. A indústria estimou uma perda de 70 a 80 mil unidades de produção durante a greve dos caminhoneiros. No setor da construção civil, os prejuízos somaram mais de 5 bilhões de reais, de acordo com a Câmara Brasileira de Indústria da Construção (CBIC). O setor aéreo também foi impactado por cancelamento de voos, pousos técnicos para reabastecimentos, entre outros. Segundo a Associação Brasileira das Empresas Aéreas (ABEAR), a qual representava as operadoras Avianca, Azul, Gol e Latam na época, foi estimado um prejuízo diário de 50 milhões de reais.

Campos, Montenegro, Morrinhos do Sul, Mostardas, Muçum, Muitos Capões, Nova Alvorada, Nova Araçá, Nova Bassano, Nova Boa Vista, Nova Bréscia, Nova Pádua, Nova Prata, Novo Cabrais, Novo Machado, Paim Filho, Palmares do Sul, Pareci Novo, Pedras Altas, Pelotas, Pinhal da Serra, Pinhal Grande, Pinheirinho do Vale, Pinheiro Machado, Pinto Bandeira, Piratini, Ponte Preta, Porto Mauá, Pouso Novo, Presidente Lucena, Progresso, Quinze de Novembro, Rio dos Índios, Salto do Jacuí, Salvador do Sul, Santa Clara do Sul, Santa Tereza, Santana da Boa Vista, Santo Antônio da Patrulha, Santo Cristo, São Domingos do Sul, São Francisco de Paula, São Leopoldo, São Lourenço do Sul, São Marcos, São Pedro da Serra, São Pedro do Butiá, São Sebastião do Caí, São Valério do Sul, São Vicente do Sul, Sapucaia do Sul, Tapera, Tio Hugo, Torres, Travesseiro, Três Cachoeiras, Três Palmeiras, Trindade do Sul, Tunas, Tupanciretã, Vale Real, Venâncio Aires, Vespasiano Correa, Vila Flores, Vista Alegre e Xangri-lá. (FAMURS, 2018).

Seus reflexos também foram sentidos no setor de turismo, com o cancelamento de hospedagens e passeios turísticos suspensos.

Entretanto esses setores apresentavam condições de recuperação parcial ou total do montante perdido, já que havia formas e meios de retomada da produção e oferta dos serviços suspensos. Por outro lado, em setores como produção alimentícia e agropecuária, as perdas foram irreversíveis. Devido à ausência de transporte, frutas e verduras não chegaram aos destinos em tempo e precisaram ser descartadas, jogadas fora. Como boa parte desses itens são cultivados por pequenos agricultores, não foi possível estimar as perdas, ainda que a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) tenha calculado um montante de 3,150 bilhões de reais em perdas ao setor produtor e exportador de aves, suínos, ovos e material genético. Já que 167 unidades frigoríficas tiveram que suspender as atividades, por falta de ração para alimentar os animais, 64 milhões de aves adultas e pintinhos tiveram que ser sacrificados.

O Estado sentiu fortemente a paralisação dos caminhoneiros refletida no Mercado, principalmente porque ficou claro que, apesar dos avanços extraordinários das tecnologias, é preciso da força de trabalho humano para impulsionar a produção, a comercialização e consumo daquilo que é produzido e, que, portanto, se uma das pontas do sistema produtivo não fluir adequadamente, o sistema todo poderá estar comprometido. Sendo assim, “as mercadorias geradas no mundo do capital resultam da atividade (manual e/ou intelectual) que decorre do trabalho humano em interação com os meios de produção” (ANTUNES, 2008, p. 79), ou seja o papel do trabalho coletivo na produção de valores de troca não pode ser eliminado “mesmo num processo produtivo, tecnologicamente avançado (onde se pudesse presenciar o predomínio de atividades mais intelectualizadas, mais qualificadas), ainda assim a criação de valores de troca seria resultado dessa *articulação* entre os trabalhos *vivo e morto*” (ANTUNES, 2008, p. 79).

Não foram poucas as transformações no mundo do trabalho vivenciadas nas últimas décadas, as quais incidiram decisivamente na *forma de ser* do trabalhador contemporâneo. Embora não sejam novas, essas estratégias de mudanças operadas pelo capitalismo, ao longo de sua história, têm se tornado cada vez mais destrutivas na atualidade e se refletem em novas divisões de oportunidades de emprego e coisas do tipo, onde a lógica concorrencial transcende a esfera econômica e alcança a esfera privada, das relações familiares, religiosas, comunitárias. Quer dizer “dispositivos disciplinares que unificam o poder econômico e o poder social criando uma governança dos homens cujo sentido geral transforma o conjunto das instituições contemporâneas em verdadeiros dínamos da formação do sujeito neoliberal

por meio da universalização da lógica da concorrência” (BRAGA, 2017, p. 63). Nesta perspectiva, o neoliberalismo seria uma “racionalidade global de novo tipo engajada na criação de políticas de apoio às empresas, de corte dos custos trabalhistas, de desmantelamento do direito do trabalho e de estímulo ao empreendedorismo individual” (BRAGA, 2017, p. 63).

Essa nova “racionalidade global” atinge fatalmente a classe trabalhadora, que apesar de sua heterogeneidade, fragmentação e complexidade em determinados momentos históricos – dramáticos – se mostra capaz de apoiar seus pares e solidarizar-se com as demandas e necessidades do outro, muito embora em circunstâncias determinadas não reconheça nesse outro sua própria face, ainda que congregue o mesmo grupo de subordinados. É possível afirmar que as diferenças qualitativas entre os interesses do grupo dominante e dos subordinados são sem dúvida opostas e “a mais óbvia delas é que o grupo dominante está interessado em mudanças apenas na medida em que as reformas e as concessões possam ser integradas ou institucionalizadas [...]” (MÉSZÁROS, 2008, p. 69), com vistas a garantir maior expansão e alcance do nível de subordinação sobre o grupo dominado, estando os indivíduos conscientes ou não de sua subordinação. Logo, a tarefa que se impõe é transcender os limites existentes entre a consciência de grupo em direção a uma consciência global de ser social (MÉSZÁROS, 2008). Nesses termos:

[...] o desenvolvimento de consciência de classe é um processo *dialético*: é uma “inevitabilidade histórica” precisamente na medida em que a tarefa é *realizada* através da mediação necessária de uma atuação humana autoconsciente. Isso requer, inevitavelmente, algum tipo de organização – seja a constituição de partidos, ou de outras formas de mediação coletiva – estruturadas segundo as condições sócio-históricas específicas que predominam em uma época particular, com o objetivo estratégico global de intervenções dinâmicas no curso do desenvolvimento social (MÉSZÁROS, 2008, p. 72).

Sendo assim, o movimento dos caminhoneiros não significou aos trabalhadores a superação de seu *status* de subordinação, ou mesmo a transcendência dos limites da consciência de grupo para outro nível, porém foi possível vislumbrar um determinado nível de iniciativa organizacional que, em menor grau, mas de relativa eficácia, foi capaz de influenciar na governabilidade do Estado, bem como em medidas admitidas pelo Mercado, tendo em vista que as pautas tiveram que ser rapidamente apreciadas pelo governo, com vistas à retomada das atividades econômicas suspensas e gradativa queda financeira do País no período da greve. Neste sentido, determinações como redução dos valores do óleo diesel e da gasolina, revisão da tabela do preço dos fretes e a suspensão de cobranças de PIS/COFINS foram alcançadas. No âmbito da Sociedade Civil se operou um significativo avanço no que

tange à visão da população, diante de uma categoria profissional tão estigmatizada e menosprezada pela sociedade. Observa-se pelos dados compilados no Quadro 10, aspectos como: desvalorização, uso de drogas e imprudência no trânsito são características marcantes da categoria. Por outro lado, aspectos como a relevância econômica desempenhada pelos caminhoneiros para o País performa os níveis mais baixos da imagem social que a profissão possui. A sociedade em geral não tinha a dimensão da relevância socioeconômica que o transporte de cargas, preponderantemente exercido pelos caminhoneiros, representava para o Brasil, até o País suspender suas atividades de mercado e o desabastecimento (total ou parcial) implicar em alguma medida na vida cotidiana dos brasileiros(as).

QUADRO 10: Imagem que a população tem do caminhoneiro

Imagem da população	Tipo de caminhoneiro		Total de caminhoneiros
	Autônomos	Empregado de Frota	
Pouco valorizado	45,4	40,6	43,8
Usuário de drogas	28,6	34,4	30,5
Imprudente no trânsito	28,9	31,5	29,7
Irresponsável	25,4	24,1	25,0
Pessoa sem instrução	19,2	14,2	17,5
Importante para a economia do País	16,2	17,9	16,8
Responsável	8,7	8,8	8,7
Comprometido com a profissão	7,1	10,8	8,3
Solidário na estrada	7,1	7,7	7,3
Outra	0,7	-	0,5
NS/NR	0,4	-	0,3

Fonte: Pesquisa CNT perfil dos caminhoneiros 2019. O caminhoneiro poderia citar mais de 1 item nesta questão.

A empatia social coletiva gerada a partir das necessidades e demandas do conjunto daqueles trabalhadores sensibilizaram e fizeram com que a população, mesmo sentindo os rebatimentos da paralisação, apoiasse o movimento e suas pautas. Portanto, “a esta altura, com efeito, a velha distinção entre lutas econômicas e políticas torna-se meramente um obstáculo para a compreensão das relações de classe. A classe é efetivamente um conceito biopolítico [...]” (HARDT; NEGRI, 2005, p. 145), ou seja, a compreensão acerca do que é trabalho não se restringe apenas ao assalariamento, mas às capacidades criativas humanas e sua generalidade. Desta forma é que os pobres também se incluem neste conceito, pois “não são excluídos dessa concepção de classe, sendo pelo contrário centrais para ela” (HARDT; NEGRI, 2005, p. 145). Outros aspectos tais como: desemprego crescente, alta nos preços da

gasolina e óleo diesel, rejeição ao governo vigente também contribuíram para que 87% dos brasileiros, segundo pesquisa da Data Folha da época, apoiassem os caminhoneiros.

O conceito de multidão, portanto, destina-se num sentido a demonstrar que a teoria da classe econômica não precisa optar entre a unidade e a pluralidade. Uma multidão é uma multiplicidade irreduzível, as diferenças sociais singulares que constituem a multidão devem sempre ser expressas, não podendo ser aplainadas na uniformidade, na unidade, na identidade ou na indiferença. A multidão não é apenas uma multiplicidade fragmentada e dispersa (HARDT; NEGRI, 2005, p. 147).

Identidades que preteritamente eram definitivas como da classe operária fabril, na contemporaneidade é bastante diversa e dinâmica, haja vista os novos contornos que o mundo do trabalho impôs à classe trabalhadora, tal como o gradativo processo de desindustrialização que acertou em cheio os trabalhadores fabris, particularmente no atual estágio em que se encontram os avanços tecnológicos, da inteligência artificial, mas essa é outra discussão. Cabe aqui ressaltar que a classe operária pode ser ou não assalariada e que, portanto, “todas as formas de trabalho hoje em dia são socialmente produtivas, produzem em comum e também compartilham um potencial de resistir à dominação do capital” (HARDT; NEGRI, 2005, p. 148). É por essa via que os novíssimos movimentos sociais se aliam, são diversos, múltiplos e plurais, compostos por trabalhadores assalariados ou não, e por todos aqueles que vivenciam dos mesmos processos de exclusão e marginalização impostos pelo domínio do capital. Sendo assim, o conceito de multidão é aberto e abrangente, a “multidão confere ao conceito de proletariado sua definição mais ampla: todos aqueles que trabalham e produzem sob o domínio do capital” (HARDT; NEGRI, 2005, p. 148).

Neste sentido, é pertinente registrar que o século XXI é marcado por revoltas ambíguas, como já referido em capítulos anteriores, alimentadas por níveis de sofrimento, frustrações, medos, inseguranças nas pessoas em relação aos vínculos profissionais, mas que transcendem o âmbito do trabalho, alcançando as subjetividades que envolvem a vida privada, afetiva e familiar. Essa dinâmica segrega e cria obstáculos para um convívio saudável em sociedade. As barreiras que vão sendo sedimentadas dia a dia são fruto de uma “racionalidade neoliberal” operada em boa parte pelo Estado, causando sérios danos à vida humana. Por certo, em determinados momentos, o Estado adota medidas que visam exclusivamente atender demandas do Mercado, mesmo que essas desestabilizem, vulnerabilizem e/ou precarizem a população, em particular aquela que mais requer a intervenção e suporte do Estado. Em que pese as estratégias utilizadas por esses dois entes, Estado e Mercado, alicerçadas na individualização e concorrência entre os sujeitos, flexibilização e precarização das condições de vida e trabalho, em situações ímpares, tais sofrimentos tornam-se impulsos para

insurgências, revertendo-se em favor daqueles que lutam em prol de um objetivo, qual seja lutar por melhores condições da existência humana.

Em vista disso, as discussões e análises que permearam o decorrer deste item, já sustentadas nos capítulos anteriores da presente tese, reforçam a ideia de que, apesar das contradições existentes pelo movimento dos caminhoneiros, desde a defesa por intervenção militar – considerando que essas sejam pautas reacionárias e conservadoras, e contrapondo-se às progressivas lutas dos trabalhadores – ainda assim, a manifestação de protesto iniciada em maio de 2018 pelos caminhoneiros caracterizou-se como uma greve sociotécnica de parte do precariado brasileiro, o qual se utilizou dos mesmo meios e formas de organização e mobilização social, característicos dos NMS. Apesar de não figurar um movimento social de fato, a fim de atingirem objetivos de melhores condições de trabalho e remuneração para a categoria. Portanto, ao se avaliar o cenário da paralisação na época é possível perceber que inúmeras lacunas e interrogações foram levantadas, principalmente se de fato foi ou não uma greve dos trabalhadores do transporte de cargas. Sendo assim, é sobre essa interrogação, se houve ou não locaute, sobre o qual o próximo item deste capítulo 4 irá se debruçar.

4.3.2 Locaute?

Durante a paralisação realizada pelos caminhoneiros em maio de 2018, um dos grandes questionamentos que envolveu o movimento foi, sem dúvida, se o mesmo teria sido uma greve dos trabalhadores ou uma manobra do patronato, quer dizer, um locaute do empresariado do transporte de cargas. A Polícia Federal, na época, instaurou inquérito para averiguar a possível prática de locaute. Mas, afinal, a prática de locaute é considerada um crime no Brasil? Primeiramente, cabe esclarecer a origem do termo, “locaute” vem do inglês *lock-out*, quer dizer “trancar”, e indica qualquer tipo de paralisação das atividades laborativas, por iniciativa do contratante – o patrão – “com objetivo de frustrar negociação ou dificultar o atendimento de reivindicações dos respectivos empregados”, conforme define a Lei de Greve (Lei 7.783/1989).

Entretanto, o locaute não é mais considerado crime no Brasil, desde que a Lei 4.330/1964 foi revogada e a Lei de Greve 7.783/1989 passou a vigorar, prevendo que o locaute é um ilícito civil. Nesta equação entre empregado e empregador, o primeiro, sem dúvida nenhuma, é quem sai prejudicado pela prática do locaute, pois tem seu direito constitucional à greve dificultado pelo patrão, por meio de estratégias como fechamento das portas das empresas ou inviabilização do acesso aos instrumentos de trabalho. No tocante aos

caminhoneiros, diferentes análises e perspectivas sobre a questão foram cogitadas, desde as que defenderam que houve uma greve legítima dos trabalhadores, aos que consideram a existência de um locaute, uma última ainda levanta a hipótese de ter havido um misto das duas primeiras, uma combinação de greve e locaute. Muito embora o aspecto que trata do locaute seja muito relevante, sendo “a questão central que desencadeou o movimento (para alguns uma greve, para outros um lockout ou uma mistura das duas coisas) [...]” (FILGUEIRAS, 2018, s/p.), caberia à sociedade centrar-se fundamentalmente na disputa entre o capital financeiro e seus grandes acionistas, que se beneficiam com a política de preços dos combustíveis adotados pela Petrobrás, distanciando-se dos interesses das empresas de transportes, dos caminhoneiros autônomos e da população em geral que perdem com as medidas assumidas pela estatal.

Neste horizonte, alguns argumentos que defendem não ter havido locaute se mostram bastante coerentes com a conjuntura da época, tendo em vista que o próprio governo acenava para duas questões fundamentais “(i) uma suposta existência de convergência, e não de oposição, de interesses de empregados e empregadores; (ii) ou a simples não liberação de trabalhadores para o trabalho, que não tem como objetivo frustrar o direito a greve, mas, sim acentuar os efeitos da paralisação” (FERREIRA, 2018, s/p). Tanto no que concerne à convergência das pautas: política de preços do óleo diesel e da gasolina e, por conseguinte, a redução; como também, a revisão da tabela de preço dos fretes, pauta defendida principalmente pelos caminhoneiros autônomos, por empregados e empregadores. No segundo aspecto, relativo à liberação dos trabalhadores para o exercício de suas funções, vai ao encontro do que se pode perceber em um segundo momento da greve. Após a primeira semana de paralisação, o movimento contou com um importante incremento de caminhoneiros contratados de frota, os trabalhadores assalariados.

Diante disso, é cabível afirmar que os empresários dos transportes de cargas utilizaram-se da greve dos caminhoneiros para obter benefícios próprios, mesmo não havendo um ilícito penal de fato (por ausência de lei criminal), ou nenhum crime civil (por ausência de frustração de direito a greve). Ainda que pareça contraditório é possível afirmar que o empresariado, por deter os meios (recursos financeiros) e instrumentos (tecnologia) necessários para interferir na greve, possam ter influenciado em alguma medida na condução do movimento na época. Em boa parte das vezes, determinados equipamentos como celulares smartphones, de uso dos caminhoneiros em comodato com as empresas servem tanto como instrumentos de trabalho – rastreamento do caminhão e, por consequência, da carga (GPS), como também de monitoramento do próprio trabalhador, grupos de WhatsApp, mídias e redes

sociais, tempo das paradas e assim por diante. Neste caso, não se restringe apenas aos trabalhadores autônomos, mas também a empregados de frota.

Essa mineração de dados não é nova nem surpreende. O Facebook acompanha, armazena e traça o perfil dos gostos e preferências de seus usuários para melhorar sua “publicidade dirigida” e, há pouco, também começou a acessar o histórico de navegação deles para ajudar nessa missão. [...] Os usuários do Facebook criam voluntariamente seu próprio perfil psicológico através de informações que publicam voluntariamente, das curtidas que produzem e dos amigos e grupos *online* aos quais se associam (KORYBKO, 2018, p. 56).

Em fevereiro do corrente ano, fiscais do trabalho autuaram a empresa Rappi, uma plataforma digital de tele entregas, que vinha utilizando o aplicativo como forma de monitoramento do trabalhador, a fim de punir e/ou incentivar os trabalhadores precarizados ali cadastradas. Auditores fiscais do Ministério do Trabalho no final de 2020 em um auto de infração contra a empresa Rappi indicam que “os motoqueiros estão longe de ter algum controle sobre seu trabalho, e cada quilometro rodado é monitorado e sujeito a punição ou recompensa por parte da empresa. É um modelo onde o telefone celular ‘é o relógio ponto’” (ALESSI, 2021, s./p.). Nesse sentido, os celulares ultrapassam o limite de uma ferramenta de trabalho, como também no caso dos caminhoneiros “[...] o smartphone extrapola sua condição de ferramenta do trabalho dos frentistas, e se torna um sofisticado controle de ponto (...) verdadeiro livro de registro das atividades realizadas’, diz relator” (ALESSI, 2021, s./p.). Portanto, as novas configurações tecnológicas não são gratuitas ou indolores, e seus resultados também não são igualmente distribuídos; para os capitalistas se destinam os lucros que delas advém, e para os trabalhadores o impacto é severo, processo denominado por Schumpeter como “destruição criativa”. “As mudanças tecnológicas do capitalismo, para as quais contribui e das quais se alimenta com voracidade, derivam, em suma, da atividade de vários agentes e instituições. Essas inovações criam amplo domínio de possibilidades mutáveis para sustentar ou aumentar a lucratividade do capital” (HARVEY, 2016, p. 95)

a paralisação dos caminhoneiros é a, princípio, legítima. Nasceu do descontentamento real de autônomos, que possuem seus veículos e prestam serviços, com os aumentos do diesel e com a política da Petrobrás – que flutua de acordo com o preço internacional dos derivados do petróleo. Isso leva a aumentos, de uma hora para outra, no custo do frete e reduz a margem que fica para o caminhoneiro (PRAGMATISMO POLÍTICO, 24 de maio de 2018).

O relato do jornalista Leonardo Sakamoto defende que, de fato, a greve foi impulsionada pelos trabalhadores caminhoneiros, muito embora as empresas de transportes de cargas tenham tentando dominar o cenário e dominar suas pautas, já que lhes interessavam os cortes fiscais propostos e os lucros que adviriam deles. Neste caso, caberia ao governo tomar

as medidas cabíveis e punir adequadamente os empresários que por venturam usaram os grevistas para benefícios privados. Não há elementos suficientes para afirmar que a greve teve interferência ou participação de partidos políticos, mas é possível afirmar que, muito embora tenha havido uma grande mobilização dos trabalhadores autônomos e empregados de frota, alguns participaram de forma não espontânea, como constatado no Quadro 7, e mais da metade afirma que não teve liderança a paralisação de 2018, conforme contata-se pelos dados do Quadro 11.

QUADRO 11: Lideranças do movimento dos caminhoneiros de 2018

Lideranças do movimento	Tipo de caminhoneiro		Total de caminhoneiros
	Autônomos	Empregado de Frota	
Não houve líder na paralisação	53,5	46,6	51,2
Sindicato de caminhoneiros	17,6	24,4	19,9
Liderança local	16,5	14,2	15,8
Confederação de caminhoneiros	3,1	2,3	2,8
Federação de caminhoneiros	2,2	3,1	2,5
NS/NR	11,6	13,9	12,4

Fonte: Pesquisa CNT perfil dos caminhoneiros 2019. O caminhoneiro poderia citar mais de 1 item nesta questão.

Apesar do movimento ter contado com a participação de entidades representativas da categoria – CNTA, ABCAM e UNICAM – dando ao movimento um determinado caráter patronal, mesmo assim não houve elementos suficientes para afirmar que aconteceu o locaute, nem mesmo a Polícia Federal chegou a conclusões definitivas sobre as circunstâncias. Depreende-se disso que a forma do locaute operar na época foi pela via impessoal, enquanto instrumento de captura da subjetividade do trabalhador do transporte de cargas. Tendo em vista que o poder do empresariado vai além do domínio do capital dinheiro, mas da forma como ele manipula as relações estabelecidas entre a compra e venda da força de trabalho. Em consonância com a lógica capitalista, “neoliberalismo emprega técnicas de poder inéditas sobre as condutas e as subjetividades. Ele não pode ser reduzido à expansão espontânea da esfera mercantil e do campo de acumulação do capital” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 21). A lógica destrutiva que o capital assumiu neste século XXI não reconhece nenhum limite ou barreira para a precarização do trabalho e suas múltiplas formas de expressão: flexibilização, polivalência, baixa remuneração, concorrência entre trabalhadores, adoecimento físico e psíquico do trabalhador, subcontratações e contratos temporários de trabalho, em suma, altos níveis de terceirização.

As mudanças operadas no mundo do trabalho resultaram em “[...] um exército de trabalhadores mutilados, lesionados, adoecidos física e mentalmente [...]” (ANTUNES, 2018, p. 151) que, por sua vez, são resultado de “[...] um modelo de gestão que simultaneamente se organiza visando o envolvimento da subjetividade inautêntica, o controle da subjetividade dos trabalhadores [...]” (ANTUNES, 2018, p. 151). Essa forma de controle do trabalho garante ao empregador um determinado domínio sobre a força produtiva, pois dada as necessidades de subsistência e a constante tônica do medo e insegurança que rondam o mundo do trabalho, os trabalhadores acabam submetidos às formas mais perversas de exploração e dominação. Os instrumentos utilizados no controle e coerção do trabalhador são cada vez mais sofisticados, operados de forma discreta e subliminar, a exemplo do assédio moral que compreende parte desta máquina de moer subjetividades. “Práticas associadas ao assédio moral são, como sabido, anteriores aos processos de reorganização do trabalho e da produção vivenciados desde as últimas décadas do século XX. [...] Apesar de na maioria das vezes ser direcionado a um trabalhador específico, o assédio repercute sobre o coletivo” (ANTUNES, 2018, p. 149).

Sem dúvida, essa perspectiva de um locaute de subjetividades no movimento dos caminhoneiros, esse poder tomou formas invisíveis de comando, uma sem dúvida foi fazer com que pautas privadas ou de maior interesse empresarial fossem defendidas coletivamente pelos trabalhadores, a menos que o empresariado se mostrasse interessado em apoiar pautas que tratassem de condições de trabalho, exigindo leis trabalhistas que responsabilizassem as empresas contratantes pelos serviços de cargas, imputando desde o custo com o descanso do trabalhador, porém não foi o que se observou. Ou seja, esta tese não tem os elementos para comprovar a ocorrência de um locaute naquele movimento, mas pode, academicamente, especular sobre a provável ocorrência de um locaute subjetivo, onde todos os instrumentos que se escondem por trás das cortinas da subjetividade foram utilizados pelos empresário para capturar a subjetividade dos trabalhadores do segmento. O que, na prática, ficou visível foi que o cerne das negociações foram outros, principalmente de cunho econômico, os quais serão abordados no item seguinte desta tese e analisados na perspectiva de compreender a quem os resultados dos acordos beneficiaram, trabalhadores ou empresários dos transportes.

4.3.3 Os resultados

O resultado de qualquer negociação decorre das habilidades e competências de quem está à frente da mesma em argumentar sobre determinada pauta. Entretanto, as relações de poder e os interesses, sejam eles políticos, econômicos ou sociais, envolvidos nessas relações

são tão essenciais quanto a habilidade e competência em negociar. Partindo desse princípio, parece controverso que empregado e empregador negociem tratados se não estão no mesmo nível de poder para dialogarem. O empregador pela posição que ocupa sempre terá vantagens reais em relação ao empregado, tais como poder de admissão ou demissão, redução salarial, possibilidade de prosperar cargos e assim por diante. Frente ao exposto é que organizações de trabalhadores se tornam primordiais nesses momentos de negociações e lutas por direitos, pois representam coletivos de trabalhadores, superando particularidades e se fortalecem uns nos outros. Com vistas às mudanças operadas no mundo do trabalho e se tratando da intensificação da precarização do trabalhador é que se impõem aos sindicatos novos desafios na atualidade, já que:

[...] a ferramenta sindicato ainda é imprescindível, enquanto perdurar a sociedade do capital, com sua exploração do trabalho, suas precarizações, seus adoecimentos e seus padecimentos corpóreos físicos, psíquicos etc. Mas é preciso dizer que há inúmeros desafios a serem enfrentados. Impõe-se a necessidade de adoção de estratégias de organização e luta que considerem a nova morfologia assumida pelo trabalho no capitalismo contemporâneo. É urgente que as entidades representativas dos trabalhadores rompam com a enorme barreira social que separa os trabalhadores “estáveis”, em franco processo de redução, daqueles submetidos às jornadas de tempo parcial, precarizados, subproletarizados, em significativa expansão no atual cenário mundial (ANTUNES, 2018, p. 151).

Para que estratégias como as apontadas na citação anterior sejam operacionalizadas, é essencial que se aposte, confie e fortaleça os sindicatos e entidades representativas dos trabalhadores, uma vez que a retórica atual é de desmobilizar, descredibilizar essas organizações, mantendo-se a narrativa neoliberal de individualização e separação das entidades coletivas, pois trabalhadores desmobilizados e individualizados são mais suscetíveis a não reagir aos ataques neoliberais. Não se nega o fato de que há falhas nos sindicatos e demais organizações representativas dos trabalhadores, mas isso não exclui a importância dos mesmos nas lutas sociais, principalmente na conjuntura atual de retrocessos e retirada de direitos. Os sindicatos são aqueles que congregam as insatisfações e fazem de vozes isoladas um som uníssono. Saber pelo que se luta, porque e ao que se enfrenta faz a toda diferença na hora de reivindicar por direitos.

Em vista disso, é fundamental que atores envolvidos nas manifestações se apropriem das pautas, saibam do que elas tratam e de que forma o movimento se posiciona a respeito das mesmas. Neste caso, a CNT (2019) perguntou aos caminhoneiros paralisados se conheciam ou não as reivindicações levantadas pelo movimento: 74,7% deles responderam que conheciam, apenas 24,3% não sabiam do que se tratava e, 1,0% não soube responder. Quanto mais sujeitos conhecessem as pautas, mais saberiam responder se foram ou não atendidas suas

demandas. Neste caso, o Quadro 12 destaca como os caminhoneiros perceberam as conquistas obtidas pela paralisação, sendo que mais da metade não se mostrou otimista e satisfeita com os resultados alcançados

QUADRO 12: Satisfação com as conquistas obtidas pelo movimento em 2018

Satisfação com as conquistas	Tipo de caminhoneiro		Total de caminhoneiros
	Autônomos	Empregado de Frota	
Sim	42,0	36,4	40,2
Não	55,2	57,9	56,0
NS/NR	2,8	5,7	3,8
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa CNT perfil dos caminhoneiros 2019.

O movimento chegou a um acordo com o governo, que combinou convergências nas demandas apresentadas na época, que beneficiariam tanto os trabalhadores como o empresariado. Dentre elas estão: a) A Petrobras comprometeu-se a reduzir 10% no valor do diesel nas refinarias por 30 dias. Enquanto isso, o governo deveria negociar meios de reduzir os preços. A estatal manteve o compromisso de custear esse desconto, estimado em R\$ 350 milhões, nos primeiros 15 dias. Os próximos 15 dias seriam patrocinados pela União, muito embora não tenham esclarecido a fonte dos recursos que viabilizariam essas despesas; b) O governo se comprometeu a zerar a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) para o diesel até o final do ano de 2018, além de comprometer-se a negociar com as esferas estaduais, buscando o fim da cobrança de pedágio para caminhões que trafegam vazios, com eixo suspenso; c) Quanto à cobrança do PIS/COFINS, a proposta é que o governo negocie com o Congresso, para que não aprovem a medida de zerar o imposto, pois esses valores precisarão ser redistribuídos a Petrobrás, a fim de compensá-la em tempos de alta no valor do barril do petróleo, bem como para manter os preços estáveis, uma vez que o governo havia se comprometido a manter uma previsibilidade mensal nos preços do diesel até o fim do ano, sem mexer na política de reajustes da Petrobrás; d) No que concerne ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o qual já conta com projeto para alteração tramitando no Senado, o governo também precisaria negociar com os governadores, pois se trata de um imposto estadual e não tem ingerência sobre a questão.

Cabe destacar, diante do acordo firmado, que boa parte das reivindicações, principalmente aquelas que tratavam da segurança nas estradas e melhorias nas condições das mesmas, nem chegaram a ser mencionadas, haja vista não serem de interesse de ambos os

lados, trabalhadores e empresários, ou mesmo, não se referirem a aspectos financeiros específicos. Os acordos firmados entre governo e parcela significativa dos caminhoneiros foram na contramão com as políticas de austeridade fiscal assumidas pelo governo Michel Temer na época, se observar que o governo aplicou medidas de congelamento de gastos públicos por 20 anos, o custo de R\$ 350 milhões só para sanar a questão relativas ao preço do combustível, não convergiu com as estratégias adotadas pela política econômica da época. Porém, decisões como essa reforçam a relação orgânica existente entre Estado e mercado; são instituições sociais – em nível político e econômico – importantes que, combinadas, são fundamentais para o desenvolvimento de países capitalistas. Em se tratando de um capitalismo globalizado, hegemonicamente neoliberal, foram somando novos instrumentos a esse processo.

O discurso do livre-mercado utilizado pelos países dominantes, e nunca praticado, tem função político-ideológica de disciplinamento, contenção e subordinação dos países periféricos. O que saiu na frente “chuta a escada”, impedindo que os demais subam: “façam o que eu digo, não façam o que eu faço”; a recente decisão de Trump de taxar as importações de aço e alumínio, embora fora de moda, fala por si mesma. Essa é “a história do capitalismo, de como ele é e não de como eu acho que deveria ser”. Não há economia capitalista forte sem Estado forte. [...] Quanto à eficiência e meritocracia dos mercados, a história também nos ensina que as duas maiores crises do capitalismo (1929 e 2007), de âmbito mundial, ocorreram exatamente em momentos nos quais ideologias do livre-mercado prevaleceu na condução da economia e do Estado – ambas levando à destruição de forças produtivas e consequências sociais dramáticas. A última trouxe à luz a existência de corrupção generalizada (sistêmica) nos mercados financeiros dos EUA e na sua relação com as instituições do governo (FILGUEIRAS, dezembro de 2018, s/p.).

Assim como nos Estados Unidos, o Brasil também sofreu com a avalanche de destruição moral, política, econômica e social resultado da corrupção histórica e sistêmica entre Estado-mercado. Porém, esse panorama que já é dramático acarretou ainda mais prejuízos pela condução política adotada pelos governantes no Brasil; dentre as mais graves e controvertidas decisões políticas, sem dúvida, foi a destituição da presidente Dilma Rousseff, a qual trouxe perdas econômicas e sociais até então irreparáveis. Para tanto, a história tem revelado que “a relação Estado-mercado no capitalismo, em qualquer época e lugar, não se reduz a “mais ou menos Estado”, mas tem a ver com quem (classes, frações de classe e grupos sociais) controla e direciona o Estado, e com que objetivos e interesses” (FILGUEIRAS, dezembro 2018, s/p.).

O acordo firmado entre governo e caminhoneiros não foi unânime, entre os trabalhadores individuais, estavam também as entidades representativas da categoria, a Associação Brasileira dos Caminhoneiros (ABCAM), que representava cerca de 700 mil trabalhadores no momento da negociação recusou a proposta, pois entendeu que uma das

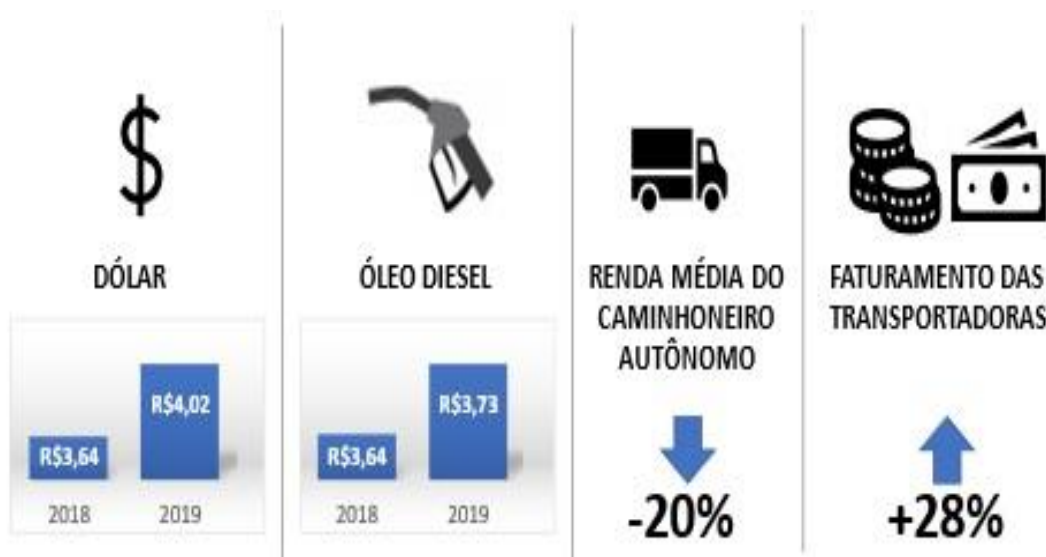
principais pautas do movimento, a questão de zerar o PIS/COFINS, não havia sido encaminhada adequadamente. Neste sentido, muitos dos caminhoneiros mantiveram-se parados em pelo menos 12 pontos de protestos, dos 253 bloqueios estabelecidos pela categoria durante o auge das manifestações e espalhados por 23 estados brasileiros e Distrito Federal. Por sua vez, o Governo Federal não reconhecendo a legitimidade nas manifestações que se seguiram após as negociações firmadas com os caminhoneiros, ordenou que o exército retirasse aqueles manifestantes que permanecessem bloqueando estradas e vias públicas, impedindo a retomada do abastecimento no país.

O Estado, neste sentido, assume a função de coerção, utilizando-se do instrumento da violência para que possa alcançar seus objetivos/interesses. Essa ideia de Estado coercitivo é defendida por Weber, o qual sustenta que o Estado tem o poder de coerção sobre os indivíduos, como de formular leis para controlar a conduta da sociedade. Para que o Estado exista, os dominados devem obedecer à autoridade alegada pelos detentores. Neste sentido, entende-se que o estado em Weber é uma forma específica de política e essa forma não se define pelo consenso e participação popular, mas justamente pelo monopólio da violência. Assim, na visão de Weber, o Estado é a “estrutura ou o agrupamento político que reivindica com êxito o monopólio do constrangimento físico legítimo” (FREUND, 1987, p. 159). Portanto, consiste numa relação de dominação do homem sobre o homem, dominação está baseada no uso da violência legítima que garante sua existência, sob a condição de que os homens dominados se submetam à dominação. Entretanto, cada vez mais, o século XXI tem provado que as pessoas não aceitam mais se submeter às formas de controle e dominação dos Estados, com os inúmeros protestos, manifestações, movimentos que vêm insurgindo contra a figura do Estado e tudo o que ele representa, deixando claro que as formas de dominação e coerção empregadas não serão mais aceitas pacificamente.

Após um ano da paralisação de maio de 2018, os caminhoneiros sentiram as mudanças, mas para pior. Alguns reconhecem que houve um incentivo por parte dos donos de transportadoras para que parassem, além do turbilhão de informações advindas do WhatsApp que os impulsionaram. E reconhecem que foi quando pararam o país que puderam ter alcance do poder que eles têm. Entretanto, as ofertas do governo não alteraram a situação vivida pela categoria, “segundo um estudo dos economistas Cristiano Aguiar de Oliveira e Daniel Mesquita Pereira, da Universidades Federal do Rio Grande, a renda dos motoristas que trabalham por conta própria encolheu 20% desde a greve. O faturamento das transportadoras, por outro lado, subiu 28%” (CARTA CAPITAL, 2021, s/p.). Isso significa que os acordos deliberados entre caminhoneiros e governo contribuíram para o alcance de mais lucratividade

para os patrões, enquanto os autônomos seguem com muitos problemas sem solução, o que remete sustentação à especulação do locaute subjetivo. A tabela de fretes, por exemplo, não segue a mesma regra para empresas e autônomos, o preço mínimo é seguido apenas para as empresas já que essas possuem mais “habilidades” para negociação. Outro aspecto negativo gerado pela paralisação foi sem dúvida o temor das empresas em passar pela mesma situação de maio de 2018, não ter quem transporte seus produtos, por isso constituíram frotas próprias. Assim como houve procura por diversificar as formas do escoamento de produtos que, por conseguinte, também afeta a demanda dos caminhoneiros. A cabotagem (navegação litorânea) teve um crescimento de 10% desde a paralisação. A Figura 1 elucida como se apresentam os principais indicadores desde a greve em maio de 2018.

FIGURA 1 - Principais indicadores um ano após a greve dos caminhoneiros em 2018.



Fonte: Informações sistematizadas pela autora dos dados obtidos na Revista Carta Capital (2021).

Neste sentido ainda, os caminhoneiros apostavam que, com a mudança de governo, a categoria teria mais atenção, principalmente depois do tremor causado no país após a paralisação de 2018. Mas não é o que se vê, após dois anos de mandato, são medidas pouco efetivas para melhoria do trabalho e de vida dos caminhoneiros, bem pelo contrário: “liberou o porte de armas para os motoristas e reduziu em quase 90% as multas de trânsito” (CARTA CAPITAL, 2021); muitos caminhoneiros temem essa medida de liberação de armas “uma arma, raciocina, só traz segurança se você estiver com ela na mão. Quando não é este caso, só aumentam as chances de um roubo de carga ou mesmo de um assalto na beira da estrada terminar em tragédia” (CARTA CAPITAL, 2021, s/p.), conforme relata um caminhoneiro à

Carta Capital. Com uma nova paralisação rondando o Planalto, após a Petrobrás anunciar uma alta de 5,7% no preço do combustível, o Presidente Jair Bolsonaro, receoso preferiu, desagradar ao “mercado” – investidores – do que aos caminhoneiros e interveio na estatal, vetando temporariamente a política de preços da Petrobras. Sem dúvida, o Palácio do Planalto não quis pagar para ver, principalmente em tempo de pandemia, mais caos se instauraria no país.

Entretanto, fica claro que será preciso mais do que palavras de ordem e promessas de futuras negociações para que os caminhoneiros cedam aos “encantos” desse e dos demais governos que assumirem a função, pois fatalmente em um País como o Brasil, refém do transporte de cargas terrestres, dependente dos caminhoneiros no abastecimento da população, os mesmos não irão permanecer inertes por muito tempo. Assistir calados suas vidas serem deterioradas por patrões que usufruem de suas forças vitais sem recompensá-los adequadamente, e ainda governos que não reconhecem a importância econômica e social do trabalho desempenhado por caminhoneiros e seguem sufocando a categoria com políticas que ameaçam cotidianamente o pleno desenvolvimento de suas funções, sem dúvida, não será aceito de braços cruzados.

Portanto, dos resultados obtidos com a paralisação, sem dúvida nenhuma os reflexos para a categoria, particularmente para os autônomos, não foram favoráveis: o preço da gasolina segue em alta, as rodovias deterioradas, a tabela do frete não vigora para os autônomos, a insegurança quanto a roubos permanece, além da diminuição da demanda e o fortalecimento das empresas de transporte. Em suma, economicamente, o resultado foi, sem dúvida, muito aquém do que planejavam. Entretanto, o movimento constituiu vínculos e forças entre os trabalhadores que, desde então, só se fortalecem, haja vista que a solidariedade continua sendo uma das bases dos caminhoneiros em tempos de tanto risco de saúde e vulnerabilidade econômica, dividindo as refeições nas estradas, a fim de reduzir gastos, cuidam uns dos outros para que não fiquem vulneráveis a qualquer tipo de intempérie advinda da profissão, além, é claro, da força que experienciaram e reconheceram que possuem frente ao Estado e Mercado. Isso faz com que a categoria permaneça mobilizada para pressionar a qualquer instante por medidas que atentem aos problemas dos caminhoneiros, longe de serem resolvidos.

5 CONCLUSÕES

A presente tese sustentou que os movimentos sociais fazem parte de uma modernidade sem limites para se transformar com tamanha velocidade, sendo que, contraditoriamente, o que era moderno ontem, hoje já se tornou obsoleto. Mas o que torna os movimentos sociais tão atuais é a capacidade de enlaçar as bandeiras com as necessidades do cotidiano, ou seja, com as demandas da vida real. Talvez por essa razão, muitos delas não tenham vida longa, pois é difícil projetar um “outro desenho societal que lhes permita uma fina calibragem entre vida cotidiana e um modo de vida em sentido amplo e radical” (ANTUNES, 2018, p. 243). Por isso, também, é tão importante analisá-los, cada um a seu tempo, sem descolá-los do movimento do real e entendendo que o percurso não é desenhado em linha reta e por etapas, sendo que questões contemporâneas também são elementarmente históricas. Neste sentido, apesar da literatura acadêmica insistir em defini-los como tradicionais, novos e novíssimos movimentos sociais, a fim de determinar tanto o tempo histórico em que cada um se constituiu, as formas de organização, mobilização e pautas de luta, ainda sim, tem se tornado uma tarefa inviável estabelecer definições conclusas sobre os mesmos, já que se metamorfoseiam com tamanha rapidez.

As manifestações de protestos insurgidas durante o primeiro quartil do século XXI evidenciaram este argumento, pois tratavam de reivindicar por direitos humanos, quais sejam: liberdade (primeira geração de direitos civis e políticos), igualdade (segunda geração de direitos sociais, econômicos e culturais) e fraternidade (terceira geração de direitos coletivos, transindividuais). Ou seja, as manifestações mais recentes trazem em si reivindicações de todas as ordens. Por isso, é fundamentalmente contraditório estabelecer unilateralmente “enquadramentos” acerca dos movimentos sociais mais contemporâneos, ou ainda afirmar que, por serem manifestações espontâneas ou pontuais, resultam em menor efetividade do que movimentos sociais consagrados e estabelecidos. Posto isto, já foram observados movimentos sociais tradicionais somarem-se a manifestações de protestos recentes, pois acreditam e apoiam as reivindicações por elas defendidas, agregando mais força social e política à luta. É importante que se compreenda que uma das características mais singulares e significativas, do ponto de vista desta tese, sustenta-se na ideia de que qualquer sujeito pode e deve apoiar a manifestação pela qual se sinta representado. A liberdade de não estar associado necessariamente a uma organização política ou movimento específico; de determinado movimento social defender pautas diferentes daquelas que venha a apoiar em manifestações de protestos (de caráter pontual, ou não) é um dos legados que as insurgências mais

contemporâneas deixaram para as lutas populares atuais e futuras. Para tanto, o erro das invariáveis e prévias definições reside em manter as análises presas a caracterizações fechadas, as quais bloqueiam a possibilidade de acompanhar o processo do movimento dialético que expressa a complexidade e diversidade de configurações de manifestações de protesto.

Ainda que tenha sido uma longa jornada e se reconheça que há muito a percorrer, com a presente tese, buscou-se problematizar quais os determinantes e repercussões que as manifestações populares urbanas trouxeram à sociedade brasileira, em especial, a greve dos caminhoneiros de maio de 2018. Em vista disso, tratou-se de identificar as implicações políticas, econômicas e sociais geradas pela greve dos caminhoneiros durante os 15 dias de paralisações. Para a análise, foi necessário apreender as diferentes concepções teórica-conceituais que envolvem as instâncias sociais presentes no processo: Sociedade Civil, Estado e Mercado, já que elas cumprem funções na dinâmica societal e implicam na condução das respostas às demandas apresentadas. Neste sentido, os estudos exibidos no segundo capítulo sustentaram o desenvolvimento da tese, no que se refere à relação histórica entre Estado e Mercado no capitalismo, a organicidade e a indissociabilidade entre eles é o sustentáculo do pleno desenvolvimento no processo de acumulação de capital. A Sociedade Civil, por sua vez, tem a função de tencionar as demais instâncias, já que ela tem a possibilidade de direcionar e/ou controlar o quanto esse Estado – em uma base democrática – atenderá (mais ou menos) aos seus interesses, a depender de qual discurso ideológico estiver a frente do poder. Muito embora a mesma Sociedade Civil seja permeada por contradições e interesses diversos, a ausência de unidade, identidade e homogeneidade compromete-lhe a atuação. A Sociedade Civil é parte constitutiva da sociedade capitalista, a qual está dividida em classes e forjada na luta de classes. O Estado, por sua vez, em consonância com o Mercado, tenta ocultar tais lutas “na medida em que o poder estatal oferece a representação de uma sociedade, de direito, homogênea, indivisa, idêntica a si mesma, ainda que, de fato, esteja dividida em classes antagonicas” (CHAUÍ, 2014, p. 125).

Frente ao contexto de antagonismos de classes é que os movimentos sociais se contrapõem ao discurso harmônico do Estado como garantidor de direitos e de unidade entre classes. Em realidade, no capitalismo, esse argumento não procede, pois o que realmente importa é o quanto se acumula, se lucra e se expropria de valores de troca, mesmo que para isso seja necessário suprimir direitos e explorar o trabalho dos indivíduos. A busca dos movimentos sociais por alternativas anticapitalistas, antiausteridade ou antiglobalização tem sido uma das difíceis tarefas na realidade atual por eles assumidas. Por isso, “se os

movimentos anticapitalistas e de oposição souberem o que esperar em linhas gerais do desdobramento das contradições, terão mais condições de tirar proveito da forma como as contradições circulam e se aprofundam [...] durante a formação e a resolução da crise” (HARVEY, 2016, p. 25). Capitalismo é sinônimo de crise, ora mais acentuada ora menos, mas ainda sim crise, justamente pela contradição que lhe é inerente no processo de acumulação. O momento atual tem demonstrado a profunda perversidade que o capitalismo pratica nas sociedades de mercado, sendo capaz de provocar não apenas no que concerne à destituição de direitos, mas a destruição humana e ambiental sem precedentes, em nome do poder e do dinheiro. Sobretudo alinhado a premissas neoliberais globais que privilegiam o livre-comércio em detrimento dos direitos sociais, contrapondo-se a uma globalização por direitos, e devastando princípios humanos civilizatórios que respeitem classe, gênero, etnia e religião.

Neste sentido, o terceiro capítulo dedicou-se a estudar os movimentos sociais e as manifestações de protestos mais contemporâneas, com vistas a perceber como se articularam e operaram suas lutas, contrapondo-se ao inimigo comum, identificado aqui como globalização neoliberal. Os estudos emergidos desse capítulo foram fundamentais para situar as revoltas brasileiras, em especial, desde as de Junho de 2013, a exemplo do Movimento Passe Livre, no conjunto mundial de rebeliões. Evidenciou-se que os protestos nacionais fizeram parte da onda de insurgências mundiais, originadas do sufocamento social, econômico, político e moral que a sociedade contemporânea atravessa. As ruas nada mais foram do que palcos das multidões, das expressões de resistência e força coletiva em opor-se às formas de dominação do poder hegemônico sobre os modelos de produção econômica e social, além das condutas antidemocráticas de domínio social. As vozes na rua expressavam os sofrimentos, angústias e vulnerabilidades acumuladas, mas não se tratava apenas de dor, mas de solidariedade, de estar juntos em condições de igualdade. Em outras palavras, nas manifestações ocorridas no primeiro quartil deste século, as pessoas cantaram, gritaram e dormiram juntas em praças públicas, embora não tenha se tratado apenas de reivindicar o direito pela coisa pública, “mas era também, e muito claramente, uma maneira de colocar o corpo em risco em sua insistência, obstinação e precariedade, superando a distinção entre público e privado durante o tempo de revolução” (BUTLER, 2018, p.107). Justamente por isso incomodou a tantas pessoas, especialmente, as que estão no poder, pois escancarou as necessidades, o escárnio que as múltiplas maneiras de exploração e espoliação do capitalismo gerou às pessoas, seja de cunho objetivo (necessidades básicas como a alimentação e moradia) e/ou subjetivo (necessidades de

afetos, de lazer, cultura etc.), que antes permaneciam privadas e, a partir de então, expostas publicamente, na forma de imagem e fala.

Apesar desses movimentos aparentemente não terem alcançados conquistas objetivas, ou concretas por assim dizer, os processos organizativos, maturação de pautas, meios e instrumentos de reivindicações, as relações sociopolíticas construídas durante as manifestações de protestos são laços históricos incomensuráveis, que tendem a se fortalecer no decorrer da jornada. Esse conjunto de forças sociais é vital para as lutas que se agudizam e, portanto, mais importante do que leis, ou representações políticas que advenham das rebeliões deste século, o bloco de resistências estabelecido nos coletivos de lutas, na força do humano, é a conquista de maior expressão. Esse mesmo potencial foi o que se constatou com o movimento dos caminhoneiros em maio de 2018. Em conformidade com esse aspecto, o quarto capítulo encaminhou a linha conclusiva da presente tese, pois no processo de pesquisa e de análise de dados as elaborações teóricas sistematizadas nos capítulos anteriores puderam ser reiteradas com os dados de realidade obtidos a partir da greve dos caminhoneiros, embora ainda contemple algumas reflexões inconclusas.

Nesta direção, é possível afirmar que a greve continua sendo o maior e mais operoso instrumento da classe trabalhadora para pressionar o Estado por políticas sociais públicas que garantam os direitos sociais e trabalhistas, assim como tensionar o Mercado por melhores condições de trabalho (segurança, salubridade, remuneração adequada, descanso remunerado entre outros aspectos). Muito embora se reconheça que é preciso avançar a um nível de efetividade das negociações de greves, o problema central permanece sendo a concentração de poder e acúmulo de riquezas aplicado nas mãos de poucos, os capitalistas, e gerado por muitos, a classe trabalhadora. Desta equação, invariavelmente, quem detêm dinheiro (capital), detêm poder, e quem detêm poder e dinheiro concentra privilégios. Neste caso, aqueles que não fazem parte desta equação, a massa trabalhadora, torna-se vulnerável às determinações do capital e dos interesses em disputa. Por indisponibilidade de comprovações concretas que fundamentassem a ocorrência de locaute, esta tese, ao analisar as evidências subjacentes ao movimento, especula a ocorrência de um locaute subjetivo. A evidência que leva a esta especulação é o resultado justamente disso: do poder que o empresariado do transporte possui sobre os trabalhadores, manipulando e “jogando” com a vida e os trabalhos, com o único e exclusivo objetivo de atingir o máximo de lucro e benefícios advindos da luta dos trabalhadores por melhorias das condições de vida. Tendo em vista que os capitalistas possuem os meios de produção e estão no comando da operação das tecnologias mais modernas, os instrumentos coercitivos e de controle sobre o trabalho se refinam dia a dia. E,

por meio de modernas estratégias, conduzem e dominam a forma de pensar e agir daqueles que vivem sobre o mesmo guarda-chuva, vêm alcançando altíssimos níveis de acumulação de capital.

Exemplo disso, bem como similar às estratégias discretas, mas efetivas, operadas pelos empregadores dos transportes, é o processo de “uberização” do trabalho, que tem avançando e se mostra como uma nova estratégia de expropriação da força de trabalho, neste caso, dos entregadores por aplicativo. Apesar da inexistência de vínculos empregatícios, da falta de proteção social, da exposição a riscos diários, da péssima remuneração, os aplicativos de entrega como a Rappi e outros têm espoliado rotineiramente a força de trabalho dos indivíduos a eles vinculados. A narrativa que permeia essas frágeis relações de trabalho é alimentada pela retórica do empreendedorismo, o padrão de si mesmo, ideia amplamente inculcada na cabeça dos trabalhadores, com objetivo único e exclusivo de garantir mais lucros a menos custos. Caso esses “empreendedores de si mesmo” se derem conta das mentiras que os cercam e venham a levantar a voz para se contraporem ao cenário de exploração, estarão sujeitos a “bloqueios branco”, quer dizer, impedidos de trabalhar, mesmo que sejam aptos pelo aplicativo para realizar entregas; não recebem mais chamadas do aplicativo. Uma clara estratégia de dominação, controle e silenciamento dos trabalhadores.

Sendo assim, é essencial que os meios de produção, o controle da operação das tecnologias sejam redistribuídos igualmente a todos os envolvidos no processo de produção de bens e serviços. A solução para os problemas atuais permanece nas mãos da própria classe trabalhadora em construir identidade, homogeneidade e consciência coletiva (unidades) para transpor esse cenário. Não se está aqui culpabilizando os trabalhadores por suas vidas precárias, ao contrário, reconhece-se o quanto o referido processo de alienação, marcado pelo incentivo da individualização, concorrência, a ideia do empreendedorismo, da dedicação total do trabalhadores às empresas é perversamente utilizado como argumento pela racionalidade neoliberal no atual estágio do capitalismo, robustecendo a especulação de locaute subjetivo. A vida cotidiana impõe aos indivíduos prioridades (como as de subsistência: alimentação, moradia, saúde e tantas outras) que impedem muitas vezes que no decorrer do trajeto das lutas sociais, as necessidades individuais se sobreponham aos sonhos e objetivos coletivos.

Por tais razões, sustentou-se, no decorrer desta tese, que as conquistas decorrentes do fortalecimento dos indivíduos e da visibilidade das pautas levantadas pelas manifestações de protestos do século XXI, é onde reside o verdadeiro potencial para a superação das condições de subalternidade e exploração do trabalho. Logo, é condizente afirmar em relação aos desdobramentos dos protestos, em particular o da greve dos caminhoneiros, que os resultados

concretos em atenção as suas demandas foram pontuais e transitórios, pois não se consistiram em ganhos permanentes à categoria. Embora o empoderamento experimentado pelos trabalhadores (os caminhoneiros) supere temporariamente essas lacunas, os mesmos reconheceram o potencial que se sustenta na força coletiva da categoria e a relevância econômica e social de suas funções para a sociedade brasileira. No contexto da pandemia do Covid-19, onde mais de 265 mil vidas foram ceifadas, o descaso e a indiferença governamental são os determinantes das ações e medidas dirigidas à população brasileira. Um líder inepto politicamente e despreparado intelectualmente pode devastar com uma população, em particular a mais vulnerável, em tempos como esse. Nesta ordem, trabalhadores como os caminhoneiros fazem parte de uma rede de esperança e vida que abastece o país, tanto com suprimentos essenciais do cotidiano, como os de saúde. Mesmo diante da queda expressiva de renda, das péssimas condições de trabalho, da falta de reconhecimento (por parte do governo) pelo trabalho desempenhado, os caminhoneiros seguiram rodando pelo país e se expõem rotineiramente a um vírus fatal.

Em um modelo de vida que privilegia o individualismo, a competição e o consumismo, estar junto em prol de uma causa comum é, sem dúvida, uma grande conquista. Embora não se possa descuidar que essas causas comuns estejam vinculadas a preceitos democráticos, calcados na liberdade e na justiça social. Por fim, em tempos tão adversos de ameaças à democracia, a luta pela manutenção da liberdade e pela conservação de direitos tem sido um norte das rebeldias modernas, pois fazem frente ao obscurantismo, ao negacionismo que brota como incho, uma peste na sociedade. Para que o protagonismo da luta do precariado, mesmo que permeado de contradições, floresça infinitamente mais forte, saudável e bem-vindo em sociedade, uma vez que se pauta na lógica dos direitos e da igualdade do acesso a melhores condições de vida e trabalho. Por fim, esta tese não tem a pretensão de ter esgotado um tema tão complexo e de uma discussão em processo contínuo, ficando a sugestão para a continuidade de estudos que aprofundem, tragam novas descobertas e iluminem o percurso dos movimentos sociais, que são os principais instrumentos das transformações societárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMIDES, Maria B. C.; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Movimentos sociais e Serviço Social: uma relação necessária.** São Paulo: Cortez, 2015.

ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lucia (orgs). **Movimentos Sociais e serviço social: uma relação necessária.** São Paulo: Cortez, 2014.

AGENCIA BRASIL, 2018. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-01/inflacao-oficial-fecha-2018-em-375> Acesso em fevereiro de 2020.

AGGIO, Alberto. IN: <http://mundoestranho.abril.com.br/historia/o-que-foi-o-movimento-de-maio-de-68-na-franca/> Acesso em 10 de julho de 2017.

ALBRIGHT, Madeleine. **Fascismo: um alerta.** São Paulo: Planeta, 2018.

ALEGRIA, Paula; BULGARELLI, Lucas; PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Movimentos sociais contemporâneos: um balanço da produção de teses e dissertações em antropologia (2208-2018).** BIB, São Paulo, n. 93, 2020.

ALESSI, Gil, 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-02-28/fiscalizacao-autua-rappi-por-fazer-de-celular-o-novo-relogio-de-ponto.html>. Acesso em: fevereiro de 2021.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital.** São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo; FILGUEIRAS, Vitor. Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo. **Revista Contracampo**, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, abr./jul. 2020.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEL (ANP), 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-01/inflacao-oficial-fecha-2018-em-375> Acesso em novembro de 2020.

AZAMBUJA, Darcy. **Teoria geral do Estado.** 4 ed. São Paulo: Globo, 2008.

BALBACHEVSKY, Elizabeth. **Stuart Mill: liberdade e representação.** In: WEFFORT, Francisco (org). Os clássicos da Política. Vol. 02. São Paulo: Editora Ática, 2011.

BARBOSA, Raul Felix. **Aganaktismeni: o movimento grego entre razão e emoção.** Sinais n. 20 jul-dez de 2016, Vitória/Brasil. Acesso em: 05 de agosto de 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/Larissa/Downloads/12334-40657-1-PB%20(2).pdf>. Acesso em: 30 junho de 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.

BASTOS, Rogério L. Marcuse e o homem unidimensional: pensamento único atravessando o Estado e as instituições. **Revista Katál.**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 111-119, jan. a jun. 2014.

BNDES, 2018. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/15200/1/O-BNDES-e-a-crise-dos-caminhoneiros.pdf>. Acesso em março de 2020.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política.** São Paulo: Editora UNB, Imprensa Oficial: 2004.

- BOBBIO, Norberto. **Ensaio sobre ciência política na Itália**. São Paulo: Editora Unesp, 2016.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. 7 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- BOBBIO, Norberto. **Liberdade e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 2013.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- BRAGA, Ruy. **A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul Global**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- BRAGA, Ruy. Precariado e sindicalismo no Sul Global. **Revista Outubro**, n. 22, 2º semestre de 2014.
- BRASIL, **Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989**. Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República [2020]. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17783.HTM
- BRAVO, Maria Inês S. e CORREIA, Maria Valéria C. Desafios do controle social na atualidade. **Serviço Social e Sociedade**, n. 109. São Paulo: Cortez, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n109/a08n109.pdf>.
- BRAVO, Maria Inês S.; CORREIA, Maria Valéria C. Desafios do controle social na atualidade. **Serviço Social e Sociedade**, n. 109. São Paulo: Cortez, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n109/a08n109.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2016.
- BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.
- BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas por uma teoria performativa de assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CAPES. **Catálogo de Teses e Dissertações** Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/> Acesso em: 02 fev. 2021.
- CARNEIRO, Henrique Soares. **Rebeliões e ocupações de 2011**. In: HARVEY, David (org). Occupy: movimentos de protestos que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.
- CARNOY, Martin. **Estado e Teoria política**. 2 ed. Campinas: Papyrus, 1988.
- CARTA CAPITAL. **Desde a greve de 2018, vida de caminhoneiros só piora**. Publicado em 1 de junho de 2019. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/desde-a-greve-de-2018-vida-de-caminhoneiros-so-piora/> Acesso em dezembro de 2020.
- CARVALHO, Maria do Carmo B. **Gestão social e trabalho social: desafios e percursos metodológicos**. São Paulo: Cortez, 2014.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade: a era da informação**. 9. Ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

CHAHAD, J. P. Z; CACCIOMALI, M.C. As transformações estruturais no setor de transporte rodoviário e a organização no mercado de trabalho do motorista de caminhão no Brasil. **Revista da ABET**, v. 5, nº 2, jul./dez. 2005.

CHAUÍ, Marilena. **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**. 2 ed. Belo Horizonte: Autentica Editora; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

CLOSS, Thaisa Teixeira. **Fundamentos do Serviço Social**: um estudo a partir da produção da área. Porto Alegre: Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, 2015, 253 f.

CNN BRASIL. **Morrem 40% mais negros que brancos por coronavírus no Brasil**. Publicado em 05 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2020/06/05/negros-morrem-40-mais-que-brancos-por-coronavirus-no-brasil>. Acesso em 05 de jan 2020.

CNT, 2019. **Pesquisa do Perfil dos Caminhoneiros**: Principais Dados. Disponível em: <file:///C:/Users/Dell/Downloads/Pesquisa%20CNT%20Perfil%20dos%20Caminhoneiros%202019%20-%20principais%20dados.pdf> Acesso janeiro 2020.

CNT, 2019. **Pesquisa do Perfil dos Caminhoneiros** Disponível em: <file:///C:/Users/Dell/Downloads/Pesquisa%20CNT%20Perfil%20dos%20Caminhoneiros%202019%20-%20C3%ADntegra.pdf> Acesso janeiro 2020.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula. **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELLA PORTA, Donatella. **O movimento por uma nova globalização**. São Paulo: Edições Loyola,

DUPAS, Gilberto. **Desafios da sociedade contemporânea**: reflexões de Gilberto Dupas. 1 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

EAGLETON, Terry. **Ideologia: uma introdução**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

ECONOMIA UOL. **Quem são e o que querem os caminhoneiros que estão parando o país?** Publicado em 04 de maio de 2018. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2018/05/24/quem-sao-e-o-que-querem-os-caminhoneiros-que-estao-parando-o-pais.htm>. Acesso em: julho, 2019.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Globalização, correlação de forças e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2013.

FAMURS. **Municípios sofrem reflexos da crise do desabastecimento**. Publicado em 29 de maio de 2018. Disponível em: <https://famurs.com.br/area-tecnica/8/noticia/1826> Acesso em 15 de janeiro de 2021.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

FERREIRA, André. **Locaute, por si só, não é crime, mas simples ilícito civil**. Consultor Jurídico, 2018.

FILGUEIRAS, Luiz. **Estado e Mercado: Senso Comum e Realidade**. Publicado em 08 de dezembro de 2018. Disponível em: <http://www.nec.ufba.br/estado-e-mercado-senso-comum-e-realidade/> (06 de dezembro de 2018). Acesso em setembro de 2020.

FILGUEIRAS, Luiz. **O Movimento dos Caminhoneiros e a Política de Preços da Petrobrás**. Publicado em 29 de Maio de 2018. Disponível em: <https://www.bnews.com.br/artigo/711,o-movimento-dos-caminhoneiros-e-a-politica-de-precos-da-petrobras.html> (10 de abril de 2018). Acesso em setembro 2020.

FIORI, José Luís . **Estado de bem-estar: padrões e crise** . Physis: Revista de Saúde Coletiva, v.7, n.2, pp.129-147, 1997. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73311997000200008&script=sci_abstract. Acesso em: 30 de junho de 2019.

FREUND, Julien. **Sociologia de Max Weber**. Rio de Janeiro: ForenseUniversitária, 1987.

FRIEDMAN, Milton. **Livre para escolher**. 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional** in FAZENDA, Ivani. Metodologia da Pesquisa Educacional. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1987

GEORGIADOU, Vassiliki. Right-Wing Populism and Extremism: the rapid rise of golden dawn in crisis-ridden Greece. In: MELZER, Ralf; SERAFIN, Sebastian (orgs.). **Right-wing extremism in Europe**. Berlin: Friedrich Ebert,2013.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa?** 5 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

GOHN, Maria da Glória. **A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais**. Caderno CRH, Salvador, v. 27, n. 71, p. 431-441, Maio/Ago. 2014.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GOHN, Maria da Glória. Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de Junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena. **Revista Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 16, n. 47, p. 125-146, jan./abr.2016. Disponível em: <file:///C:/Users/Dell/Downloads/1987-3229-1-SM.pdf> Acesso em: 10 de julho de 2019.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações e protestos no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16 n. 47 maio-ago. 2011. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>>. Acesso em: agosto de 2019.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. 6 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1998.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, Antonio. **Sobre Benedetto Croce e o materialismo histórico (1929, p. 35)**. In: *Concepção dialética da história*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Bem-Estar Comum**. Rio de Janeiro: Record, 2016.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

HARVEY, David (org). **Occupy**: movimentos de protestos que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, David. **A loucura da razão econômica: Marx e o Capital no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2018.

HARVEY, David. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

HEGEL, G. W. F. **Estética: a ideia e o ideal**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Editora Nova Cultura Ltda, 2000.

<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 11 ed. São Paulo: Corte, 2008.

IANNI, Octavio; FERNANDES, Florestan. **Karl Marx**: sociologia. 6 ed. São Paulo: Atica, 1988.

INDIGNADOS DA ESPANHÓIS. **Manifiesto Democracia Real Ya**. Disponível em: <<https://www.elperiodico.com/es/politica/20110517/manifiesto-democracia-real-ya-1009708>>. Acesso em: 10/05/2020.

IPEA. **Visão de Conjuntura de Maio de 2018**. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/180515_sintese_da_conjuntura_maio_2018.pdf Acesso em novembro 2020.

IPEA. **Visão de Conjuntura nº 39. 2018**. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/180628_cc_39_visao_geral.pdf. Acesso em novembro 2020.

IPEA. **Visão de Conjuntura nº 40. 2018**. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/180927_secao_visao_geral.pdf Acesso em novembro 2020.

IPEA. **Visão de Conjuntura nº 41. 2018.** Disponível em:
https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/181220_cc41_visao_geral.pdf
 Acesso em novembro 2020.

IPEA. **Visão de Conjuntura nº38. 2018.** Disponível em:
https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/180322_cc38_secao_visao_geral_conjuntura.pdf Acesso em novembro 2020.

JASPER, James M. **Protesto: uma** introdução aos movimentos sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

KÄRNEN, Hartmut. **Movimentos sociais: revolução no cotidiano.** In: SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo (orgs). *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina.* São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

KATAGUIRI, Kim; SANTOS, Renan. **Como um grupo de desajustados derrubou a presidente:** MBL: a origem. Rio de Janeiro: Record, 2019.

KORYBKO, Andrew. **Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes.** São Paulo: Expressão Popular, 2018.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem.** Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Org.). **Dicionário Gramsciano.** São Paulo: Boitempo, 2017.

LIMA, Lucas. **O mercado de trabalho dos motoristas de caminhão no Brasil: caracterização e avaliação do efeito das leis trabalhistas.** (dissertação de mestrado). Piracicaba: USP, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiros”, 2018.

LOCKE, John. **Two Treatises of Government** (1690), II, 6 trad. it., L. Pareyson (org.), Turim, Utet, 3 wd., 1980, p. 231.

LÖWY, Michael. **Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil.** IN: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (org.). *Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil.* 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

LUKÁCS, George. **História e consciência de classe.** Porto: Escorpião, 1974.

MANIFESTO DEMOCRACIA REAL YA. **Manifiesto 'democracia real ya'.** Publicado em 17 de maio de 2011. Disponível em:
 <<https://www.elperiodico.com/es/politica/20110517/manifiesto-democracia-real-ya-1009708>>. Acesso em: 10/05/2020.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação dos dados.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARTINELLI, Maria Lúcia. (Org.). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio.** São Paulo: Veras Editora, 1999.

- MARX, Karl (1818-1883). **Contribuição à crítica da economia política**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, Karl (1818-1883). **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. **Manifesto Comunista**. Porto Alegre: Ed. Villa Martha, 1979.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. **O capital**: crítica a economia política, Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: 1º capítulo seguido das Teses sobre Feuerbach. São Paulo: Editora Moraes Ltda, 1984.
- MÉSZÁROS, István. **Atualidade histórica da ofensiva socialista**: uma alternativa radical ao sistema parlamentar. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MÉSZÁROS, István. **Filosofia, ideologia e ciência social**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MILL, J. S. **Considerações sobre o governo representativo**. Brasília: UNB, 1981.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 5. ed. São Paulo, Rio de Janeiro: HUCITEC/ABRASCO, 1998.
- MOCHCOVITCH, Luna Galano. **Gramsci e a escola**. São Paulo: Ática, 1988.
- MONTANO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia**: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- NOBRE, Marcos. **Junho, Ano V**: as eleições, o sistema político e a negação da realidade. Piauí 141, ano 12. Rio de Janeiro: Editora Alvinegra, junho de 2018.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. Gramsci, a questão democrática e a esquerda no Brasil. IN: COUTINHO, Carlos Nelson; NOGUEIRA, Marco Aurélio (org). **Gramsci e a América Latina**. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1988.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil**. Temas éticos e políticos da gestão democrática. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- O ESTADO DE SÃO PAULO. **"Se o governo só reage diante da violência, como impedir protestos violentos?"**. Publicado em 03 de novembro de 2013. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/sp/2013-11-03/se-o-governo-so-reage-diante-da-violencia-como-impedir-protestos-violentos.html> Acesso em março de 2018.
- OCCUPY WALL ST. **Facts about occupy wall street**. Disponível em: <<http://occupywallst.org/>>. Acesso em: 10/06/2020.
- PAULANI, Leda Maria. Uma ponte para o abismo. IN: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (org.). **Por que gritamos golpe?**: para entender o impeachment e a crise política no Brasil. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Sociedade civil: sua democratização para reforma do Estado. In: PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; WILHEIM, Jorge; SOLA, Lourdes (org.). **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: ENAP, 1999.
- PÉREZ, Carlota. **Revoluciones tecnológicas y capital financiero**. México, Siglo XXI, 2005.
- PERSCHANSKI, João A. **Os “ocupas” e a desigualdade econômica**. In: HARVEY, David (org). Occupy: movimentos de protestos que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Os entregadores antifascistas querem apps solidários à causa. Por que é importante ouvi-los**. Publicado em 01 de julho de 2020. Disponível em: <http://www.dmtemdebate.com.br/os-entregadores-antifascistas-querem-apps-solidarios-a-causa-por-que-e-importante-ouvi-los/>. Acesso em: 04 dez 2020.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e as possíveis rotas de fuga para a crise atual**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.
- POSNER, Eric A.; WEYL, E. Glen. **Mercados radicais: reinventando o capitalismo e a democracia para uma sociedade justa**. São Paulo: Portfólio-Penguin, 2019.
- PRAGMATISMO POLITICO. **Greve de caminhoneiros ou Locaute de empresas?** Publicado em 24 de maio de 2018. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2018/05/locaute-ou-greve-de-caminhoneiros.html> Acesso em janeiro de 2021.
- PRATES, J. C. et al. Pesquisa e formação na pós-graduação. In: XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. **Anais**. ABEPSS: Juiz de Fora, 2012.
- PRATES, J. C; PRATES, F. C. Problematizando o uso da técnica de análise documental no serviço social e no direito. **Sociedade em Debate**, Pelotas, n. 15, 2009.
- PRATES, Jane. **Material didático**. Programa de Pós-Graduação da FSS/PUCRS, 2008.
- QUIRINO, Célia Galvão. Tocqueville: *Sobre a Liberdade e a Igualdade*. In: WEFFORT, Franciso (Org). **Os Clássicos da Política**. São Paulo: Atica, 1991.
- RAMONEDA, Josep. Del malestar a la indignación. **El País**, Madrid, 18 maio/2011. Disponível em: https://elpais.com/politica/2011/05/18/actualidad/1305752546_920831.html. Acesso em: 25 de maio de 2019.
- RIBEIRO, Daniella B. As pesquisas científicas do Serviço Social: o papel do CNPq. **Revista Katálys**, Florianópolis, v. 20, n. 2, maio/ago 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592017v20n2p184>. Acesso em: 12 nov. 2017
- RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaira, 2020.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- SAFATLE, Vladimir. **Amar uma ideia**. IN: HARVEY, David (org). Occupy: movimentos de protestos que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.
- SAFATLE, Vladimir. **Entrevista: todo poder ao povo**. In: CABRAL, Magali; PEREIRA, José Alberto G. P. Agosto de 2013. Disponível em:

<file:///C:/Users/Larissa/Downloads/28612-52667-1-PB.pdf>. Acesso em: 20 outubro de 2016.

SALVADOR, Evilásio. **Financiamento tributário da política social no pós-real**. In: BOSCHETTI, Ivanete (org.). *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez, 2012.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos Sociais: um ensaio de interpretação sociológica**. 2 ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1987.

SCHERER-WARREN, Ilse. **O caráter dos novos movimentos sociais**. IN: SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo (orgs). *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

SECRETARIA DE POLÍTICA ECONÔMICA. **Greve dos caminhoneiros impacta a economia em cerca de R\$ 15,9 bilhões**. Ministério da Fazenda. Publicado em 14 de junho de 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2018/junho/greve-dos-caminhoneiros-impacta-a-economia-em-cerca-de-r-15-9-bilhoes> Acesso em dezembro de 2020.

SHUMPETER, A. Joseph. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Cultura, 1961.

SILVA, Mauro Sérgio Santos da. O conceito de guerra de posição no pensamento político de Antônio Gramsci. **Anais do Seminário dos estudantes de Pós-Graduação em Filosofia da UFSCar**, São Carlos, 2015.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SMITH, Adam. **A riqueza das Nações**. 5 ed. Londres: Methuen & Co., 1930.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo: Abril, 1999.

SOUZA, Jamerson Murillo A. de. **Estado e sociedade civil no pensamento de Marx**. Serviço Social e Sociedade, n. 101. São Paulo: Cortez, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n101/03.pdf>> . Acesso em: 12 nov. 2017.

WEFFORT, Francisco C. (Org.). **Os clássicos da Política. Volume 2**. São Paulo: Ática, 2011.

ZIZEK, Slavoj. **O ano em que sonhamos perigosamente**. São Paulo: Boitempo, 2012.

ZIZEK, Slavoj. **O violento silêncio de um novo começo**. IN: HARVEY, David (org). *Occupy: movimentos de protestos que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

APENDICE A

QUADRO 1: Roteiro de análise de dados

FONTE DOS DADOS	1º DETERMINANTE: POLÍTICO	2º DETERMINANTE: SOCIAL	3º DETERMINANTE: ECONÔMICO	IDEIAS E CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES
Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda		<p>- Os custos e prejuízos do impacto financeiro podem ser repassados à população com o aumento de alimentos, tais como: leite, frango (ABPA), hortaliças.</p> <p>-Maior comprometimento da capacidade de compra das famílias com suprimentos básicos como alimentação.</p> <p>- Dados da associação dos caminhoneiros 1,1 e 1,2 milhões de caminhoneiros parados em 2018, na greve de 1999 700 mil caminhoneiros participaram.</p>	<p>- Impactos econômicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Na indústria, setor que tem uma maior dependência pelo transporte de cargas, apresentou mais prejuízos; ○ No setor alimentício as perdas foram definitivas; ○ Áreas como moradia, aluguel, administração pública não foram impactados. 	<p>-Em 2018, o desemprego alcançou 13 milhões de pessoas, o equivalente a 12% da população, e a queda do rendimento médio das pessoas ocupadas ficou em queda.</p> <p>- À medida que os preços dos produtos de consumo comum das famílias sobem e os rendimentos não acompanham essa escalada, a capacidade de compra cai.</p> <p>- Reduzir ou zerar a cobrança de PIS/COFINS afeta diretamente a prestação de serviços sociais. Logo, bem-estar social e a concretização de direitos sociais a toda população trabalhadora, ou seja, os próprios caminhoneiros.</p> <p>CONTRADIÇÃO da própria luta de classes!</p>
Associação Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (ANP)	- Governo precisou discutir junto à câmara dos deputados a redução do PIS/COFINS	- Ameaça às fontes de financiamento das políticas de trabalho e da seguridade social	- Preço médio do óleo diesel nas bombas 8 % e da gasolina 7,24% ao ano; (Política de Preços da Petrobrás – orientação neoliberal)	<p>- Redução do combustível é uma pauta que afeta o empresariado (mercado), devido a questões dos custos e lucros.</p> <p>- Para os empregados (trabalhadores) o que pode interferir nessa relação é estagnação dos salários, aumento da atividade produtividade, o que levaria a</p>
Pesquisa CNT	- Caracterização de uma	- Participaram da	- Redução no valor do combustível	

<p>Perfil dos Caminhoneiros 2019</p>	<p>greve sociotécnica</p> <ul style="list-style-type: none"> - As associações representativas de trabalhadores e donos do capital (empresariado) relação contraditória. - Redução do preço do óleo diesel. - Estabilização na política de ajustes de preços adotada pela Petrobrás 	<p>pesquisa caminhoneiros autônomos (dependência direta do quanto produzem) e empregados de frota (trabalhadores formais CLT):</p> <ul style="list-style-type: none"> o Em relação à participação na greve: <ul style="list-style-type: none"> - Autônomos 52,3, por vontade própria, enquanto que 15,8 foram obrigados. – Empregados de Frota 28,1 vontade própria, enquanto que 31,9 foram obrigados. - Principal meio de organização e articulação do movimento WhatsApp: 98% utilizam celular smartphone com frequência. - Das principais Reivindicações: mais segurança nas rodovias 38,3% 	<p>59 autônomos e 35,8 empregados de frota.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aumento no valor do frete: ambos se equivalem 27,3 autônomos e 23,9 empregados de frota (há várias hipóteses para esse tipo de reivindicação por parte dos empregados: comissão, aumento no salário entre outras). - Principais pautas de Reivindicações: <ul style="list-style-type: none"> o Redução do preço do combustível (média total dos pesquisados): 51,3% o Financiamento oficial a juros mais baixos para aquisição de veículos: 27,4 (autônomos) o Aumento no valor do frete 26,2% 	<p>mais riscos e, por conseguinte, insegurança no emprego.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os NMS utilizam-se das novas tecnologias digitais, principalmente a Internet, por meio das redes sociais, como instrumentos mediadores das organizações e mobilizações de protestos. <p>O movimento dos caminhoneiros, também utilizou maciçamente da Internet como ferramenta de articulação. Também não reconhecem lideranças na sua maioria, como apontou a maioria dos caminhoneiros na pesquisa da CNT.</p> <ul style="list-style-type: none"> - MS de 1º geração, trabalhadores e suas precarizações. <p>Greve sociotécnica</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aumento do desemprego, PEC 95 do congelamento de gastos, ambiente do político incerto (período eleitoral) interferiram nos baixos resultados econômicos. Logo, não foi a greve dos caminhoneiros a determinante da queda da economia.
<p>IPEA</p>	<ul style="list-style-type: none"> - O desempenho instável e incerto da política brasileira interferiu diretamente no crescimento do país. - Período eleitoral 		<ul style="list-style-type: none"> - No primeiro trimestre de 2018 projetava-se um crescimento do PIB de 3,6; já em junho do ano corrente caiu para 1,7%. - O impacto se dá mediante mudanças políticas e econômicas 	<ul style="list-style-type: none"> - Teve apoio da população, segundo dados do Data Folha, em 87%. <p>Apesar de em determinados momentos, as bandeiras levantadas pelo movimento pedirem intervenção militar, o que nada teria relação com as demandas diretas do movimento (CONTRADIÇÃO).</p>

	<p>turbulento.</p> <ul style="list-style-type: none"> - a greve dos caminhoneiros não afetou de forma decisiva o baixo rendimento econômico e social no Brasil em 2018, mas, sem dúvida, contribuiu. - A política externa, em particular, a dos EUA, com Trump decretando uma guerra comercial com a China, incidiu no país. 		<p>diversas, tais como: o choque de oferta adversa pela greve dos caminhoneiros.</p> <ul style="list-style-type: none"> - A greve dos caminhoneiros não foi determinante para o baixo rendimento da economia: o desequilíbrio das contas públicas e o restrito investimento em produtividade contribuíram para o resultado sentido. 	<ul style="list-style-type: none"> - Principais entidades representativas dos caminhoneiros: CNT – ABCAM – Unicam (denota o caráter patronal) somaram-se a greve caminhoneiros de frota (contratados com carteira assinada, ou seja, os vendedores da força de trabalho). - 253 pontos de protesto, 23 Estados e DF
BNDES		<ul style="list-style-type: none"> - Período Eleitoral turbulento muitas contradições, especialmente, aquelas em que parte do movimento dos caminhoneiros defendia intervenção militar. 	<ul style="list-style-type: none"> - Choque de oferta, reduziu a produção e elevou os preços. - O aumento do custo do preço do diesel absorveu um pequeno ganho dos caminhoneiros. - A dinâmica dos preços do diesel, balizados pelo preço internacional do petróleo. - Entre 2011-2017, a frota nacional teve um incremento bastante modesto. <p>O preço dos fretes não teve queda significativa, mas oscilou dentro de uma média. O que resulta na queda dos lucros e se deu prioritariamente em razão do valor do diesel.</p>	

Fonte: Sistematizado pela autora em 16 de fevereiro de 2021.

ANEXOS

ANEXO 1: DADOS SPE, 2018.

Impacto Greve Caminhoneiros

Fabio Kanczuk
Secretário de Política Econômica

Junho, 2018

Ministério da
Fazenda

Ministério da
Fazenda

Resumo

- Metodologias tipicamente utilizadas sofre de sobre-estimação
 - Cálculo de perda de receita, em vez de valor adicionado (custos variáveis também são reduzidos)
 - Agregação de vários dados setoriais, com dupla contagem (um setor é insumo do outro)
 - Não consideram efeito da recuperação a seguir
- Nossos cálculos (sem dupla contagem, mas com evidente imprecisão):

Metodologia	Perda (em R\$ bilhões)
Função de Produção com Setor de Transporte	13,8
Consumo de Energia e sua elasticidade	16,1
Episódio de julho de 1999	17,8
MÉDIA	15,9

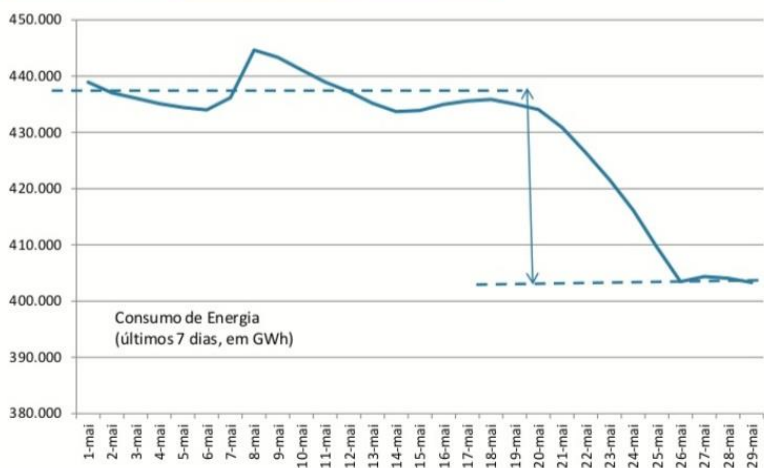
Metodologia 1: Função de Produção

- Setor Transporte = 3,8% do PIB
(Transporte Rodoviário de Cargas = 1,8% do PIB)
- Assume-se, para cada período, Função de Produção Cobb-Douglas
 - Elasticidade de substituição típica entre setores econômicos
 - Alguns setores muito afetados (e.g. Indústria)
 - Outros setores incólumes (e.g. “serviços de moradia”)
- Hipótese Adicional = % Interrupção no setor Transportes, para duas semanas
 - Associação dos Caminhoneiros: de 1,1 dos 1,2 milhões de caminhoneiros parados
 - Número de Bloqueio de estradas, ponderado por relevância

Estado	Total interdições	Número de BRs interditadas pelos caminhoneiros	Número de BRs no estado	% estradas interditadas	BRs interditadas por caminhoneiros	Participação no PIB Brasil
AC	0	0	3	0%		0,2%
AL	3	2	6	33%	BR 316, 101	0,8%
AM	1	0	4	0%		1,4%
AP	0	0	2	0%		0,2%
BA	23	10	24	42%	BR 101, 349, 330, 242, 135, 030, 413, 334, 116, 407	4,1%
CE	9	3	11	27%	BR 116, 020, 222	2,2%
DF	6	4	11	36%	BR 020, 060, 070, 080	3,6%
ES	16	4	9	44%	BR 101, 259, 447, 262	2,0%
GO	26	12	21	57%	BR 080, 151, 414, 090, 304, 452, 050, 020, 040, 060, 080, 138	2,9%
MA	11	5	9	56%	BR 135, 220, 010, 230, 316	1,9%
MG	45	8	44	18%	BR 381, 365, 040, 262, 116, 050, 336, 251	8,7%
MS	36	7	12	58%	BR 060, 156, 163, 262, 483, 280, 267	1,4%
MT	23	5	6	83%	BR 070, 156, 163, 364, 174	1,8%
PA	7	4	11	36%	BR 316, 155, 230, 010	2,2%
PB	14	3	11	27%	BR 230, 412, 101	0,9%
PE	15	9	16	56%	BR 232, 408, 101, 116, 104, 407, 428, 316, 423	2,6%
PI	5	2	11	18%	BR 316, 110	0,7%
PR	56	9	17	53%	BR 116, 277, 369, 373, 116, 476, 376, 153, 163	6,3%
RJ	17	5	13	38%	BR 040, 101, 491, 116, 465	11,0%
RN	6	4	9	44%	BR 101, 406, 427, 304	1,0%
RO	11	2	6	33%	BR 364, 421	0,6%
RR	1	1	6	17%	BR 174	0,2%
RS	36	7	21	33%	BR 116, 285, 386, 290, 470, 101, 392	6,4%
SC	41	7	14	50%	BR 470, 101, 282, 153, 116, 163, 280	4,2%
SE	3	1	3	33%	BR 101	0,6%
SP	13	3	22	14%	BR 116, 153, 381	32,4%
TO	8	2	5	40%	BR 153, 233	0,5%

Interrupção (%)	Perda (R\$ bi)
60	9,2
70	12,0
75	13,8
80	16,0
90	22,6

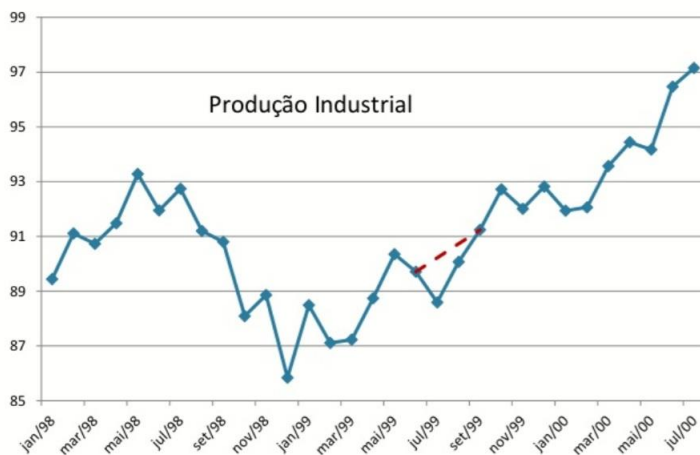
Metodologia 2: Consumo de Energia



- Consumo de Energia caiu 9%
- Elasticidade do consumo de Energia ao PIB a Energia = 1.5
- Queda do PIB para cada unidade de tempo = 6%
- Duas semanas de crise → 0,23% do PIB = R\$ 16,1 bilhões

Metodologia 3: Episódio de julho de 1999

- Greve de 700 mil caminhoneiros parou o Brasil, duração de 4 dias
- Assumindo-se reta com maior inclinação, perda de 0.21% na Indústria
- Ajuste Elasticidade da Indústria no PIB (0.6) e para duração da greve (dobro)
→ R\$ 17,8 bi



5



Ministério da Fazenda

Secretário de Política Econômica
Fabio Kanczuk

6

CONTAS PÚBLICAS

Greve dos caminhoneiros impacta a economia em cerca de R\$ 15,9 bilhões

Valor representa aproximadamente 0,2% do Produto Interno Bruto esperado para 2018

Publicado em 14/06/2018 17h22 | Atualizado em 14/06/2018 17h41



A Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda realizou um estudo para avaliar o impacto que a paralisação dos caminhoneiros, ocorrida por cerca de dez dias no mês de maio, causou na economia do país. O estudo aponta para um impacto negativo de cerca de 15,9 bilhões, aproximadamente 0,2% do Produto Interno Bruto (PIB).

Segundo o Secretário de Política Econômica, Fábio Kanczuk, o setor da indústria foi o mais impactado pela paralisação dos caminhoneiros. "A indústria acabou sofrendo mais, pois é mais dependente do setor de transporte". Segundo ele a recuperação vai variar de acordo com a capacidade e o potencial de reposição de cada empresa. "A indústria automotiva por exemplo deve recuperar esse prejuízo em torno de dois a três meses, com a intensificação do ritmo produtivo".

Já para alguns setores, como o setor alimentício, houve perda definitiva, sem capacidade de recuperação. "De fato alguns setores, pela especificidade do produto, como o leite, irão absorver a perda permanente, mas em compensação alguns setores como moradia, aluguel, administração pública, não foram impactados, por isso esse valor de R\$15,9 bilhões já considera todos esses fatores", destacou.

Metodologia

Para chegar ao valor de R\$ 15,9 bilhões (média) de impacto a equipe da SPE utilizou três metodologias: a paralisação do setor de transporte e o impacto dele em outros setores, monitorando a transmissão de efeitos, a avaliação do consumo de energia diário durante a crise e um estudo histórico da greve dos caminhoneiros de 1999, uma greve que durou cinco dias.

Sobre o consumo de energia o secretário Kanczuk explicou "Com os dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) do consumo diário de maio nós pudemos verificar a queda do consumo de energia durante a greve. Como sabemos a relação de consumo de energia e o PIB conseguimos verificar o efeito na economia.

A última metodologia foi avaliar a greve desta categoria ocorrida em julho de 1999, que durou uma semana. A equipe econômica avaliou o custo na época e transmitiu para os dias de hoje ajustando para o fato dessa ter tido o dobro de duração.

ANEXO 2: DADOS BNDES, 2018.

O BNDES ea crise dos caminhoneiros

Departamento de
Pesquisa Econômica Área
de Planejamento
Estratégico

JUNHO DE 2018



 **BNDES**

O BNDES e a crise dos caminhoneiros

A paralisação dos caminhoneiros, iniciada em 21/05/2018, teve duração de apenas 10 dias, mas as consequências econômicas desse movimento foram significativas. Tratou-se de um típico **choque de oferta, que simultaneamente reduziu a produção e elevou os preços**. Os dados recém-divulgados confirmam esse diagnóstico. Por exemplo, a produção de automóveis em maio recuou 25,6% em relação a abril. Já a cesta básica aumentou 4,61% entre a semana da paralisação e a semana imediatamente anterior.

Findo o movimento, o assunto segue movimentando o debate nacional. A pergunta que se busca responder é: quais seriam os principais fatores por trás da paralisação?

Alguns economistas tem defendido que a atuação do BNDES entre 2009 e 2015 estaria na origem do problema. Com base nesse ponto de vista, o Programa de Sustentação do Investimento (PSI), que vigorou nesse período, seria o grande responsável por elevar de maneira artificial a frota de caminhões no país, com impactos baixistas sobre o preço do frete. Com fretes reduzidos, o espaço para aumentos de custos também teria diminuído.

Os aumentos de custo aconteceram em 2018 mediante as sucessivas elevações no preço do diesel. Isso teria consumido o pequeno espaço disponível de ganho dos caminhoneiros, até um ponto crítico que desencadeou a paralisação. A dinâmica dos preços do diesel, é bom frisar, decorreu tanto das elevações nos preços internacionais do petróleo, quanto da depreciação da taxa de câmbio, que estavam na base da política de preços até então praticada pela Petrobrás.

O argumento que coloca o BNDES no centro do problema costuma ser ilustrado pelas taxas de juros nominais de 2,5% a.a. (desconsiderando os *spreads*), praticadas entre setembro e dezembro de 2012, no âmbito do PSI. Levando em conta que a inflação naquele ano foi de cerca de 6%, o programa implicava uma taxa real de juros fortemente negativa, o que estimularia a aquisição de caminhões novos. Cabe então analisar se esse movimento efetivamente derrubou o preço do frete?

Antes de prosseguir, é preciso fazer dois esclarecimentos. O primeiro está relacionado ao papel do BNDES em todo o processo. A rigor, o PSI não foi uma criação da instituição e sim uma política de governo, aprovada sucessivamente (nove vezes) pelo Congresso Nacional. O segundo está relacionado ao contexto de criação do PSI e do relaxamento de suas condições em 2012.

Em relação ao contexto de criação do PSI, em junho de 2009, é importante lembrar que o investimento havia contraído quase 20% entre o 3T/2008 e o 1T/2009, após um crescimento anual médio superior a 8% entre 2004 e 2008 [(Machado & Roitman, 2015)]. Essa queda de demanda levaria o PIB efetivo de 2009 para um crescimento negativo, em um contexto em que o crescimento potencial do país era estimado ao redor de 4%. Dada a contração do mercado privado de crédito, o BNDES foi o agente acionado para operar a política anticíclica do governo federal.

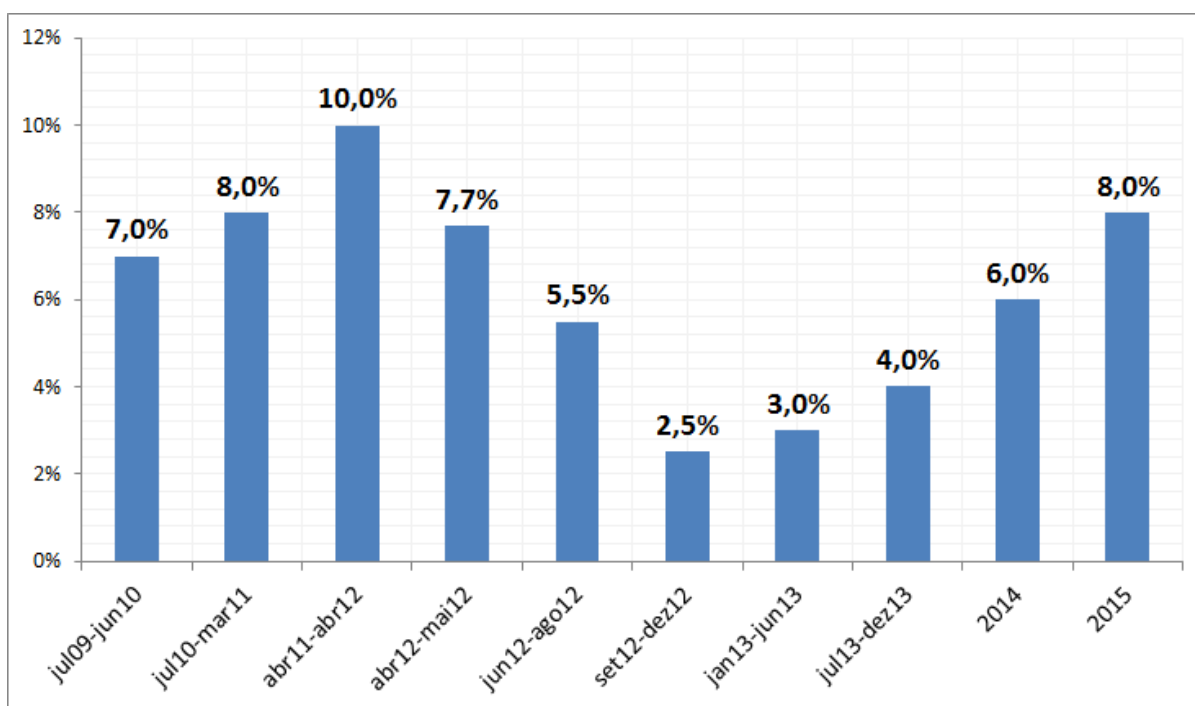
O PSI foi para sustentar a retomada do investimento, visando dar continuidade ao crescimento que até então se verificava. Originalmente, o Programa teria validade de apenas um ano (até junho de 2010), mas as condições de taxas de juros do programa foram sendo endurecidas

lentamente até abril de 2012, sob o temor de que um fim brusco dos estímulos derrubasse novamente a atividade.

Um evento importante, no entanto, acontece na passagem de 2011 para 2012. Trata-se da transição da tecnologia dos motores a diesel, no contexto do protocolo Proconve-P7 [ver Borges (2018)]. Essa transição implicaria que todos os veículos a diesel produzidos no Brasil passariam a adotar motores mais avançados, respeitando as normas de emissões compatíveis com o protocolo Euro V. Se, por um lado, tal mudança representava um ganho de eficiência em termos de consumo de combustível e redução nas emissões de gases poluentes ao meio ambiente, por outro ensejava uma majoração de preços da ordem de 15% a 20% nos novos caminhões produzidos.

Dessa maneira, **houve forte antecipação da produção nos meses finais de 2011, com consequente queda a partir de 2012.** Para lidar com essa queda de produção, o PSI é renovado com condições mais favoráveis ao longo de 2012. Os juros nominais atingiram 2,5% a.a. no último trimestre daquele ano. Não obstante essa melhoria das condições de financiamento via PSI, **a produção de ônibus e caminhões apresentou uma retração de 38% em 2012.** Os licenciamentos caíram 19%. O Gráfico 1 mostra a evolução das taxas de juros cobradas pelos financiamentos do PSI para caminhões e ônibus durante toda vigência do programa, ressaltando-se que **a taxa de 2,5% deixou de vigorar em dez/2012.**

Gráfico 1- Taxa de juros básica do PSI para Caminhões e Ônibus
(em % a.a.)



Fonte: BNDES

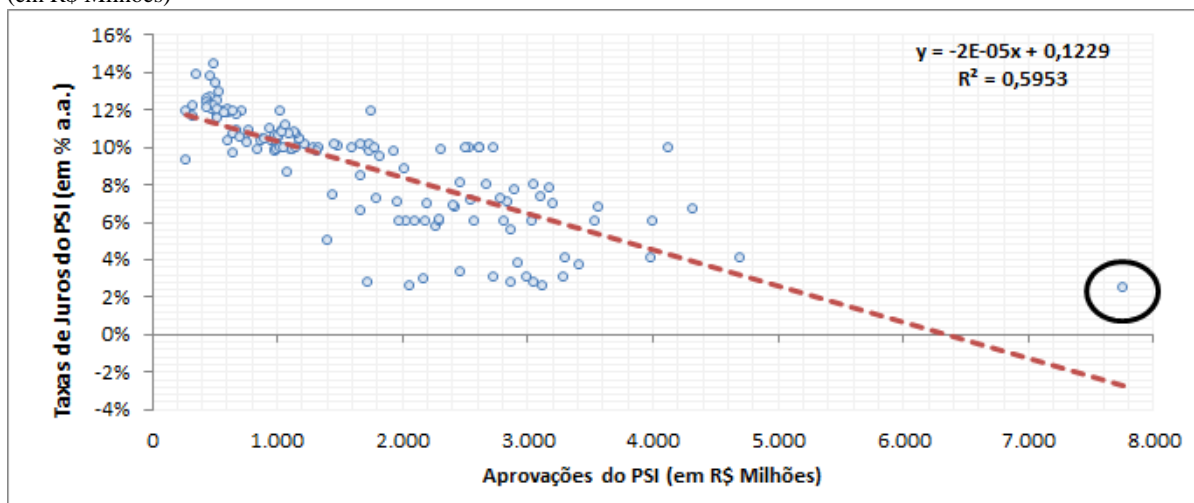
Feitos esses esclarecimentos, podemos analisar se, de fato, o BNDES contribuiu para a originação da crise dos caminhoneiros. Para isso, percorremos todo o mecanismo de transmissão que conectaria as condições vantajosas do PSI até o preço do frete. Isso implica o seguinte passo a passo.

Primeiro, precisamos mostrar se a queda de juros do PSI ampliou os desembolsos do BNDES para a aquisição de caminhões. Segundo, precisamos investigar se o aumento nos desembolsos do BNDES efetivamente elevou a produção de caminhões e a frota em operação no país. Por fim, é preciso analisar se a maior frota de caminhões reduziu o preço do frete no país.

O Gráfico 2 mostra a forte correlação negativa (-80%) existente entre as taxas de juros do PSI e as aprovações de empréstimos do BNDES (em logaritmo) destinadas ao financiamento de ônibus e caminhões. Em particular, destacamos no gráfico o último mês de vigência das taxas de juros a 2,5% a.a., que ocorreu em dezembro de 2012, e que geraram uma forte antecipação na demanda pelos recursos do programa. O primeiro passo na transmissão, portanto, teria algum embasamento empírico: **para juros menores houve um fluxo maior de aprovações/desembolsos.**

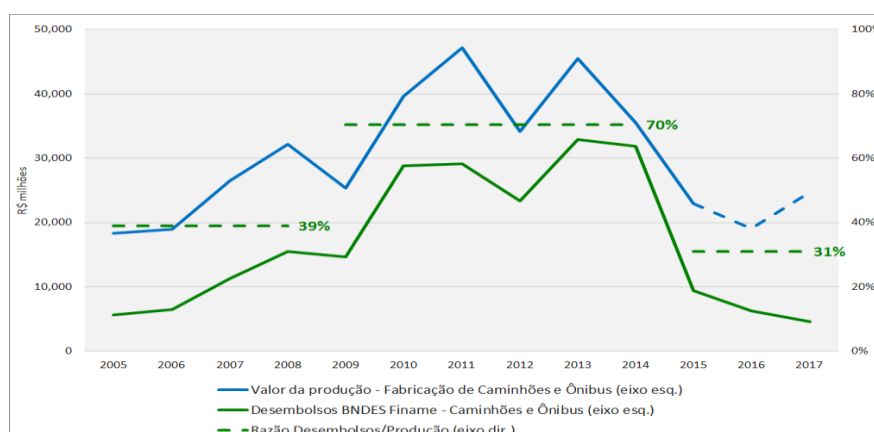
Gráfico 2 - Taxa de Juros PSI (em % a.a.) vs Aprovações do PSI para Caminhões e Ônibus

(em R\$ Milhões)



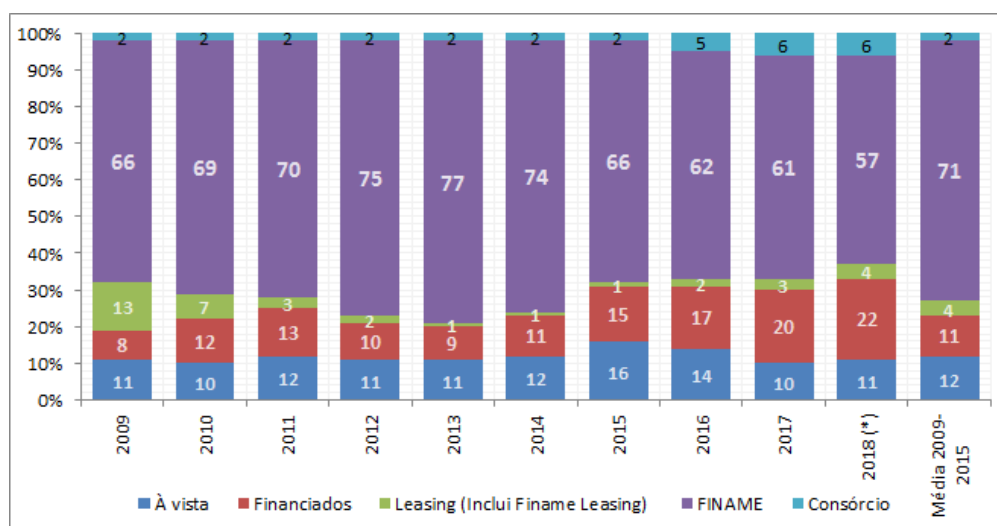
Fonte: BNDES.

O Gráfico 3, por sua vez, mostra a relação entre os desembolsos do BNDES Finame, o principal produto a operar o PSI [ver Barboza et al (2017)], e a produção de ônibus e caminhões no Brasil. Como se nota, há elevada correlação entre as séries (92%), demonstrando que **um maior apoio do BNDES está associado positivamente a uma produção mais alta**. Além disso, nota-se que a razão entre os desembolsos Finame e a produção foi mais elevada nos anos de vigência do PSI. Esse dado também corrobora o segundo mecanismo de propagação alegado pelos críticos do BNDES.

Gráfico 3 - Desembolsos Finame vs Produção de Caminhões e Ônibus

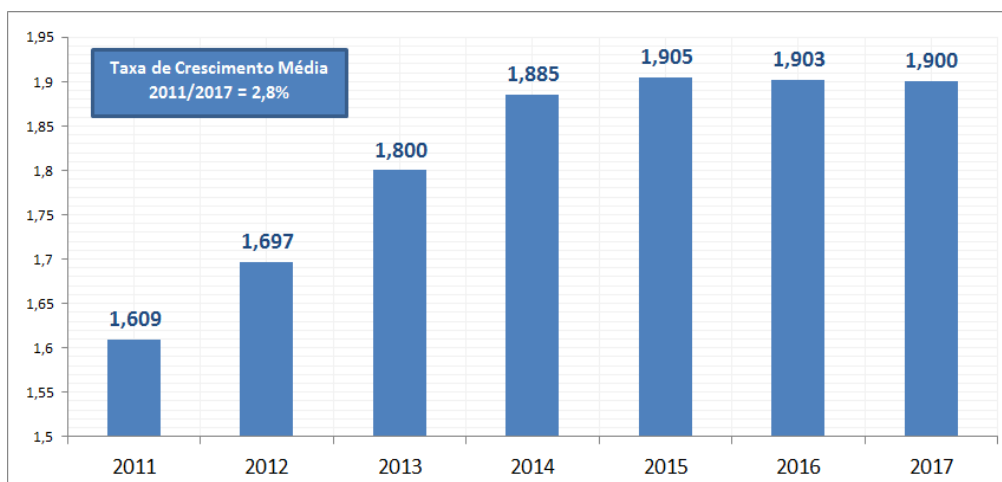
Fonte: BNDES

O Gráfico 4 atesta que o BNDES elevou sua importância no escoamento da produção de ônibus e caminhões durante o PSI. Entre 2009 e 2015, o BNDES respondeu por pouco mais de 70% dos fluxos de financiamento para vendas de caminhões e ônibus. Com o fim do PSI e, posteriormente, a introdução da TLP, a participação do BNDES se reduz de maneira sensível. Dados do 1T/2018 mostram participação de 58% do BNDES.

Gráfico 4 – Fontes de Financiamento das Vendas de Ônibus e Caminhões no Brasil (%)

Fonte: ANEF (*) dados até março de 2018

Diante disso, cabe indagar como evoluiu a frota de caminhões no período. O Gráfico 5 mostra a evolução da frota de caminhões no Brasil com dados da Anfavea. É possível notar que **no período entre 2011 e 2017, a taxa de expansão média da frota foi de apenas 2,8% a.a.**, sendo que houve praticamente estabilidade na frota a partir do ano de 2018.

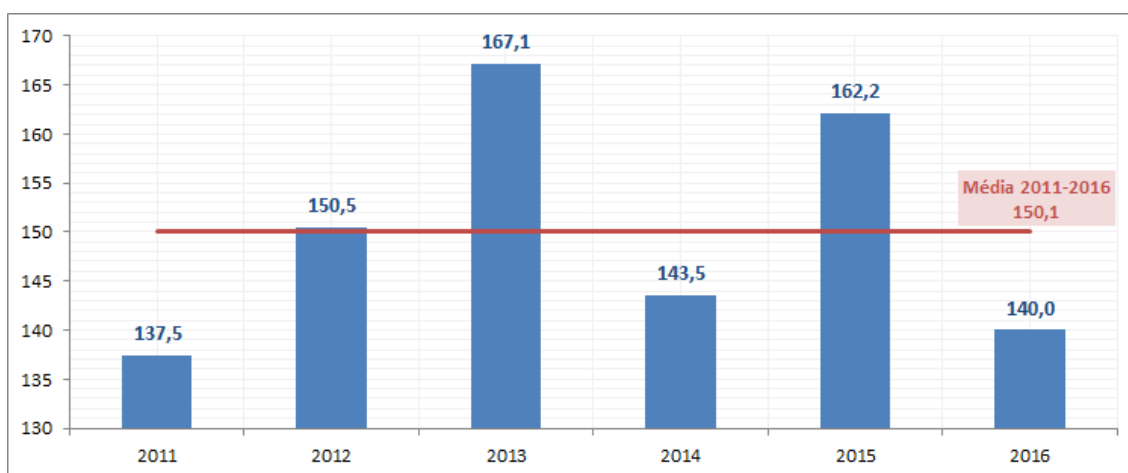
Gráfico 5 - Frota de Caminhões no Brasil (em milhões de unidades)

Fonte: Anfavea

O Gráfico 6 mostra a evolução do preço relativo do frete entre 2010 e 2016, disponibilizado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)¹. A utilização do preço relativo se deve a dois fatores. Primeiro, para limpar os preços nominais do frete da evolução dos demais custos do setor de transporte, dado pelo INCTF, que é um índice que combina custos salariais, administrativos, de seguros, manutenção, entre outros. Segundo, porque qualquer excesso de oferta deveria, a rigor, reduzir o preço relativo do produto. No entanto, nota-se que **o preço relativo do frete não teve o esperado movimento baixista**. Na verdade, o movimento foi errático com o passar dos anos, sendo que seu valor no período 2014/2016 é superior (e não inferior) ao preço vigente no período 2010/2011.

Gráfico 6 - Preço relativo do frete no Brasil

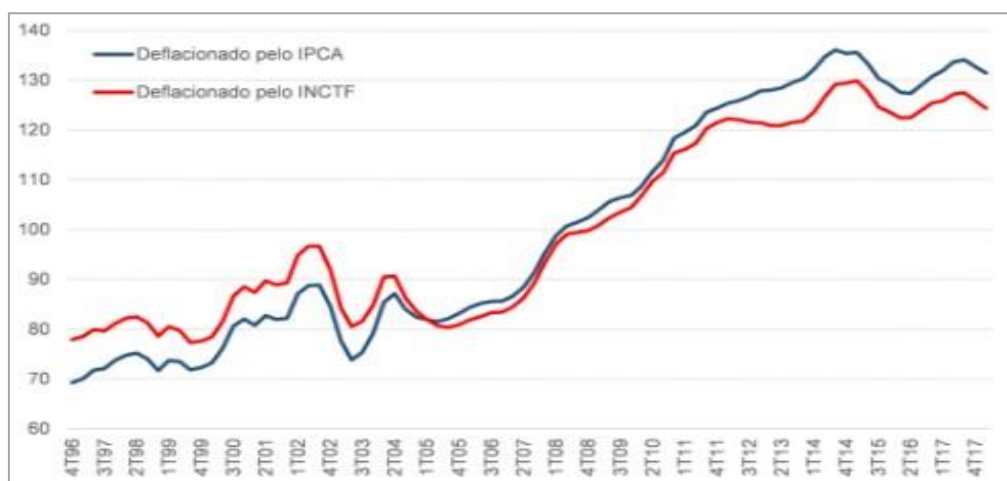
(em R\$ constante de 2016, deflacionado pelo INCTF para distâncias médias de 800 km(*))



Fonte: ANTT e NTC& Logística. (*) O índice INCTF – Índice Nacional de Custos de Transporte de Carga Fracionada - considera como *proxies* custos do setor, como salários, despesas administrativas e de terminais, seguros, manutenção, combustíveis e outros.

Outra forma de ver o movimento do preço do frete, tal como sugere Borges (2018), se dá pela análise do deflator do PIB de Transportes, Armazenagem e Correio, descontando o IPCA ou o INCTF para obter novamente o preço relativo. Também por esse procedimento, não se observa queda do “frete médio” do país após o PSI.

Gráfico 7 – Razão entre o Deflator do PIB de Transportes, Armazenagem e Correio e Índices de preços selecionados



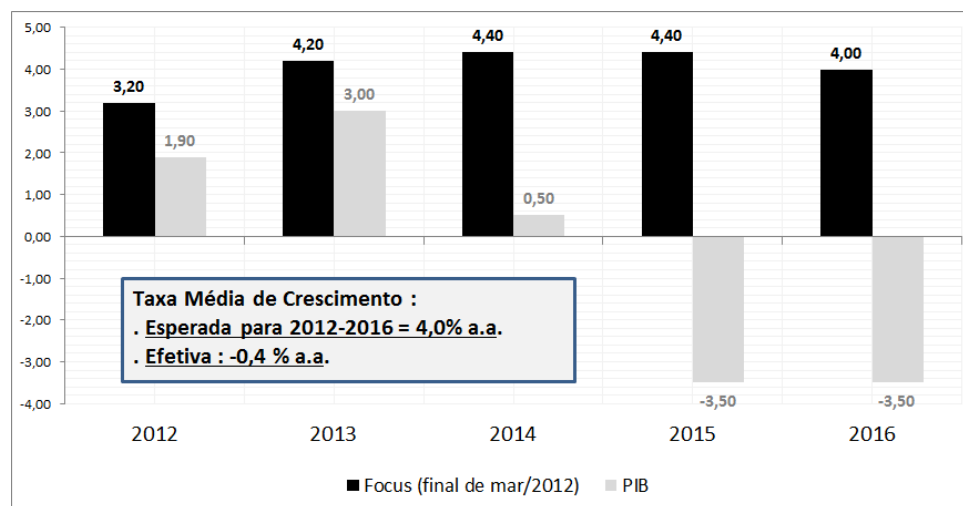
(Índice 1996-2017 = 100, Média móvel 4 trimestres)

Fonte: Borges (2018).

Por fim, é importante mencionar que houve forte frustração com o ritmo de expansão esperado para economia nos anos subsequentes e o efetivamente ocorrido.

Gráfico 8 – PIB esperado vs PIB efetivo

(var. % a.a.)



Fonte: IBGE e BCB

O Gráfico 8 mostra as taxas de crescimento esperada pela pesquisa Focus do BCB no final de março de 2012, a qual apontava para uma taxa de crescimento anual média de 4,0% a.a. entre 2012 e 2016, e o desempenho efetivamente ocorrido na economia. O crescimento abaixo do previsto entre 2012 e 2014, bem como a forte recessão do biênio 2015 e 2016, fizeram com que a taxa média de expansão da economia fosse negativa em quase 0,5% a.a..

Diante de tudo exposto, **não há evidência suficiente que ampare a existência de um significativo excesso de oferta de caminhões no Brasil**. Em primeiro lugar, no período 2011-2017, a frota nacional de caminhões teve um incremento bastante modesto, atingindo apenas 2,8% a.a.. E, em

segundo lugar, os preços dos fretes não tiveram queda significativa, mas sim oscilaram em torno de uma média. O desempenho frustrante da atividade, associado ao aumento dos custos de ocorridos recentemente, parecem hipóteses mais promissoras na explicação do fenômeno ocorrido nos últimos dias de maio.


REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOZA, R. et al. A Indústria, o PSI, o BNDES e algumas propostas . **Texto para Discussão**, n. 114, BNDES, abril, 2017. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/11534>

BORGES, B. Excesso de oferta vs falta de demanda: considerações sobre o transporte de cargas no Brasil. Blog do IBRE, junho. Disponível em: <http://blogdoibre.fgv.br/posts/excesso-de-oferta-vs-falta-de-demanda-consideracoes-sobre-o-transporte-de-cargas-no-brasil-3>

MACHADO, L.; ROITMAN. Os efeitos do BNDES PSI sobre o investimento corrente e futuro das firmas industriais. **Revista do BNDES**, n. 44, dezembro. 2015. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/6921>

ANEXO 3: DADOS CNT, 2019.



PESQUISA CNT
**PERFIL DOS
CAMINHONEIROS**
2019

Dados pessoais

PRINCIPAIS DADOS

- Idade média: 44,8 anos
- Renda mensal líquida média: R\$ 4.609,35
- Idade média do veículo: 15,2 anos

Atividade

- Tempo de profissão: 18,8 anos
- Profissão anterior: 67,8% possuíam uma profissão anterior à de caminhoneiro
- Situação financeira: 55,7% do total de caminhoneiros que possuíam profissão anterior afirmam que a situação financeira melhorou com a profissão caminhoneiro
- Pontos positivos: possibilidade de conhecer novas cidades/países (37,1%), possibilidade de conhecer pessoas (31,3%), profissão com horário flexível (27,5%)
- Pontos negativos: profissão perigosa/insegura (65,1%), profissão desgastante (31,4%), convívio familiar comprometido (28,9%)
- Ameaça ao futuro da profissão: baixo ganho (50,4%), baixa qualidade da infraestrutura (20,9%), ausência de qualificação profissional adequada (15,6%)
- 62,9% acreditam que houve diminuição de demanda em 2018

Rotina de trabalho

- Rodam em média 8.561,3 quilômetros por mês
- Trabalham em média 11,5 horas por dia
- Trabalham 5,7 dias por semana

Financiamento – Autônomos

- 47% adquiriram o veículo por meio de financiamento

Roubo de carga e veículo

- 7% do total de caminhoneiros informaram ter seu veículo roubado pelo menos uma vez nos últimos 2 anos
- 49,5% do total de caminhoneiros recusaram a viagem por conta do risco de roubo/assalto durante o trajeto

Entraves

- Assaltos e roubos: 64,6%
- Custo do combustível: 35,9%
- Valor do frete: 27,4%

Reivindicações

- Redução do preço do combustível: 51,3%
- Mais segurança nas rodovias: 38,3%
- Financiamento oficiais a juros mais baixos para a compra de veículos: 27,4%
- Aumento do valor do frete: 26,2%

Paralisação

- 65,3% participaram da paralisação em 2018
- 64,4% foram informados via whatsapp
- 74,7% conheciam a pauta
- 56% não ficaram satisfeitos com as conquistas

Saúde

- 42,6% procuram profissionais de saúde para prevenção
- 19,6% só procuram quando os sintomas da doença se agravam
- 13,2% não costumam procurar profissionais de saúde
- 85,3% do total de caminhoneiros não possuem plano odontológico

Internet

- 98% utilizam celular/smartphone com frequência para acessar a internet

Acidentes

- 13% do total de caminhoneiros entrevistados se envolveram em pelo menos um acidente nos últimos 2 anos

CARTA DE CONJUNTURA

NÚMERO 38 – 1º TRIMESTRE DE 2018



SEÇÃO XI

Visão Geral da Conjuntura

Sumário

O período que abrange o final de 2017 e os meses iniciais de 2018 caracterizou-se pela continuidade da recuperação do nível de atividade econômica, com destaque para o aumento da produção industrial e do consumo e a redução do desemprego. Apesar de alguma perda de ritmo nesse processo, com redução das taxas de crescimento na margem, os dados ainda apontam para um cenário positivo ao longo do ano. O Indicador Ipea de Hiato do Produto, que está em 4,4%, mostra que ainda há elevada capacidade ociosa na economia brasileira. Isso permite que a política monetária estimule o crescimento sem grandes riscos de pressão inflacionária devido a excesso de demanda. Aliás, a principal surpresa do primeiro bimestre de 2018 veio da taxa de inflação, a mais baixa em muitos anos, resultando em que as taxas anuais seguiram em queda – ao contrário do esperado pelo mercado, pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pela própria *Carta de Conjuntura*. A evolução benigna da inflação ratifica as expectativas de que a política monetária permaneça expansionista ao longo de todo o ano, constituindo um dos principais motores da recuperação. Entre as previsões para 2018, a de inflação foi uma das poucas que sofreram alterações mais significativas.

No setor externo, o resultado em conta corrente também segue surpreendendo ao exibir *deficit* relativamente baixos, resultado do desempenho ainda forte da balança comercial, enquanto o investimento estrangeiro no país segue em nível elevado. O cenário externo manteve-se favorável no que se refere ao crescimento e ao comércio internacional, embora com alguma desaceleração desde dezembro. Não obstante o breve episódio de aumento de volatilidade e ajuste de preços de ativos do início de fevereiro, que parece ter tido o efeito de reavivar um pouco a aversão ao risco, a liquidez internacional segue abundante e, apesar da expansão sincronizada, a inflação segue muito baixa em termos globais: mesmo onde a expansão já se encontra avançada, como nos EUA, a perspectiva continua sendo de normalização gradual da política monetária.

O período foi também marcado pela intensa discussão e posterior frustração pela não votação da reforma da Previdência. As implicações adversas desse fato para a sustentabilidade da dívida pública levaram ao rebaixamento da classificação de risco do país por mais uma agência internacional de avaliação de risco. Contudo, a reação do mercado financeiro ao episódio foi moderada, o que parece confirmar a tese de que os agentes privados continuam acreditando na implementação das necessárias medidas de ajuste estrutural neste ano ou no próximo. Os sinais positivos

José Ronaldo de Castro S.

Júnior Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Ipea

ronaldo.souza@ipea.gov.br

Paulo Mansur Levy

Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea

paulo.levy@ipea.gov.br

Marco Antônio F. de H. Cavalcanti

Diretor adjunto da Dimac do Ipea

marco.cavalcanti@ipea.gov.br

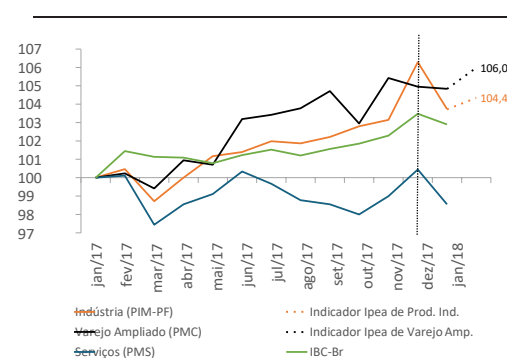
de curto prazo em relação ao desempenho fiscal também contribuíram para a contenção de uma possível volatilidade no mercado financeiro: o *deficit* primário em 2017 ficou bem abaixo da meta, refletindo uma combinação de aumento cíclico da arrecadação, receitas extraordinárias e contenção dos gastos discricionários. A arrecadação cresceu acima das previsões no primeiro bimestre de 2018, o que tende a garantir o desempenho de acordo com a meta do ano, embora o real desafio seja reduzir o *deficit* primário, como proporção do PIB, em relação ao realizado no ano passado, dado o crescimento esperado relativamente forte para o ano.

Nessas condições, nosso cenário macroeconômico permaneceu relativamente inalterado para 2018, com uma taxa de crescimento projetada para o PIB de 3% no ano, explicada pela expansão do consumo das famílias (3,4%) e do investimento (4,5%). O consumo do governo deve registrar crescimento nulo, enquanto que as exportações líquidas de bens e serviços devem contribuir negativamente para o resultado do PIB, com avanço das importações (7,5%) superior ao das exportações (6,2%). Pelo lado da oferta, o crescimento da indústria (3,6%) e dos serviços (2,9%) devem compensar a queda do PIB agropecuário (-2,2%). Para 2019, sob a hipótese de que o novo governo dê encaminhamento às medidas de ajuste fiscal requeridas, espera-se a consolidação do quadro de crescimento, com o PIB registrando novamente crescimento de 3%. Diferentemente de 2018, porém, projeta-se um cenário de crescimento mais difuso entre os componentes da demanda e da oferta.

1 Síntese da Conjuntura: análise dos dados recentes

Os indicadores da atividade econômica têm apresentado, em sua maioria, clara tendência de recuperação desde o primeiro trimestre de 2017. No início deste ano, porém, parece ter ocorrido certa acomodação após vários meses de taxas de crescimento relativamente fortes (Gráfico 1). A produção industrial cresceu forte em dezembro (3,1%), mas caiu também acentuadamente em janeiro: 2,4% na comparação dessazonalizada com o mês anterior. Apesar dessas oscilações na margem, a indústria geral cresceu 5,7% em relação a janeiro de 2017, com destaque para a indústria de transformação, que cresceu 6,7%. Para fevereiro, as estimativas do Indicador Ipea de Produção Industrial – como detalhado na seção de Atividade Econômica desta Carta de Conjuntura – sugerem avanço na margem, com alta de 0,6%. Na comparação interanual, a previsão também é de crescimento, com expansão de 4,4% sobre fevereiro de 2017. Essa projeção é consistente com a sondagem junto a gerentes de compras (PMI) do setor industrial em fevereiro, da qual resultou um índice de 53,2 pontos – retornando, após duas quedas, para nível próximo ao observado em novembro de 2017 (53,5 pontos), o

GRÁFICO 1
Indicadores selecionados de nível de atividade
(Índices jan/17 = 100)



Fonte: IBGE, Ipea e BCB.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac / Ipea.

mais elevado da atual recuperação.



Entre os grandes setores, classificados por categoria de uso, os bens de consumo durável (crescimento anual de 19,9% em janeiro) e bens de capital (18,2%) continuam liderando o aumento da produção industrial, enquanto os bens intermediários têm acelerado seu crescimento (variação anual de 4,3% em janeiro) e os bens de consumo semi e não durável têm crescido a taxas positivas (3,1% na comparação anual em janeiro), mas inferiores às taxas dos demais segmentos da indústria.

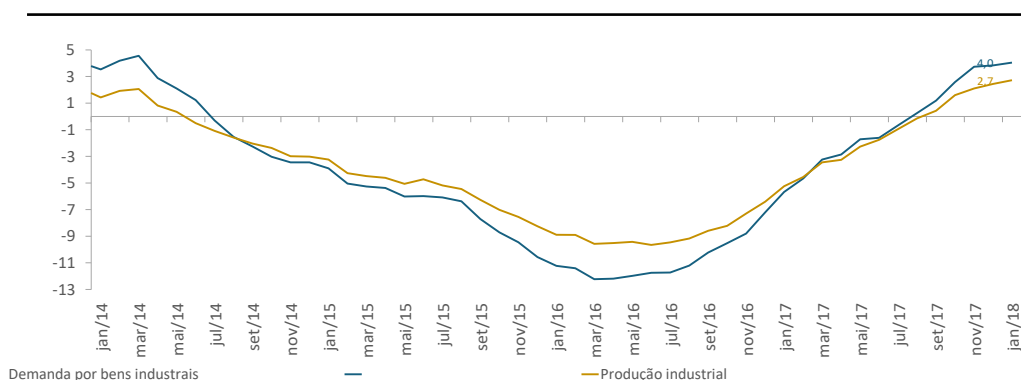
A despeito da recuperação da produção industrial ao longo de 2017 (o crescimento médio do ano foi de 2,6%), os níveis de produção da indústria geral e de transformação ainda encontram-se 15,8% e 17,8%, respectivamente, abaixo dos picos registrados em junho de 2013. Ou seja, ainda se pode contar com algum grau de ociosidade¹ no setor industrial para manter o crescimento antes de uma retomada mais significativa dos investimentos em ampliação de capacidade.

A demanda pelos bens do setor, mensurada pelo Indicador Ipea Mensal de Consumo Aparente de Bens Industriais, apresenta resultados melhores que a produção – embora também tenha mostrado uma queda em janeiro, na comparação com ajuste sazonal. Apesar dessa pequena acomodação na margem, o indicador de demanda atingiu um crescimento de 6,8% na comparação entre janeiro de 2018 e o mesmo mês do ano anterior. O gráfico 2 mostra a comparação entre as variações acumuladas em 12 meses da produção e demanda.

GRÁFICO 2

Demanda de Bens Industriais versus Produção Industrial

(Taxas de variação acumuladas em 12 meses, em %)



Fonte: Ipea e IBGE.

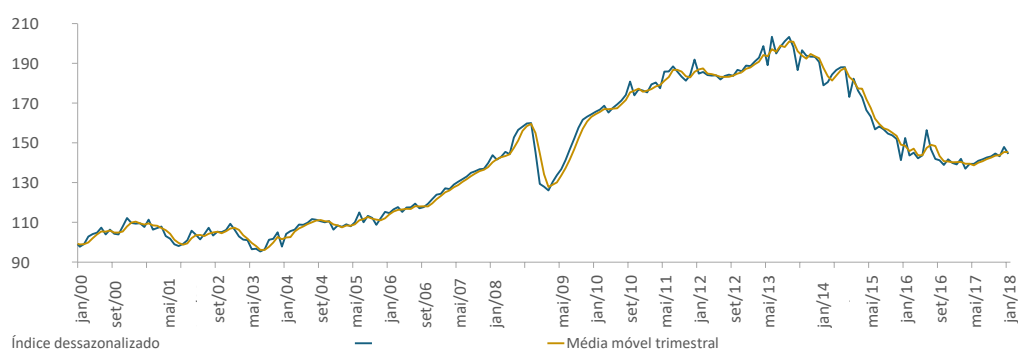
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac / Ipea.

O investimento voltou a apresentar crescimento na comparação anual no último trimestre do ano passado (+3,8%), após 14 trimestres consecutivos de queda. Na comparação dessazonalizada, o crescimento já vinha desde o segundo trimestre de 2017, tendo registrado variação positiva de 2% no quarto trimestre ante o trimestre anterior. O desempenho da formação bruta de capital fixo esteve concentrado na absorção de máquinas e equipamentos, e o crescimento só não foi maior devido

¹ Essa afirmativa reflete melhor os dados de sondagens do IBRE/FGV: por eles, o nível de utilização da capacidade instalada (NUCI) em janeiro era de 74,7%, para uma média de 80,4% de janeiro de 2001 a janeiro de 2018. No caso da CNI, que também realiza levantamento mensal semelhante, esses valores seriam 78,1% e 81,1%, respectivamente, onde a média refere-se ao mesmo período utilizado no caso do indicador do IBRE.

ao componente construção civil, que caiu 5,2% em 2017. No entanto, até mesmo a construção civil passou a apresentar crescimento na margem nos meses finais de 2017 (cresceu 2% em dezembro, ante novembro), refletindo, entre outros fatores, a retomada das vendas no segmento habitacional. Apesar dessa trajetória favorável, e a exemplo do observado para a indústria, os dados mensais, estimados pelo Indicador Ipea Mensal de Formação Bruta de Capital Fixo, mostram uma queda em janeiro de 2,4%, ante crescimento de 3,3% em dezembro.

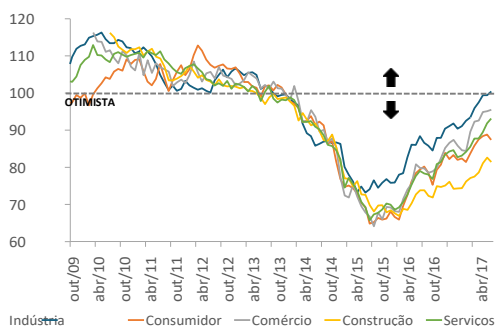
GRÁFICO 3
Indicador Ipea Mensal de FBCF
(Índice 1995 = 100)



Fonte e elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac / Ipea.

A recuperação da produção e do investimento refletiu, entre outros fatores, a melhora acentuada nos indicadores de confiança. Mesmo que no caso dos indicadores de confiança do setor da construção e dos consumidores tenha havido uma pequena redução em fevereiro, a tendência de aumento é clara. No caso da indústria, o indicador superou a barreira dos 100 pontos em fevereiro, pela primeira vez desde setembro de 2013, o que indica uma visão otimista com relação aos negócios.

GRÁFICO 4
Indicadores de confiança



Fonte: IBRE/FGV.
Elaboração: Grupo de Conjuntura/Dimac/Ipea.

No comércio, o indicador de confiança dos empresários tem seguido com pequena defasagem o da indústria. Essa melhora de confiança encontra respaldo nos dados recentes do IBGE, que mostraram crescimento relativamente forte do volume de vendas em janeiro no comércio restrito (+0,9% ante dezembro), e virtual estabilidade no comércio ampliado (-0,1%). Em dezembro, ambos haviam caído: -0,5% e -0,4%, respectivamente. Em janeiro, o comércio varejista crescia 3,9% ante janeiro de 2017, e o comércio ampliado, 6,5%.

O consumo tem sido o propulsor da retomada do crescimento em 2017, espe-

rando-se que continue a sê-lo neste ano. O consumo cresceu 1,0% em 2017, mas houve forte desaceleração no último trimestre do ano. Fatores temporários, como a liberação dos recursos de contas inativas do FGTS, impulsionaram o consumo no segundo e terceiro trimestres, quando ele cresceu 1,2% e 1,1%, respectivamente. A desaceleração no último trimestre do ano pode ser então considerada como uma acomodação diante dessas elevadas taxas de crescimento, além de ter refletido o esgotamento daqueles efeitos. No entanto, alguns fatores apontam para uma aceleração do crescimento do consumo: a inflação controlada; os juros em queda ao longo de todo ano passado e em níveis inéditos de baixa; a redução do endividamento das famílias com proporção da sua renda; e o comportamento favorável do mercado de trabalho – com o aumento da ocupação e a elevação do rendimento médio do trabalho.

O mercado de trabalho segue evoluindo positivamente. No trimestre móvel encerrado em janeiro, a ocupação aumentou 2,1% ante igual trimestre móvel de 2017; o rendimento médio cresceu 1,6%; e a massa salarial, 3,6%. A taxa de desemprego foi de 12,2% da População Economicamente Ativa (PEA), o que representa 0,4 ponto percentual a menos que um ano antes. Essa queda seria ainda maior não fosse o aumento – típico dos momentos de retomada – da taxa de participação, de 61,4% para 61,7% nesse período.

No mercado de crédito, o estoque das operações de crédito às famílias, em janeiro, foi 2,9% maior que um ano antes, em termos reais, e as novas concessões, na média diária do mesmo mês, 11,1% maiores. Quando excluídas as operações de crédito imobiliário, os empréstimos às famílias mostram crescimento de 3,1% ante um ano antes, em janeiro. Esse comportamento contrasta com o crédito às empresas, que em janeiro ainda foi 9,2% menor do que um ano antes, enquanto as novas concessões cresceram apenas 2,3%. Um dado importante para avaliar a capacidade de consumo vem do processo de redução do endividamento das famílias: depois de atingir um pico em abril de 2015, quando o endividamento correspondia a 46,4% da renda estimada para os 12 meses anteriores, esse indicador passou a declinar e alcançou 41,0% em dezembro. O serviço da dívida, que comprometia mais de 22% da renda em meados de 2016, agora equivale a 19,9% da renda.

A perspectiva de manutenção dos juros em nível muito baixo ao longo deste ano, derivada da inflação muito baixa e inferior à meta, é um elemento fundamental nesse cenário favorável à expansão do consumo. A média da amostra do sistema Focus de expectativas de mercado aponta para uma inflação de 3,6% em 2018 e de 4,2% em 2019. As expectativas de juros dos analistas indicam nova queda, para 6,5%, na reunião de março, enquanto as taxas de mercado já incorporam a possibilidade de novas reduções. O juro real para um ano, derivado do rendimento de títulos públicos indexados à inflação, atingiu 2,4% a.a. em março, valor inédito em uma situação de inflação sob controle.²

Estima-se, em particular, que a redução observada da taxa Selic possa continuar contribuindo para que a taxa de juros média nos empréstimos às famílias caia, per-

² O juro real no passado já esteve muito baixo em termos *ex-post*, até mesmo negativo, mas sempre em contextos de aceleração inesperada da inflação.

mitindo um alívio de até 1,2% do PIB no montante de juros pagos, ceteris paribus – e, portanto, propiciando significativo impulso às despesas de consumo.³



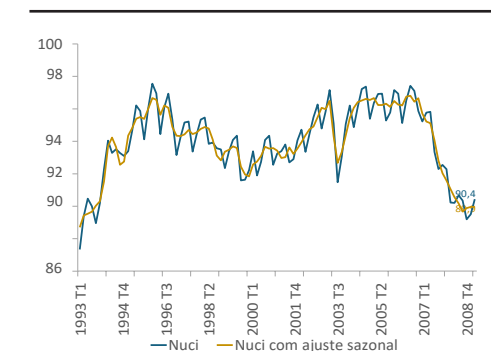
É importante destacar que a redução e manutenção dos juros básicos em níveis historicamente muito baixos não deve comprometer o cumprimento da meta de inflação, tendo em vista o ainda elevado grau de ociosidade da economia brasileira. Este grau de ociosidade se manifesta, de um lado, na taxa de desemprego ainda muito alta (ver Gráfico 5), apesar de cadente; e, de outro lado, no baixo nível de utilização da capacidade instalada da economia (ver Gráfico 6). O Indicador Ipea de Hiato do Produto resume esse quadro, indicando um PIB efetivo 4,4% abaixo do PIB potencial (Gráfico 7) – e, portanto, amplo espaço para a manutenção de uma política monetária expansionista.

GRÁFICO 5
Taxa de desemprego encadeada 1993–2017
(Em %)



Fonte: IBGE e Ipea.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac / Ipea.

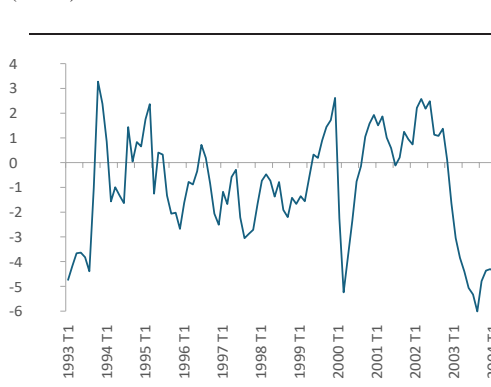
GRÁFICO 6
Indicador Ipea de Nível de Utilização da Capacidade Instalada (média da economia) – (1993–2017) (Em %)



Fonte e elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac / Ipea.

Os atuais níveis de utilização da capacidade produtiva da economia ajudam a entender a ocorrência de taxas mensais de inflação muito baixas, mas não são a única explicação. De fato, os preços dos alimentos ainda se beneficiam do ciclo de baixa dos preços de commodities agrícolas⁴ verificado ao longo de 2017, provendo importante contribuição para segurar a evolução da inflação. Para este ano, a recuperação dos preços das commodities poderia, em tese, determinar um avanço importante da inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPCA). Contudo, projeções baseadas em modelos econométricos de séries temporais indicam que esses efeitos não chegarão a comprometer o cumprimento

GRÁFICO 7
Indicador Ipea de Hiato do Produto (1993-2017)
(Em %)



Fonte e elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac / Ipea.

³ Cálculos feitos por Napoleão Luiz Costa da Silva, Técnico de Planejamento e Pesquisa da Dimac/Ipea, com base num exercício contábil levando em consideração a informação contida nas séries sobre o comprometimento de renda das famílias com o pagamento de juros e sobre o endividamento das famílias como proporção da renda anual, do BCB.

⁴ O preço médio anual, em reais, das commodities agrícolas em 2017 foi 9,7% menor que em 2016. Em fevereiro último registrou-se a primeira variação anual positiva em 20 meses (2,4%).

da meta; apesar de alguma aceleração inflacionária, especialmente na segunda metade do ano, o IPCA deverá aumentar apenas 3,6% em 2018 (veja uma análise completa sobre o assunto no Box, ao final desta seção).



O cenário positivo para inflação e juros reflete não apenas fatores domésticos, mas também externos. A economia mundial atravessa uma conjuntura favorável, em que se combinam crescimento relativamente forte e inflação baixa. O FMI reviu para cima, em janeiro, suas projeções de crescimento mundial em 2018 e 2019 para 3,9%, 0,2 ponto percentual a mais, nos dois casos, em relação às projeções de outubro do ano passado. O comércio internacional também parece ter revivido: em volume, cresceu 4,7% em 2017, ante 2,6% ao ano na média de 2015 e 2016. A previsão é de que o crescimento se mantenha forte nos próximos anos. Entretanto, a recente decisão dos EUA de impor sobretaxas às importações de aço e alumínio representa uma ameaça à continuidade da retomada do dinamismo do comércio internacional, na medida em que pode suscitar reações dos países atingidos, desencadeando uma guerra comercial que pode afetar significativamente os fluxos de comércio.

Os preços de commodities têm se mantido elevados e, no caso daquelas ligadas a energia e metálicas, em crescimento. Isso tem transparecido no comportamento da balança comercial, que registrou *superavit* comercial de US\$ 7,7 bilhões no primeiro bimestre – aumento de US\$ 400 milhões em relação a igual período de 2017. As importações ganharam ímpeto neste início de ano e cresceram 15,1% na comparação com o primeiro bimestre de 2017, enquanto as exportações aumentaram 12,9%. No caso das exportações, o desempenho está basicamente associado ao aumento das quantidades vendidas (11,3% no primeiro bimestre ante igual período de 2017), enquanto no caso das importações o crescimento se decompõe entre aumento de 5,9% nos preços e 8,7% nas quantidades.

Apesar de um aumento de cerca de 60% no preço do petróleo no mercado internacional a partir de julho do ano passado, a inflação no mundo tem se mantido comportada: o aumento da inflação dos índices de preços ao consumidor cheios tem sido moderado, em parte pelo comportamento favorável do preço dos alimentos. Os dois efeitos se cancelam, e a inflação medida pelo núcleo nos diferentes países mantém-se relativamente baixa: 1,9% nos EUA e 1,0% na Área do Euro. Por isso, apesar do surto de instabilidade observado no início de fevereiro, a perspectiva é de que a normalização da política monetária nos países avançados ocorra de forma gradual. Ainda assim, é possível que ocorram ajustes de mercado para incorporar uma elevação de juros um pouco mais forte nos EUA do que aquela embutida nas expectativas atuais.

Nesse contexto, os fluxos de capital para países emergentes mantêm-se elevados, favorecendo a estabilidade cambial e a elevação do preço dos ativos domésticos, notadamente das ações, o que constitui fator positivo para o investimento. Adicionalmente, os investimentos estrangeiros diretos no Brasil têm sido significativos: em 2017, atingiram US\$ 70,3 bilhões, e a projeção do Banco Central para este ano

é de ingressos de US\$ 80 bilhões.



Em resumo, apesar de alguma desaceleração do crescimento no último trimestre de 2017 e em janeiro deste ano, segundo os indicadores disponíveis, o quadro geral da conjuntura segue favorável. Obviamente, a incerteza eleitoral pesa sobre a economia, em especial para as decisões de investimento que permitiriam acelerar o crescimento. Por detrás dessa incerteza está a continuidade ou não da agenda das reformas que permitirão recolocar as finanças públicas numa trajetória sustentável e aumentar a eficiência e a produtividade na economia.

2 Projeções Macroeconômicas 2018/2019

As perspectivas da economia brasileira continuam positivas, embora sujeitas a incertezas. A reação moderada do mercado financeiro à interrupção, no Congresso Nacional, do processo de votação da reforma da Previdência parece corroborar a hipótese de que os agentes privados acreditam: (i) que as medidas necessárias de ajuste fiscal estrutural serão implementadas, no curto ou no médio prazo; e (ii) que o ambiente externo continuará provendo liquidez suficiente durante o período de transição, enquanto tais medidas de ajuste não forem adotadas. Sob tais hipóteses, e supondo que o período eleitoral não trará volatilidade excessiva ou instabilidade, a atividade deverá continuar em sua trajetória de recuperação gradual ao longo do ano.

Para o primeiro trimestre de 2018, espera-se crescimento do PIB de 1,9%, em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, e de 1% na margem, em termos dessazonalizados. Esse crescimento é explicado, pela ótica da oferta, pelo avanço da indústria (2,6% em relação ao primeiro trimestre de 2017 e 1,8% na margem, com ajuste sazonal) e dos serviços (2,4% na comparação interanual e 0,8% na comparação com o trimestre anterior, em termos dessazonalizados). Para a agropecuária, estima-se queda nas duas bases de comparação (-7,1% e -2,6%, respectivamente), em função da menor safra esperada para diversos produtos agrícolas no ano. Pela ótica da despesa, o consumo das famílias deve crescer 3,4% em relação ao mesmo período do ano anterior, e o investimento agregado deve apresentar crescimento de 4,3% na mesma base de comparação; ao passo que o consumo do governo (queda de 0,4%) e as exportações líquidas devem prover contribuição negativa para o crescimento, com as exportações aumentando menos do que as importações (6,5% contra 7,9%). Em termos dessazonalizados, o consumo das famílias se destaca positivamente, com aumento de 1%, ao passo que o investimento e as exportações líquidas apresentam alguma acomodação.

Para os trimestres seguintes, projeta-se novo impulso ao investimento, bem como a continuidade do crescimento do consumo privado, fazendo com que essas variáveis fechem o ano com taxas de crescimento acumulado de 4,5% e 3,4%, respectivamente. Face à consolidação do quadro de recuperação, as importações devem crescer fortemente no ano, superando o aumento das exportações. Juntando-se essa contribuição negativa das exportações líquidas à contribuição nula esperada

do consumo público, o PIB deverá atingir crescimento de 3% em 2018. Pelo lado da oferta, o crescimento da indústria (3,6%) e dos serviços (2,9%) devem compensar a queda do PIB agropecuário (-2,2%).



Para 2019, a premissa básica é que o novo governo dará encaminhamento às medidas de ajuste fiscal requeridas para garantir a sustentabilidade das contas públicas. Sob essa hipótese, espera-se a consolidação do quadro de crescimento, com o PIB registrando novamente crescimento de 3%. Diferentemente de 2018, porém, projeta-se um cenário de crescimento mais difuso entre os componentes da demanda e da oferta.

TABELA 1
Projeções: taxa de crescimento do PIB e de seus componentes
(Em %)

	Observado			Previsto			
	2015	2016	2017	2018-T1		2018	2019
				Tri ano ant.	No tri, dessaz.(*)		
PIB (var.% sobre período anterior)	-3,5	-3,5	1,0	1,9	1,0	3,0	3,0
PIB - Indústria (var.% sobre período anterior)	-5,8	-4,0	0,0	2,6	1,8	3,6	3,1
PIB - Serviços (var.% sobre período anterior)	-2,7	-2,6	0,3	2,4	0,8	2,9	3,0
PIB - Agropecuária (var.% sobre período anterior)	3,3	-4,3	13,0	-7,1	-2,6	-2,2	3,5
Consumo - Famílias (var.% sobre período anterior)	-3,2	-4,3	1,0	3,4	1,0	3,4	2,8
Consumo - Governo (var.% sobre período anterior)	-1,4	-0,1	-0,6	-0,4	-0,2	0,0	0,5
FBCF (var.% sobre período anterior)	-13,9	-10,3	-1,8	4,3	0,1	4,5	6,0
Export. (var.% sobre período anterior)	6,8	1,9	5,2	6,5	3,5	6,2	5,8
Import. (var.% sobre período anterior)	-14,2	-10,2	5,0	7,9	2,4	7,5	5,5

Fonte: IBGE e Ipea.

Elaboração: Grupo de Conjuntura/Dimac/Ipea.

TABELA 2
Projeções: variações macroeconômicas selecionadas
(Em %)

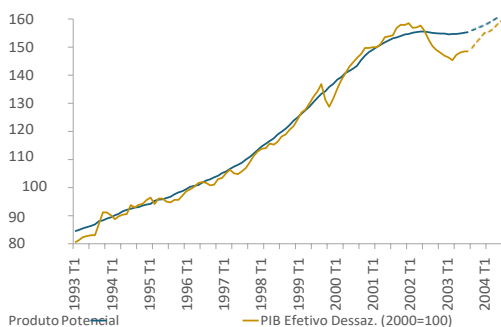
	Observado		Previsto	
	2016	2017	2018	2019
Inflação - IPCA (% no período)	6,29	2,95	3,60	4,25
Taxa de juros SELIC (% a.a. no final do período)	13,75	7,00	6,25	7,00
Taxa de câmbio R\$/US\$ (no final do período)	3,26	3,29	3,40	3,45

Fonte: IBGE e Ipea.

Elaboração: Grupo de Conjuntura/Dimac/Ipea.

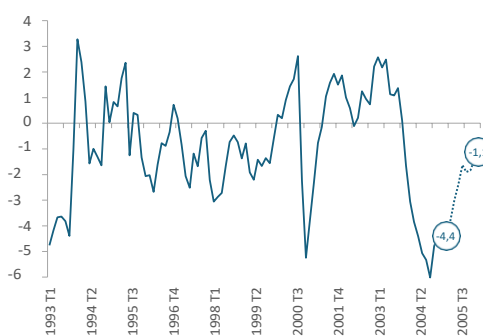
As previsões de produto potencial feitas com base no cenário para 2018 e 2019 mostram que, mesmo com a aceleração do crescimento, o PIB ainda chegaria ao final de 2018 abaixo de seu potencial, o que corrobora o cenário de inflação abaixo da meta do ano, e terminaria 2019 com um hiato aproximando-se de zero. É importante ressaltar, no entanto, que essas previsões de hiato apresentam um grau elevado de incerteza, pois pode acumular erros de previsão de duas variáveis (PIB e Produto Potencial).

GRÁFICO 8
Produto Potencial versus PIB Efetivo (1993 – 2017) e
previsão até 2019
 Índice (PIB 2000=100)



Fonte e elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac / Ipea.

GRÁFICO 9
Indicador Ipea de Hiato do Produto (1993-2017) e
previsão até 2019
 (Em %)



Fonte e elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac / Ipea.

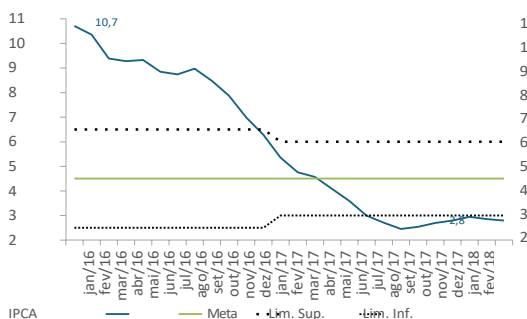


Box: Panorama da Inflação

(Elaborado por Maria Andreia P. Lameiras, Vinicius S. Cerqueira, Julio Cesar de M. Barros, Renata S. M. Franco e Victor H.F. Mamede)

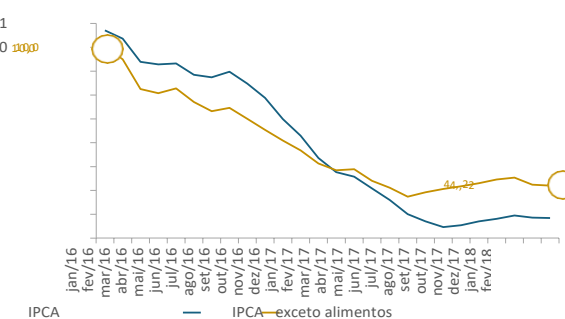
Após iniciar o ano de 2016 com uma taxa de variação acumulada em 12 meses de 10,7%, a inflação brasileira, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apresentou uma trajetória de forte desaceleração, de tal modo que em fevereiro, a alta registrada foi de apenas 2,9% (Gráfico 1). Em que pese a expressiva ajuda vinda da deflação dos alimentos, a desagregação do IPCA mostra que o processo de desinflação se deu de modo generalizado, tendo em vista que, mesmo com a exclusão dos alimentos do cálculo, o IPCA acumulado em 12 meses recuou de 10% para 4,2% entre janeiro de 2016 e fevereiro de 2018 (Gráfico 2).

GRÁFICO 1
IPCA – Índice Total
 (Variação acumulada em doze meses, em %)



Fonte: IBGE.
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac / Ipea.

GRÁFICO 2
IPCA - Total e Exclusive alimentos
 (Variação acumulada em doze meses, em %)

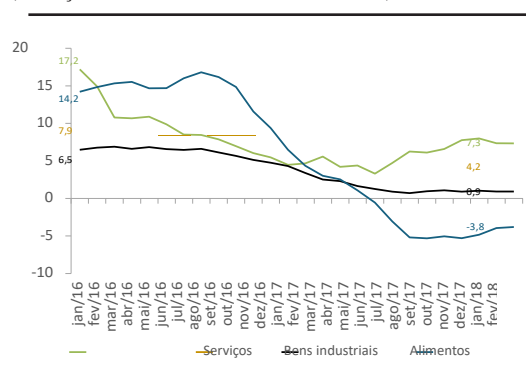


Fonte: IBGE.
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac / Ipea.

Pelo lado dos alimentos, observa-se que, de fato, o ano de 2017 foi marcado por uma combinação de fatores positivos, como aumento de produtividade, expansão

de área plantada e ausência de fenômenos climáticos, que contribuíram para que a safra produzida no país, de 240,6 milhões de toneladas de grãos, fosse recorde. Adicionalmente, o aumento da produção de carnes, aves, ovos e leites aliado a boa colheita de frutas, verduras e legumes vêm garantindo uma deflação de alimentos no domicílio de 3,8% em 12 meses (Gráfico 3).

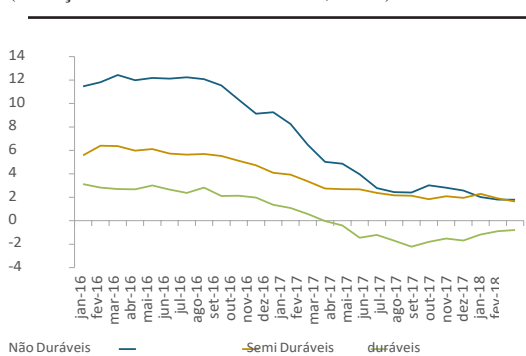
GRÁFICO 3
IPCA - Categorias
(Variação acumulada em doze meses, em %)



Fonte: IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac / Ipea.

Assim como os alimentos, o comportamento dos demais bens livres da economia também registra quedas sistemáticas ao longo dos últimos meses. Na abertura por categorias, observa-se que a desaceleração da inflação dos bens não duráveis e semiduráveis continua em curso, com taxas de variação acumulada em 12 meses inferiores a 2,0% (Gráfico 4). Já a dinâmica dos bens de consumo duráveis mostra que, embora já se verifique desde o último trimestre de 2017 uma aceleração na sua curva de variação em 12 meses, esta ainda se encontra em patamar negativo, com deflação próxima a 1,0%.

GRÁFICO 4
IPCA - Bens de Consumo industriais
(Variação acumulada em doze meses, em %)



Fonte: IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac / Ipea.

Ainda em relação aos preços livres, é fato que os serviços também estão contribuindo favoravelmente para o alívio inflacionário. Em uma perspectiva mais ampla, observa-se que de outubro de 2010 a novembro de 2016, a inflação de serviços em 12 meses esteve sempre girando entre 7% e 9%. A partir de dezembro de 2016, entretanto, a variação dos preços dos serviços vem desacelerando consistentemente. Em fevereiro último, a alta registrada foi de 4,2%, atingindo o melhor resultado desde julho de 2001. Na desagregação dos serviços totais por segmentos (Tabela 1), os dados revelam que, de maneira geral, há um movimento contínuo de desaceleração inflacionária, com destaque para os serviços de educação, que recuaram 1,3 p.p. entre janeiro e fevereiro, repercutindo o menor reajuste das mensalidades escolares em 2018 quando comparado ao observado no ano passado.

Por fim, ao contrário dos preços livres, o segmento dos preços administrados vem sendo o principal fator de contribuição positiva para a inflação nos últimos meses. Em fevereiro, a inflação acumulada em 12 meses desse grupo aponta alta de 7,3%, refletindo os aumentos em itens importantes como energia elétrica, gás de cozinha e gasolina (Gráfico 5). No caso da energia elétrica, entretanto, já há uma mudança de trajetória na margem, tendo em vista que o aumento do nível dos reservatórios



vem proporcionando a adoção da bandeira verde nas tarifas de energia. Em relação à gasolina e ao gás, os aumentos refletem a aceleração dos preços do petróleo e seus derivados no mercado internacional.

TABELA 3

IPCA – Serviços Livres desagregados

(Taxa de variação em 12 meses, em%)

	Total	Serviços de Alimentação	Serviços Residenciais	Serviços de Transportes	Serviços Médicos	Serviços pessoais e de recreação	Serviços de Educação	Serviços de Comunicação
jan-17	6,1	6,8	6,1	1,8	5,9	6,9	8,7	2,9
fev/17	6,0	6,2	6,0	3,0	5,9	6,6	7,8	3,1
mar/17	6,1	6,1	5,9	3,5	6,1	6,4	8,3	4,5
abr/17	6,0	5,4	5,9	5,3	6,1	6,2	8,3	4,0
mai/17	5,6	4,9	5,8	3,8	5,8	5,9	8,3	4,3
jun/17	5,7	4,5	5,7	6,7	5,5	6,1	8,3	4,5
jul/17	5,4	4,1	5,5	5,4	5,6	5,8	8,3	4,5
ago/17	4,8	4,3	4,8	3,3	5,2	4,9	7,5	3,6
set/17	5,0	4,1	4,3	6,6	5,4	5,0	7,6	4,3
out/17	4,9	3,5	4,2	6,8	5,2	5,1	7,6	5,0
nov/17	4,6	3,4	3,7	4,8	4,8	5,0	7,6	5,1
dez/17	4,5	3,8	3,5	3,4	4,7	5,0	7,6	5,0
jan/18	4,3	3,2	3,7	4,0	4,7	4,7	7,6	4,2
fev/18	4,2	3,2	3,6	5,4	4,6	4,5	6,3	3,4

Fonte: IBGE e Ipea.

Elaboração: Grupo de Conjuntura/Dimac/Ipea.

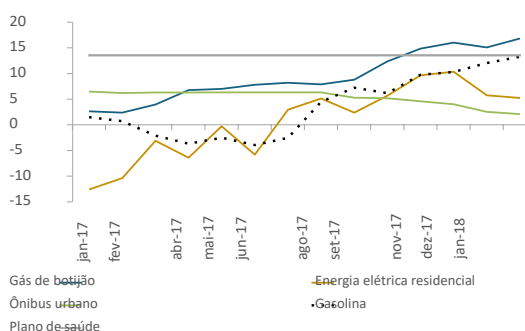
Para projetar a inflação em 2018, foram desenvolvidos vários modelos de séries temporais aplicados a cinco subíndices do IPCA: (i) bens livres – alimentos; (ii) bens livres – exceto alimentos; (iii) serviços livres – educação; (iv) serviços livres – saúde; (v) serviços livres – outros. Para cada subíndice, foram testadas múltiplas metodologias, sendo os modelos finais escolhidos com base em análise de capacidade preditiva. Foram consideradas as seguintes metodologias: (a) modelo autorregressivo vetorial clássico (VAR); (b) modelo autorregressivo vetorial com parâmetros variando no tempo (TVP-VAR-SV); (c) modelos autorregressivos com defasagens distribuídas (ADL); (d) modelos dinâmicos lineares com *dynamic model averaging*. Além dos próprios índices de inflação, os diversos modelos incluíram, como variáveis exógenas ou endógenas (no caso dos modelos do tipo VAR), uma ou mais das seguintes variáveis:

- i) Hiato do produto;
- ii) Crescimento da taxa de câmbio;
- iii) Inflação de preços monitorados;
- iv) Taxa de variação do PIB agrícola calculado do Ipea
- v) Índice climático divulgado pelo National Oceanic and Atmospheric Admi-

GRÁFICO 5

IPCA - Inflação de preços administrados

(Taxa de variação em 12 meses (%))



Fonte: IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac / Ipea.

nistration, que aponta o diferencial de temperatura das águas do oceano Pacífico em relação a um valor base, indicando a ocorrência do fenômeno El Niño (aquecimento do oceano, com valores maiores ou iguais a 0,5) e La Niña (esfriamento do oceano, com valores menores ou iguais a -0,5);

- vi) Taxa de variação da produção industrial;
- vii) Componente principal de indicadores de comércio ao varejo;
- viii) Taxa de variação do IGP-M;
- ix) Hiato do produto de Serviços (obtido pelo filtro HP).

A amostra utilizada nas estimações finais compreendeu o período de janeiro de 2000 a fevereiro de 2018, em bases mensais. A partir dos modelos selecionados, cada subíndice foi projetado até dezembro de 2018, chegando-se aos resultados da tabela 4, a seguir. Para o cálculo do IPCA cheio utilizou-se, no caso dos bens e serviços com preços monitorados, a previsão para o ano disponível no Boletim Focus/BCB de 16/03/2018.

TABELA 4
Previsão da taxa de inflação em 2018
(Em %)

Índice	Peso no IPCA (%)	Previsão da taxa de variação acumulada em 2018 (%)
IPCA – total	100,00	3,60
IPCA – bens livres – alimentos	15,80	3,63
IPCA – bens livres – exceto alimentos	24,62	2,36
IPCA – serviços livres – educação	3,98	6,27
IPCA – serviços livres – saúde	1,69	5,93
IPCA – serviços livres – outros	28,66	2,95
IPCA – bens e serviços monitorados	25,25	4,93

Fonte: IBGE e Ipea.
Elaboração: Grupo de Conjuntura/Dimac/Ipea.

Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac)

José Ronaldo de Castro Souza Júnior – Diretor

Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti – Diretor Adjunto



Grupo de Conjuntura

Equipe Técnica:

Christian Vonbun

Estêvão Kopschitz Xavier Bastos

Leonardo Mello de Carvalho

Marco Aurélio Alves de Mendonça

Marcelo Nonnenberg

Maria Andréia Parente Lameiras

Mônica Mora Y Araujo de Couto e Silva Pessoa

Paulo Mansur Levy

Vinicius dos Santos Cerqueira

Sandro Sacchet de Carvalho

Equipe de Assistentes:

Augusto Lopes dos Santos Borges

Felipe dos Santos Martins

Felipe Simplicio Ferreira

Julio Cesar de Mello Barros

Leonardo Simão Lago Alvite

Renata Santos de Mello Franco

Victor Henrique Farias Mamede

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SEÇÃO XII

Visão Geral de Conjuntura

Sumário

A economia brasileira exibiu forte volatilidade ao longo do segundo trimestre. Esse aumento da instabilidade refletiu uma mudança do cenário externo e uma piora das condições internas do país. Os impactos diretos dessas mudanças são o aumento da incerteza e a piora das previsões macroeconômicas, que foram revisadas nesta seção. [Na Síntese da Conjuntura de maio – Crescimento desacelera no início do ano, mas retomada continua](#) – desta Carta de Conjuntura, divulgada antes da greve dos caminhoneiros, já se registrava que os dados abaixo do esperado no primeiro trimestre deveriam ensejar uma revisão das previsões do Grupo de Conjuntura do Ipea. Porém, as surpresas negativas observadas desde então, que podem ser classificadas como variações exógenas, fizeram com que essas revisões fossem mais intensas do que se esperava inicialmente. Com isso, a previsão para o crescimento do produto interno bruto (PIB) deste ano foi reduzida de 3% ([Visão Geral da Carta de Conjuntura no 38](#), divulgada em março de 2018) para 1,7%.

Em relação ao cenário externo, dois fatores com origem nos Estados Unidos parecem ter influenciado mais fortemente a economia brasileira: a perspectiva de uma elevação mais rápida dos juros e o recrudescimento das medidas protecionistas contra importações naquele país. O principal impacto interno dessa mudança no cenário internacional tem sido a pressão sobre a taxa de câmbio, que já desvalorizou 20% contra o dólar desde o final de janeiro. Essa desvalorização é o dobro da variação média de 10% da taxa de câmbio de países emergentes, indicando que fatores específicos à economia brasileira estariam amplificando os efeitos do choque externo. A análise do comportamento da percepção de risco dos diferentes países emergentes aponta para o mesmo fenômeno: da comparação dos prêmios do *credit default swap* (CDS) – operação no mercado financeiro internacional realizada por quem busca proteção contra o risco de calote de dívidas soberanas – constata-se que, embora tenha havido aumento para todos os países, o risco específico ao Brasil (*risco idiossincrático*) aumentou significativamente mais que o de outros países emergentes nos últimos meses, como mostra o Indicador Ipea de Risco Brasil.

No cenário interno, a instabilidade tem estado relacionada fundamentalmente, já há algum tempo, à indefinição de como será enfrentado o problema fiscal. Este quadro foi agravado, nos últimos dois meses, pela greve dos caminhoneiros, que representou um choque de oferta negativo sobre a economia, causou significativa perda de produto e aumento de preços, e teve impactos diretos e indiretos sobre as contas públicas. Há dúvida quanto ao grau de persistência dos efeitos desse choque, mas parece provável que os mesmos não se restrinjam ao segundo trimestre. Além dos efeitos diretos sobre a produção e os preços, a greve pode ter piorado a

José Ronaldo de Castro S.

Júnior Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Ipea

ronaldo.souza@ipea.gov.br

Paulo Mansur Levy

Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea

paulo.levy@ipea.gov.br

Marco Antônio F. de H. Cavalcanti

Diretor adjunto da Dimac do Ipea

marco.cavalcanti@ipea.gov.br

percepção de risco dos agentes em relação ao ambiente econômico e político – já naturalmente elevada em face das incertezas do quadro eleitoral –, tornando-os ainda mais cautelosos em suas decisões de consumo e investimento. Todos estes fatores vêm tornando mais desafiadora a tarefa da política monetária de buscar a recuperação cíclica da economia, ao mesmo tempo em que mantêm a taxa de inflação e as expectativas inflacionárias sob controle.

1 Síntese da Conjuntura: análise dos dados recentes

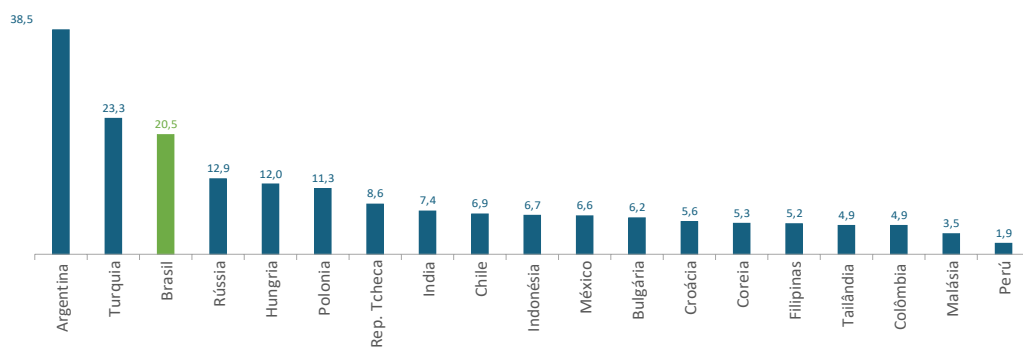
A perspectiva de um aperto maior da política monetária dos Estados Unidos cresceu em abril com a divulgação de dados relativos à atividade econômica e ao mercado de trabalho, mostrando crescimento mais robusto que o percebido até então. Em particular, a redução da taxa de desemprego para 3,8% – a mais baixa taxa desde 2000 – e a aceleração da inflação, inclusive do seu núcleo – indicando que não se trata apenas do aumento do preço do petróleo e seu repasse para os combustíveis – levaram à expectativa de que os juros vão subir mais que o esperado. Em sua reunião de junho, o Federal Reserve (Fed) corroborou essa expectativa aumentando a taxa básica (Fed Funds) e sinalizando com mais duas altas este ano, o que levaria o juro básico no final do ano para o intervalo 2,25%-2,5% ao ano (a.a.). Vale notar, porém, que os juros longos têm aumentado bem menos, sinalizando que o escopo para elevação da Fed Funds é limitado. Como decorrência desse processo de normalização da política monetária nos Estados Unidos, o dólar passou a se valorizar em relação às demais moedas, acumulando alta de 6,5% desde o final de janeiro.

A questão do recrudescimento da política comercial protecionista dos Estados Unidos atingiu diretamente o Brasil pelo aumento de tarifas sobre as exportações brasileiras de aço e alumínio, mas seu impacto tende a ser pequeno e restrito aos setores afetados. No entanto, os aumentos de tarifas de importações de parceiros do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (North American Free Trade Agreement – NAFTA) – Canadá e México –, da União Europeia e, principalmente, da China, constituem um sério risco de se avançar em direção a uma guerra comercial que poderia reduzir significativamente o crescimento global. Este se mantém relativamente robusto, mesmo com a desaceleração observada na Área do Euro e do Japão no primeiro trimestre. A expectativa é de que continue forte neste ano e no próximo, em torno de 4% a.a., segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), com o comércio internacional, em volume, crescendo em torno de 5% a.a. Um cenário de guerra comercial reverteria dramaticamente essa trajetória, além de introduzir riscos financeiros hoje considerados pouco prováveis.

O principal impacto interno dessa mudança no cenário internacional tem sido a pressão sobre a taxa de câmbio, que já desvalorizou 20% contra o dólar desde o final de janeiro. Essa desvalorização é o dobro da variação média de 10% da taxa de câmbio de países emergentes, indicando que fatores específicos à economia brasileira estariam amplificando os efeitos do choque externo (gráfico 1). A análise do comportamento da percepção de risco dos diferentes países emergentes aponta para o mesmo fenômeno: da comparação o prêmio do *credit default swap*

(CDS) – operação no mercado financeiro internacional realizada por quem busca proteção contra o risco de calote de dívidas soberanas – constata-se que, embora tenha havido aumento para todos os países, o risco específico ao Brasil (risco idiossincrático), medido pelo Indicador Ipea de Risco Brasil (gráfico 2), aumentou significativamente mais que o de outros países emergentes nos últimos meses.

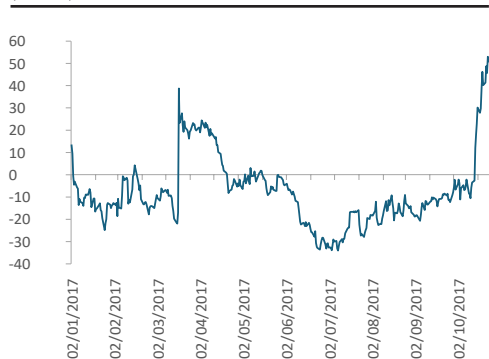
GRÁFICO 1
Desvalorizações cambiais acumuladas desde 25 de janeiro – países emergentes (Em %)



Fonte: Bloomberg.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Essa piora na percepção de risco em relação ao Brasil tem pouco a ver com a situação das contas externas do país. O *deficit* em conta corrente brasileiro tem se mantido relativamente baixo nos dois últimos anos: depois de alcançar cerca de 4,5% do PIB no início de 2015, o *deficit* externo baixou para 0,6% nos doze meses encerrados em maio. Os investimentos diretos no país são mais de cinco vezes superiores ao *deficit* em transações correntes, e o volume de reservas internacionais no Banco Central (BCB) é superior à dívida externa do setor público. A instabilidade está claramente relacionada às perspectivas internas, especialmente à indefinição de como será enfrentado o grave e estrutural problema fiscal.

GRÁFICO 2
Indicador Ipea de Risco Brasil (*risco idiossincrático*) – jan. 2017 a jun. 2018 (Em %)



Elaboração: Dimac/Ipea.

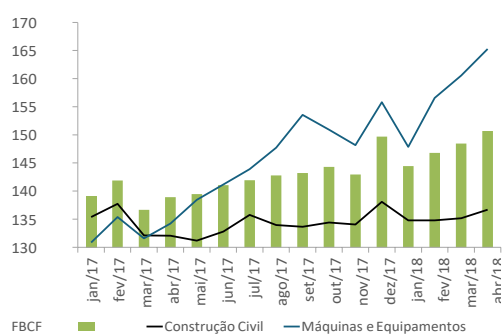
Apesar do aumento da volatilidade nos mercados financeiros, a atividade econômica registrou recuperação em abril, após desempenho relativamente fraco em março e no primeiro trimestre como um todo – período cujo PIB veio abaixo das expectativas formadas no final de 2017. No mercado de trabalho, a taxa de desemprego que vinha caindo em termos dessazonalizados ao longo de 2017 parou de fazê-lo, estabilizando-se em torno de 12,5% da força de trabalho – patamar que ainda é mais que o dobro do que prevalecia antes da crise. A greve no setor de transporte rodoviário de cargas, que paralisou o país por cerca de dez dias entre o final de maio e o início de junho, deverá ter forte impacto negativo sobre o PIB do segundo trimestre. Além disso, a escassez de bens durante a greve levou a um aumento dos preços, o que provocou uma alta forte da inflação – o Índice Nacional de Pre-

ços ao Consumidor Amplo (IPCA-15) registrou aumento de 1,1% em junho deste ano, ante -0,2% em junho do ano passado, o que fez a taxa em doze meses pular de 2,7% em maio para 3,7% em junho. A inflação deverá cair apenas gradualmente com a normalização da oferta – especialmente nos setores em que a interrupção dos transportes afetou com mais intensidade a produção pela indisponibilidade de insumos, como é o caso do leite, do frango, da carne de porco e dos ovos – mas não há indicações de que possa vir a superar a meta de 4,5% fixada para este ano.

De modo geral, os dados pré-greve dos caminhoneiros mostram uma economia em recuperação, mesmo que em ritmo um pouco mais lento que o esperado no início do ano. Como mencionado na *Carta de Conjuntura no 38*, do primeiro trimestre deste ano, essa desaceleração da atividade econômica (não necessariamente expressa no PIB do período, já que este acelerou em relação ao crescimento do último trimestre de 2017, de 0,2% para 0,4%) ocorreu em escala global. No entanto, assim como para a economia mundial, onde os dados disponíveis mostram que teria ocorrido uma aceleração no segundo trimestre, também no Brasil os dados de abril mostraram uma economia mais dinâmica do que nos meses iniciais do ano. É o caso do crescimento observado na produção industrial, na atividade no setor serviços e nas vendas do varejo em abril.

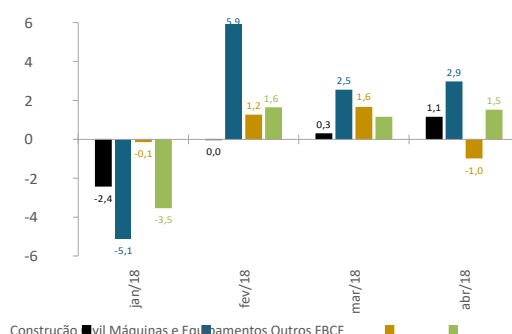
Talvez mais importante seja notar que o melhor desempenho vinha ocorrendo exatamente naqueles setores mais sensíveis à taxa de juros e à confiança: na indústria, isso se manifesta no crescimento da produção nos segmentos de bens de capital e de bens de consumo durável (14% e 21,6%, respectivamente, no acumulado no ano até abril); no comércio, o volume de vendas do varejo ampliado cresceu 7,4% no mesmo tipo de comparação. O Indicador Ipea da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) mostra crescimento de 1,5% em abril na comparação com março, e de 5,8% no acumulado no ano (gráficos 3 e 4). Em abril, até mesmo o setor serviços, que vinha apresentando variações negativas desde o início do ano, cresceu 1% em relação a março.

GRÁFICO 3
Indicador Ipea mensal de FBCF e componentes
 (Índices 1995=100, séries dessazonalizadas)



Elaboração: Dimac/Ipea.

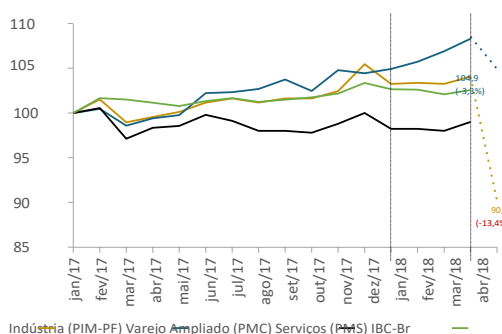
GRÁFICO 4
Indicador Ipea mensal de FBCF e seus componentes
 (Taxa de crescimento mês/mês anterior, séries dessazonalizadas, em %)



Elaboração: Dimac/Ipea.

A greve veio interromper esse processo, ocasionando não apenas a redução das atividades produtivas, do comércio exterior (especialmente das exportações) e do consumo, mas também uma queda dos indicadores de confiança. De fato, esses indicadores em maio ou se mantiveram estáveis, como na indústria, ou caíram, como é o caso do índice de confiança dos consumidores (-2,8%), do comércio (-4,2%) e dos serviços (-2,6%). O único índice de confiança que cresceu em maio foi o da construção civil: 0,5%. Os indicadores já disponíveis de atividade econômica para maio apontam para uma queda forte no mês. A previsão da produção industrial, feita na [seção de Atividade Econômica](#) desta Carta de Conjuntura, é de que teria havido uma queda de 13,4% em relação a março, e de quase 10% em relação a maio do ano passado (gráfico 5). Com relação ao comércio, no conceito ampliado, após o crescimento de 1,3% em abril, a previsão é de que haja um recuo de 3,3% em maio, na comparação com abril (com ajuste sazonal), mas na comparação interanual, o indicador prevê uma alta de 4,1%.

GRÁFICO 5
Indicadores selecionados de atividade econômica
 (jan./2017-maio/2018)
 (Séries dessazonalizadas, base: jan./2017 = 100)



Fonte: IBGE, Banco Central do Brasil (BCB) e Ipea.
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.
 Nota: 1 Os valores tocantes ao mês de maio referem-se às previsões do Ipea.

Apesar da aceleração da inflação em decorrência da greve do transporte rodoviário de cargas, espera-se que o efeito direto seja temporário e que ela volte aos patamares mensais moderados e compatíveis com as metas deste ano e dos próximos que prevaleciam até maio. A questão cambial, em contrapartida, é mais complexa na medida em que uma parte da desvalorização tende a ser permanente, refletindo o novo contexto externo, relativamente menos favorável aos fluxos de capital para países emergentes e com risco de perda de dinamismo do comércio internacional. No entanto, o efeito da desvalorização sobre a inflação tende a ser minimizado pelo fato de a economia ainda encontrar-se com elevados níveis de capacidade ociosa, o que reduz o repasse das variações do câmbio para os preços. O Indicador Ipea de Nível de Utilização da Capacidade Instalada médio da economia ainda se encontra bem abaixo de sua média histórica (gráfico 6). Situação análoga ocorre com a taxa de desemprego – o gráfico 7 mostra a série mais longa encadeada pela Dimac/Ipea. Para a economia como um todo, o Indicador Ipea de Hiato do Produto – a diferença entre o produto efetivo e o potencial como proporção deste último – ainda é de cerca de -4% (gráfico 8).

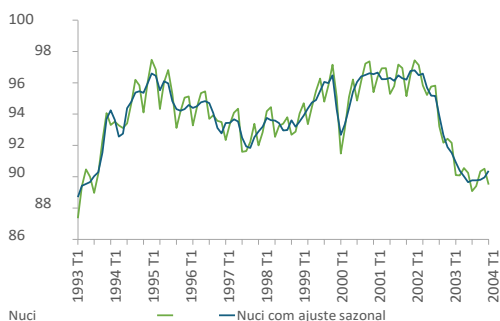
GRÁFICO 6
Taxa de desemprego encadeada 1993–2018T1
 (Em %)



Fonte: IBGE e Ipea.
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 7

Indicador Ipea de Nível de Utilização da Capacidade Instalada (média da economia) (1993–2018T1)
(Em %)



Elaboração: Dimac/Ipea.

GRÁFICO 8

Indicador Ipea de Hiato do Produto (1993–2018T1)
(Em %)



Elaboração: Dimac/Ipea.



Apesar do fim do ciclo de redução da taxa básica de juros pelo BCB em março deste ano, há ainda um impulso monetário significativo acumulado ao longo de 2017 e que ainda deverá influenciar a atividade econômica nos próximos meses. Ao lado disso, o crédito também vem reagindo: em maio deste ano, no segmento livre, o saldo das operações de crédito para pessoas jurídicas era, em termos reais, 1,5% maior que em maio de 2017, e o das pessoas físicas, 4,8%. Em contraste, o saldo das operações com recursos direcionados para as empresas caía 14,1% na comparação anual, enquanto para pessoas físicas a variação era de +1,7%. A redução do crédito direcionado – basicamente determinado pela redução das operações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – vem sendo parcialmente compensada por um maior acesso das empresas ao mercado de capitais e, até recentemente, por empréstimos externos.

A grande fonte de incerteza na economia brasileira continua sendo a questão fiscal – agravada no momento pela indefinição do quadro eleitoral. O *deficit* previsto para o governo central este ano é de 2,2% do PIB, ante 1,8% do PIB em 2017. Esse aumento do *deficit* esperado ocorre mesmo diante de um crescimento mais forte do PIB, e reflete a pressão das despesas obrigatórias, cujo aumento real previsto para este ano é de 3,2%: benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), 2,5%; pessoal e encargos, 2,7%; e outras despesas obrigatórias, 4,3%. O governo continua fazendo um esforço importante de contenção dos gastos. No primeiro quadrimestre as “outras despesas obrigatórias” caíram 8,2% em termos reais, quando se exclui do cálculo a antecipação do pagamento de precatórios. Boa parte dessa redução veio da queda de quase 30% das despesas com subsídios e subvenções. No entanto, o espaço para redução de gastos vai ficando cada vez menor à medida que os cortes começam a comprometer o próprio funcionamento do governo.

A dívida bruta do governo geral alcançou, em abril, 75,9% do PIB. Com o teto de gastos em vigor, sua dinâmica ainda aponta para crescimento até 2023, quando o governo central passaria a exibir *superavit* primários, e a dívida atingiria 82,2% do PIB. No entanto, o cumprimento do teto de gastos pressupõe a desaceleração do crescimento dos gastos obrigatórios, em particular nas despesas da Previdência Social. O adiamento da votação da reforma da Previdência em fevereiro não provocou reações negativas no mercado financeiro diante da expectativa de sua realização no próximo governo, o que seria inevitável, e que o adiamento por um ano poderia ser compensado por regras de transição um pouco mais duras. À medida que o processo eleitoral avança, as incertezas aumentam, afetando as decisões de consumo e investimento.

2 Projeções Macroeconômicas – 2018/2019

A retomada de uma trajetória de crescimento sustentado no país depende de forma crucial do equacionamento do desequilíbrio estrutural das contas públicas, o que só poderá ser alcançado mediante a aprovação de reformas importantes no Congresso Nacional – dentre as quais a reforma previdenciária. Enquanto esta questão não for sanada, a economia brasileira continuará vulnerável a vários tipos de choques externos e domésticos, devendo apresentar crescimento baixo e volátil.

Durante a maior parte de 2017, os agentes privados pareceram atribuir probabilidade relativamente alta ao cenário no qual i) as medidas necessárias de ajuste fiscal estrutural seriam implementadas, no curto ou no médio prazo; e ii) o ambiente externo continuaria provendo liquidez suficiente durante o período de transição, enquanto tais medidas de ajuste não fossem adotadas. Nessas circunstâncias, e apesar das incertezas reinantes nos campos econômico e político, a economia brasileira chegou a ensaiar uma recuperação mais rápida da atividade econômica, especialmente no segundo semestre. Contudo, à medida que as perspectivas de aprovação das reformas estruturais se deterioraram, a percepção de risco em relação à sustentabilidade fiscal pareceu aumentar – conforme indicado, em particular, na evolução do risco idiossincrático do país a partir de dezembro de 2017. É possível que a piora da percepção de risco dos agentes privados explique, pelo menos parcialmente, a desaceleração no ritmo da retomada observada no início de 2018.

Nos últimos meses, aumentaram as incertezas relativas às perspectivas da economia brasileira no curto e no médio prazo. O cenário externo tornou-se relativamente menos benigno, contribuindo para a depreciação da taxa de câmbio e para a elevação dos indicadores de risco-país. No cenário interno, a recuperação dos indicadores de atividade a um ritmo mais lento do que originalmente esperado foi agravada pela greve dos caminhoneiros, que representou um choque de oferta negativo sobre a economia e causou significativa perda de produto e aumento de preços. Há dúvida quanto ao grau de persistência dos efeitos desse choque, mas parece provável que os mesmos não se restrinjam ao segundo trimestre de 2018. Além dos efeitos diretos sobre a produção e os preços, a greve pode ter piorado a percepção de risco dos agentes em relação ao ambiente econômico e político – já

naturalmente elevada em face das incertezas do quadro eleitoral –, tornando-os ainda mais cautelosos em suas decisões de consumo e investimento. Todos estes fatores vêm tornando mais desafiadora a tarefa da política monetária de buscar a recuperação cíclica da economia ao mesmo tempo em que mantêm a taxa de inflação e as expectativas inflacionárias sob controle.

Nesse contexto de grande incerteza, projetar a evolução das principais variáveis macroeconômicas é particularmente difícil. A seguir, apresentamos um cenário básico, no qual as fontes de incerteza domésticas e externas deverão gerar certa volatilidade dos indicadores financeiros e econômicos ao longo do segundo semestre de 2018, mas tenderão a dissipar-se ao final do ano, abrindo caminho para uma retomada mais segura da atividade. A hipótese subjacente é a de que não haverá rupturas significativas no cenário externo e que, no cenário doméstico, a implementação das medidas de ajuste fiscal estrutural será sinalizada ainda em 2018, e efetivamente encaminhada a partir de 2019. No que diz respeito à persistência do choque acarretado pela greve dos caminhoneiros, supõe-se que a maioria das variáveis macroeconômicas tenda a retomar gradualmente as taxas de crescimento observadas antes do choque – ainda que não retornem necessariamente aos níveis prévios. Evidentemente, diferentes variáveis tendem a apresentar diferentes graus de persistência desses choques.

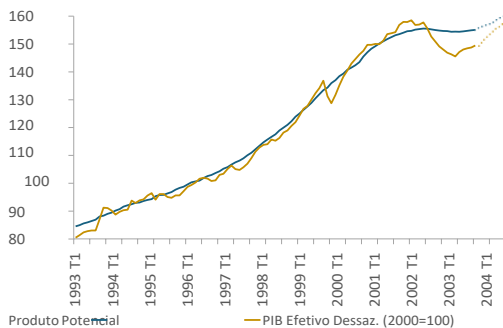
Os indicadores já disponíveis para o segundo trimestre de 2018 permitem projetar crescimento praticamente nulo do PIB na margem, em termos dessazonalizados (0,1%), e de 1,0% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Pela ótica da oferta, as taxas de crescimento interanual caem em relação ao primeiro trimestre do ano para todos os componentes: a indústria cresce apenas 0,6% (contra 1,6% no primeiro trimestre), os serviços crescem 1,1% (contra 1,5%); e a agropecuária cai 2,8% (contra queda menor, de 2,6%, no primeiro trimestre). Em termos dessazonalizados, apenas os serviços apresentam crescimento (0,3%), enquanto indústria e agropecuária caem em relação ao trimestre anterior. Este mau desempenho é explicado predominantemente pelo impacto adverso da greve dos caminhoneiros na atividade.

Pela ótica da despesa, o quadro também não é animador. O consumo das famílias deve crescer 2% em relação ao mesmo período do ano anterior, e o investimento agregado deve apresentar crescimento de 4,9% na mesma base de comparação, mas, em termos dessazonalizados, as respectivas taxas de crescimento são muito baixas. As exportações crescem apenas 1,6% em termos interanuais e caem 2,3% na margem, enquanto o consumo do governo apresenta queda em ambas as bases de comparação.

Para os trimestres seguintes, projeta-se a dissipação gradual das incertezas domésticas e externas, o que leva à renovação do processo de recuperação cíclica, com o PIB atingindo crescimento de 1,7%, em 2018, e 3%, em 2019. Tanto pelo lado da oferta como do da demanda, todos os componentes apresentam taxas de crescimento que aumentam entre 2018 e 2019. Porém, mesmo com o crescimento mais acelerado em 2019, o hiato do produto ainda terminaria o período com alguma ociosidade, ainda que pequena (gráficos 9 e 10).

GRÁFICO 9

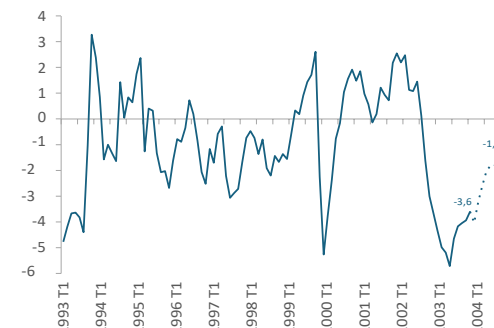
Produto Potencial versus PIB Efetivo (1993 – 2018T1) e previsão até 2019
Índice (PIB 2000=100)



Fonte: IBGE e Ipea.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 10

Hiato do produto (1993 – 2018T1) e previsão até 2019
(Em %)



Elaboração: Dimac/Ipea.



Apesar do elevado grau de ociosidade atual, a taxa de inflação deverá aumentar em 2018 relativamente ao ano anterior, especialmente em função da reversão da tendência de queda dos alimentos (que contribuíram significativamente para a baixa inflação de 2017), alta dos administrados e da desvalorização do real. A Tabela 3 apresenta o detalhamento da projeção de inflação para este ano. Embora os preços de muitos alimentos tenham crescido abaixo do esperado no começo do ano, o impacto da greve dos caminhoneiros, bem como o aumento do dólar e quebras de safra, tanto no Brasil quanto na Argentina, afetou negativamente a inflação de vários subgrupos no mês de maio, com destaque para ‘tubérculos, raízes e legumes’, ‘hortaliças e frutas’, ‘leite e derivados’, ‘farinhas, féculas e massas’. A desvalorização cambial também impactou de forma adversa os preços dos bens livres exceto alimentos. Face a tais choques, elevamos nossa projeção de inflação para o ano.

A pressão inflacionária deverá afetar também o ano de 2019, de modo que se espera uma reação da política monetária ao longo desse ano, por meio da elevação gradual da meta da taxa Selic até o patamar de 8,5% a.a. ao final do ano. Este ciclo de aperto monetário deverá contribuir para conter as expectativas inflacionárias, permitindo manter a taxa de inflação acumulada em 2019 próxima da meta do ano (4,25% a.a.), e lançando as bases para a convergência gradual da inflação na direção das metas para 2020 (4%) e 2021 (3,75%).

TABELA 1

Projeções: taxa de crescimento do PIB e de seus componentes

(Em %)

	Observado			Previsto			
	2016	2017	2018-T1	2018-T2		2018	2019
			Trim. ano anterior	Trim. ano anterior	No tri, dessaz. (*)		
PIB	-3,5	1,0	1,2	1,0	0,1	1,7	3,0
PIB - Indústria	-4,0	0,0	1,6	0,6	-1,0	1,4	3,0
PIB - Serviços	-2,6	0,3	1,5	1,1	0,3	1,8	3,1
PIB - Agropecuária	-4,3	13,0	-2,6	-2,8	-2,0	-1,0	3,5
Consumo - Famílias	-4,3	1,0	2,8	2,0	0,2	2,3	3,1
Consumo - Governo	-0,1	-0,6	-0,8	-0,7	-0,5	-0,5	0,5
FBCF	-10,3	-1,8	3,5	4,9	0,0	3,6	4,2
Exportações	1,9	5,2	6,0	1,6	-2,3	4,0	5,9
Importações	-10,2	5,0	7,7	4,4	-4,1	5,5	5,3

Nota: * Primeira divulgação das séries dessazonalizadas.

Fonte: IBGE e Ipea.

Elaboração: Grupo de Conjuntadara da Dimac/ Ipea.

TABELA 2

Projeções: variações macroeconômicas selecionadas

(Em %)

	Observado		Previsto	
	2016	2017	2018	2019
Inflação - IPCA (% no período)	6,29	2,95	4,20	4,30
Taxa de juros Selic (% a.a. no final do período)	13,75	7,00	6,50	8,50
Taxa de câmbio R\$/US\$ (no final do período)	3,26	3,29	3,70	3,65

Fonte: IBGE e Ipea.

Elaboração: Grupo de Conjuntadara da Dimac/ Ipea.

TABELA 3

Detalhamento da projeção para a inflação (IPCA) de 2018

(Em %)

	Peso	Previsão da taxa de variação acumulada em 2018	Contribuição para o Ipea
IPCA – Total		4,20	
IPCA – Bens livres – alimentos	15,80	3,93	0,62
IPCA – Bens livres – exceto alimentos	24,62	3,18	0,78
IPCA – Serviços livres – educação	3,98	5,42	0,22
IPCA – Serviços livres – saúde	1,69	5,55	0,09
IPCA – Serviços livres – outros	28,66	3,14	0,90
IPCA – Bens e Serviços Monitorados	25,25	6,30	1,59

Fonte: IBGE e Ipea.

Elaboração: Grupo de Conjuntadara da Dimac/ Ipea.

Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac)

José Ronaldo de Castro Souza Júnior – Diretor
Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti – Diretor Adjunto



Grupo de Conjuntura Equipe

Técnica:

Christian Vonbun
Estêvão Kopschitz Xavier Bastos
Leonardo Mello de Carvalho
Marcelo Nonnenberg
Maria Andréia Parente Lameiras
Mônica Mora Y Araujo de Couto e Silva Pessoa
Paulo Mansur Levy
Vinicius dos Santos Cerqueira
Sandro Sacchet de Carvalho

Equipe de Assistentes:

Augusto Lopes dos Santos Borges
Felipe dos Santos Martins
Felipe Simplicio Ferreira
Julio Cesar de Mello Barros
Leonardo Simão Lago Alvite
Renata Santos de Mello Franco
Victor Henrique Farias Mamede

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SÍNTESE DA CONJUNTURA - MAIO DE 2018

Crescimento desacelera no início do ano, mas retomada continua

Editor:

José Ronaldo de C. Souza Júnior
Diretor da Diretoria de Estudos e
Políticas Macroeconômicas
(Dimac)/Ipea
ronaldo.souza@ipea.gov.br

Sumário

Os dados disponíveis de atividade econômica permitem prever que o resultado do produto interno bruto (PIB) do primeiro trimestre deve vir inferior ao que era esperado na última Visão Geral da Conjuntura, divulgada em março de 2018. Esse fato deve ensejar uma revisão da nossa previsão pontual de crescimento para este ano, sem alterar de forma substancial, porém, a expectativa de continuidade do processo de reversão cíclica gradual.

O principal impulsionador de crescimento atual é o estímulo monetário, que se reflete em um patamar historicamente baixo da taxa de juros básica. A política fiscal, na atual conjuntura de desequilíbrio das contas públicas (evidenciado pela ocorrência de *deficit* primários ao longo de vários anos seguidos), tem efeitos relevantes sobre a atividade econômica mais pelas expectativas do que por canais diretos de estímulo fiscal.

A expansão econômica abaixo do esperado nos últimos meses, contudo, tem ensejado a discussão sobre uma suposta perda de potência da política monetária, que estaria se revelando incapaz de gerar taxas mais elevadas de crescimento. Esta é uma hipótese de difícil verificação. De qualquer forma, os dados indicam que o mercado de crédito está reagindo positivamente ao estímulo monetário, especialmente o crédito livre para pessoas físicas (PF). As taxas de juros ao tomador final no mercado de crédito e o spread bancário apresentam uma tendência clara de queda, embora ainda estejam em patamares elevados. O crédito direcionado para pessoas jurídicas (PJ), por sua vez, está passando por um ajuste mais estrutural – tendência de redução da participação do crédito direcionado – que conjuntural e, por isso, enquanto essa mudança ocorre, o crescimento do crédito total PJ continua negativo, mas em clara trajetória de recuperação.

Os indicadores de atividade econômica que têm reagido mais fortemente são justamente aqueles que sofrem influência mais direta das taxas de juros e da oferta de crédito – em particular, os setores de bens de capital e de bens de consumo duráveis. Embora tenha havido alguma frustração a respeito do desempenho da produção industrial observado no primeiro trimestre deste ano, parte dessa desaceleração é explicada por fatores pontuais – não recorrentes –, como será mostrado a seguir. Por sua vez, os dados de vendas do comércio continuam positivos – o primeiro trimestre fechou com alta de 6,6% na comparação interanual e de 1% na comparação com o período anterior (varejo ampliado). Neste contexto, após lon-

go período de recuperação, os níveis de confiança dos agentes seguem próximos ao patamar que indica neutralidade.



A recuperação relativamente lenta da atividade econômica transparece também nos dados de mercado de trabalho. A taxa de desocupação, calculada com dados ajustados para a sazonalidade, vem mantendo-se praticamente estável nos últimos três trimestres, girando em torno de 12,5% – patamar ainda muito alto. Além disso, observou-se desaceleração da taxa de crescimento da população ocupada (PO), que passou de 2,1% no trimestre móvel encerrado em janeiro, ante a igual trimestre do ano anterior, para 1,8% em março. É verdade que parte significativa dos empregos que estão sendo gerados refere-se ao setor informal, o que é normal para períodos iniciais de retomada cíclica; entretanto, empregos formais também estão sendo gerados – como comprovado pelos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

A conjuntura internacional não tem constituído fator inibidor da recuperação doméstica, mas a percepção de risco internacional aumentou, e o diferencial dos juros brasileiros em relação às taxas internacionais – especialmente dos Estados Unidos – vem diminuindo nos últimos meses. Além disso, o próprio componente idiossincrático do risco soberano brasileiro, calculado pelo Ipea e que procura retratar a parcela do risco referente a fatores específicos ao país – já descontados os movimentos comuns aos demais emergentes –, tem crescido moderadamente nos últimos meses.

Apesar dessa piora do risco e da desvalorização cambial, os últimos dados de inflação ajudam a compor um cenário benigno, o que, aliado ao bom desempenho das contas externas, ajuda a manter as expectativas de continuidade da política monetária expansionista sem maiores riscos para a inflação neste ano.

Em suma, as perspectivas da economia brasileira continuam positivas, embora sujeitas a incertezas. Na ausência de novas fontes significativas de volatilidade ou instabilidade no cenário externo ou no front político doméstico, a atividade deverá continuar em sua trajetória de recuperação gradual ao longo do ano.

1 Mercado de Crédito¹

A tendência de redução do endividamento das famílias, iniciada em 2016, vem sendo acompanhada da queda no comprometimento da renda com o serviço da dívida – o que abre espaço no orçamento familiar para aumento de consumo e para obtenção de novos empréstimos. O saldo do crédito às pessoas físicas (PF) tem evoluído de maneira condizente com o ritmo de recuperação do nível de atividade, mas o do crédito tomado por pessoas jurídicas (PJ), não. Cerca de 70% do crédito com recursos direcionados (RD) para PJ são financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que responderam pela maior parte da queda do saldo de crédito de RD-PJ ocorrida a partir de 2016, e que continua. No segmento RD-PF, predomina o crédito habitacional, que tem

¹ Esta subseção foi produzida por Estêvão Kopschitz X. Bastos, Técnico de Planejamento e Pesquisa da Dimac do Ipea. <estevao.bastos@ipea.gov.br>

se mantido constante em relação ao produto interno bruto (PIB). Na categoria recursos livres para PF (RL-PF), mais de $\frac{3}{4}$ do estoque de crédito em março de 2018 eram formados pela soma de crédito consignado, crédito rotativo² e aquisição de veículos. O consignado não parou de crescer mesmo quando a tendência geral foi de queda. Estudo recente do Banco Central do Brasil (BCB) mostrou que as taxas de juros e as concessões do segmento RL têm evoluído de forma similar à de outros ciclos de afrouxamento.

Nas novas concessões de crédito, o quadro é positivo para as PF e também para as PJ no segmento com RL, seja na comparação com o mesmo período do ano anterior ou na série dessazonalizada. O crédito para aquisição de veículos caiu bastante, mas tem mostrado recuperação recentemente, com taxas expressivas de crescimento das novas concessões em comparação com o mesmo período do ano anterior.

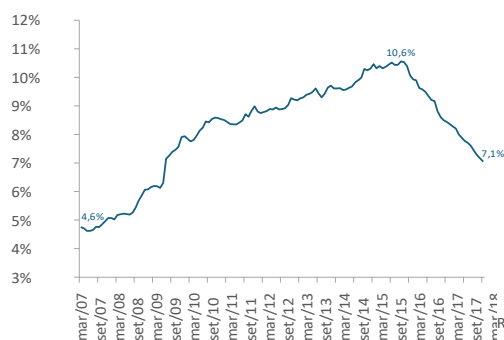
A inadimplência de PF está baixa, e a de PJ caiu significativamente nos últimos doze meses. Espera-se nova redução da Selic na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) de 16 de maio, para 6,25%, e também que essa seja a última do ciclo de afrouxamento da política monetária. Os juros reais prefixados de um ano estão em 2,3%, nível bastante reduzido em termos da série histórica. A taxa média de juros da economia, por sua vez, tem caído simultaneamente com a Selic, e em ritmo mais rápido do que a taxa de captação do sistema financeiro, o que tem feito o *spread* médio da economia cair também.

TABELA 1
Saldo da carteira de crédito

Tipo de recurso	Saldo de crédito (em % do PIB)				Variação (em p.p. do PIB)		
	mar/15	mar/16	mar/17	mar/18	mar/18-mar/15	mar/18-mar/16	mar/18-mar/17
Recursos livres	27,0	26,4	24,2	24,0	-3,0	-2,4	-0,2
Pessoas jurídicas	13,5	13,1	11,4	11,0	-2,6	-2,1	-0,4
Pessoas físicas	13,5	13,3	12,8	13,0	-0,4	-0,2	0,3
Recursos direcionados	25,3	26,0	24,3	22,5	-2,8	-3,5	-1,8
Pessoas jurídicas	14,2	14,1	12,3	10,4	-3,8	-3,7	-1,9
Pessoas físicas	11,2	11,9	12,1	12,2	1,0	0,3	0,1
Total	52,3	52,4	48,5	46,6	-5,8	-5,8	-2,0

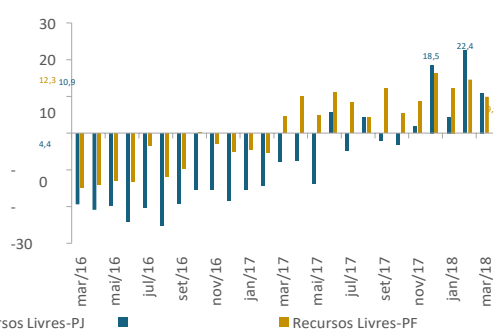
Fonte: BCB
Elaboração: Grupo de Conjuntura/Dimac/Ipea.

GRÁFICO 1
Saldo das operações de crédito do BNDES com PJ
(Em % do PIB)



Fonte: BCB
Elaboração: Grupo de Conjuntura/Dimac/Ipea

GRÁFICO 2
Concessões de crédito com recursos livres (média por dia útil deflacionada pelo IPCA): variação sobremesmo mês do ano anterior – pessoas jurídicas e pessoas físicas (Em %)

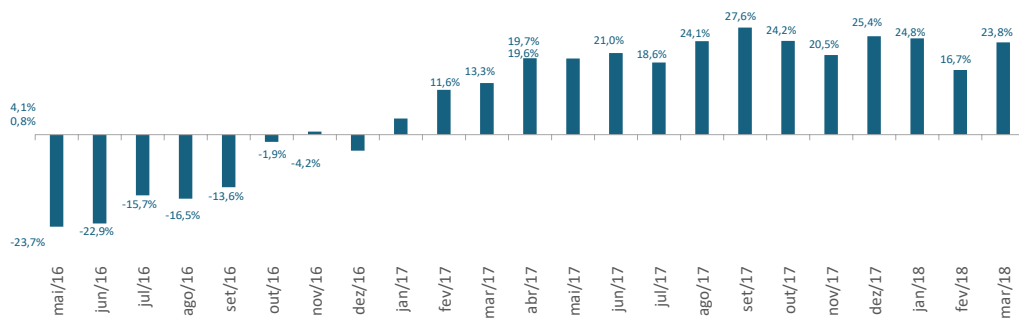


Fonte: BCB
Elaboração: Grupo de Conjuntura/Dimac/Ipea

² Inclui cheque especial, cartão de crédito rotativo e cartão de crédito para compras à vista.

GRÁFICO 3

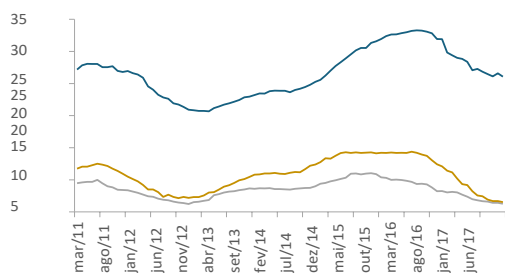
Concessões de crédito com recursos livres (média por dia útil deflacionada pelo IPCA): variação sobre mesmo mês do ano anterior – aquisição de veículos (Em %)



Fonte: BCB
Elaboração: Grupo de Conjuntura/Dimac/Ipea

GRÁFICO 4

Taxa de aplicação e captação dessazonalizadas (Em %)

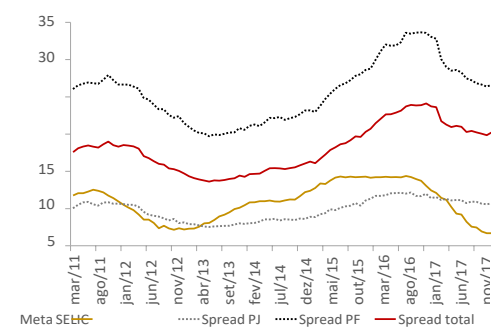


Taxa média de juros das operações de crédito (taxa de aplicação) Taxa de captação
Meta SELIC

Fonte: BCB
Elaboração: Grupo de Conjuntura/Dimac/Ipea

GRÁFICO 5

Spreads dessazonalizados (Em %)



Fonte: BCB
Elaboração: Grupo de Conjuntura/Dimac/Ipea

2 Atividade Econômica³

A economia brasileira vive um cenário de recuperação cíclica desde meados de 2017. Ao longo dos primeiros quatro meses de 2018, o desempenho de alguns indicadores de atividade tem emitido sinais conflitantes, colocando dúvidas a respeito da velocidade dessa recuperação.

A produção física do setor manufatureiro, medida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física (PIM-PF), após queda de 0,1% em março, encerrou o primeiro trimestre registrando crescimento nulo na comparação com os últimos três meses de 2017, na série livre de efeitos sazonais. Por trás desse resultado, que sucedeu quatro trimestres de crescimento, o destaque negativo foi o setor produtor de bens intermediários, que acumulou no período entre janeiro e março uma perda de 3,9%. Responsável pelo maior peso entre as grandes categorias, seu fraco desempenho causa certa preocupação, principalmente com a recente desvalorização cambial, que tende a elevar

³ Esta subseção foi produzida por Leonardo Mello de Carvalho, Técnico de Planejamento e Pesquisa da Dimac do Ipea. <leonardo.carvalho@ipea.gov.br>

o custo das importações. Ainda na comparação dessazonalizada, uma atividade cujo desempenho tem sido decepcionante é a produção de derivados do petróleo e biocombustíveis, que recuou 4,4% entre o primeiro trimestre de 2018 e o período imediatamente anterior. Além dela, outro destaque negativo entre os setores é a fabricação de químicos, com recuo de 3,4% no mesmo período.

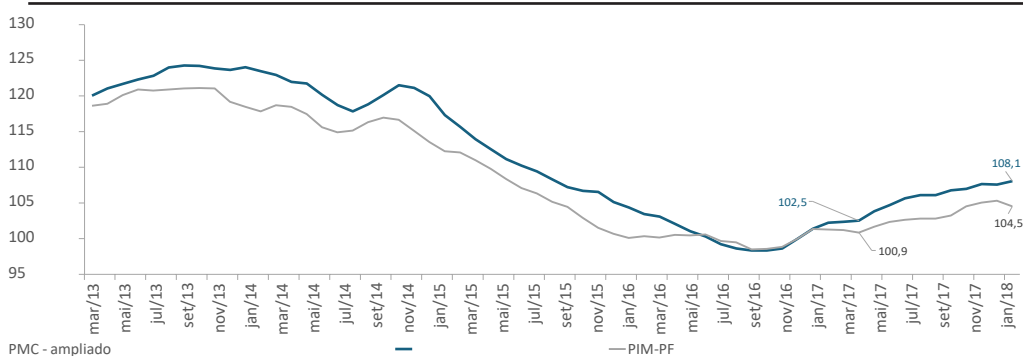
Embora tenha havido uma frustração a respeito do resultado da indústria, alguns fatores pontuais também ajudam a explicar o desempenho negativo do setor manufatureiro em março como, por exemplo, o apagão ocorrido em nove estados do Nordeste, ou, ainda, o fato de março ter apresentado dois dias úteis a menos quando comparado ao mesmo período de 2017, o que contribuiu para a desaceleração verificada nos comparativos interanuais. Em relação a abril, que teve três dias úteis a mais na mesma base de comparação, as informações disponíveis até o momento são favoráveis: a produção total de veículos medida pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA) cresceu 5,3% na margem, e o Índice dos Gerentes de Compras (PMI, na sigla em inglês), calculado pela IHS Markit, permaneceu num patamar que indica crescimento da atividade industrial, embora com ligeira desaceleração em relação ao mês anterior.

Além disso, embora a indústria geral tenha perdido fôlego neste início de ano, os setores produtores de bens de capital e de bens de consumo duráveis, que respondem mais diretamente à política monetária, permanecem apresentando trajetória bastante positiva. Num cenário caracterizado por níveis ainda elevados de desocupação, e por um quadro de incerteza política devido à proximidade das eleições, o bom desempenho desses setores demonstra que a economia está reagindo aos estímulos monetários, e que a retomada segue seu curso, ainda que de forma gradual. Neste contexto, após longo período de recuperação, os níveis de confiança dos agentes seguem próximos ao patamar que indica neutralidade.

O consumo aparente de bens industriais teve desempenho negativo no primeiro trimestre deste ano (-0,9% na comparação com o período anterior), embora a demanda por investimentos e por bens de consumo duráveis, repetindo o resultado da produção doméstica, continuem crescendo. O Indicador Ipea Mensal de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) estima alta de 0,3% dos investimentos no primeiro trimestre de 2018, na série com ajuste sazonal. O resultado positivo foi mais uma vez explicado pela demanda por máquinas e equipamentos, enquanto o componente da construção civil continua com resultados ruins. Embora o nível de ociosidade na indústria ainda seja elevado, a utilização da capacidade instalada segue crescendo. Por sua vez, o crescimento da produção de bens de consumo duráveis tem encontrado impulso na demanda interna. O grande destaque positivo são as vendas de automóveis, que acumularam 738 mil unidades no primeiro quadrimestre do ano, patamar 20,4% maior que o verificado no mesmo período de 2017. De maneira mais geral, os indicadores de consumo varejista têm seguido trajetória similar à apresentada pela produção industrial. De acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), do IBGE, as vendas no conceito ampliado acumularam crescimento de 6,6% no primeiro trimestre.

GRÁFICO 6

Vendas no varejo versus produção industrial (mar./2013-mar./2018)
(Séries dessazonalizadas, em médias móveis de 3 meses – base: jan./17 = 100)



PMC - ampliado

PIM-PF

Fonte: IBGE

Elaboração: Grupo de Conjuntura / Dimac / Ipea



TABELA 2

Produção industrial – PIM-PF: evolução das taxas de crescimento
(Variação em %)

	Contra período anterior dessazonalizado*				Contra igual período do ano anterior				Acumulado	
	Jan./18	Fev./18	Mar./18	TRIM**	Jan./18	Fev./18	Mar./18	TRIM	no ano	Em 12 Meses
Geral	-2,2	0,1	-0,1	0,0	5,8	2,4	1,3	3,1	3,1	2,9
Classes										
Extrativa Mineral	3,4	-5,2	3,9	-0,3	-0,1	-5,6	-1,3	-2,3	-2,3	1,8
Transformação	-2,5	-0,3	0,2	-0,4	6,7	3,5	1,6	3,8	3,8	3,0
Categorias Econômicas										
Capital	-0,3	0,8	2,1	1,6	16,7	8,5	8,2	10,8	10,8	7,4
Intermediários	-2,3	-1,0	-0,7	-1,6	4,3	1,1	-0,2	1,7	1,7	2,0
Consumo	-0,9	0,8	0,2	1,1	6,4	3,6	2,0	3,9	3,9	3,5
Duráveis	-5,3	3,2	1,0	2,7	20,3	13,2	15,7	16,2	16,2	14,5
Semi e Não Duráveis	0,6	-0,8	0,2	1,3	3,2	1,2	-1,6	0,9	0,9	0,9
Insumos da Construção Civil	-4,7	0,4	-2,1	-1,0	3,8	2,3	-2,4	1,1	1,1	-1,8

Fonte: IBGE

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac / Ipea.

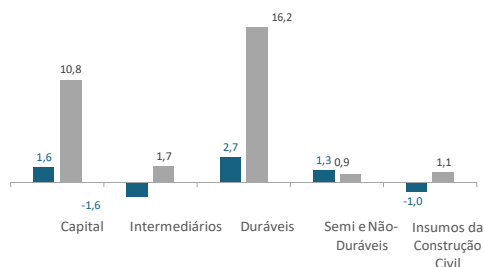
Notas:

* Sazonalmente ajustado pelo IBGE (método X-12), exceto Construção Civil cuja dessazonalização é realizada pelo IPEA também através do método X-12.

** Trimestre terminado no mês de referência da divulgação.

GRÁFICO 7

Produção industrial – PIM-PF: resultados do 1º trimestre de 2018
(Variação em %)



variação contra trimestre anterior

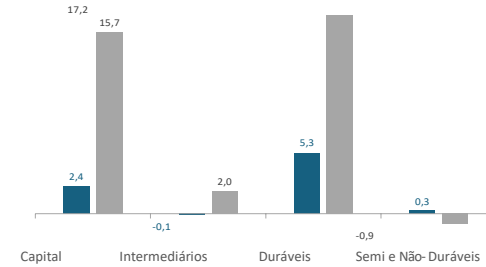
variação contra mesmo trimestre do ano anterior

Fonte: Ipea

Elaboração: Grupo de Conjuntura/Dimac/Ipea.

GRÁFICO 8

Consumo aparente de bens industriais: resultados do 1º trimestre de 2018
(Variação em %)



variação contra trimestre anterior

variação contra mesmo trimestre do ano anterior

Fonte: Ipea

Elaboração: Grupo de Conjuntura/Dimac/Ipea.

TABELA 3

Consumo aparente de bens industriais: evolução das taxas de crescimento
(Variação em %)

	Mês/Mês anterior dessazonalizado				Mês/Igual Mês do ano anterior				Acumulado	
	Jan. /18	Fev. /18	Mar. /18	TRI	Jan. /18	Fev. /18	Mar. /18	TRI	no ano	Em 12 Meses
Consumo Aparente	0,1	-1,8	-2,0	-0,9	6,9	4,1	-0,3	3,4	3,4	3,7
Produção líquida de exportações	-0,6	-1,6	-1,7	-1,6	5,6	5,5	3,3	2,3	2,3	2,6
Importações	5,3	-2,7	-5,2	2,4	8,7	13,5	10,0	8,9	8,9	9,0
Produção Industrial (PIM-PF)	-2,2	0,1	-0,1	0,0	5,8	2,4	1,3	3,1	3,1	2,9

Fonte: Ipea

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac / Ipea.

TABELA 4

FBCF e Componentes: evolução das taxas de crescimento
(Variação em %)

FBCF	-4,1	1,9	0,8	0,3	3,7	2,9	3,4	3,3	3,3	-0,1
Máquinas e equipamentos	-6,4	8,5	2,2	2,4	14,8	18,0	14,6	15,7	15,7	7,8
Produção líquida de exportações	-4,1	4,5	1,8	3,0	15,9	14,9	15,2	15,3	15,3	11,0
Importações	-6,7	12,8	-4,8	1,3	10,9	30,5	13,7	17,2	17,2	-0,2
Construção civil	-2,3	-0,1	0,2	-0,6	0,3	-2,2	-0,7	-0,9	-0,9	-3,8
Outros	-0,5	0,1	0,6	-1,9	1,1	-0,7	2,0	0,8	0,8	1,4

Fonte: Ipea

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Notas:

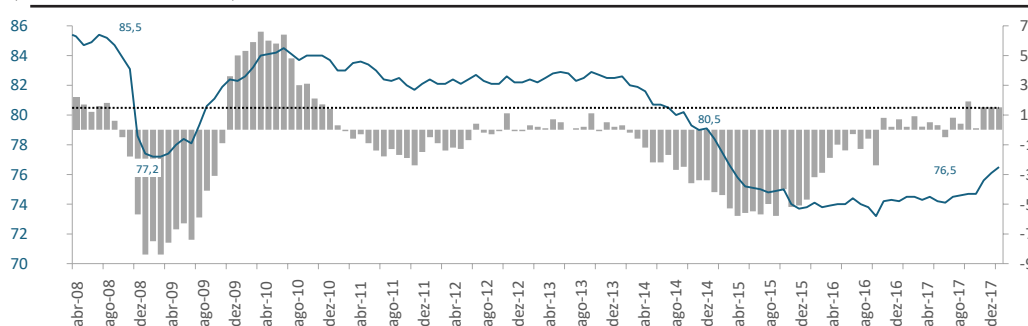
* Sazonalmente ajustado pelo IPEA (método X-13)

**Trimestre terminado no mês de referência da divulgação.

GRÁFICO 9

Nuci (abr./2008 – abr./2018)

(Índices dessazonalizados)



Variação em pontos percentuais: mês x mesmo mês ano anterior

Utilização da Capac. Instalada (Dessaz.) Média Histórica (desde 2003)

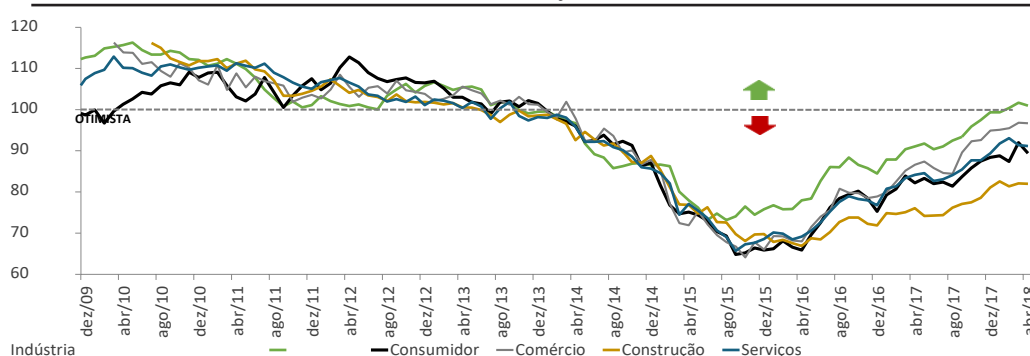
Fonte: FGV

Elaboração: Grupo de Conjuntura / Dimac / Ipea

GRÁFICO 10

Vendas no varejo versus produção industrial (dez./2009-abr./2018)

(Séries dessazonalizadas, em médias móveis de 3 meses – base: jan./17 = 100)



Fonte: IBGE

Elaboração: Grupo de Conjuntura / Dimac / Ipea

TABELA 5
Vendas no varejo: evolução das taxas de crescimento
(Variação em %)

1. Combustíveis e lubrificantes	-0,3	-0,9	1,4	-1,7	-4,1	-6,5	-4,7	-5,1	-5,1	-3,2
2. Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	2,1	-0,7	-1,1	1,4	3,1	2,0	12,3	5,7	5,7	3,5
2.1 Hipermercados e supermercados	2,1	-1,5	-1,8	0,5	3,3	1,9	13,0	5,9	5,9	4,0
3. Tecidos, vestuário e calçados	0,8	-0,9	0,7	0,9	0,3	-4,6	-0,8	-1,6	-1,6	6,2
4. Móveis e eletrodomésticos	-2,8	1,5	0,1	-2,3	5,1	3,7	-3,2	1,7	1,7	9,1
5. Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	-2,4	1,0	1,1	0,0	5,4	4,4	5,0	5,0	5,0	4,4
6. Livros, jornais, revistas e papelaria	0,4	1,5	-1,2	-1,3	-7,2	-5,9	-12,5	-8,2	-8,2	-5,1
7. Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	9,0	2,8	-5,0	3,1	4,6	7,2	-7,5	0,8	0,8	0,0
8. Outros artigos de uso pessoal e doméstico	7,2	-0,7	0,7	2,3	10,0	8,3	13,9	10,9	10,9	5,8
9. Veículos, motos, partes e peças	4,5	3,0	2,9	8,4	18,0	20,0	15,9	17,8	17,8	9,1
10. Materiais de construção	-3,5	0,2	0,0	-2,1	7,4	5,8	-1,6	3,6	3,6	8,9

Fonte: IBGE/PMC

Elaboração: Grupo de Conjuntura/Dimac/Ipea/Gecon Notas:

* O indicador do comércio varejista (restrito) é composto pelos resultados das atividades numeradas de 1 a 8.

** O indicador do comércio varejista ampliado é composto pelos resultados das atividades numeradas de 1 a 10.

*** Trimestre terminado no mês de referência da divulgação.

TABELA 6
Indicadores de vendas no comércio: evolução das taxas de crescimento
(Variação em %)

Índice de Confiança do Consumidor	-1,6	5,3	-2,8	7,9	9,0	7,7	8,9	9,3
Indicador de Atividade do Comércio Serasa Experian	2,0	1,5	-0,1	7,0	8,8	7,2	7,3	4,1
Índice de Volume de Vendas Supermercados	-1,0	-0,6	-1,9	1,2	0,5	-4,2	3,6	3,6
Emplacamentos Autos + Comerciais Leves	1,4	3,0	11,5	14,6	8,8	37,7	20,4	16,3
Índice de Volume de Vendas Materiais de Construção	3,6	-2,2	1,6	-5,3	-6,5	-3,3	-6,0	-12,1

Fonte: IBGE

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Notas:

* Trimestre terminado no mês de referência da divulgação.

3 Receita Tributária Versus Atividade Econômica⁴

A receita tributária do governo federal, administrada pela Receita Federal do Brasil (RFB), cresceu 7,9%, em termos reais, no primeiro trimestre de 2018, ante igual período do ano passado. Segundo a RFB, a exclusão de fatores não recorrentes, decorrentes de programas de regularização tributária e do aumento da alíquota de Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor-Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (PIS-Cofins) dos combustíveis, reduz o crescimento real da arrecadação federal para 4%, compatível com uma atividade econômica em crescimento.

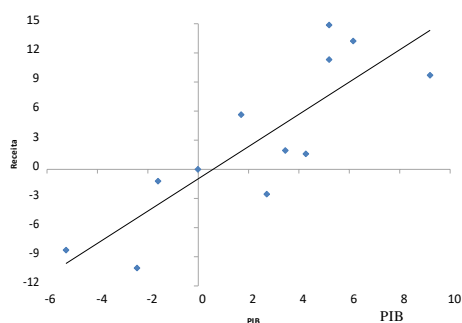
A arrecadação de PIS-Cofins (excluído o efeito do aumento de alíquota de combustíveis) aumentou 8,2%; a receita previdenciária cresceu 2,6%; o Imposto de Importação (II) e o IPI-vinculado cresceram 21,1%, e o IPI (exceto vinculado),

⁴ Esta subseção foi produzida por Mônica Mora Y Araújo de Couto Pessoa, Técnico de Planejamento e Pesquisa da Dimac do Ipea. <monica.mora@ipea.gov.br>

12,5%. O Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) cresceram 2,2% no período, fortemente influenciados pela redução da receita incidente sobre entidades financeiras, que caiu 16%. Excluindo-se essa atividade, a receita de IRPJ e CSLL teria crescido 10%. Por fim, destaca-se o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) relativo aos rendimentos do trabalho, que cresceu 4,4%.

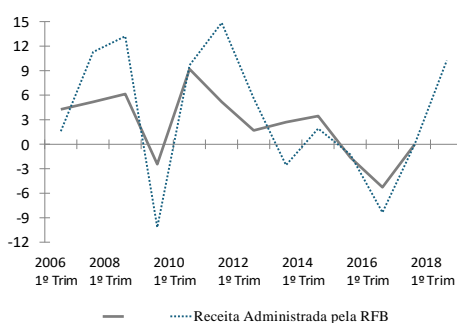
Para os estados, a receita corrente líquida (RCL) no primeiro bimestre de 2018 apresentou crescimento de 6,2% vis-à-vis o mesmo período de 2017. A arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), segundo o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), cresceu 8,5% no primeiro trimestre em relação a igual período de 2017. Destaca-se, por seu peso econômico, o aumento expressivo nas arrecadações de ICMS em Minas Gerais (16,5%), Rio de Janeiro (10%) e São Paulo (8,3%). É importante ressaltar, porém, que parte desse aumento de arrecadação pode refletir, em alguns estados, o crescimento de alíquotas.

GRÁFICO 11
Receita administrada pela RFB versus PIB nos primeiros trimestres de 2006 a 2017
 (Taxa de variação, Em %)



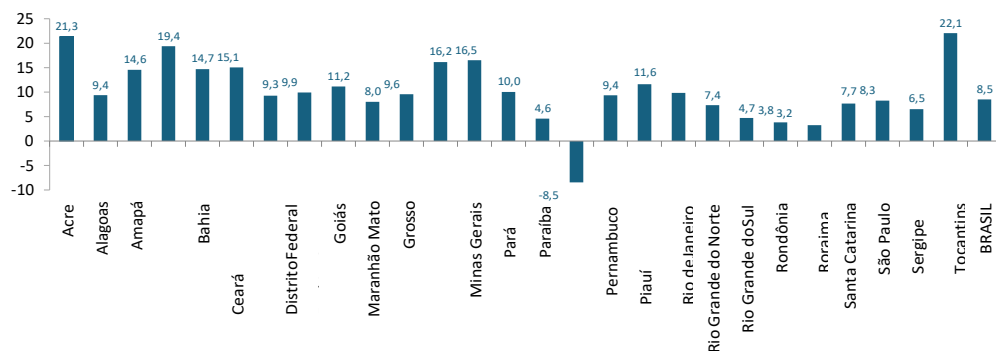
Fonte: STN e IBGE.
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da DIMAC/Ipea.

GRÁFICO 12
Receita administrada pela RFB versus PIB nos primeiros trimestres de 2006 a 2018
 (Taxa de variação, Em %)



Fonte: STN e IBGE.
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da DIMAC/Ipea.

GRÁFICO 13
ICMS: taxa real de variação interanual - 1º trimestre de 2018
 (Em %)



Fonte: Confaz
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da DIMAC/Ipea.

4 Mercado de Trabalho⁵



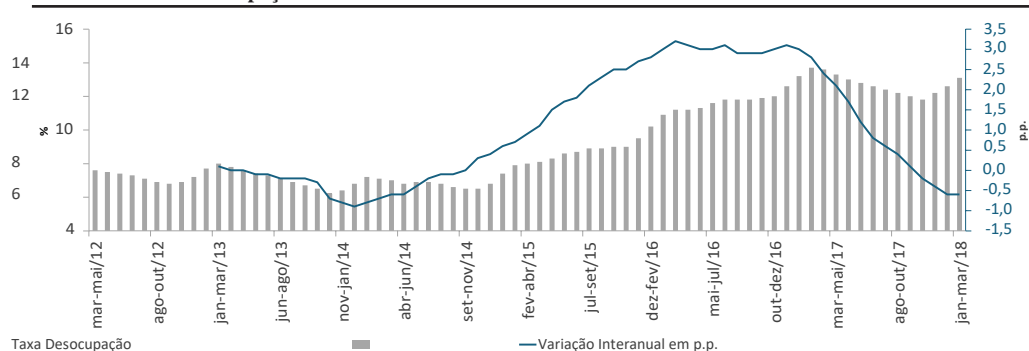
Embora o mercado de trabalho venha melhorando de forma sustentada, os dados mais recentes apresentam comportamentos um pouco distintos, dando margem a dúvidas quanto ao ritmo e à qualidade dessa recuperação. De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), do IBGE, apesar do aumento da taxa de desocupação no primeiro trimestre de 2018, em relação ao observado no último trimestre de 2017, o desemprego voltou a registrar queda de 0,6 p.p. na comparação interanual. O aumento na comparação com o período anterior está de acordo com o padrão sazonal da série. Os dados ajustados para a sazonalidade mostram que a taxa de desocupação vem mantendo-se praticamente estável nos últimos três trimestres, girando em torno de 12,5%. Houve, no entanto, uma desaceleração da taxa de crescimento da população ocupada (PO), que passou de 2,1% no trimestre móvel encerrado em janeiro, ante igual trimestre do ano anterior, para 1,8% em março. Na comparação com o trimestre anterior, com ajuste sazonal, a desaceleração da taxa de crescimento da população ocupada (PO) torna-se ainda mais evidente. No primeiro trimestre de 2018, a ocupação cresceu apenas 0,1%, quando comparada ao último trimestre de 2017. Em ordem cronológica, nos últimos três trimestres de 2017, o ritmo de expansão da população ocupada foi de 0,5%, 1,0% e 0,4%, respectivamente.

Adicionalmente, nota-se, pelos dados da PNADC, que o aumento da ocupação vem ocorrendo apenas via aumento da informalidade (trabalhadores sem carteira e por conta própria). A pesquisa mostra que, no último trimestre móvel (encerrado em março), o contingente de trabalhadores formais – empregados com carteira no setor privado – recuou 1,5% em relação ao mesmo período de 2017, atingindo o menor nível da série desde o início da coleta dos dados, em 2012. Essa queda no número de trabalhadores formais retratada pela PNADC, no entanto, parece conflitar com a trajetória apresentada pelos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que é um registro administrativo, e não uma pesquisa amostral, como a PNADC. De acordo com os dados divulgados pelo CAGED, no primeiro trimestre do ano, foram criadas 204 mil novas vagas formais, fazendo com que o estoque de trabalhadores com carteira de trabalho no país, nos três primeiros meses do ano, apresentasse um crescimento de 0,5% em relação ao registrado em igual período de 2017. Ou seja, segundo o cadastro, a ocupação com carteira já estaria crescendo. Uma possível explicação para essa divergência entre as duas fontes de dados estaria no fato de que o CAGED tende a subestimar os desligamentos devido à subnotificação por empresas que encerram suas atividades. No entanto, mesmo em seus dados ajustados para notificações fora do prazo, a diferença ainda persiste. Deve-se ressaltar, entretanto, que esta retomada do emprego formal só será potencializada quando os investimentos retomarem uma trajetória de aceleração mais intensa.

⁵ Esta subseção foi produzida por Maria Andréia P. Lameiras, Técnico de Planejamento e Pesquisa da Dimac do Ipea. <maria-andreia.lameira@ipea.gov.br>

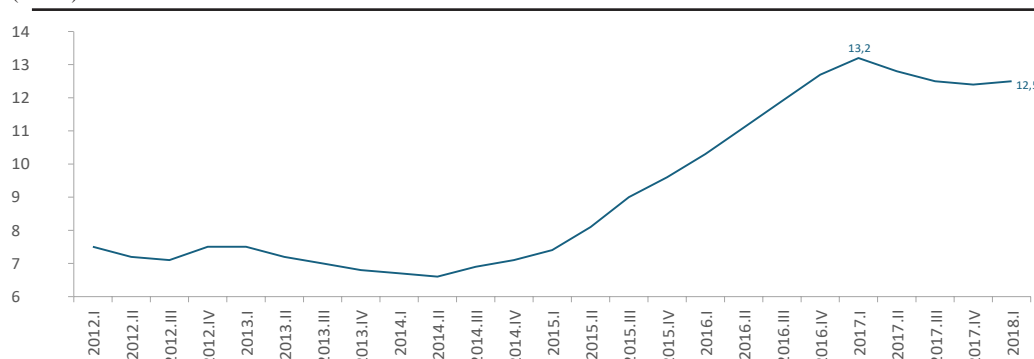
Os rendimentos médios reais cresceram nos três trimestres móveis até fevereiro a uma taxa média de 1,7% ante igual período defasado em doze meses. Esse crescimento representa uma desaceleração em relação às taxas que prevaleceram nos dez trimestres móveis anteriores, de 2,5%, em média. Em março, o crescimento caiu para zero. Esse resultado, contudo, está contaminado pela saída da amostra de um indivíduo que, durante 2017, impulsionou de forma atípica os rendimentos dos empregadores (conforme discutido na seção de Mercado de Trabalho da Carta de Conjuntura no 37). Essa mudança deverá gerar ao longo de 2018 uma desaceleração igualmente descolada da realidade.

GRÁFICO 14
PNADC - Taxa de Desocupação



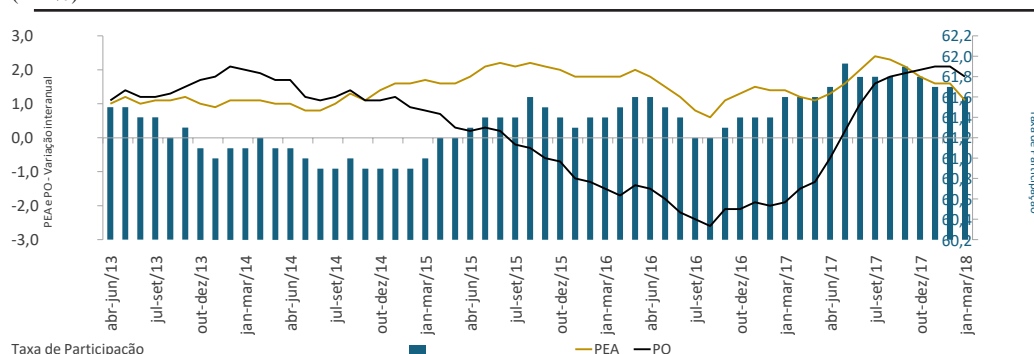
Fonte: IBGE
Elaboração: Grupo de Conjuntura / Dimac / Ipea

GRÁFICO 15
PNADC - Taxa de Desocupação Dessazonalizada
(Em %)



Fonte: IBGE
Elaboração: Grupo de Conjuntura / Dimac / Ipea

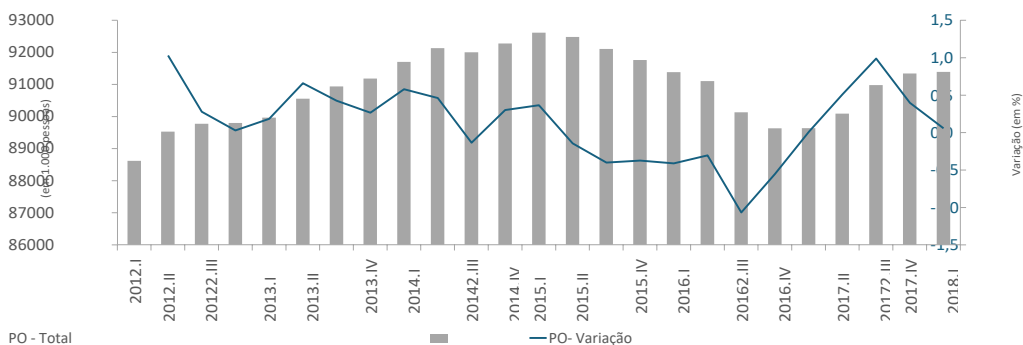
GRÁFICO 16
PNADC - Indicadores do Mercado de Trabalho
(Em %)



Fonte: IBGE
Elaboração: Grupo de Conjuntura / Dimac / Ipea

GRÁFICO 17

População Ocupada Dessazonalizada- Total de pessoas e taxa de crescimento em relação ao período anterior



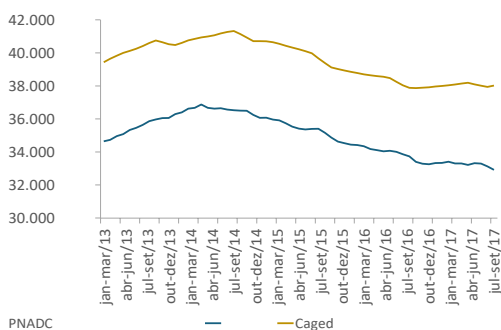
Fonte: IBGE

Elaboração: Grupo de Conjuntura / Dimac / Ipea



GRÁFICO 18

Total de trabalhadores com carteira assinada (Em 1.000 pessoas)

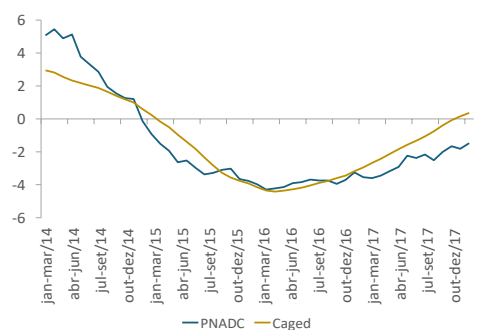


Fontes: IBGE e MTE

Elaboração: Grupo de Conjuntura / Dimac / Ipea

GRÁFICO 19

Total de trabalhadores com carteira assinada (Taxa de variação interanual, em %)

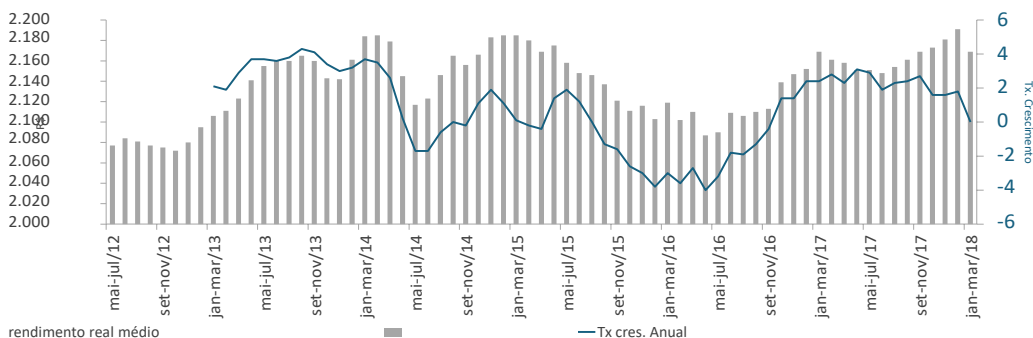


Fonte: IBGE e MTE

Elaboração: Grupo de Conjuntura / Dimac / Ipea

GRÁFICO 20

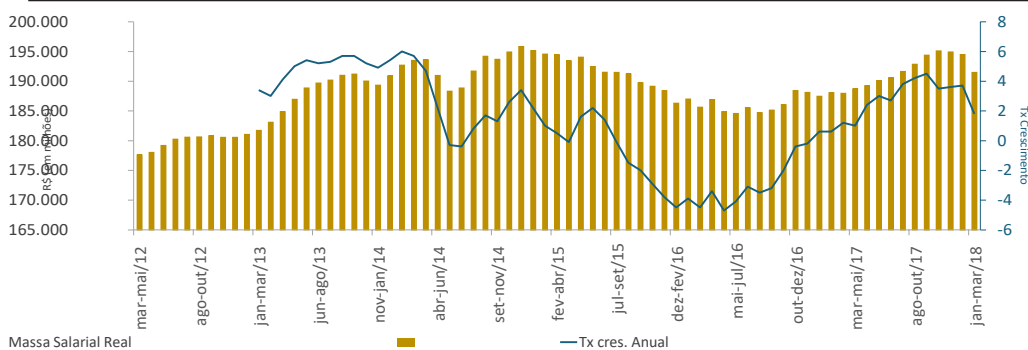
PNADC - Rendimento Médio Real



Fonte: IBGE

Elaboração: Grupo de Conjuntura / Dimac / Ipea

GRÁFICO 21
PNADC - Massa Salarial Real



Fonte: IBGE
Elaboração: Grupo de Conjuntura / Dimac / Ipea



5 Conjuntura Internacional⁶

A economia internacional apresentou alguns sinais de desaceleração do ritmo de recuperação frente ao observado até o final de 2017. Não se trata de reversão do processo, mas de uma redução do ritmo de crescimento. De modo geral, o cenário externo ainda é bastante favorável ao Brasil: o crescimento da economia mundial mantém-se relativamente forte; o comércio internacional continua se expandindo; os preços de commodities aumentaram após a forte queda entre 2011 e 2016; a inflação na grande maioria dos países continua bem-comportada, e, por isso, as políticas monetárias seguem expansionistas.

No caso dos Estados Unidos, a recuperação atual já é a terceira mais longa da história, resultando num mercado de trabalho relativamente aquecido, com baixas taxas de desemprego, embora o ritmo de aumento dos salários ainda seja moderado. Na Área do Euro (AE) e no Japão, a desaceleração parece ter sido um pouco mais intensa que nos Estados Unidos, especialmente na AE, mas mesmo neste caso os índices de gerentes de compras ainda se encontram em níveis bastante elevados. Começa-se, assim, a desenhar um quadro em que a política monetária nos Estados Unidos tende a caminhar mais rapidamente rumo à normalidade, enquanto na AE e no Japão ela tende a permanecer mais acomodativa. A recente valorização do dólar no mercado internacional parece refletir essas tendências. Esse movimento é reforçado pela política fiscal expansionista nos Estados Unidos num contexto de economia próxima ao pleno emprego.

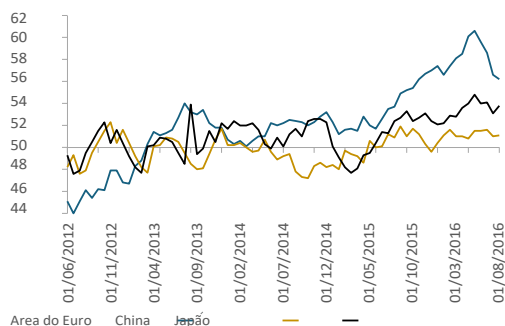
Os riscos para a economia mundial têm refletido principalmente fatores geopolíticos. Por um lado, aumentou o risco de uma guerra comercial diante de medidas restritivas adotadas pelos Estados Unidos em relação às importações de produtos específicos (aço, alumínio) e/ou com origem em países específicos, como a China. Por outro, esses fatores, notadamente os que envolvem o Oriente Médio, têm influenciado, juntamente com variáveis mais estritamente econômicas, o preço do petróleo no mercado internacional.

⁶ Esta subseção foi produzida por Paulo Mansur Levy, Técnico de Planejamento e Pesquisa da Dimac do Ipea. <paulo.levy@ipea.gov.br>

Na vizinhança do Brasil, a Argentina vem enfrentando uma corrida especulativa contra o peso, o que forçou uma brusca elevação da taxa básica de juros para impedir uma desvalorização ainda maior da taxa de câmbio. O país está recorrendo ao Fundo Monetário Internacional (FMI) para obter um empréstimo de emergência.

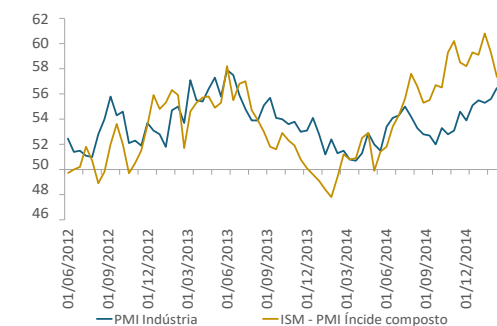


GRÁFICO 22
PMI da Indústria: Área do Euro, Japão e China
(Índice – acima de 50 indica uma melhoria ou aumento em relação ao mês anterior)



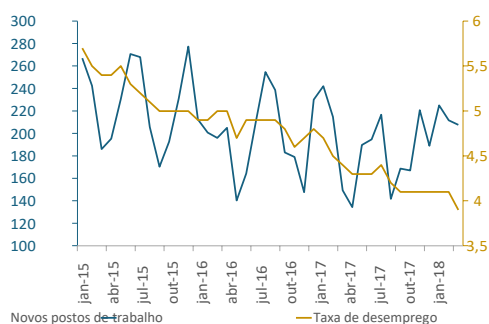
Fonte: Bloomberg.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da DIMAC/Ipea.

GRÁFICO 23
Sondagens Empresariais (PMI e ISM) – Indústria – EUA
(Índice – acima de 50 indica uma melhoria ou aumento em relação ao mês anterior)



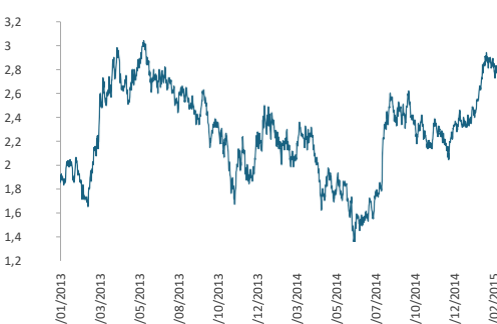
Fonte: Bloomberg.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da DIMAC/Ipea.

GRÁFICO 24
EUA: Novos Postos de Trabalho (média móvel de 3 meses) e Taxa de Desemprego
(Em US\$ milhões)



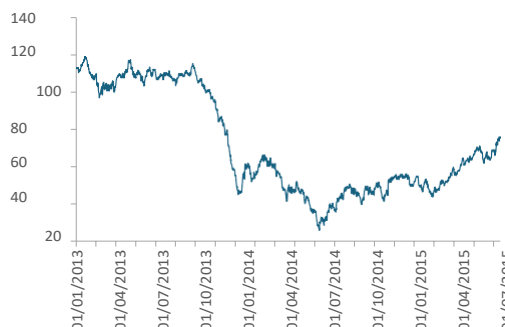
Fonte: SECEX.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da DIMAC/Ipea.

GRÁFICO 25
Rendimento dos Títulos do Tesouro dos EUA - Maturidade Constante de 10 Anos
(Em %)



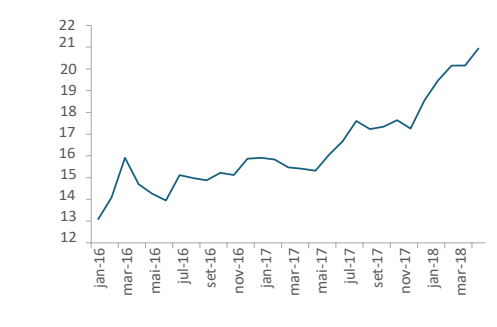
Fonte: Bloomberg.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da DIMAC/Ipea.

GRÁFICO 26
Preço do Petróleo (Brent)
(Em US\$ / Barril)



Fonte: BCB e Bloomberg.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da DIMAC/Ipea.

GRÁFICO 27
Argentina: Taxa de Câmbio
(Peso/dólar)



Fonte: BCRA.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da DIMAC/Ipea.

6 Indicador Ipea de Risco Idiossincrático do Brasil⁷



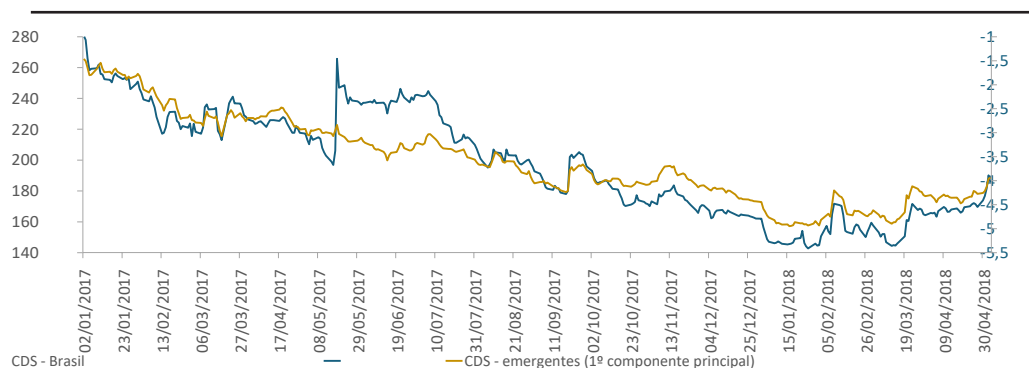
Após atingir, no final de janeiro de 2018, seu nível mais baixo em quase quatro anos, a taxa dos *Credit Default Swaps* (CDS) do Brasil – principal medida corrente de risco-país – apresentou-se volátil em fevereiro e, mais recentemente, tem demonstrado tendência de elevação. A taxa passou de cerca de 145 pontos-base em meados de março para níveis em torno de 185, no início de maio.

Esse aumento refletiu, em parte, a elevação das taxas dos CDS dos países emergentes em geral durante o período, mostrada no gráfico 28. Cabe ressaltar, em particular, a tendência de alta do primeiro componente principal desse conjunto de países, que capta mais de 60% da variância do “risco dos países emergentes em geral”.

A elevação do risco dos países emergentes se insere, por sua vez, no contexto mais amplo de aumento da percepção de risco nos mercados financeiros globais. O gráfico 29 mostra a evolução, desde 2017, dos primeiros dois componentes principais das taxas de juros dos ativos de alto risco (*high yield*) no mercado norte-americano – responsáveis por 97% da variância total desses ativos. Observa-se significativo aumento do nível e da volatilidade dessas taxas a partir de fevereiro de 2018.

Não obstante a relevância de fatores externos para explicar o aumento recente do risco soberano do Brasil, uma análise mais cuidadosa revela também a importância de fatores domésticos. De fato, a análise do Indicador Ipea de Risco Idiossincrático do Brasil, estimado por meio de métodos econométricos, revela tendência de elevação no período, sugerindo a atuação de fatores específicos ao país na elevação do risco. É interessante observar que, de acordo com esta medida, a tendência de aumento do risco-país teria começado ainda no início de dezembro, possivelmente como reflexo das dificuldades em se avançar nas reformas que viabilizem o equilíbrio fiscal de longo prazo. Mais recentemente, é provável que a elevação do risco-país esteja relacionada às incertezas do cenário político dos próximos anos.

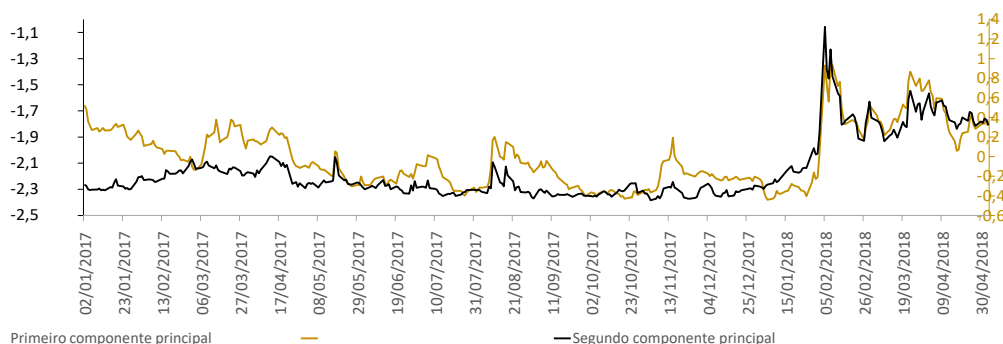
GRÁFICO 28
CDS Brasil versus CDS Emergentes



Fonte: Bloomberg e Ipea
Elaboração: Grupo de Conjuntura da DIMAC/Ipea.

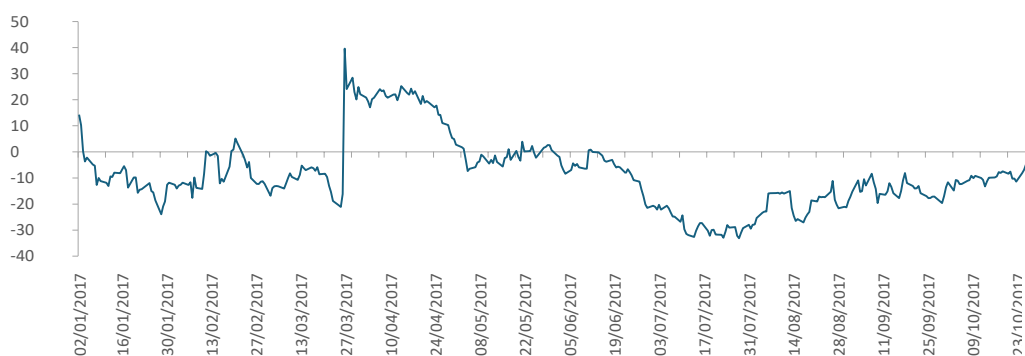
⁷ Esta subseção foi produzida por Marco Antônio F. de H. Cavalcanti, Técnico de Planejamento e Pesquisa da Dimac do Ipea. <marco.cavalcanti@ipea.gov.br>

GRÁFICO 29
US-High Yield: Primeiro e Segundo Componentes Principais



Fonte: Federal Reserve Bank of St. Louis e Ipea
Elaboração: Grupo de Conjuntura da DIMAC/Ipea.

GRÁFICO 30
Indicador Ipea de Risco Idiossincrático no Brasil



Fonte e elaboração: Grupo de Conjuntura da DIMAC/Ipea.

7 Taxa de Câmbio e Contas Externas⁸

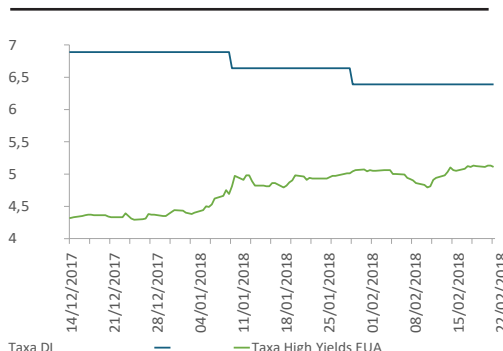
A taxa de câmbio vem se desvalorizando com relação ao dólar desde o início do ano, acumulando uma variação de 8,7% no ano. Esse movimento vem sendo provocado, principalmente, pelo aumento do risco-país e pela redução do diferencial entre as taxas de juros domésticas e as do exterior – especialmente as dos Estados Unidos.

O *superavit* comercial continua mais elevado este ano do que nos mesmos meses do ano passado, porém, as importações estão aumentando a um ritmo superior ao das exportações. O *deficit* em conta-corrente reduziu-se no primeiro trimestre deste ano em comparação ao mesmo período do ano passado basicamente devido ao aumento do resultado da conta de renda primária, enquanto o saldo comercial e o da

⁸ Esta subseção foi produzida por Marcelo Nonnenberg, Técnico de Planejamento e Pesquisa da Dimac do Ipea. <marcelo.nonnenberg@ipea.gov.br>

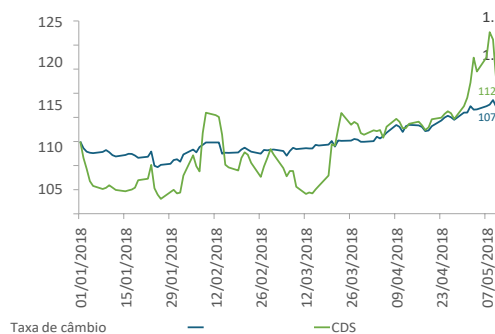
conta de serviços se reduziram no mesmo período. O saldo da conta capital e financeira também se reduziu. Na comparação com o primeiro trimestre de 2017, os fluxos de investimentos diretos e de operações com derivativos caíram, enquanto os fluxos de investimentos em carteira e de outros investimentos aumentaram. No conjunto, essas variações se compensaram. A redução do saldo da conta capital e financeira refletiu apenas o aumento da variação de reservas.

GRÁFICO 31
Taxas de juros: Brasil (DI) versus Estados Unidos (High Yields)
(Em %)



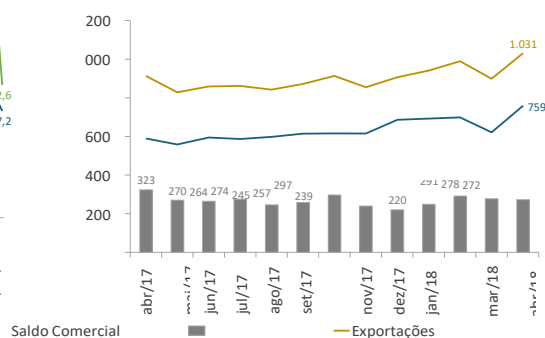
Fonte: BCB e Bloomberg.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 32
Taxa de câmbio nominal e spread do CDS
(Índices – janeiro de 2017=100)



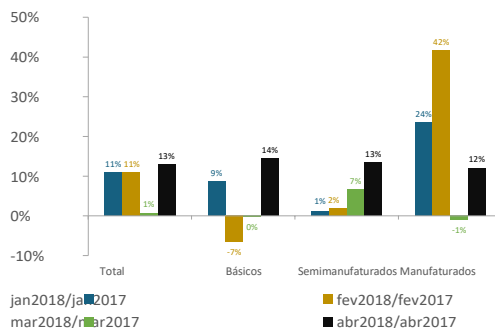
Fonte: BCB e Bloomberg.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da DIMAC/Ipea.

GRÁFICO 33
Exportações, importações e saldo comercial: médias diárias dessazonalizadas
(Em US\$ milhões)



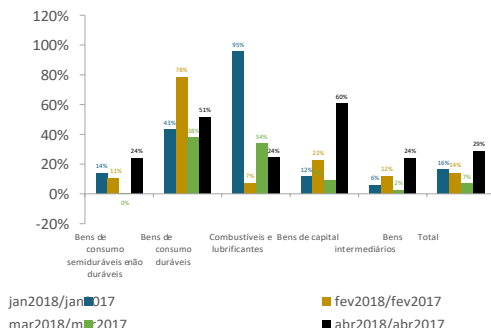
Fonte: SECEX.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da DIMAC/Ipea.

GRÁFICO 34
Exportações por classes de produtos, médias diárias dessazonalizadas – Taxas de variação anuais
(Em %)



Fonte: SECEX.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da DIMAC/Ipea.

GRÁFICO 35
Importações por grandes categorias econômicas, médias diárias dessazonalizadas – Taxas de variação anuais
(Em %)



Fonte: SECEX.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da DIMAC/Ipea.



TABELA 7

Balço de pagamentos: principais contas (2017 e 2018)

(Em US\$ milhões)



Balança comercial (bens)	13 811	13 003	-807,3
Exportações*	50 342	54 265	3.922,8
Importações**	36 532	41 262	4.730,0
Serviços	- 7 373	- 8 108	-735,0
Renda primária	- 11 592	- 8 680	2.912,2
Renda secundária	510	565	54,9
Conta capital	121	110	-10,8
Conta financeira***	3 892	1 347	-2.545,0
Investimento direto no exterior	705	2 747	2.042,6
Investimento em carteira – ativos	2 345	3 610	1.265,0
Outros investimentos	- 9 936	- 8 404	1.532,4
Outros investimentos – ativos****	7 647	5 903	-1.744,4
Memo:			
Transações correntes / PIB (%)	- 0,93	- 0,64	
Investimento direto no país / PIB (%)	4,74	3,52	

Notas:

*Exclui mercadorias deixando o território nacional sem mudança de proprietário. Inclui mercadorias entregues no território nacional (exportação ficta), encomendas postais, e outros ajustes.

** Exclui mercadorias ingressando no território nacional sem mudança de proprietário. Inclui mercadorias entregues fora do território nacional (importação ficta), importação de energia elétrica sem cobertura cambial, encomendas postais e outros ajustes.

*** Conta financeira = -fluxos de investimentos ativos + fluxos de investimentos passivos.

**** sinal negativo indica aumento de reservas; sinal positivo indica redução de reservas Fonte: Banco

Central do Brasil.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da DIMAC/ Ipea.

8 Inflação⁹

Ao longo do primeiro quadrimestre de 2018 a inflação brasileira, medida pelo IPCA, continuou a surpreender positivamente, acumulando alta de apenas 0,9%. Nos últimos doze meses, encerrados em abril, o índice aponta variação de 2,8%, refletindo, sobretudo, a deflação de 4,7% dos alimentos no domicílio. Em que pese o bom desempenho dos alimentos, a análise do cenário inflacionário recente mostra que houve um processo de descompressão de preços que ocorreu de modo disseminado. De fato, à exceção dos preços administrados, impactados pelos reajustes da energia elétrica e da alta dos preços do petróleo, todos os demais componentes do IPCA apresentam trajetórias muito bem-comportadas. No caso dos bens industriais, a inflação acumulada nos últimos doze meses aponta taxa de 1,3%. Já a inflação dos serviços livres, em doze meses, recuou de 6,0%, em abril de 2017, para 3,5%, em abril de 2018.

Para o restante do ano, a perspectiva é de aceleração moderada da inflação, mas ainda se mantendo em patamar confortável – abaixo da meta de 4,5%. Esse mo-

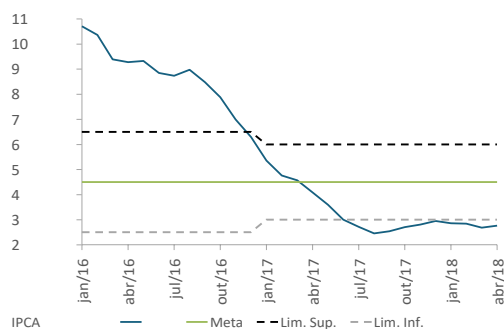
⁹ Esta subseção foi produzida por Maria Andréia P. Lameiras, Técnico de Planejamento e Pesquisa da Dimac do Ipea. <maria-andreia.lameira@ipea.gov.br>

vimento de alta ocorrerá, em grande parte, por conta da reversão da trajetória de queda nos preços dos alimentos, repercutindo uma safra em 2018, que, embora elevada, deverá ser menor que a observada em 2017. Adicionalmente, a recente apreciação cambial poderá gerar impactos adicionais, especialmente sobre a inflação de alimentos e de bens industriais. As incertezas relacionadas ao período eleitoral e ao cenário internacional podem causar novas variações no risco-país e na taxa de câmbio com impactos sobre os preços neste e no próximo ano. De modo similar, uma elevação maior do que a prevista para as commodities metálicas (aço) e energéticas (petróleo) também poderá gerar pressões adicionais sobre a inflação. Por outro lado, o balanço de riscos mostra que, mesmo diante de um cenário de aumento do nível de atividade, a ociosidade da economia e a lenta retomada do mercado de trabalho devem atenuar uma alta de preços mais significativa.

GRÁFICO 36

IPCA – Índice Total

(Variação acumulada em doze meses, em %).



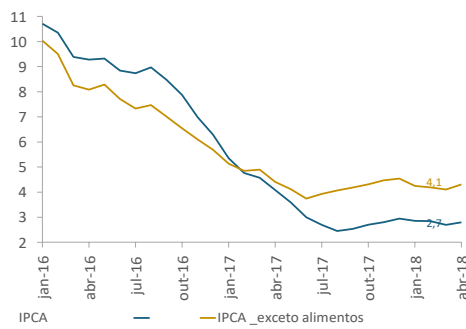
IPCA — Meta — Lim. Sup. — Lim. Inf.

Fontes: IBGE
Elaboração: Grupo de Conjuntura / Dimac / Ipea

GRÁFICO 37

IPCA - Total e Excluído alimentos

(Variação acumulada em doze meses, em %)



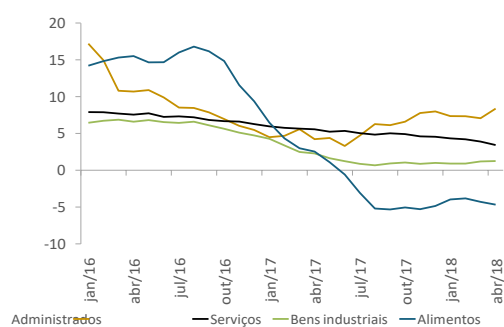
IPCA — IPCA_excluído alimentos

Fonte: IBGE
Elaboração: Grupo de Conjuntura / Dimac / Ipea

GRÁFICO 38

IPCA - categorias

(Variação acumulada em doze meses, em %)



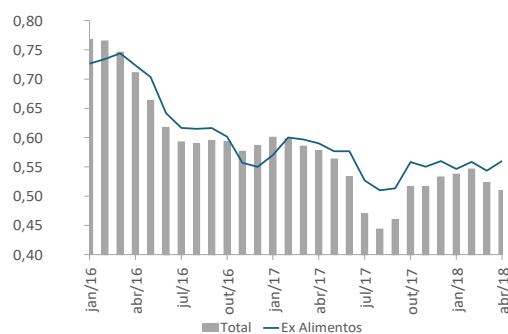
Alimentos — Bens industriais — Serviços

Fonte: IBGE
Elaboração: Grupo de Conjuntura / Dimac / Ipea

GRÁFICO 39

Indicador de Difusão do IPCA

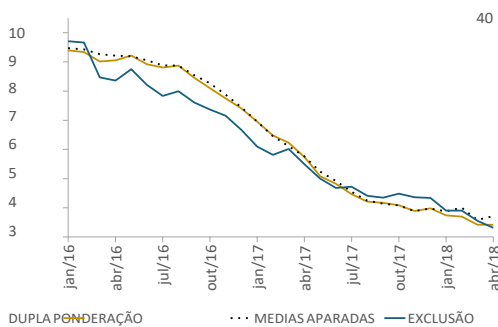
(Médias móveis trimestrais)



Total — Ex Alimentos

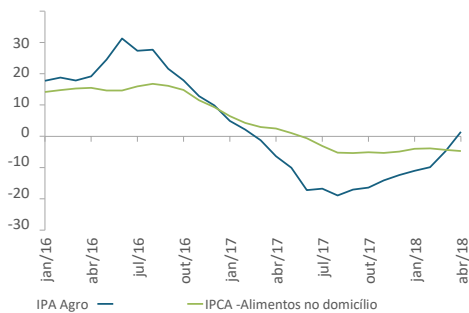
Fonte: IBGE
Elaboração: Grupo de Conjuntura / Dimac / Ipea

GRÁFICO 40
IPCA – Medidas de Núcleo de Inflação
 (Variação acumulada em doze meses, em %)



Fonte: IBGE
 Elaboração: Grupo de Conjuntura / Dimac / Ipea

GRÁFICO 41
Inflação de Alimentos – IPCA x IPA
 (Variação acumulada em doze meses, em %)



Fonte: IBGE e FGV
 Elaboração: Grupo de Conjuntura / Dimac / Ipea

TABELA 8
Inflação de serviços
 (Variação acumulada em doze meses, em %)

abr/17	6,0	5,4	5,9	5,3	6,1	6,2	8,3	4,0
abr/18	3,5	2,7	3,2	1,9	4,8	4,2	5,5	1,8

Fonte: IBGE
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac / Ipea.



Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac)

José Ronaldo de Castro Souza Júnior – Diretor
Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti – Diretor Adjunto



Grupo de Conjuntura

Equipe Técnica:

Christian Vonbun
Estêvão Kopschitz Xavier Bastos
Leonardo Mello de Carvalho
Marcelo Nonnenberg
Maria Andréia Parente Lameiras
Mônica Mora Y Araujo de Couto e Silva Pessoa
Paulo Mansur Levy
Vinicius dos Santos Cerqueira
Sandro Sacchet de Carvalho

Equipe de Assistentes:

Augusto Lopes dos Santos Borges
Felipe dos Santos Martins
Felipe Simplicio Ferreira
Julio Cesar de Mello Barros
Leonardo Simão Lago Alvite
Renata Santos de Mello Franco
Victor Henrique Farias Mamede

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SEÇÃO IX

Visão Geral de Conjuntura

Sumário

O desempenho da economia no terceiro trimestre vem se caracterizando pelo aumento da instabilidade no mercado financeiro combinado com a continuidade do lento processo de recuperação da atividade econômica. Na comparação com o segundo trimestre, a evolução do produto interno bruto (PIB) apresenta alguma aceleração (crescimento com ajuste sazonal de 1,1%), mas esta aceleração na margem ocorre após o agudo choque de oferta adverso causado pela greve dos caminhoneiros, devendo-se, assim, em grande medida, à fraca base de comparação. O aumento da instabilidade, por sua vez, vem sendo causado por uma série de fatores domésticos e externos. No front externo, o cenário revela-se menos favorável às economias emergentes, devido ao processo de normalização da política monetária nos Estados Unidos, ao recrudescimento da guerra comercial promovida pelo governo Trump e aos episódios envolvendo Turquia e Argentina, cujas moedas desvalorizaram fortemente, contribuindo para aumentar a percepção de risco no mercado internacional. No âmbito doméstico, as incertezas associadas ao período eleitoral, em um quadro fiscal ainda marcado por desajuste estrutural significativo, têm provocado o aumento dos prêmios de risco e o aperto das condições financeiras, afetando de forma negativa as decisões de investimento e consumo dos agentes econômicos.

A relativamente baixa taxa de crescimento esperada para este ano (1,6%) e a elevada volatilidade macroeconômica derivam das mesmas fragilidades estruturais da economia: estagnação da produtividade e desequilíbrio fiscal. No curto prazo, o efeito negativo da baixa produtividade sobre as taxas de crescimento tende a ser minimizado pela capacidade ociosa ainda existente na economia – dado o elevado hiato de produto observado (3,7%, de acordo com o Indicador Ipea), é possível projetar uma retomada mais forte da economia no próximo ano sem pressões inflacionárias significativas. O desequilíbrio fiscal, em contrapartida, ao colocar a dívida pública em trajetória de alta não sustentável, tem gerado incertezas que afetam as decisões de investimento e consumo de mais longo prazo e aumentam o risco financeiro percebido pelos investidores. Este é, de longe, o principal fator interno de risco para o cenário traçado nas previsões apresentadas nesta seção, que discute também a trajetória esperada para a dívida pública e o papel do teto dos gastos na estratégia de reversão de sua tendência de alta.

1 Análise das Tendências Recentes

Embora a sensação geral seja de uma economia estagnada – talvez pelo fato de o

José Ronaldo de Castro S.

Júnior Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Ipea

ronaldo.souza@ipea.gov.br

Paulo Mansur Levy

Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea

paulo.levy@ipea.gov.br

Marco Antônio F. de H. Cavalcanti

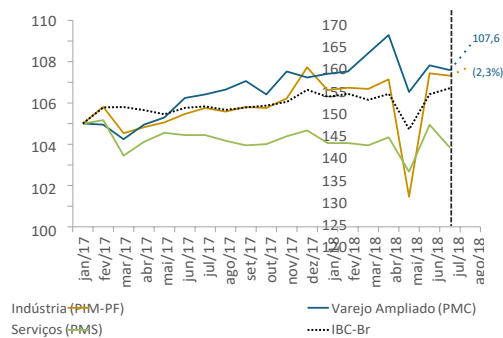
Diretor adjunto da Dimac do Ipea

marco.cavalcanti@ipea.gov.br

PIB ainda encontrar-se 6% abaixo do nível pré-recessão, ou de a taxa de desemprego ainda se manter muito elevada, em torno de 12,5% da força de trabalho, embora tenha recuado mais de um ponto percentual (p.p.) em relação ao seu pico observado no início de 2017 –, algum crescimento tem sido observado. A ideia de que a economia está “andando de lado” talvez reflita a frustração no tocante às expectativas que prevaleciam no final do ano passado e início de 2018: a queda das projeções de crescimento deste ano na pesquisa Focus entre o final de 2017 e meados de setembro é de 1,3 p.p., de 2,7% para 1,4%.

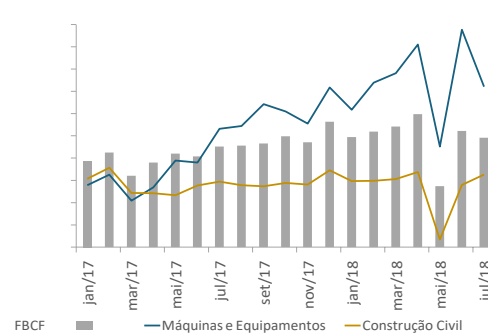
Em julho, a produção industrial caiu 0,2% ante junho, mas aumentou 4% na comparação com julho do ano passado. No ano, a alta acumulada até julho é de 2,5%. A composição desse crescimento mostra forte desempenho dos setores de bens de capital e de bens de consumo duráveis (9% e 14,6%, respectivamente, no acumulado no ano até julho), mas na margem ambos mostram arrefecimento: -6,2% e -0,4%, respectivamente, na comparação dessazonalizada de julho com junho. A perda de fôlego nesses segmentos tem se refletido no comportamento instável da demanda por investimento. Após o mês de junho mostrar recuperação dos efeitos da greve dos caminhoneiros, o Indicador Ipea da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) voltou a recuar em julho, com baixa de 1% na comparação dessazonalizada. A previsão da produção industrial de agosto, no entanto, com base nos indicadores coincidentes já disponíveis, aponta alta de 0,9% em relação a julho e de 3,5% em relação a agosto do ano passado, que resultaria num *carry-over* de 3,9% para o terceiro trimestre¹.

GRÁFICO 1
Indicadores selecionados de atividade econômica
(jan./2017-ago./2018¹)
 (Séries dessazonalizadas, base: jan./2017 = 100)



Fonte: IBGE, Banco Central do Brasil (BCB) e Ipea.
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.
 Nota: 1 Os valores tocantes ao mês de agosto referem-se às previsões do Ipea.

GRÁFICO 2
Indicador Ipea mensal de FBCF e componentes
 (Índices 1995 = 100, séries dessazonalizadas)



Fonte e elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

O comércio também teve desempenho ruim em julho, com queda de 0,5% no volume de vendas no conceito restrito e de 0,4% no ampliado. A queda do varejo restrito é a terceira consecutiva, e, apesar de o comércio ampliado ter crescido em junho (2,5%), o varejo ainda não retornou ao nível anterior à greve do transporte rodoviário de carga. Na comparação contra igual mês do ano anterior, a variação de julho foi negativa (-1,0%) pela primeira vez em dezesseis meses, mas o comércio ampliado segue crescendo nessa comparação (3,0%), embora a uma taxa bem

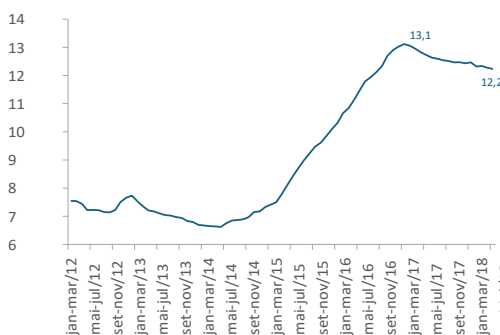
¹ A seção Atividade Econômica desta Carta de Conjuntura detalha os indicadores coincidentes usados para se fazer essa previsão.

inferior à que prevaleceu, em média, no período janeiro-abril (7,3%). Com relação ao resultado de agosto, o Ipea estima variação positiva do varejo ampliado, que teria crescido 2,3% sobre julho (na série ajustada sazonalmente) e 5% sobre agosto de 2017, e deixaria um *carry-over* de 1,6% para o terceiro trimestre.

No setor de serviços, julho também teve variação negativa, de 2,2% ante junho e de -0,3% ante julho do ano passado. Ao contrário da indústria e do comércio, os serviços não têm mostrado recuperação – a tendência pós-recessão pode ser descrita como de estabilidade. O gráfico 1 mostra a trajetória recente dos índices de produção industrial e de volume de vendas do varejo restrito e de serviços, todos ajustados para sazonalidade. Como se pode ver, julho registrou queda em todos os indicadores, mas talvez mais significativo seja o fato de que a intensidade da recuperação parece ter diminuído desde o início do ano. Não obstante as quedas dos indicadores setoriais de atividade na margem, o IBC-Br mostrou crescimento de 0,57% em julho e de 2,56% ante julho do ano passado. O Monitor do PIB de julho, da Fundação Getulio Vargas (FGV), também apresenta crescimento (de 0,4%) em julho, sinalizando que, apesar das quedas dos indicadores mensais por segmento (de indústria, comércio e serviços), os indicadores mais amplos – que levam em conta conjuntos maiores de informações – sugerem que o trimestre já começou com algum crescimento, mesmo que baixo.

O mercado de trabalho tem refletido a atividade econômica relativamente morna, com uma taxa de desemprego em lenta desaceleração, e ainda em patamar muito elevado quando comparado ao que prevalecia antes do início da recessão – cerca de 7 p.p. de acordo com o gráfico 3. Em termos interanuais, no trimestre maio-julho, a desocupação encontrava-se 0,5 p.p. abaixo do nível de um ano antes, ritmo não muito diferente da média do primeiro semestre como um todo (-0,6 p.p.). O declínio da taxa de desemprego decorre do aumento da

GRÁFICO 3
Taxa de desocupação dessazonalizada
(Em pontos percentuais)



Fonte: IBGE/ PnadC. Elaboração: Dimac/Ipea.

ocupação (1,1%) e da queda da taxa de participação (de 61,7% para 61,5%) no período. Em relação à ocupação, nota-se que, embora os dados da PNADC indiquem que grande parte deste aumento vem do setor informal, com a contratação de trabalhadores sem carteira, os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) apontam um cenário mais benigno. De fato, de acordo com o Ministério do Trabalho, no acumulado do ano, até agosto, a economia brasileira gerou aproximadamente 568,5 mil novas vagas formais, o que vem a ser quase o triplo do registrado neste mesmo período de 2017 (197,2 mil). Pelo lado da renda, observa-se que já a variação interanual dos rendimentos reais médios, no segundo trimestre de 2018, foi de 0,8%, evidenciando uma clara desaceleração em

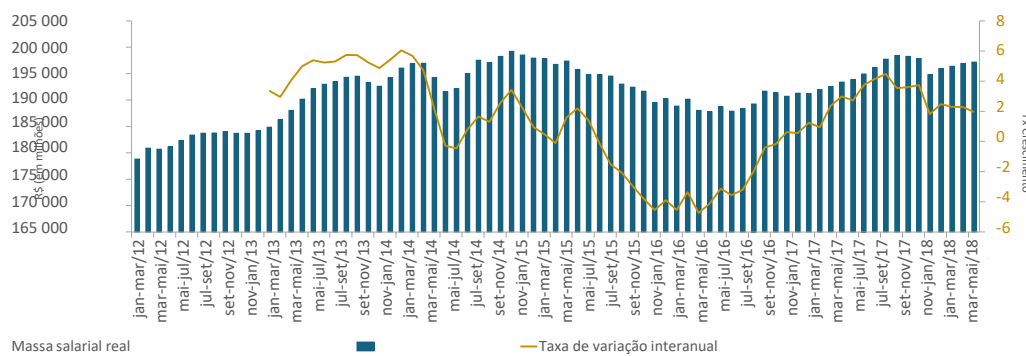
relação à variação média de 2,4% no ano de 2017. A conjunção de alta na ocupação e elevação de rendimentos vem garantindo a continuidade da expansão da massa salarial, ainda que em menor ritmo (gráfico 4).



GRÁFICO 4

Massa salarial habitualmente recebida

(Valor, em R\$ milhões, e taxa de variação interanual, em %)



Massa salarial real

Fonte: PnadC/IBGE.
Elaboração: Dimac/Ipea.

Alguns indicadores, no entanto, relativizam essa recuperação, mesmo que moderada, do mercado de trabalho. É o caso do aumento, entre os períodos de maio a julho de 2017 e de 2018, da subocupação, de 6,6% para 7,2%; e dos desalentados, de 2,4% para 2,8%, respectivamente². Além disso, também vem aumentando o tempo médio de permanência no desemprego, conforme mostra a [seção Mercado de Trabalho](#).

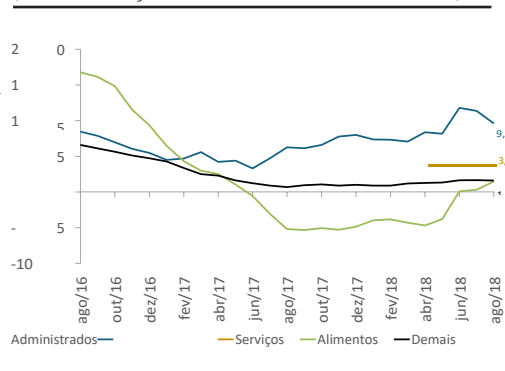
Taxa de subocupação é a razão entre pessoas que gostariam de trabalhar mais horas, mas não encontram oportunidade de fazê-lo, e o pessoal ocupado total; e taxa de desalentados é a razão entre pessoas nessa condição e o total da população em idade ativa

Diante do quadro de atividade econômica em ritmo lento de crescimento, a inflação segue contida, apesar dos choques que vêm impactando a economia, em especial, os preços administrados, a greve do transporte rodoviário de cargas e o câmbio. De fato, os preços monitorados têm se constituído na principal fonte de pressão sobre os índices de preços ao consumidor (gráfico 5). De acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no acumulado em doze meses, até agosto, este grupo aponta variação de aproximadamente

GRÁFICO 5

Inflação: IPCA por categorias

(Taxa de variação acumulada em doze meses, em %)



Fonte: IBGE - SNPC.
Elaboração: Dimac/Ipea.

10%, patamar este registrado pela última vez há dois anos. Na desagregação des-

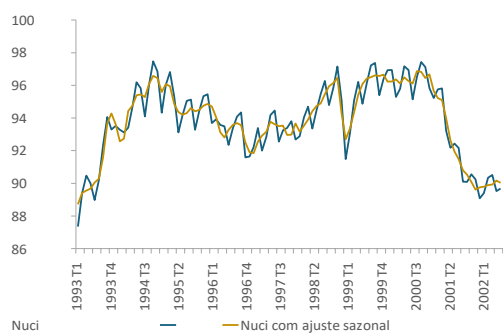
² Taxa de subocupação é a razão entre pessoas que gostariam de trabalhar mais horas, mas não encontram oportunidade de fazê-lo, e o pessoal ocupado total; e taxa de desalentados é a razão entre pessoas nessa condição e o total da população em idade ativa.

te segmento, as maiores pressões nos últimos doze meses advêm dos reajustes de preços da gasolina (18%) e do gás de botijão (16%), refletindo a forte alta do petróleo no mercado internacional e a desvalorização da taxa de câmbio, além do aumento das tarifas de energia elétrica residencial (17%). Adicionalmente, os planos de saúde, que também integram esse grupo de itens do IPCA, registraram, em doze meses, variação de 12,4% em agosto, apenas um pouco menor que a observada no final de 2017 (13,5%).

Já os efeitos da greve dos caminhoneiros sobre a inflação foram temporários. O forte aumento dos preços de alimentação no domicílio em junho (3,1%) foi parcialmente revertido em julho (-0,59%) e em agosto (-0,72%). Embora ainda apresente uma variação em doze meses, até agosto, de 1,5%, a tendência para os próximos meses é de elevação nos preços dos alimentos, seja por conta de fatores sazonais, seja pelo impacto da desvalorização cambial.

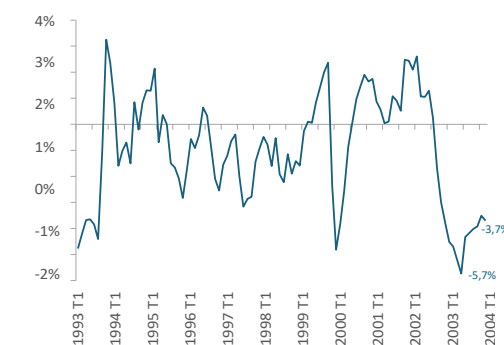
No caso do câmbio, com desvalorização da ordem de 32% na média de setembro ante setembro de 2017, verifica-se que o impacto sobre a inflação tem se manifestado principalmente nos índices de preços ao produtor. No acumulado em doze meses, o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) vem acelerando fortemente, repercutindo um aumento tanto dos produtos industriais quanto dos produtos agropecuários, cujas variações avançaram de 1,2% e -12,3%, em dezembro de 2017, para 11,6% e 13%, em agosto último, respectivamente. Em que medida essa aceleração se transferirá para os preços ao consumidor dependerá do patamar no qual se estabilizará a taxa de câmbio, tendo em vista que esta vem sendo muito pressionada pelas incertezas do período eleitoral, mas que poderá recuar após o encerramento deste processo, em que as perspectivas futuras da economia ficarão mais claras. O elevado grau de ociosidade da economia tem contribuído para manter essa distância entre a inflação ao produtor e a inflação ao consumidor. Devido ao baixo nível de utilização da capacidade instalada (NUCI) – gráfico 6 – e ao ainda elevado nível de desemprego – gráfico 3 –, o Indicador Ipea de Hiato do Produto estima uma distância de 3,7% do PIB em relação ao seu nível potencial – gráfico 7.

GRÁFICO 6
Indicador Ipea de NUCI – média da economia
 (1993-2018-T2)
 (Em %)



Fonte e elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

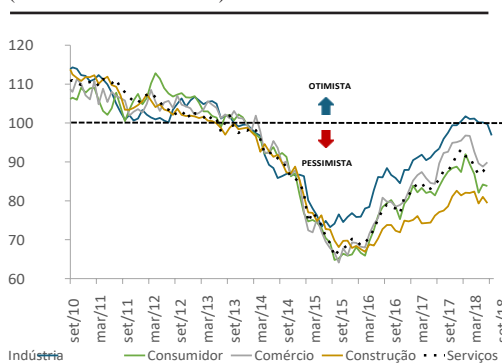
GRÁFICO 7
Indicador Ipea de Hiato do Produto (1993-2018-T2)
 (Em %)



Fonte e elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Dois aspectos têm contribuído para a perda de fôlego da recuperação: a queda da confiança e o aperto das condições monetárias. Os indicadores de confiança empresarial e de consumidores mostraram forte inflexão em meados do primeiro semestre em relação à trajetória de aumento que seguiam desde o terceiro trimestre de 2015. A comparação dos níveis desses indicadores na média dos três meses encerrados em agosto com o primeiro trimestre do ano mostra reduções de 6,7% na confiança do consumidor, 6,6% no comércio, 4,7% nos serviços, 2,6% na construção e 0,5% na indústria (gráfico 8). Na indústria, a prévia de setembro revela queda bastante acentuada, para um valor próximo à média de outubro e novembro do ano passado e quase 3% menor que o índice de agosto. No caso da construção, a queda relativamente menor que nos demais indicadores reflete o fato de que seu nível no pico recente, em maio, ainda estava em 82,4 pontos – o menor entre todos os indicadores e distante do limiar de neutralidade, de 100 pontos.

GRÁFICO 8
Indicadores de confiança (set./2010-set./2018)
(Séries dessazonalizadas)

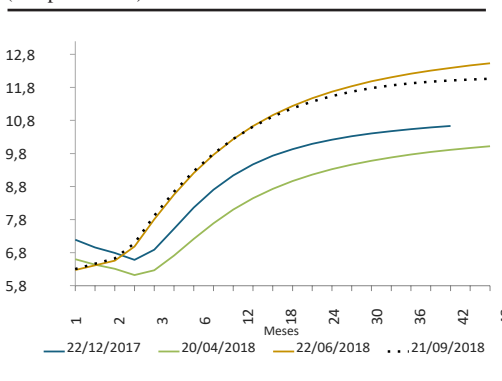


Fonte: FGV.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

O aperto das condições financeiras resulta das incertezas domésticas e da relativa piora do ambiente externo. Domesticamente, observa-se uma forte abertura das taxas de juros tanto no curto prazo quanto em prazos mais longos. No primeiro caso, a taxa de juros real *ex-ante* (*swap* DI x Pré de um ano descontado o IPCA da Focus) pelo mercado subiu de pouco mais de 2% para 4,4% em agosto, antes de recuar para 3,8% em setembro. A estrutura a termo da taxa de juros deslocou-se para cima, refletindo as incertezas quanto ao rumo da política econômica em um novo governo, além do processo de normalização da política monetária nos Estados Unidos, em que o aquecimento da economia tem elevado as expectativas quanto à taxa de juros futura.

O gráfico 9 mostra a estrutura a termo da taxa de juros no Brasil em quatro momentos: no final de 2017, e em abril, junho e setembro deste ano. Observa-se um primeiro movimento paralelo para baixo entre o final de 2017 e abril deste ano, refletindo expectativas ainda favoráveis (e compatíveis com os indicadores de confiança anteriormente discutidos). Em junho, o movimento se dá em sentido contrário e com intensidade bem maior, causando elevação em torno de 2 p.p. ao ano nos vértices superiores a doze meses se comparada a abril.

GRÁFICO 9
Estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ) - juros nominais prefixados
(Em percentual)



Elaboração: Dimac/Ipea.

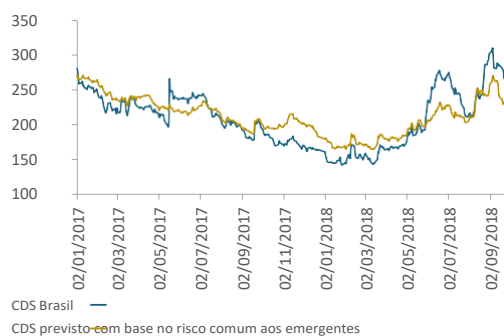


Além disso, a curva fica mais inclinada. Em setembro, parte da elevação dos juros mais longos reverte em relação a junho e a curva fica um pouco menos inclinada.



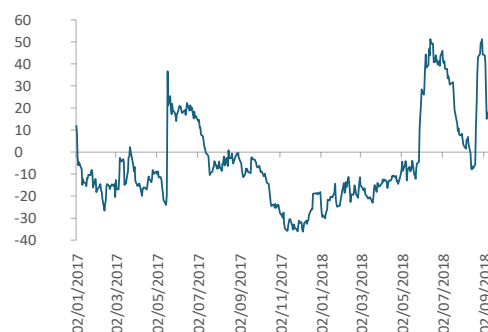
O aperto das condições financeiras é também um reflexo da elevação dos juros nos Estados Unidos e da sinalização do Banco Central Europeu (BCE), que interromperá seu programa de aquisição de títulos no final do ano, indicando, assim, uma redução da oferta de liquidez global que, não obstante, ainda continua farta. De qualquer modo, o recrudescimento da guerra comercial por parte dos Estados Unidos atinge um mundo ainda carente de fontes de dinamismo e coloca em risco o crescimento global. Os emergentes vêm sendo afetados por esse quadro, especialmente aqueles que apresentam elevado *deficit* externo, como é o caso de Turquia e Argentina, onde o *deficit* em conta-corrente no balanço de pagamentos situa-se entre 4% e 5% do PIB. O Brasil também tem sido afetado pelo aumento da aversão ao risco por parte dos investidores internacionais, e o *credit default swap* (CDS) brasileiro chegou a dobrar de valor, passando de 150 para 300 pontos entre abril e agosto. Estimativas do Ipea indicam que aproximadamente 40% do aumento do risco-país entre o início de abril e o início de setembro, de quase 150 pontos-base, conforme o CDS, deveu-se a fatores idiossincráticos. Nas últimas semanas houve um certo recuo. O gráfico a seguir mostra o comportamento do CDS brasileiro e do componente idiossincrático desse indicador, desenhado para captar movimentos específicos à economia brasileira.

GRÁFICO 10
CDS Brasil: observado versus previsto com base no fator comum aos emergentes
(Em pontos-base)



Fonte: Bloomberg e Ipea.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 11
Indicador Ipea de risco Brasil (risco idiossincrático)
– jan. 2017 a set. 2018
(Em %)



Fonte: Bloomberg e Ipea.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

2 Cenário Fiscal e suas Incertezas

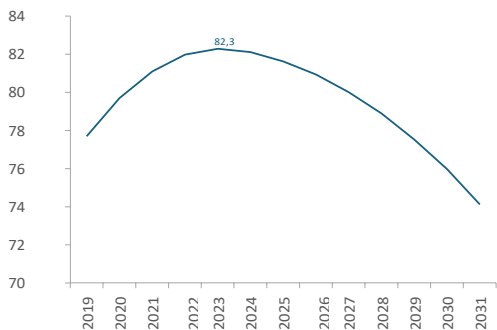
A armadilha fiscal em que o Brasil se encontra está na origem das incertezas e dos fatores que têm freado a recuperação. A rigidez do orçamento tem colocado em destaque a necessidade de se fazerem escolhas para reverter a recente piora das contas públicas, que passaram de um superavit primário de 2,9% do PIB em 2011 para um deficit de 2,5% do PIB em 2016 no setor público consolidado, e que fizeram a dívida bruta do governo geral aumentar de 51,7% do PIB em 2013 para 77% do PIB em julho último.

Especificamente, a partir da aprovação da Lei do Teto de Gastos (Emenda Constitucional nº 95/2016 – EC95), evidenciou-se a assimetria entre um conjunto de despesas cujo aumento ocorre por forças relativamente “exógenas” – decorrentes da demografia (caso da previdência social), da regra de correção do salário mínimo (idem, mais benefícios assistenciais), de regras que promovem o crescimento vegetativo das despesas de pessoal, ou da ação de grupos de pressão visando obter ganhos sob a forma de aumentos salariais, no caso do setor público, ou subsídios e renúncias tributárias, no caso do setor privado – e outro conjunto de despesas, que não dispõem de mecanismos semelhantes para assegurar seu aumento, embora a EC95 garanta um patamar mínimo, em termos reais, para os gastos com educação e saúde. Em 2017, os gastos ficaram abaixo do teto por conta de um controle rigoroso das despesas ao longo do ano e de sua queda em itens como subsídios e subvenções. Este ano, a despesa deve encostar no teto, e possivelmente o teria ultrapassado não tivesse sido a aprovação do subsídio ao consumo de óleo diesel feita como crédito extraordinário, não sujeito àquele limite. Para os próximos anos, a dificuldade para o cumprimento do teto de gastos tende a crescer na ausência de reformas que reduzam a velocidade de crescimento destes, pois o espaço para cortes de gastos não obrigatórios está se estreitando cada vez mais.

A EC95, é importante lembrar, contém mecanismos de ajuste (gatilhos, envolvendo a proibição de concessão de reajustes salariais, contratação de novos funcionários, proibição de reajustes reais para o salário mínimo, entre outros) que, embora insuficientes para garantir a trajetória prevista de redução dos *deficits*, são um importante fator para impedir o crescimento excessivo da dívida. Com efeito, a pressão dos gastos é tal que hoje coloca a dívida pública numa trajetória explosiva. A existência do teto dos gastos tem contribuído para ancorar as expectativas relativas às contas públicas, mesmo que se soubesse desde o início que seu cumprimento somente seria viável caso fossem feitas reformas que reduzissem o ritmo daquelas despesas cuja dinâmica é determinada exogenamente – em especial a da previdência social. Nesse sentido, o abandono do teto tenderia a gerar perda de credibilidade da política econômica e afetar a trajetória da taxa de juros, cujo nível atual, historicamente baixo, pode ser em parte a ela atribuído. A estratégia baseada no teto incorpora um ajuste gradual das contas públicas, de tal modo que apenas em 2023 se passaria de uma posição de *deficit* para *superavit*, sendo que a dívida ainda crescerá por mais um ano antes de começar a declinar, após atingir um patamar superior a 80% do PIB. Uma estratégia gradual pode atenuar os custos econômicos e sociais do ajuste, na medida em que evita um corte abrupto das despesas ou forte aumento de impostos – como, aliás, aconteceu em vários países da Europa na esteira da crise internacional de 2008 –, mas envolve riscos mais elevados, pois depende da manutenção da credibilidade da política por um longo período de tempo. A Argentina, por exemplo, desenhou uma estratégia gradual de ajuste a partir de 2016 que teve sua credibilidade abalada diante do avanço relativamente lento na redução de seu *deficit* primário e também de sua vulnerabilidade externa.

GRÁFICO 12

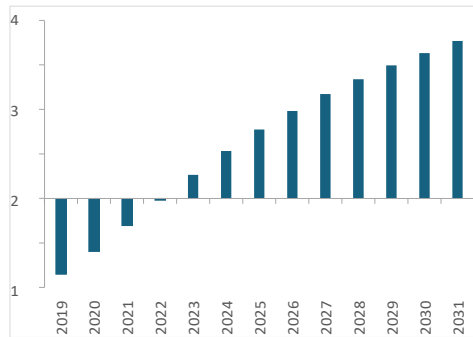
Projeções de dívida bruta do Governo Geral – condicionadas ao cumprimento do teto dos gastos (Em % do PIB)



Fonte e elaboração: Dimac/Ipea.

GRÁFICO 13

Projeções de resultado primário do Governo Geral - Condicionadas ao cumprimento do teto de gastos (Em % do PIB)



Fonte e elaboração: Dimac/Ipea.



Este cenário coloca nas mãos do próximo governo um grande desafio, cuja solução terá um peso decisivo sobre a trajetória de recuperação da economia brasileira nos próximos anos.

3 Projeções Macroeconômicas 2018/2019

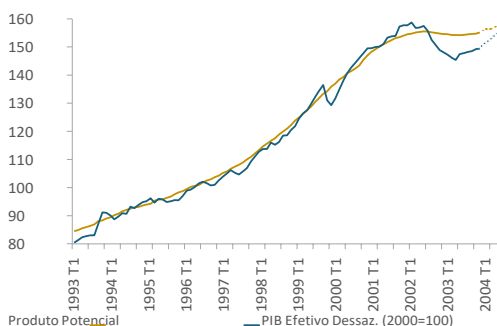
A retomada da atividade econômica ao longo de 2018, que já se revelava mais lenta do que originalmente esperado, foi agravada no segundo trimestre pela greve dos caminhoneiros, que representou um choque de oferta negativo sobre a economia brasileira e causou significativa perda de produto e aumento de preços. Contudo, os indicadores já disponíveis para o terceiro trimestre sugerem que a paralisação teve efeitos apenas transitórios sobre a economia, que parece já estar retornando à trajetória anterior de retomada. No que diz respeito à evolução dos preços, projeta-se uma taxa de inflação sob controle no restante do ano, conforme box a seguir. Quanto ao nível de atividade, projeta-se crescimento relativamente elevado do PIB no terceiro trimestre, tanto em termos dessazonalizados (1,1%) como em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (1,8%). Este aumento na margem reflete, em grande medida, a recuperação da queda causada pela greve dos caminhoneiros. Pela ótica da oferta, todas as atividades apresentam crescimento. Em termos dessazonalizados, a indústria cresce 2,1%, os serviços avançam 0,9% e a agropecuária aumenta 1,1%. Na comparação interanual, as taxas de crescimento projetadas são de 2,4% para a indústria, 1,5% para os serviços e 2,5% para a agropecuária.

Pela ótica da despesa, o crescimento esperado também é positivo para todos os componentes do PIB, com exceção do consumo público. O consumo das famílias deve crescer 1,2% em relação ao mesmo período do ano anterior e 0,8% em termos dessazonalizados; o investimento agregado deve apresentar crescimento interanual de 2,9% e dessazonalizado de 2,1%; as exportações devem crescer 8,2% em termos interanuais e 13,5% na margem, com ajuste sazonal; e as importações devem aumentar 11% em relação ao terceiro trimestre de 2017 e 10,4% se comparadas ao segundo trimestre de 2018, livre das flutuações sazonais.

O ritmo de crescimento só não é mais intenso por conta das incertezas que ainda pairam no país em relação ao equacionamento do desequilíbrio estrutural das contas públicas e à adoção de medidas adicionais necessárias ao destravamento do investimento em capital produtivo e de infraestrutura e ao aumento da produtividade geral da economia. Finalizado o processo eleitoral em curso, projeta-se para os trimestres seguintes a dissipação gradual dessas incertezas – sob a hipótese de que o governo eleito se comprometerá com um conjunto de medidas adequado à superação da crise –, o que deve levar à renovação do processo de recuperação cíclica, com o PIB atingindo crescimento de 1,6% em 2018 e 2,9% em 2019. Cabe notar que, tanto pelo lado da oferta como da demanda, todos os componentes do PIB devem apresentar taxas de crescimento em elevação entre 2018 e 2019.

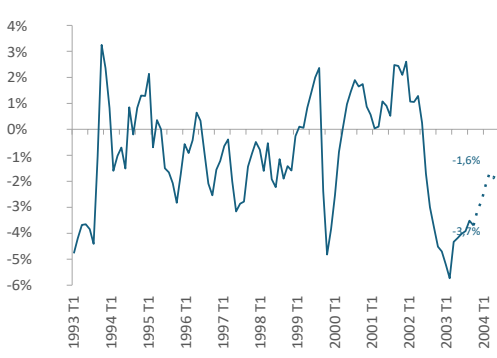
Os gráficos 13 e 14 indicam que, mesmo com uma retomada mais forte da economia no próximo ano, não haveria pressões inflacionárias significativas por excesso de demanda. Entretanto, com a recuperação prevista para a atividade econômica, o hiato do produto deverá se reduzir significativamente até o fim de 2019, o que reduziria o espaço para a manutenção da taxa de juros abaixo da neutra. Além disso, a forte desvalorização cambial observada recentemente deve provocar alguma pressão inflacionária no final deste ano e ao longo do próximo. Esses fatores devem levar a uma reação da política monetária: projeta-se elevação gradual da meta da taxa Selic ao longo de 2019, até atingir, ao final do ano, o patamar de 8% ao ano (a.a.). Este ciclo de aperto monetário deverá contribuir para conter as expectativas inflacionárias, propiciando a manutenção da taxa de inflação acumulada em 2019 próxima da meta do ano (4,2% a.a.) e a convergência gradual da inflação na direção das metas para 2020 (4%) e 2021 (3,75%).

GRÁFICO 14
Produto Potencial versus PIB Efetivo (1993 – 2018T2) e previsão até 2019
 (Índice (PIB 2000=100))



Fonte e elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 15
Hiato do produto (1993 – 2018T2) e previsão até 2019
 (Em %)



Fonte e elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Evidentemente, tais projeções estão condicionadas a um cenário no qual: i) as medidas necessárias de ajuste fiscal estrutural serão anunciadas e encaminhadas, de forma relativamente rápida, pelo novo governo a ser empossado em 2019; e ii) o ambiente externo continuará provendo liquidez suficiente durante o período de transição, enquanto tais medidas de ajuste não forem adotadas.

TABELA 1
Projeções: taxa de crescimento do PIB e de seus componentes
 (Em %)

	Observado				Previsto			
	2016	2017	2018-T1 Tri ano ant.	2018-T2 Tri ano ant.	2018-T3 Tri ano ant.	No tri, dessaz. (*)	2018	2019
PIB	-3,5	1,0	1,2	1,0	1,8	1,1	1,6	2,9
Indústria	-4,0	0,0	1,6	1,2	2,4	2,1	1,8	2,8
Serviços	-2,6	0,3	1,5	1,2	1,5	0,9	1,6	2,9
Agropecuária	-4,3	13,0	-2,6	-0,4	2,5	1,1	-0,5	3,6
Consumo - Famílias	-4,3	1,0	2,8	1,7	1,2	0,8	2,0	3,0
Consumo - Governo	-0,1	-0,6	-0,8	0,1	-0,1	-0,4	-0,2	0,5
FBCF	-10,3	-1,8	3,5	3,7	2,9	2,1	3,3	4,6
Exportações	1,9	5,2	6,0	-2,9	8,2	13,5	4,2	6,0
Importações	-10,2	5,0	7,7	6,8	11,0	10,4	8,5	6,8

Nota: * Primeira divulgação das séries dessazonalizadas. Fonte: elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/ Ipea.

TABELA 2
Projeções: variáveis macroeconômicas selecionadas
 (Em %)

	Observado		Previsto	
	2016	2017	2018	2019
Inflação - IPCA (% no período)	6,29	2,95	4,20	4,20
Taxa de juros SELIC (% a.a. no final do período)	13,75	7,00	6,50	8,00
Taxa de câmbio R\$/US\$ (no final do período)	3,26	3,29	4,00	3,80

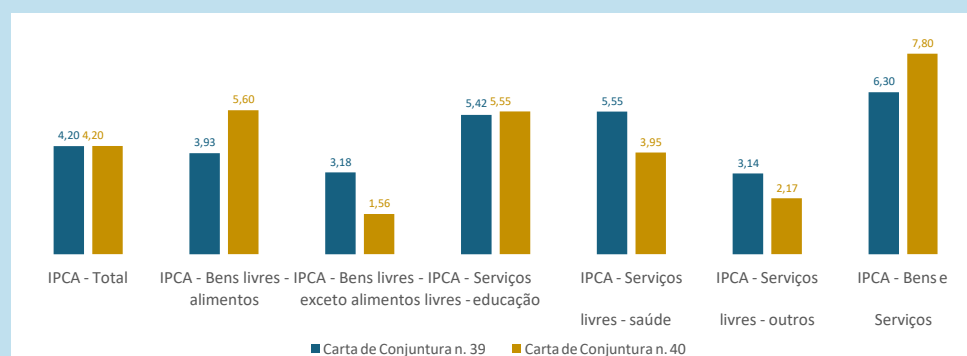
Fonte: elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/ Ipea.

Box: Projeções de inflação para 2018

(Elaborado por Maria Andreia P. Lameiras, Renata S. M. Franco, Victor H. F. Mamede, Janine P. Carvalho, Matheus S. Peçanha)

Nossa projeção para a taxa de inflação acumulada (IPCA) em 2018 permanece inalterada em se comparada à última Carta de Conjuntura (4,2%). Houve, porém, mudanças nas taxas previstas para os grupos que compõem o IPCA (gráfico 16). No caso dos bens livres – exceto alimentos –, a redução da projeção deve-se à melhora no comportamento deste grupo ao longo do ano, influenciada, sobretudo, pela queda acentuada, e fora do padrão, observada em julho. De janeiro a agosto, este segmento aponta alta de apenas 0,52%, indicando que o baixo nível da atividade econômica pode estar impedindo, pelo menos em parte, o repasse do aumento cambial para esses preços.

GRÁFICO 16
Comparação projeções para inflação 2018
 (Em %)



Elaboração: Dimac/Ipea.

Em relação aos serviços, nota-se que tanto as projeções para o subconjunto serviços livres – outros quanto para os serviços livres – saúde foram revistas para baixo, tendo em vista que estes grupos vêm mostrando melhora nas suas trajetórias, sobretudo pela queda atípica que apresentaram em agosto último. No acumulado do ano até agosto, estes segmentos registram variações de 0,96% e 2,95%, respectivamente, refletindo o fraco desempenho econômico, principalmente do setor de serviços (com PIB abaixo do esperado), o que explica a queda da projeção. Para os serviços livres – educação, as projeções praticamente não se alteraram.

Por fim, as projeções para os preços monitorados e para a alimentação no domicílio foram revisadas para cima. No caso dos monitorados, em linha com as previsões obtidas pelo Boletim Focus, que também apresentam tendência de alta nas últimas semanas, a incorporação da alta de 2,25% no preço da gasolina autorizado, em setembro, explica este incremento de inflação projetada. No caso dos alimentos, conforme já fora identificado, a greve dos caminhoneiros e a alta da taxa de câmbio são os principais responsáveis por este aumento na projeção para 2018 (tabela 3).

TABELA 3
Detalhamento da projeção para a inflação (IPCA) de 2018
 (Em %)

	Peso	Previsão da taxa de variação acumulada em 2018	Contribuição para o IPCA
IPCA - Total		4,20	
IPCA - Bens livres - alimentos	15,75	5,60	0,88
IPCA - Bens livres - exceto alimentos	23,97	1,56	0,37
IPCA - Serviços livres - educação	3,98	5,55	0,22
IPCA - Serviços livres - saúde	1,69	3,95	0,07
IPCA - Serviços livres - outros	28,42	2,17	0,62
IPCA - Bens e Serviços Monitorados	26,19	7,80	2,04

Fonte: IBGE e Ipea.
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/ Ipea.

Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac)

José Ronaldo de Castro Souza Júnior – Diretor

Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti – Diretor Adjunto



Grupo

de

Conjunt

ura

Equipe

Técnica:

Christian Vonbun

Estêvão

Kopschitz

Xavier Bastos

Leonardo

Mello de

Carvalho

Marcelo

Nonnenberg

Maria Andréia Parente Lameiras

Mônica Mora Y Araujo de Couto e Silva Pessoa

Paulo Mansur Levy

Vinicius

dos Santos

Cerqueira

Sandro

Sacchet

de

Carvalho

Equipe de Assistentes:

Ana Cecília Kreter

Augusto Lopes dos Santos Borges

Felipe dos

Santos

Martins

Felipe

Simplicio

Ferreira

Leonardo

Simão Lago

Alvite

Renata

Santos de

Mello Franco

Victor

Henrique
Farias
Mamede

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br